

Lara Macedo de Alencar

ABAS – Associação Brasileira de Administradores Sociais

Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Lara Macedo de Alencar

ABAS – Associação Brasileira de Administradores Sociais

Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia sob orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INDICE

Capítulo I - Introdução	9
Capítulo II – Enquadramento Teórico	10
1. ONG: conceitos e problematizações	10
2. ONG no Brasil: o desenvolvimento do ponto de vista de uma nação	14
3. Sustentabilidade das ONG: a luta pela sobrevivência	19
4. The Balanced Scorecard: a avaliação do desempenho e a operacionalização da estratégia	23
Capítulo III – Diagnóstico Social	29
1. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil	29
2. ABONG: Panorama das Associadas	36
3. A Pesquisa de Campo	42
3.1 Como os consultores nos vêm e às nossas necessidades	42
3.2 Como nós nos vemos e às nossas necessidades	42
Capítulo IV – A Associação Brasileira de Administradores Sociais	52
1. Estudo de Viabilidade Financeira	52
2. Competência dos responsáveis pela composição societária e forma jurídica	57
3. Parcerias	58
4. Descrição pormenorizada dos serviços	59
5. Plano de Operações	62
6. Plano Financeiro	63
6.1 Investimentos iniciais	63
6.2 Custos fixos	65
6.3 Custos de produção.....	66
6.4 Projeção de receitas	67
6.5 Projeção de resultados.....	69
6.6 Fluxo de caixa	71
6.7 Análise do investimento.....	73
7. Avaliação e monitoramento	75
7. Análise geral do negócio	80
Capítulo V –Conclusão	80
Referências Bibliográficas	83
Anexos	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Influência da sustentabilidade	51
Tabela 2: Detalamento do Investimento Fixo	63
Tabela 3: Investimentos Iniciais.....	64
Tabela 4: Custos Fixos	65
Tabela 5: Custo de Produção.....	66
Tabela 6: Projeção de Receitas.....	68
Tabela 7: Previsão de Crescimento	69
Tabela 8: Projeção de Resultados.....	69
Tabela 9: Projeção de Resultados Anuais	70
Tabela 10: Fluxo de Caixa	71
Tabela 11: Fluxo de Caixa Anual.....	72
Tabela 12: Análise do Investimento.....	74
Tabela 13: O payback descontado.....	74
Tabela 14: O mapa estratégico	78
Tabela 15: O Scorecard.....	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I: A relação de causa e efeito do BSC.....	25
Figura II: O Mapa Estratégico do BSC	25
Figura III: O BSC para Organizações Sem Fins Lucrativos	27
Figura IV: O mapa estratégico do Duke Children's Hospital	28
Figura V: Estrutura Organizacional	54
Figura VI: Matriz de Enquadramento Lógico	56
Figura VII: Matriz SWOT	59
Figura VIII: Organograma Inicial	63
Figura IX: Plano de Execução dos seis primeiros meses	80

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: FASFIL

Anexo II: Panorama das Aassociadas

Anexo III: Questionários

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAS: Associação Brasileira de Administradores Sociais

ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

BSC: Balanced Scorecard

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ONG: Organização Não Governamental

SBSC: Sustainability Balanced Scorecard

RESUMO

O presente trabalho resulta do reconhecimento das dificuldades administrativas enfrentadas pelas ONG brasileiras. Não menos importante, a necessidade de se construir um pensamento sustentavelmente integrado a respeito da vivência organizacional impulsiona o projeto aqui apresentado. A sustentabilidade vista enquanto a integração dos pilares social, ambiental e económico, é a base principal deste trabalho que entende que as ONG podem ser economicamente inteligentes, mas não podem nunca deixar de ser social e ambientalmente eficazes e eficientes.

ABSTRACT

The present work is a result of the acknowledgment of the management difficulties faced by the Brazilians NGO. Not less important, the need of developing integrated and sustainable thinking about the organizational living drives this project. The sustainability seen as the intersection of the social, environmental and economic pillars is the principal theoretical base of this project, that understand that the NGO can be economic intelligent but can't ever not be social and environmentally efficient and effective.

RESUMEN

Este trabajo se deriva del registro de las dificultades administrativas que las ONG brasileñas enfrentan. La necesidad de construir un pensamiento sostenible basado en la experiencia de la organización también impulsa el diseño presentado aquí. La sostenibilidad vista como la integración de los pilares sociales, ambientales y económicos, es la base principal de este estudio que entiende que las ONG pueden ser económicamente inteligentes, pero nunca pueden dejar de ser socialmente y ambientalmente efectivas y eficientes.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Desde sua definição em 1987 através do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “O nosso futuro comum” que o termo sustentabilidade vem sofrendo mudanças ao mesmo tempo que ganha expressividade na sociedade. Os setores da economia já encaram este tema enquanto delineador das novas propostas de todas as indústrias econômicas e pilares econômicos.

Embora muito associada ao meio ambiente, a sustentabilidade, como concebida naquele momento, está muito mais ligada à potencialidade de continuidade de determinada ação do que exclusivamente da gestão eficiente e eficaz dos recursos naturais. Naquele momento a sustentabilidade se mostrava como a integração de todos os fatores que levariam a uma organização a ser sustentável, sendo, portanto, necessário avaliar seus impactos e suas premissas sociais, ambientais e econômicas.

Trazendo esta discussão para a realidade das ONG brasileiras, veremos que, embora seja consenso a necessidade de organizações que dividam com o Estado a responsabilidade de sanar os problemas sociais encarados por este país, a falta de sustentabilidade das ações, assim como a pouca adequação das ações à estratégia da organização ainda é a prática mais encontrada. A busca de novas formas de responder às demandas sociais vem sendo impulsionada pelos financiadores, pelo governo e mesmo pela sociedade que reconhece na prática atual uma irracionalidade sustentável e que necessita ser desenvolvida.

Embora o processo seja lento e sua principal força motora seja a econômica, já existem diversas iniciativas inovadora que se propõem a responder às suas demandas de forma mais sustentável, pensando tanto no empoderamento de sua população alvo, quanto no crescimento de seu impacto social. Este tipo de iniciativa é que rege a ideologia deste trabalho.

Seguindo a linha mais estratégica do pensamento social, este trabalho se prontifica a procurar meios estrategicamente mais sustentáveis de funcionamento das ONG brasileiras. O alinhamento estratégico entre os objetivos da ONG e as ações tomadas para atingi-los, ou seja, a tradução da estratégia organizacional em operação, de forma direta e sustentavelmente integrada é o objetivo core deste projeto que vê numa nova forma de funcionamento do terceiro setor uma

possibilidade de continuidade do setor social, assim como um meio de fortalecer uma linha diferenciada de pensamento econômico que possa elevar as condições de qualidade de vida futura.

Este trabalho se divide em três partes: a primeira procura enquadrar teoricamente a proposta do projeto, procurando na literatura atual embasamento que demonstre a necessidade e a viabilidade de um projeto desta natureza; a segunda parte é o diagnóstico social que traz dados locais do contexto no qual as ONG brasileiras estão inseridas, além de dados primários a respeito das necessidades de consultoria destas organizações; na última parte consta o projeto que procura atender algumas das lacunas encontradas através da pesquisa, focando sempre no empoderamento destas organizações.

As mudanças que o mundo social vêm sofrendo estão transformando a forma de pensar destas organizações e o foco em estratégia e sustentabilidade é necessário para que o trabalho delas seja possível. É preciso estabelecer um novo paradigma focado em metas, resultados, mas acima de tudo em qualidade e na transformação sistêmica de nossa sociedade.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. ONG: conceitos e problematizações

O campo das ONG é fértil em discussões. Não há consenso quanto a sua origem, suas características e configurações, sua atuação e nem sequer sua missão. Segundo Borelli (2008), “a palavra ONG – que se identifica por uma negação: “não governamental” – vem sendo utilizada como um conceito que permite incluir associações de natureza e fins muito diversos, desde que identificados como sendo não-governamentais e sem fins lucrativos.” (Borelli, 2008, p. 14).

Em seu livro “Autogestão: O Nascimento das ONGs”, Nanci Valadares de Carvalho (1995), adiciona a estes pontos duas características chave: a autogestão e a desburocratização. Segundo a autora, estas organizações tiveram sua gênese na década de 60 e em menos de dez anos “alcançaram um padrão de organizações que os distinguia das entidades políticas e sociais que haviam até então sido veículo da participação e da integração da cidadania nas malhas da sociedade civil clássica.” (Carvalho, 1995, p. 13). A autora defende que estas organizações surgem espontaneamente visando dar soluções a problemas de determinado grupo, que não as

encontrava através da intervenção do aparelho estatal. Este movimento gera, como consequência, uma descrença no poder governamental. Esta fase passa então a ser marcada por uma popularização da autogestão e da gestão participativa em detrimento da intervenção governamental e da gestão centralizada. (Carvalho, 1995).

Este processo descrito pela autora aponta a importância ideológica da autogestão e da gestão participativa para estes grupos que buscavam conjuntamente a solução para os problemas sociais enfrentados pelos envolvidos. Estes se agrupavam por se identificarem, dando ao grupo uma identidade própria. Estas características apontam que, na conjuntura atual, estas organizações fazem parte do que conhecemos como Economia Solidária ou Economia Social a depender do contexto. Para compreender de forma mais substancial a realidade destas organizações, é necessário antes entender que economia é esta na qual ela hoje está inserida.

A Economia Solidária constitui-se como reafirmação ideológica de uma possível economia que se diferencie do atual capitalismo de forma a incluir e dar oportunidade àqueles que são desfavorecidos e excluídos da economia predominante. Vale ressaltar, que a força da Economia Solidária é maior no hemisfério Sul, principalmente na América Latina, destacando-se entre estes o Brasil (Laville, 2009), como afirmam Malta e Baptista (2013): “Brazil, with Lula’s government (2003-2010), created a specific Secretary of State for the SSE (Secretary of State of the Solidarity Economy). It is now the country where SSE is officially more meaningful (Singer, 2008).” (Malta & Baptista, 2013, p.3). Segundo Coraggio (2010), esta nova economia está pautada em quatro princípios básicos: reciprocidade, redistribuição, planificação e autarquia. Mesmo sem aprofundar os estudos relacionados a esta economia, estes quatro princípios já seriam o suficiente para expormos a inovação trazida por este conceito e a revolução que esta economia pretende provocar na sociedade atual. Existem ainda, porém, outros pontos inovadores reivindicados por esta economia e exemplificados pelas iniciativas descritas pelos autores e estudiosos da área.

Segundo Jean-Louis Laville (2009), as iniciativas em busca de uma outra organização econômica ressurgem no hemisfério Norte após a crise de 1980. É importante notar que no hemisfério Norte, as ONG, cooperativas, associações, serviços de proximidade e outros, aparecem como alternativa às injustiças e falta de capacidade de resposta da economia capitalista. Já no Sul, embora essas iniciativas apareçam simultaneamente e pela mesma razão, existe um fator ideológico muito forte que faz

com que esta busca de soluções não seja simplesmente uma reação à incapacidade do sistema capitalista de responder às necessidades da população, mas sim que seja em busca de uma nova economia. O que percebemos no Sul é uma busca incessante pelo nascimento de uma “outra economia”. Uma economia que, segundo Coraggio “deve ser social (...), gerar e possibilitar outras relações sociais, outras relações com a natureza, outros modos de reprodução, outras opções de vida em sociedade diferentes do paradigma do capitalismo possessivo individualista.”¹ (Coraggio, 2010, 13)

Como podemos perceber, a economia solidária não é uma reação face ao problema imediato: a crise económica. Se trata, na realidade, de transformar a estrutura da economia em si e não somente da distribuição de seus resultados. Se trata de transformar o modo de organizar socialmente o trabalho para a produção, a distribuição, as formas de propriedade, de circulação e consumo. (Coraggio, 2010).

Outro enquadramento económico ao qual as ONG são geralmente relacionadas é ao terceiro sector, conhecido também como sector voluntário. Embora este seja outro conceito com contornos pouco definidos e não consensual, Salamon e Anheier através de *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* estabeleceram que para que uma organização pudesse ser classificada como pertencente ao setor “não lucrativo”, esta deveria ser (Salamon and Anheier, 1992; 1996b, pág. 2):

1. *Organized, i.e., institutionalized to some extent.*
2. *Private, i.e., institutionally separate from government.*
3. *Self-governing, i.e., equipped to control their own activities.*
4. *Non-profit-distributing, i.e., not returning profits generated to their owners or directors.*
5. *Voluntary, i.e., involving some meaningful degree of voluntary participation.*

Ainda que não exista consenso a respeito destes requisitos, a maior parte dos institutos estatísticos se utilizam dos critérios estabelecidos por este projeto para analisar e comparar as instituições deste sector, tanto a nível nacional quanto internacional.

Considerando que as ONG podem ser enquadradas tanto no campo de ação da Economia Solidária, quanto no do Terceiro Sector, distanciando-se ou aproximando-se

¹ Tradução das a partir do original em espanhol.

destes pela sua atuação perante a sociedade, voltamos à autonomia marcante que caracteriza estas organizações. Segundo Sobottka (2002, p.84), “A denominação (ONG) referia-se originalmente a organizações transnacionais não criadas por, nem dependentes de governos, que poderiam assessorar órgãos complementares daquela organização. Afastando-se, porém, de seu referente inicial, passou a ser aplicado também a organizações ativas em um só país.”. A autora explica ainda que com o passar do tempo e com a popularização do termo, quase todas as organizações da sociedade civil passaram a se denominar ONG. A respeito deste processo de formação e popularização destas organizações é consenso que estas apareceram primeiro no hemisfério Norte. Existem diversas teorias que explicam o motivo do surgimento destas no hemisfério Norte enquanto no Sul é claro que o aparecimento das mesmas é resultado da ação das organizações de cooperação que transferiam fundos dos países desenvolvidos para países em via de desenvolvimento. Este conhecimento questiona o nível de espontaneidade no surgimento destas organizações, afinal, quando as organizações de cooperação internacional decidem financiar instituições não governamentais no Hemisfério Sul, elas definem critérios de seleção que estimula o surgimento de determinadas organizações em detrimento de outras, além de pré-conceber um caminho a ser trilhado por estas em função de garantir a continuidade do financiamento.

Esta relação de transferência de verbas de países em níveis de desenvolvimento e com objetivos extremamente diferenciados acabou por gerar determinadas discussões acerca da real intenção por trás da ação destas organizações. Acusadas de servirem como instrumento de expansão do liberalismo e como mantenedoras da desigualdade social a nível mundial, estas organizações perderam parte da credibilidade que tinham perante a população dos países nos quais atuavam. (Ferreira, 2005). Este problema se agrava ainda mais quando passam a surgir instituições auto denominadas ONG que servem como fachada político – partidária, ou mesmo empresarial, com o intuito de promoção pessoal ou de redução da carga tributária. Este e outros problemas enfrentados pelas ONG serão discutidos especificamente no contexto brasileiro, devido à relevância desta discussão para a pesquisa.

2. ONG no Brasil: o desenvolvimento do ponto de vista de uma nação.

"Todo ponto de vista é a vista de um ponto." Leonardo Boff

No Brasil, não existe ainda um marco legal que regule a existência e as ações das ONG, sendo a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – a organização mais empenhada na criação deste marco. Essa associação foi fundada em 1991 com os objetivos de:

I - promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;

II - consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;

III - defender os interesses comuns de suas associadas;

IV - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;

V - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;

VI - ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento (ABONG, 2010).

Em seu estatuto, no Artigo 2º, a ABONG define ONG como “ as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.” (ABONG, 2010). Os critérios de seleção derivados deste conceito se assemelham àqueles definidos por Salamon e Anheier através de *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* (Salamon and Anheier, 1992; 1996b). Há porém, uma diferença muito grande entre estas duas definições: a primeira foca a missão social da organização, enquanto a segunda foca a natureza missionária dos seus trabalhadores. Ou seja, para que uma organização seja parte do setor “não lucrativo” esta deve ser composta por trabalhadores

voluntários: voluntários por não serem contratados da instituição e voluntários por trabalharem de forma não-compulsória, mesmo se forem contratados da organização.

É extremamente importante verificar esta preocupação por parte da ABONG, de se certificar que as ONG têm uma missão social predefinida, pois estas organizações têm sido alvo de diversas críticas no Brasil ao serem encaradas como agentes executores da expansão neo-liberalista no Brasil, como afirma Borelli (2008): “O fluxo de capital proveniente de agências governamentais internacionais, voltados a projetos de natureza assistencialista ou desenvolvimentista para a América Latina, constitui-se na mais evidente expressão dos princípios neoliberais.” (Borelli, 2008, p.15).

A gênese deste raciocínio se dá na origem das ONG, que surgem “Partindo de uma função de socorro às vítimas da Segunda Guerra Mundial, as ONGs, posteriormente, passam a prestar assistência a vítimas da fome, estiagens ou guerras do Terceiro Mundo.” (Bortelli, 2008, p. 14). Durante anos as ONG serviram como mediadoras entre as economias desenvolvidas do Norte e as sub-desenvolvidas do Sul. Enquanto para alguns autores a missão original das ONG foi resultante de um sentimento de culpa oriundo das mazelas causadas pelos países colonizadores às suas ex-colônias e nascido pela vivência da colonização ocorrida na II Guerra Mundial (Ferreira, 2005), para outros:

O que se vê, (...) é a busca do arrefecimento da tensão social gerada pelos programas de ajuste estrutural, típicos do avanço do neo-liberalismo, alcançando-se apenas a satisfação de pequenas demandas da população mais afetada pelas reformas. Neste sentido, elas estariam tecendo um "amplo e sutil colchão", capaz de amortizar os efeitos dos ajustes econômicos sobre os excluídos do modelo adotado, minando seu potencial convulsivo e evitando, assim, que se levantem para exigir seus direitos, o que iria desestabilizar o sistema. (Villalobos, 2001 *in* Ferreira, 2005, p. 51).

Em outras palavras, a atuação das ONG era uma forma de evitar mudanças estruturantes nos países subdesenvolvidos. Borelli (2008, p. 15) vai mais adiante e diz que “as ONGs passam a desempenhar funções antes assumidas pelo Estado, que têm, assim, sua responsabilidade diminuída em termos da manutenção do bem-estar da população”, isto porque estas organizações tomaram para si a responsabilidade de dar respostas a problemas sociais que são essencialmente de responsabilidade do Estado.

Esta crítica se torna ainda mais sólida para o contexto brasileiro após ser sancionada a “Lei das OSCIP” em 1999. Esta lei regulamenta as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e é vista como uma terceirização do Estado, que ao

assumir a sua incompetência em dar respostas a todos os problemas sociais apresentados, repassa verba às OSCIP, sem controlar os métodos adotados para a aplicação da verba concedida. A respeito desta lei, Enoque Ribeiro dos Santos, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná), afirma que “Observa-se, que por norma infraconstitucional, o Estado está transferindo à iniciativa privada, algumas de suas atividades nucleares, ou atividades-fim, entre elas a educação e saúde, dois setores que absorvem o maior contingente de trabalhadores, nas mais variadas funções: agentes comunitários, enfermeiras, médicos, laboratoristas, etc.” (Santos, s.d.).

Neste contexto de desconfianças chama-nos a atenção do conceito utilizado pela ABONG quando diz em seu estatuto, que as ONG são as organizações que “tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático” (ABONG 2010). Ou seja, a ABONG reconhece a necessidade de suas associadas de promoverem a mudança estrutural na sociedade. Mais, a ABONG aconselha as suas associadas a não se cadastrarem como OSCIP, tendo por objetivo reafirmar a posição da ONG como complementar ao Estado e não como substituta ou terceirizada deste.

Não podemos ignorar no entanto, que a acusação de ser instrumento do neo-liberalismo não é dissolvida apenas pela existência de vertentes de pressão política ou de mudança sistêmica nas ações das ONG, pois é ainda possível que tais ações e propostas de mudança sejam definidas e controladas pelos financiadores das organizações e que podem ser ou não internacionais. Sendo assim, era necessário que as ONG só aceitassem financiamento para atividades condizentes com sua missão e cuja interferência do financiador não restringisse a sua autonomia.

Sobre este tema, a ABONG, em 2010, realizou um estudo intitulado “Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados”, cujo objetivo era dar “continuidade a uma série de debates e processos desenvolvidos ao longo dos 18 anos da Abong sobre as dimensões da sustentabilidade de suas associadas.” (ABONG, 2010, p. 23). De entre outras reflexões derivadas deste estudo, apontamos:

Em um sentido mais estrito, o que se denomina projeto – ou de modo mais preciso, financiamento institucional – são as modalidades de parceria com um dado sujeito que aporta um montante de recursos para as diversas ações de uma organização, sem especificar qual atividade a ser apoiada, guardados os devidos pactos entre as partes sobre os percentuais dos recursos a serem aplicados em cada tipo de gasto. Essa é uma modalidade de financiamento que

tem um sentido político muito forte, já que o parceiro – e, no caso brasileiro, esse parceiro tem sido historicamente as agências de solidariedade e cooperação internacional – estabelece uma relação com o conjunto de uma dada organização, seu compromisso é com o projeto institucional como um todo, e não com ações específicas nele contidas. (ABONG, 2010, p. 40).

Estas reflexões vão ainda mais ao âmago do problema constatando que:

Não foi relatado nenhum caso em que a autonomia tenha sido comprometida nem “flexibilizada”, pois, como afirmamos anteriormente, as organizações, quando decidem estabelecer esse tipo de relação, parecem conhecer bem o parceiro. Ou seja, a relação só se dá a partir de um conhecimento prévio, de um acordo entre as partes, impedindo que mudanças bruscas aconteçam no caminho. Além disso, o fato de que a maioria dos projetos tem uma temporalidade curta, em torno de um ano, ainda que possa haver relações mais duradouras, funciona também como uma espécie de barreira contra essa situação de vulnerabilidade. (ABONG, 2010, p. 52).

Por outro lado, a facilidade de se constituir uma ONG no Brasil, somada à falta de um termo legal que as defina, delimite e controle faz com que críticas desta natureza sejam difíceis de serem refutadas sendo imprescindível um marco legal que defenda a essência da ONG.

Embora esta discussão seja ainda inconclusiva, após analisar o conceito adotado pela ABONG, decidiu-se utilizá-lo para nortear este estudo, pois a ABONG tem hoje uma grande intervenção política além de se configurar como um importante interlocutor com o Estado brasileiro e diversas instituições internacionais. Além disso, a ABONG tem uma relação de critérios para a associação que são baseados neste conceito, assegurando a fidelidade das associadas ao conceito adotado.

Os critérios para se tornar uma associada da ABONG são:

1. Possuir CNPJ, personalidade jurídica própria como associação civil sem fins lucrativos ou fundação;
2. As entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas;
3. Mantenham compromisso com a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça
4. Tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação;

5. Tenham ao menos dois anos de experiência comprovada.
(ABONG, 2010)

Este último critério é importante, para se poderem analisar as ações promovidas pela ONG, pois, a ausência de uma legislação específica possibilita que diversos tipos de organizações se tornem ONG, de acordo com o visto pelos debates atuais, somente a prática de cada uma das ONG pode assegurar as intenções da mesma.

Ampliando as reflexões acerca da adoção do conceito utilizado pela ABONG, é possível ver uma convergência substancial entre o termo “não governamental” e o segundo objetivo anunciado por esta organização em seu estatuto: “consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares”(ABONG, 2010). Ou seja, o conceito de “não governamental” visto sob este ponto de vista é diferente do conceito de “não Estatal”, como é normalmente analisado. Quando a ABONG define entre seus objetivos a necessidade de consolidar a autonomia deste tipo de organização face ao Estado, aos partidos políticos, às igrejas e aos movimentos populares, ela aponta que muito mais do que “não-governamental”, estas organizações são “não governadas” – independentemente de qual seja a instituição superior a esta que a tente subjugar.

Ainda à luz deste novo modo de ler o termo, voltamos a perspectiva que posiciona a ONG enquanto meio de propagação da doutrina neo-liberalista. Se vemos a ONG enquanto instituição autônoma em sua governança, devemos procurar avaliar o nível de estreitamento entre esta e seus financiadores, pois, uma vez que esta relação aponte uma dependência, ela deve ser vista como nociva à existência da ONG que como tal se define. Caso contrário, como apontado pelo estudo supra citado, se esta relação for apenas uma forma de financiamento de uma instituição autônoma em seus níveis estratégicos, táticos e operacionais, então a missão da ONG está sendo preservada de interferências e não mais pode ser considerada como uma mediadora da interferência dos governos no modelo econômico dos países onde atua. (Borelli, 2008)

Resta considerar, na constituição da ONG, o cuidado ao lidar com aquelas que, sendo fundações ligadas a empresas do setor privado estão submetidas à interferência direta desta empresa ou corporação no que tange ao tipo de ações prestadas e estimuladas. A necessidade em preservar a independência da ONG é abordada pela ABONG no referido estudo, quando, nas conclusões, eles apontam que “(...) é recorrente a expressão de que isso se dá para além dos fundos privados, mas norteia o

acesso a qualquer tipo de fonte – é a autonomia da organização. Autonomia no sentido de poder realizar e ser o que é.” (ABONG, 2010, p. 52). Esta vigilância em ser autônoma e independente como forma de preservar o cumprimento do compromisso social que a estatui nos remete a outra discussão importante para a definição de ONG: a sua capacidade de gerar receita, o que nos remete à sustentabilidade das ONG.

3. Sustentabilidade das ONG: a luta pela sobrevivência.

*“Quando a última árvore tiver caído,
Quando o último rio tiver secado,
Quando o último peixe for pescado,
Vocês vão entender que dinheiro não se come.”
Provérbio Indígena*

De acordo com o Dicionário Michaelis de língua portuguesa, o termo sustentabilidade é definido como “qualidade de ser sustentável”. Esta definição é vaga e pouco explícita, pois pode-se ser sustentável socialmente, financeiramente ou ambientalmente. Na tentativa de explicar este termo de forma metaforizada, Marcondes, Lavorato e Ruschel (1995) explicam sustentabilidade relacionando e diferenciando-a de filantropia e responsabilidade social da seguinte forma: “Filantropia: é dar o peixe a quem tem fome. Responsabilidade Social: é ensinar a pescar. Sustentabilidade: é cuidar da qualidade da água do rio, das matas ciliares, evitar a erosão e trabalhar para que nunca falte peixe no rio.” (Marcondes *et al*, 1995, p. 17). Apenas por estas duas definições fica evidente que existe uma visão mais estreita e uma mais ampla do que é a sustentabilidade: a mais estreita considera apenas fatores diretamente relacionados ao objeto de estudo a ser sustentável, enquanto a ampla considera todas as variáveis ligadas, direta ou indiretamente, a este objeto de estudo. A primeira indica a sustentabilidade vista de um prisma, de um ponto de vista, enquanto a segunda busca a sustentabilidade plena, sem impactos negativos, sem comprometimentos futuros. Quase uma visão utópica daquilo que poderiam ser as relações de produção na nossa sociedade – ou talvez seja essa a única solução para a nossa sociedade.

Estas duas perspectivas a respeito do tema sustentabilidade são resultado da transformação do significado deste termo através do tempo. Inicialmente a sustentabilidade estava referenciada apenas à vertente econômica das organizações, sendo portanto relacionada com a análise financeira destas mesmas organizações. Mais tarde esta visão se ampliará. E a sustentabilidade será vista como a integração dos três pilares da sustentabilidade como veremos a seguir.

Conforme explicam Maia e Pires (2011, p. 178), “O sistema capitalista de produção, durante os últimos dois séculos, estimulou a concentração da riqueza, o consumo e a exploração dos recursos naturais pelas organizações de forma intensa e, via de regra, desordenada, gerando problemas sem precedentes.” . A lógica capitalista de acumulação levou a sociedade a uma cultura de análise segmentada que, intencionalmente ou não, colocava os resultados obtidos acima dos meios utilizados. Escolhas que visavam um maior retorno económico acabaram por sacrificar drasticamente os recursos naturais e gerar consequências sociais incomensuráveis, cujo impacto é difícil de delimitar.

Neste contexto de reconhecimento da inviabilidade de se perdurar esta lógica - mesmo vista de uma perspectiva capitalista e meramente financeira, pois esta só seria possível num sistema de recursos infinitos – começam a discutir-se formas de tornar sustentável o que hoje é insustentável. “Diante dos problemas ambientais e sociais desencadeados pelas decisões tomadas dentro e fora das organizações, surge o desafio de alcançar a sustentabilidade, considerando essencialmente três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental” (Maia & Pires, 2011, p. 179). Após a divulgação do relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “O nosso futuro comum”, o conceito de sustentabilidade passou então a ser entendido como a intercessão entre estas três dimensões conhecidas atualmente como os pilares da sustentabilidade.

É importante relacionar a transformação deste conceito à expansão mundial das ONG. Conforme visto anteriormente, as ONG tiveram seu estopim no período pós-guerra e alastraram-se rapidamente por todos os cantos do planeta num movimento Norte – Sul, ou, mais especificamente, de países desenvolvidos para países em via de desenvolvimento. Marcondes *et al* (1995) aponta que apesar das consequências desastrosas derivadas da segunda Guerra Mundial, os processos logísticos criados com o objetivo único de suprir as necessidades dos países envolvidos na guerra modificaram a percepção acerca do mundo e das transações comerciais de nível internacional. Foi esta nova visão do mundo, este novo entendimento da capacidade das organizações de se estruturarem baseadas na divisão internacional do trabalho e no atendimento das demandas mundiais e não somente nacionais que proporcionou a compreensão de como todos os países fazem parte de um mesmo planeta, o que torna o planeta uma

preocupação de todos os países. Os marcos e tratados ambientais assinados por diversos países neste período são resultado desta nova compreensão.

Apesar disto, do ponto de vista das ONG, o debate da sustentabilidade está atualmente muito mais focado na sustentabilidade econômica defendida pelos teóricos do Empreendedorismo Social, que reconhecem nas novas formas de intervenção social uma potencialidade para se auto financiarem. Este pensamento tem sido estimulado ainda mais pela conjuntura econômica mundial atual que se encontra em profunda crise financeira, aumentando por um lado os problemas sociais e por outro reduzindo as verbas disponibilizadas para as intervenções que amenizariam estes mesmos problemas. No entanto, o foco destes estudos é muito mais em como conciliar a geração de receitas com a missão social do que propriamente construir um comportamento sustentável. O que está ocorrendo no setor social não é diferente daquilo que ocorre em todos os outros setores da economia. O que se vê atualmente é que ao invés de se pensar sustentabilidade como um conceito integrado dos três pilares da sustentabilidade, os especialistas de cada uma das áreas lidam melhor com os pontos específicos de sua área. Ou seja, especialistas econômicos trabalham sustentabilidade econômica, enquanto especialistas ambientais trabalham melhor as questões da sustentabilidade ambiental. (Curran, 2009). É o raciocínio da sustentabilidade enquanto capacidade de ser sustentável sem se questionar profundamente onde começam e onde terminam as variáveis que condicionam esta sustentação.

Na conjuntura atual é inviável perpetuar esta lógica. É necessário avançar para a aceitação de um novo paradigma que auxilie a busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade contemporânea. Onde o principal problema é muito mais complexo do que encontrar uma maneira de fazer estas disciplinas – os chamados pilares da sustentabilidade - trabalharem conjuntamente. Apesar desta ser uma demanda que necessita de solução, o desafio proposto por esta discussão não é apenas de encontrar a intercessão entre os pilares é antes, de mudarmos de cultura: é a necessidade de deixarmos de ser a sociedade do excedente para passarmos a ser a sociedade da escassez. É compreendermos que todos os recursos são importantes, sejam eles sociais, naturais ou econômicos e que devemos obter deles a melhor relação recurso x benefício possível procurando desenvolver uma consciência sustentável constante em nossas vidas e em nossas organizações. É compreender que, se para cada ação existe uma reação, às vezes a nossa compreensão não nos permite mensurar as consequências das

nossas escolhas e que os resultados a longo prazo podem ser desastrosos. Este entendimento nos obriga a pensarmos melhor em nossas escolhas, em nosso comportamento diário.

“A trilha da sustentabilidade não tem fim e precisa de pioneiros que mostrem que vale a pena investir em ser cada vez melhor e mais competente na atuação econômica baseada na sustentabilidade.” (Marcondes *et al*, 1995, p. 17). A compreensão da sustentabilidade como uma trilha e não como um objetivo, é que rege este trabalho. Procurar um meio de conciliar os interesses econômicos, subjugando-os aos interesses ambientais e sociais, colocando-o enquanto uma ferramenta de relação de produção e não como um fim em si mesmo, é um dos objetivos deste trabalho que vê nos recursos financeiro apenas um meio de contribuir com a diminuição das mazelas sociais e com o desenvolvimento de uma sociedade que assegure uma vida digna a todos os habitantes da terra. Não podemos compreender a sustentabilidade apenas pela visão econômica, assim como não podemos compreendê-la apenas pela visão ambiental ou apenas pela perspectiva social. É a integração destas disciplinas, regendo as nossas ações diárias que constituirá a sustentabilidade enquanto trilha a ser seguida.

Tomando como base teórica esta compreensão integrada de sustentabilidade e a necessidade deste conceito de guiar as decisões estratégicas das organizações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população global, pergunta-se como seria possível potencializar a sustentabilidade das ONG do Brasil. Embora possa ser argumentado que as ONG têm um baixo impacto ambiental e já concorrem para a melhoria da vida no planeta, é essencial discutir este tema através da perspectiva destas organizações, pois, como exposto anteriormente, quando tomamos uma decisão, raramente medimos as consequências reais desta decisão. As ONG tem um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades e precisam perguntar-se até onde de fato as suas ações promovem esta melhoria e até onde ajudam a perpetuar estes problemas – isto também é sustentabilidade social. As ONG têm um baixo impacto ambiental, mas podem auxiliar a reduzir ainda mais este impacto se pensarem em formas conjuntas de solucionarem os seus problemas – isto também é sustentabilidade ambiental. As ONG são conhecidas historicamente por serem sustentadas através de verbas a fundo perdido. É imprescindível mensurar os impactos positivos e negativos resultantes da ação destas organizações, e ainda, viabilizar meios de sobrevivência independentes do fundo perdido, seja através da demonstração de que aquele fundo não

é perdido, ele dá um retorno direto à sociedade, mesmo que não financeiro; seja através de outras formas de geração de receita, de trabalho por parcerias ou em rede – isto também é sustentabilidade económica. Resta compreender como é possível equacionar os problemas relatados.

4. The Balanced Scorecard: a avaliação do desempenho e a operacionalização da estratégia.

Embora não haja uma maneira específica para se potencializar a sustentabilidade, a proposta que mais inspirou este projeto foi o Sustainability Balanced Scorecard que é uma modificação do Balanced Scorecard apresentado por Kaplan e Norton (1992).

O Balanced Scorecard foi concebido com uma forma de mensurar o desempenho das empresas, levando em consideração não somente os resultados financeiros, mas também os fatores não monetários e não monetarizáveis. Ele foi primeiramente definido como “a set of measures that gives top managers a fast but comprehensive view of the business” (Kaplan e Norton, 1992, p. 71). Estes indicadores seriam divididos inicialmente em quatro perspetivas - financeira, cliente, processos e aprendizagem. No entanto, esta ferramenta é flexível, possibilitando a criação de novas perspetivas ou a substituição de alguma delas a depender da necessidade da organização. Segundo os seus criadores, para que o balanced scorecard funcione, é preciso relacionar os objetivos de tempo, qualidade e desempenho e serviço e então traduzi-los em indicadores específicos. Para definir este conjunto de indicadores, era preciso relacionar as perspetivas à estratégia escolhida (Kaplan e Norton, 1992).

Devido a esta ligação direta entre o sistema de avaliação de desempenho e a visão e a estratégia organizacional, como afirmam os próprios criadores do modelo, para tirar o máximo proveito do poder concedido pelo Balanced Scorecard as empresas logo integraram esta ferramenta em um sistema de gestão auto-mensurado (Kaplan e Norton, 2001). Os autores explicam:

Previous systems that incorporated nonfinancial measurements used ad hoc collections of such measures, more like checklists of measures for managers to keep track of and improve than a comprehensive system of linked measurements. The Balanced Scorecard emphasizes the linkage of measurement to strategy (Kaplan and Norton 1993) and the cause-and-effect linkages that describe the hypotheses of the strategy (Kaplan and Norton 1996b). The tighter connection between the measurement system and strategy elevates the role for nonfinancial measures from an operational checklist to a

comprehensive system for strategy implementation (Kaplan and Norton 1996a). (Kaplan e Norton, 2001, p. 87).

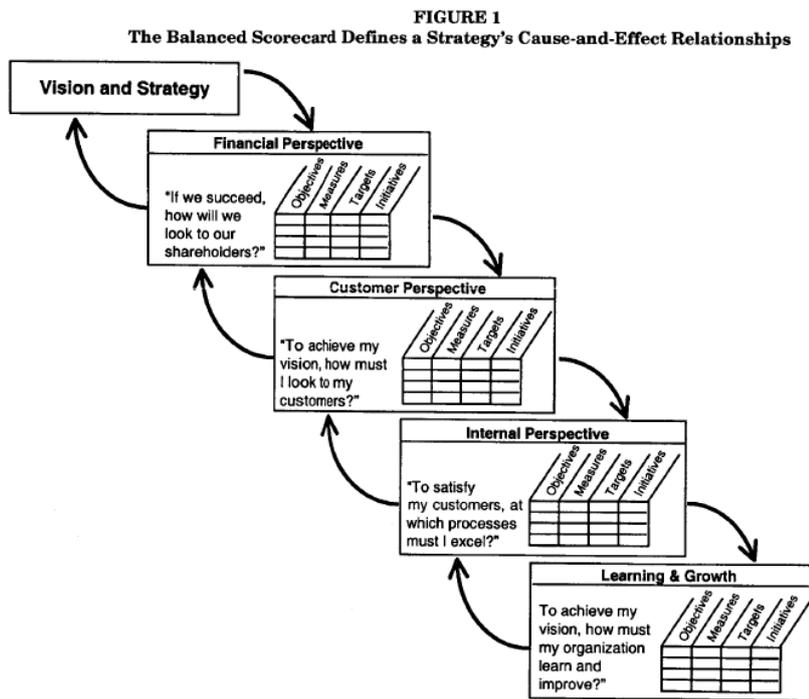
Nos artigos “*Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part I e Part II*” (Kaplan e Norton, 2001), os autores explicam como é possível aplicar a técnica, transformando-a num modelo de gestão estratégica, além de clarificar como é que esta ferramenta está estreitamente ligada à estratégia da organização.

De forma sucinta, para aplicarmos a técnica devemos inicialmente definir a visão e a estratégia organizacional. Uma vez definida a visão e a estratégia a ser utilizada para atingi-la, é necessário fazer-se quatro perguntas, cujas respostas deverão ser segmentadas em objetivos específicos para cada perspectiva do BSC, são elas:

1. Se atingirmos nossa visão, como deveremos olhar para os nossos stakeholders?
2. Para atingir a visão organizacional, como deveremos olhar para os nossos clientes?
3. Para satisfazer os meus clientes, em quais processos eu devo ser excelente?
4. Para atingir a visão organizacional, como a minha organização deve aprender e desenvolver-se?

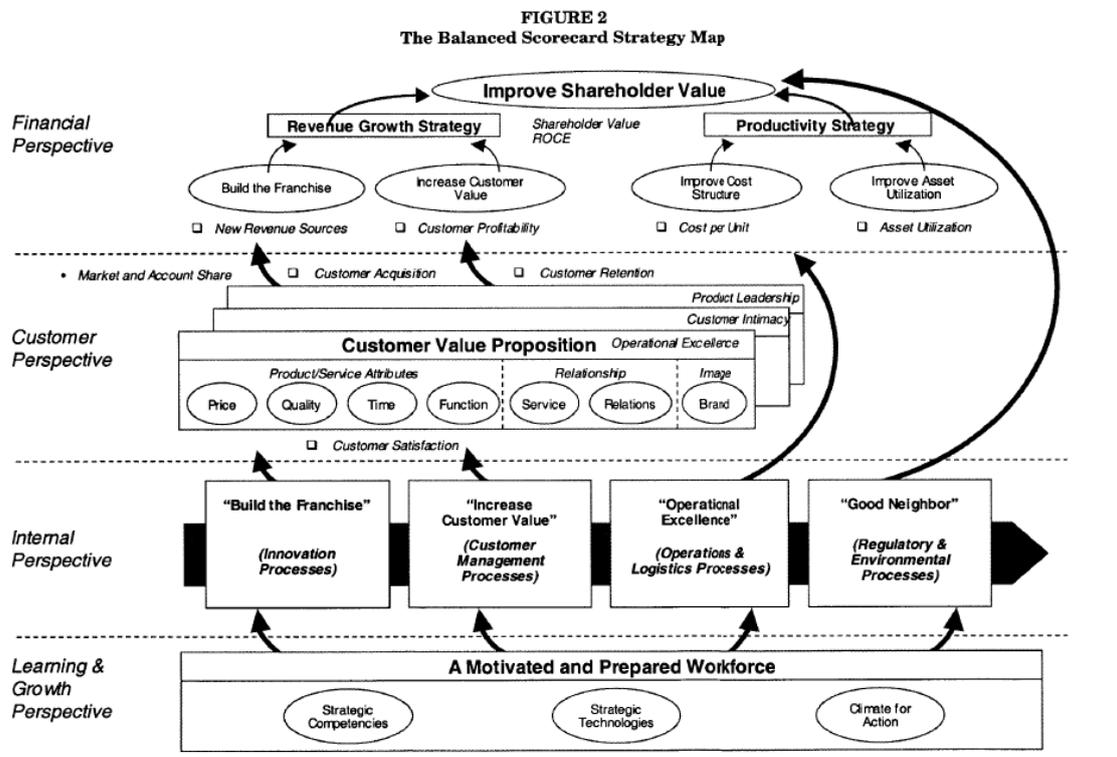
Uma vez respondidas estas perguntas e traduzidas em objetivos mensuráveis, é criado o mapa estratégico da organização que demonstra através de ligações, como cada objetivo estipulado influencia na concretização da visão da organização. Caso não seja possível estabelecer esta relação direta, este objetivo deve ser reformulado ou excluído, visando manter a relação entre estratégia e operação. As figuras I e II, foram tiradas do artigo “*Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part I*” (Kaplan e Norton, 2001, p.91 - 92), demonstram como as perspectivas se relacionam e exemplificam o mapa estratégico citado acima:

Figura I: A relação de causa e efeito do BSC



Fonte: Kaplan e Norton, 2001, p. 91

Figura II: O Mapa Estratégico do BSC



Fonte: Kaplan e Norton, 2001, p. 92

Enquanto no artigo “*Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part I*” (Kaplan e Norton, 2001) instruem acerca da utilização da ferramenta, no “*Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part II*” (Kaplan e Norton, 2001a), eles chamam a atenção de que este método só é exequível em organizações que seguem os princípios da organização estrategicamente focada, são eles:

1. Traduzir a estratégia em termos operacionais
2. Alinhar a organização à estratégia
3. Fazer da estratégia um trabalho de todos
4. Fazer da estratégia um processo contínuo
5. Mobilizar mudança através da liderança executiva

Pouco depois da divulgação deste modelo de gestão, estudiosos do campo da sustentabilidade se uniram e criaram o *Sustainability Balanced Scorecard* que teria como intenção relacionar a gestão da sustentabilidade à estratégia da organização. Segundo os seus criadores, “Sustainability management with the Balanced Scorecard helps to overcome the shortcomings of conventional approaches to environmental and social management systems by integrating the three pillars of sustainability into a single and overarching strategic management tool.” (Figgie, F., Hahn, T., Schaltegger, S., Wagner, M., 2002, p. 269). Uma das sugestões na concepção do *Sustainability Balanced Scorecard* é que se distribuam os indicadores de sustentabilidade nas quatro perspectivas apresentadas, de forma que a sustentabilidade esteja presente em toda a gestão estratégica empresarial, ou que se crie uma perspectiva de sustentabilidade. No entanto, eles clarificam que isto só é aconselhável em duas situações:

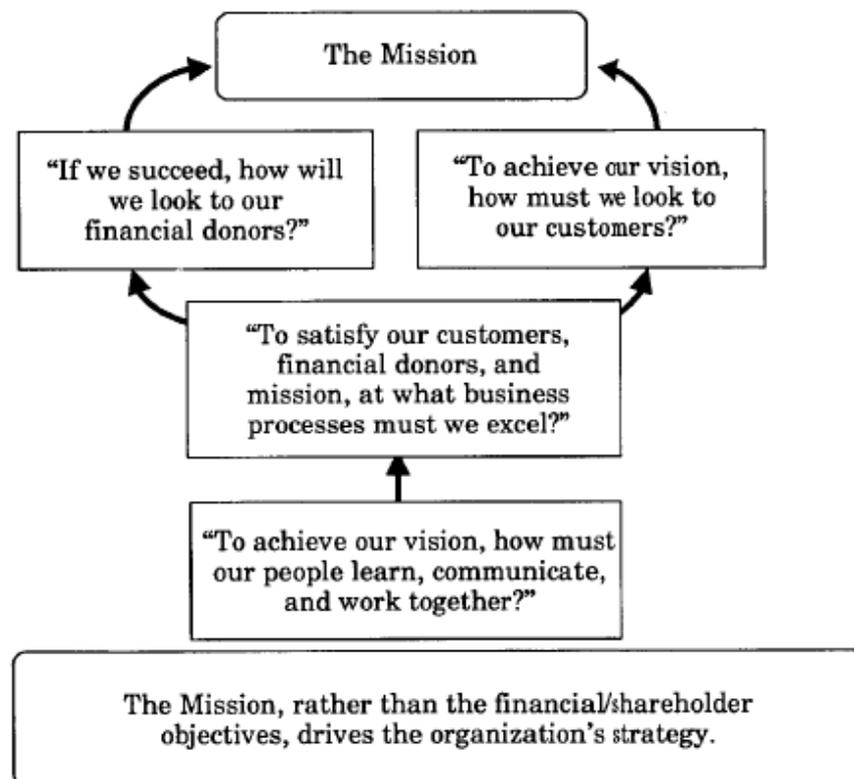
In order to justify an introduction of an additional non-market perspective, environmental and social aspects from outside the market system must explicitly represent strategic core aspects for the successful execution of the strategy of the company considered. Thus, the necessity for an additional non-market perspective arises when environmental or social aspects that cannot be reflected according to their strategic relevance within the four standard BSC perspectives at the same time significantly influence the firm’s success from outside the market system. (Figgie, F., Hahn, T., Schaltegger, S., Wagner, M., 2002, p. 274).

Dado que tanto o *Balanced Scorecard* de Kaplan e Norton, quanto o *Sustainability Balanced Scorecard* de Figgie, Hahn, Schaltegger e Wagner se relacionam com organizações lucrativas, é necessário construir um modelo específico

para as ONG. Kaplan, em 2001, divulgou um modelo de *balanced scorecard* para organizações sem fins lucrativos (Figura III), sugerindo que a perspectiva financeira passasse a ser vista como a perspectiva de clientes doadores e fosse hierarquicamente nivelada à perspectiva dos clientes, que passariam a ser clientes recetores. Estas duas perspectivas estariam submetidas à missão organizacional.

Figura III: O BSC para Organizações Sem Fins Lucrativos

FIGURE 4
Adapting the Balanced Scorecard Framework to Nonprofit Organizations



Fonte: Kaplan, 2001, p. 361

No artigo “*Strategic Performance Measurement and Management in Nonprofit Organizations*” (Kaplan, 2001), o autor explica melhor como são construídos e aplicados os BSC para organizações sem fins lucrativos. E exemplifica disponibilizando três estudos de casos. Num desses casos, o Duke Children’s Hospital, ele coloca a perspectiva do cliente como hierarquicamente superior e a financeira como a mais inferior, como pode ser visto Figura IV.

Figura IV: O mapa estratégico do Duke Children's Hospital

[Table 2. Duke Children's Hospital Balanced Scorecard				
<i>Our Mission Excellence in Service, Training, and Research</i>				
<i>Customer Perspective</i>	Satisfied consumers, families, and funders	Recognized as a leader in conducting and disseminating research	Optimizes quality of life	Recognized as a leader in the media and by legislators
<i>Learning and Growth Perspective</i>	Agencywide adherence to performance improvement via PDCA methods	Access to career development and mentoring for all staff	Strategic job coverage at all levels	Diverse staff working productively—guided by the agency's balanced scorecard
<i>Internal Perspective</i>	Effective, comprehensive information systems (external and internal communications)	Effective, comprehensive, and cost-effective care for consumers	Safeguard rights, responsibilities, and ethics via corporate compliance office	Effective collaboration and partnering with other agencies/providers
<i>Financial Perspective</i>	Achieve continued improvement in net asset and liquidity to support new service development	Effectively link clinical and financial data systems and decisions	Effectively link staff compensation, performance, and service delivery	Sufficient funding support for all programs/services

Fonte: Kaplan, 2001, p. 364

Como podemos ver na Figura IV, o próprio autor reconhece que é possível utilizar o modelo de outra forma: elevando a perspectiva dos clientes (entendida no mundo social como população-alvo), e rebaixando a perspectiva financeira. Isto porque a perspectiva financeira não é o objetivo final de uma organização socialmente vocacionada, é antes um instrumento para que a missão desta mesma organização seja concretizada. Ou seja, a pergunta sobre o que orientaria toda a construção do BSC seria: para ter sucesso na resposta às necessidades de nossa população alvo o que é que nós devemos fazer? Já a perspectiva económica, deverá ser regida pelo questionamento de como o nosso dinheiro pode trabalhar para nós. Ou seja, se ficar decidido pela perspectiva da população-alvo que para atingir a nossa missão é necessário criar novos pontos de atendimento, então é desta forma que a nossa política económica deve orientar-se; se ficar decidido que é necessário aumentar a qualidade do serviço prestado, esta deve ser a preocupação da perspectiva financeira, seguindo mais alinhadamente a ideia do BSC. A princípio, esta segunda sugestão parece mais aconselhável, já que a visão de uma ONG deve ser estipulada tendo em vista as necessidades da população-alvo para a qual a organização trabalha. Esta afirmativa deverá ser confirmada a partir da pesquisa que criará o protótipo do *Sustainability Balanced Scorecard* de ONG.

É importante ressaltar que não existe nenhum *Balanced Scorecard* igual – cada organização tem o seu em específico, já que este está submetido à estratégia e à visão da organização. Supõe-se, porém, que as variáveis se repitam, assim como se repetem nas organizações com fins lucrativos, e que estas variáveis mudam com o tempo e se segmentam tendo em vista a missão da ONG. Por exemplo, as ONG voltadas à promoção da igualdade de gênero utilizarão indicadores diferentes daqueles que as ONG que trabalham pela preservação do meio ambiente. No entanto, os indicadores que as ONG destes subgrupos utilizam devem repetir-se, e é necessário estar atento para reconhecer tanto a segmentação quanto a repetição destes indicadores.

Para compreender como potencializar a sustentabilidade das ONG do Brasil, é necessário, portanto, compreender quais são as variáveis que se encontram repetidamente nas organizações bem sucedidas. Outro ponto importante é identificar as dimensões estruturantes das organizações que permitem que estas sejam mais sustentáveis do que aquelas que não desenvolveram estas dimensões. A pesquisa para identificar estas variáveis e dimensões estruturantes resultou no diagnóstico social compilado no capítulo dois deste projeto, que procurou verificar quais as necessidades das atuais ONG brasileiras, relacionando suas maiores dificuldades e suas principais demandas de consultoria.

CAPÍTULO III - DIAGNOSTICO SOCIAL

1. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil

O FASFIL é um estudo bianual promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que caracteriza as chamadas FASFIL (Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos), com o propósito de perceber quantas são, onde se localizam, quando foram criadas, o que fazem, quantas pessoas empregam e quanto remuneram. (IBGE, 2012, p. 11).

O FASFIL publicado no ano de 2012 foi feito com o apoio da ABONG, do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Este apoio foi extremamente importante por se tratar de organizações com visões e perspectivas diferentes daquelas que são normalmente trabalhadas pelo IBGE (organizações com fins lucrativos). Esta nova visão, adaptada a este setor, passou a ser a visão oficial abordada por este estudo. (IBGE, 2012, p. 8). Os dados utilizados para esta análise foram retirados do Cadastro Central de Empresas CEMPRE, do IBGE.

O CEMPRE é um cadastro atualizado anualmente, que reúne informações das organizações formais inscritas na Secretaria da Receita Federal, e que declararam ter exercido atividade econômica no ano de referência. Estas organizações, portanto, possuem natureza jurídica – conhecido como o CNPJ, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, abrangindo organizações de diversas naturezas jurídicas, com e sem fins lucrativos – e podem fazer esta declaração através de pesquisas econômicas estruturais do IBGE e registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esta última edição divulgada no ano de 2012 com dados referentes ao ano de 2010 conta com algumas inovações comparativamente aos anos de 2008 e 2006. A primeira delas é o fato de incluir informações acerca do gênero dos trabalhadores assalariados e seu nível de escolaridade. Foram apresentados ainda comentários de análise progressiva da situação destas organizações baseando-se nos relatórios anteriores. Uma outra mudança significativa foi a “alteração do método de determinação das unidades ativas no CEMPRE e à adoção de uma nova classificação de atividades econômicas, CNAE 2.0, que é utilizada como um dos critérios para classificação da finalidade das entidades sem fins lucrativos.” (IBGE, 2012, p. 20). No entanto, a modificação mais significativa foi a nova metodologia de análise que procurou igualar o estudo a nível internacional, adotando, para tanto, as recomendações do *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, já referenciado no capítulo anterior deste projeto. Estas modificações trouxeram algumas dificuldades à comparação dos relatórios, no entanto, as vantagens a nível de análise internacional superaram estes entraves.

Como dito anteriormente, para compor este estudo foram selecionadas as organizações cujo CNPJ está classificado como sem fins lucrativos e que ao mesmo tempo correspondessem aos critérios estipulados pela JHU. De acordo com o Código Civil Brasileiro, estão incluídas neste grupo as associações, fundações e organizações religiosas. Uma vez selecionadas estas organizações, elas foram classificadas através da Copni (*Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households – Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias*), que é definida e reconhecida como uma família de classificação pela Divisão de Estatísticas da ONU. Esta classificação foi também utilizada nos anos anteriores e é reconhecida internacionalmente, possibilitando tanto a comparação internacional, quanto periódica. Para identificar o objetivo da organização, utilizou-se a informação

dada pelas mesmas ao CEMPRE através do CNAE que é o Código Nacional de Atividade Econômica que se refere exclusivamente à atividade principal executada pela organização. Através da informação fornecida ao CNAE, puderam excluir todas as organizações sem fins lucrativos que não se adequam ao conceito de setor não lucrativo trabalhado anteriormente.

Esta seriação serviu como método de determinação do universo pesquisado. Foram identificadas 290.692 organizações divididas em dez grupos de acordo com sua atividade econômica. São eles o grupo da Habitação, Saúde, Cultura e recreação, Educação e pesquisa, Assistência Social, Religião, Associações patronais e profissionais, Meio ambiente e proteção animal, Desenvolvimento e defesa de direitos, e por último Outras instituições privadas sem fins lucrativos, conforme apresentado na tabela 7 do Anexo I deste trabalho. De acordo com o relatório, “no período, foi observado um acréscimo de 8,8% no número de Fasfil, que passaram de 267,3 mil, em 2006, para 290,7 mil, em 2010.” (IBGE, 2012, p. 11). Para delinear o perfil destas 290 mil organizações, o IBGE procurou identificar não apenas quantas são, mas onde estão, qual a idade, o que fazem, quantos trabalhadores empregam, qual o porte, e qual a remuneração que os trabalhadores destas organizações recebem. Como dito anteriormente, procuraram perceber também o nível de escolaridade destes colaboradores e as questões relacionadas ao gênero destes.

Foi percebido que estas organizações se distribuem em todo o território nacional de forma proporcional à distribuição populacional. Ou seja, as regiões Sudeste e Nordeste são as que abrigam a maior quantidade de Fasfil, estando 44,2% das organizações no Sudoeste, onde a população local representa 42,1% da população brasileira, e 22,9% das Fasfil se encontram no Nordeste, onde moram 27,8% dos brasileiros. Embora este fato isolado possa representar uma uniformidade na distribuição dos serviços, ao se pesquisar o que fazem – dado que iremos abordar posteriormente, – vemos que esta suposição não é verídica, pois os serviços prestados por estas instituições diferem de acordo com a necessidade e o grau de desenvolvimento da região, evidenciando a desigualdade regional já conhecida pela população brasileira. É possível inferir, no entanto, que independentemente da região e do grau de desenvolvimento da mesma, a preocupação da população e o envolvimento da sociedade civil nas questões da desigualdade social são constantes em todo território

nacional, tendo suas ações moldadas pelas necessidades específicas de cada local, o que é perfeitamente compreensível.

A análise das datas de criação das Fasfil traz-nos novos dados acerca desta desigualdade regional vivenciada no Brasil. Foi percebido que 40,8% das organizações existentes atualmente foram formalizadas do ano 2001 ao ano 2010. A maior parte das organizações, o que equivale a 46,5%, foram formalizadas entre os anos 1981 e 2001 e apenas 12,7% das mesmas existiam desde antes do ano de 1981. No entanto, ao se cruzar os dados temporais e os dados geográficos, percebemos que “entre as mais antigas, criadas até o final dos anos 1970, predominam as sediadas no Sudeste, 55,4% do total. Entre as instituições mais novas, cresce a participação daquelas sediadas no Nordeste, que representam $\frac{1}{4}$ do total das entidades criadas de 2001 a 2010” (IBGE, 2012, 30). Este dado pode ser analisado como uma crescente participação da sociedade civil no Nordeste, assim como podemos supor que existiu um estímulo à criação de novas organizações e um aumento no nível de desenvolvimento social desta região, resultante da ação destas organizações e culminando no surgimento de ainda outra Fasfil. Estes dados foram apresentados nas tabelas 9 e 10 do relatório, que se encontram em anexo a este projeto.

O terceiro ponto de caracterização do perfil das Fasfil trata das atividades que estas organizações realizam. Foi percebido que a maior parte destas organizações se relacionam com a defesa de direitos e interesses dos cidadãos, representando 30,1% do total das Fasfil no Brasil. O segundo maior grupo, composto por 28,5% das organizações estudadas, é o das organizações de cunho religioso. Chama-se a atenção para dois grupos em especial: o grupo de Assistência Social, e o grupo de Meio Ambiente e Proteção Animal. No primeiro grupo observamos que, 76,6% das organizações de assistência social estão localizadas nas duas regiões mais ricas do Brasil: Sul e Sudeste. O IBGE assume que isto acontece devido aos problemas sociais predominantes dos grandes centros urbanos, tais como violência doméstica, menores infratores, abuso e exploração sexual.

O grupo de proteção ao meio ambiente e aos animais é o menor grupo de todos, tendo menos de 1% das organizações em sua lista. Dada a importância dos recursos naturais do Brasil no cenário internacional atual, é de se admirar que poucas organizações tenham por missão o bom uso destes recursos e a sua proteção. Para este trabalho em específico, este é um ponto importantíssimo, visto que, como citado

anteriormente, a sustentabilidade é composta por três pilares que devem ser trabalhados de forma integrada. Reconhece-se, no entanto, que para trabalharmos de forma integrada, precisamos ter conhecimentos aprofundados e especializados nas áreas que compõem estes três pilares. Se menos de 1% das organizações da sociedade civil estão trabalhando pelo bom uso dos recursos naturais, podemos inferir que o nível de maturidade das outras organizações na relação com o uso do meio ambiente é ainda pouco desenvolvida. É imprescindível, portanto, uma atenção redobrada na análise do comportamento destas perante o Meio Ambiente aquando da composição das variáveis que definem o impacto ambiental causado por estas e das variáveis que indicam o nível de sustentabilidade ambiental operada por estas organizações.

Neste ponto da análise é importante ponderamos também que alguns grupos enfrentam maiores dificuldades para manterem as suas portas abertas do que outras, devido às políticas sociais adotadas pelos governos assim como à sua importância na vida diária dos cidadãos. Por exemplo, ao cruzarem-se os dados das finalidades das organizações com os dados de período de atividade percebeu-se que as organizações mais antigas são as religiosas, e as mais novas são as de defesa de direitos e interesses dos cidadãos. Percebe-se também que a maior parte dos hospitais existentes tiveram início antes da década de 1980, e permanecem ativos até hoje, superando a marca de todas as outras organizações do grupo de saúde.

Estes fatos estão intimamente ligados à chegada destas organizações ao Brasil, que tiveram em grande parte influência da Igreja Católica e que agora proliferam com o auxílio do governo, de forma a atuar nos locais onde o Estado está mais enfraquecido, sem com isso perder por completo a fiscalização estatal. Ressalta-se, neste ponto, que nem todas estas organizações fazem parte daquilo que denominamos de Organizações Não Governamentais neste trabalho. Antes elas são componentes do setor não lucrativo, ou terceiro setor, que engloba também as ONG.

“Um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhadores assalariados nas 290,7 mil Fasfil, em 2010 (Tabela 14).” (IBGE, 2012, 37). No entanto, destes 2,1 milhões, grande parte é empregada por instituições de ensino ou hospitais, o que reduz bastante a quantidade de colaboradores assalariados nas outras instituições. Esta distribuição também não é geograficamente linear, estando 58,1% dos trabalhadores assalariados localizados no Sudeste. Observa-se também que embora as instituições mais antigas, criadas até 1980, representam a apenas 12,7% do

total das Fasfil, estas absorvem o maior percentual de pessoas ocupadas, o que equivale a 47,3%. Da mesma forma, as organizações que se dedicam a defesa dos direitos e interesses do cidadão são as mais novas e as que menos empregam. Talvez por este motivo, a região Nordeste é a que tem as menores taxas de ocupação juntamente com a região Norte.

Foi percebido que as mulheres são mais atuantes nas Fasfil do que nas outras áreas integrantes do CEMPRE, compondo 62,9% do quadro de pessoal das Fasfil, enquanto representam apenas 42,1% das outras áreas. O nível de escolaridade nesta categoria de organização também supera o nível das outras. Enquanto o percentual de assalariados com nível superior na Fasfil é de em média 33%, nas outras áreas do CEMPRE é de em média 16,6%.

As diferenças entre a região Nordeste e Sudeste já foram apontadas em diversos tópicos deste relatório. Os dados acerca do porte destas organizações vêm evidenciá-las uma vez mais. De acordo com o IBGE, “os dados da Tabela 22 sinalizam uma média de 7,3 pessoas ocupadas assalariadas por entidade no ano de 2010. Essa média, no entanto, não revela as diferenças significativas no porte das entidades por Grandes Regiões e por área de atuação. A média de trabalhadores assalariados nas Fasfil do Sudeste (9,6) é mais que o dobro da observada no Nordeste (4,5)” (IBGE, 2012, p. 48). Esta discrepância também é vista entre os grupos das Fasfil: enquanto a média de trabalhadores nos hospitais é 224,8, nas organizações religiosas este número baixa para 1,8. A desigualdade fica ainda mais óbvia quando se analisam organizações com a mesma finalidade, mas em regiões diferentes do país: enquanto nas organizações voltadas para a educação superior no Sudeste encontramos uma média de 131,5 trabalhadores, nas do Norte encontramos uma média de 67 trabalhadores – pouco mais da metade.

Outro ponto importante que foi percebido através deste estudo é que na sua maioria as Fasfil são de pequeno porte: 72,2% destas organizações não contam com nenhum trabalhador, 87,3% possuem menos de cinco trabalhadores e apenas 1,2% delas tem mais de 100 trabalhadores. Estes pontos são importantes para se perceber a multiplicidade de realidades no Brasil. É claro que alguns destes dados são compreensíveis, por exemplo, é de se esperar que uma instituição de ensino superior, ou um hospital tenham mais trabalhadores do que uma associação voltada ao desenvolvimento e defesa de direitos, pois enquanto esta última pode funcionar numa

escala reduzida, os dois primeiros não podem. No entanto, as discrepâncias registadas extrapolam o nível de normalidade, se deixando influenciar pela realidade desigual do país estudado. Não existe uma explicação plausível para a diferença de média de trabalhadores assalariados por região, a não ser a desigualdade social enfrentada que impossibilita a geração de renda ou arrecadação de fundos de forma sustentável nas diferentes regiões do país. Esta lacuna compromete não somente a sustentabilidade financeira destas organizações, como também, o impacto social causado por elas, o que em última instância significa o comprometimento da sustentabilidade social destas mesmas organizações.

A remuneração dos trabalhadores destas organizações segue a média salarial do país – 3,3 salários mínimos mensais. Mais uma vez o Sudeste e o Nordeste representam os extremos. Enquanto o Sudeste é a única região onde a média salarial ultrapassa a média mensal das Fasfil, o Nordeste é a que tem a menor média salarial do país. Estas diferenças são também percebidas se analisadas pelos grupos de objetivos das Fasfil.

Para terminar, percebe-se que, infelizmente, a exclusão por género é também vista nas Fasfil, onde teoricamente a consciência a respeito da igualdade de direitos entre os géneros é mais difundida. A realidade é que enquanto os homens na Fasfil recebem em média 3,9 salários mínimos, as mulheres recebem 2,9. Vale ressaltar neste ponto que as mulheres representam a maioria dos trabalhadores das Fasfil, o que torna este dado ainda mais surpreendente.

Pode-se perceber por este panorama traçado através deste estudo que, apesar de serem reconhecidas pela sua preocupação com o impacto social, as Fasfil são ainda reprodutoras de uma cultura desigual e excludente. As análises acerca da sustentabilidade social nos trazem discussões profundas referentes à relação entre estas organizações e seus colaboradores. O fato de grande parte dos colaboradores destas organizações serem ainda não remunerados é mais um dos pontos contraditórios desta área de trabalho. É claro que o trabalho voluntário faz parte da identidade deste setor, e que pode vir a ser uma característica perpétua para muitas destas organizações. No entanto, enquanto em umas organizações o trabalho voluntário é visto como complemento do quadro de funcionários, em outros é a única fonte de recursos humanos, o que torna o trabalho extremamente vulnerável e até mesmo questionável em sua qualidade e comprometimento perante a população de beneficiários com a qual atuam. A questão neste ponto é até quando o trabalho destas organizações será visto

como assistência e caridade? Até que ponto um trabalho que não nos dá condições de viver poderá requerer a nossa atenção constante, garantido a boa qualidade do serviço prestado? Estas questões já foram levantadas anteriormente e seus resultados já são visíveis na mudança de posicionamento de alguns grupos de financiadores sociais. Trabalharemos este tópico posteriormente, quando trouxermos para a discussão as novas exigências vivenciadas por estas organizações.

2. ABONG – Panorama das Associadas

No ano de 2010 foi disponibilizado pela ABONG o Panorama das Associadas. Este trabalho se assemelha àquele que foi feito pelo IBGE, com a ajuda desta mesma organização, mas envolve somente as associadas da ABONG trazendo, desta forma, uma visão mais específica e detalhada do universo estudado neste projeto.

O Panorama das Associadas se encontra dividido em dois blocos, sendo que no primeiro foram trabalhadas as lutas das associadas e no segundo a dimensão da sustentabilidade político-financeira das mesmas. De acordo com a ABONG, este panorama não é apenas o delineamento do perfil das associadas, mas antes um instrumento cujo objetivo “é que sua leitura propicie o surgimento de novas questões, de pontos a partir dos quais outros olhares possam se estabelecer, outras palavras possam ser ditas, novas perspectivas encontradas.” (ABONG, 2012, p. 8). Um panorama, que permita uma visão externa sobre o perfil e as ações das associadas, não para julgá-las, mas para fazê-las questionarem-se sobre os caminhos escolhidos.

As reflexões trazidas pelo primeiro bloco do panorama são extremamente significativas e algumas nos ajudam a responder a alguns dos questionamentos trazidos pelo Fasfil, mesmo embora, este segundo tenha sido publicado posteriormente ao primeiro. O objetivo desta primeira parte do panorama não era somente a de perceber quais eram as lutas das associadas, mas também identificar “os sujeitos para quem se dirigem as ações, as perspectivas de seus trabalhos, assim como os principais tipos de intervenção.” (ABONG, 2010, p. 11).

O primeiro ponto que nos chama a atenção neste capítulo é o fato da ABONG ter percebido que as associações não trabalhavam com um tema em específico: elas trabalhavam com temas correlacionados. Isto não invalida o trabalho feito pelo IBGE, visto que naquele estudo os dados foram tratados considerando a atividade econômica principal da organização. Este fato nos mostra que, embora o Fasfil seja extremamente útil para delinear o perfil das Fundações e Associações sem fins lucrativos do Brasil, ele

não consegue demonstrar de modo aprofundado a complexidade das ações promovida por estas. Um exemplo claro desde fato são as organizações dedicadas à proteção do meio ambiente. Foi visto no Fasfil que este grupo conta com o menor percentual de organizações em todo o Brasil, no panorama percebeu-se que este é o quinto grupo mais citado dos vinte e três existentes. Ao correlacionar os temas perceberam que este grupo “apresenta um alto grau de transversalidade com outras bandeiras políticas. Podemos inferir que essa luta vem sendo incorporada por associadas para além daquelas do campo ambiental, dado o agravamento das condições ambientais nos últimos anos. Não é à toa que este é um dos temas que apresenta correlação com a perspectiva de trabalho relacionada à solução de problemas imediatos.” (ABONG, 2010, p. 17).

Observa-se, portanto, que embora o Fasfil indique que existam poucos grupos trabalhando com o tema da proteção ao meio ambiente em específico, este assunto é de interesse geral das organizações sem fins lucrativos. É imprudente pois assumir que pelo fato de existirem poucas organizações dedicadas a este tema, o mesmo está sendo pouco trabalhado. É imprescindível, por outro lado, questionar-se sobre a qualidade do trabalho executado, já que nenhuma delas é especializada neste tipo de ação. O fato deste tema já ser visto com transversal é outro aspecto relevante para este estudo. Uma vez que já reconhecem a transversalidade dos três pilares da sustentabilidade, basta agora conscientizar-se da necessidade de trabalhá-los de forma integrada, como proposto neste projeto.

Posto em ordem decrescente, os grupos temáticos das lutas das associadas da ABONG são: a educação (48,9%), organização popular / participação popular (33,8%), relações de gênero (27,1%), justiça e promoção de direitos (23,3%), meio-ambiente (21,8%), fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares (20,3%), saúde (20,3%), trabalho e renda (18%), agricultura (15%), economia solidária (12,8%), arte e cultura (11,3%), questões agrárias (8,3%), DST/Aids (6,8%), orçamento público (6,8%), segurança alimentar (6%), assistência social (6%), questões urbanas (6%), segurança pública (4,5%), discriminação racial (3,8%), discriminação sexual (3,8%), relações de consumo (3,8%), comunicação (3,8%), esporte (0,8%) e comércio. Estas informações estão tabuladas na Tabela 1 do Anexo II deste trabalho.

É importante ressaltar que as informações acima não são apenas da atividade principal das organizações, mas de todas as atividades prestadas pela mesma, o que possibilita perceber os temas correlacionados. “É interessante observar que as

associadas não são unitemáticas, articulando em suas ações várias lutas. Por outro lado, há uma delimitação dos sujeitos para quem as ações são dirigidas. Ou seja, as lutas são trabalhadas conjuntamente e dirigidas a sujeitos mais focalizados.” (ABONG, 2010, p. 18).

Sobre os sujeitos aos quais as associadas dirigem suas ações, observou-se que as organizações associadas à ABONG, embora trabalhem com públicos mais focalizados e restritos a cada organização, se assemelham ao direcionarem as suas ações para as organizações populares e movimentos sociais, caracterizando estas ONG enquanto defensoras de direitos. Este pensamento é confirmado pelo fato das associadas apontarem a importância de se transformar as ações promovidas por elas em políticas públicas, ao mesmo tempo em que menos de 10% delas lutam para solucionar problemas imediatos. Para concluir este pensamento, a ABONG finaliza esta primeira parte do panorama apontando que “podemos inferir que além da educação como instrumento de formação política, são necessárias estruturas institucionais que garantam e viabilizem as lutas por direitos a longo prazo.” (ABONG, 2010, p. 19). Em outras palavras, enquanto defensoras de direitos, as associadas ABONG reconhecem na educação – formal ou informal – um instrumento crucial para a defesa e luta por direitos. No entanto, para que este instrumento consiga ser eficaz, são necessárias estruturas político-institucionais que garantam estas lutas. Podemos concluir que simultaneamente à busca de soluções para os problemas enfrentados por cada um dos grupos temáticos identificados no panorama em questão, estas ONG buscam a criação e a manutenção destas estruturas, visando transformações sociais significativas e de longo prazo, sendo este, em última instância, seu objetivo maior e os sujeitos para os quais dirigem suas ações.

O início do segundo bloco do panorama das associadas se inicia com uma reflexão acerca do significado do termo sustentabilidade para estas organizações. Segundo a ABONG, sustentabilidade para estas organizações não é somente a consideração pelos recursos naturais ou a capacidade econômica destas organizações de permanecerem ativas ao longo do tempo. Segundo ela, “sustentabilidade é também pensar em termos político-financeiros, o que significa refletir não só sobre o que necessitamos, como qual o sentido de nossa existência.” (ABONG, 2012, p. 21). Veja-se que ainda não é o reconhecimento da integração entre pilares, mas é a consciência de que as organizações existem por um propósito e devem ater a sua existência a este

propósito, sem se comprometer com causas que não têm competência para assumir ou negligenciar lutas que foram assumidas na concepção de sua missão organizacional. Este é um aspeto fundamental para as ONG ainda mais quando estão submetidas às críticas de aterem suas ações à liberação de verbas e não o oposto, como deveria ser de se esperar.

A ABONG ressalta que o objetivo não é o de dar respostas, mas sim o de fornecer análises que “têm o sentido de inferências, tendências e também o de levantar novas questões a partir de outras possibilidades – com certeza mais coletivas –, de entender e atuar nesse processo.” (ABONG, 2012, p. 21).

Os dados de caracterização das ONG, tais quais número de trabalhadores, distribuição das ONG no território nacional, nível orçamentário e tempo de existência das ONG são bastante parecidos com aqueles divulgados no Fasfil. O único aspecto que merece uma ressalva é que a ABONG percebeu uma tendência em suas associadas de reduzirem o seu quadro de pessoal ao comparar o estudo divulgado em 2010, com dados de 2008 àquele que foi feito com dados de 2004. A ABONG atribui esta redução ao fato das fontes de financiamento não darem segurança a estas organizações, seja pela temporariedade do apoio, seja por restrições à quantidade de trabalhadores por projeto. Outro ponto que pode estar servindo como estímulo a esta redução é o fato da participação dos recursos da Cooperação e Solidariedade Internacional ter diminuído. Esta reflexão aponta uma interferência externa à gestão das ONG que, em maior ou menor grau, influencia na qualidade de vida destes trabalhadores, que é uma das variáveis utilizadas para a percepção do nível de sustentabilidade das ONG.

Este estudo aponta que as ONG associadas da ABONG estão passando por uma crise financeira no momento, associada acima de tudo à diminuição das fontes de financiamento ligadas à cooperação internacional. Em cima disso, eles fazem uma crítica aos novos financiadores quando estes assumem que as organizações de defesa de direitos têm um contingente alto de colaboradores e que tais organizações lidam com volumes de recursos muito altos (ABONG, 2010). Eles trazem à tona neste ponto do relatório a dificuldade de se mensurar o impacto social causado por estas organizações e o fato delas trabalharem com grupos de pessoas que precisam de tudo, que estão à margem da sociedade e que, portanto, precisam de uma reestruturação de vida, o que torna, segundo eles, muito difícil de calcular se determinado montante é alto ou baixo, além de afirmarem que as equipas que trabalham nestas organizações são normalmente

menores do que o necessário. A única forma de tentar resolver este impasse ideológico é tentar buscar uma linguagem que atenda aos dois interessados. Um dos questionamentos que nos trazem a este projeto é exatamente identificar que linguagem podemos utilizar para preencher esta lacuna.

A ABONG chama a atenção de que existem alguns incentivos financeiros, que não se aplicam a todas as organizações, que parecem colaborar muito para a sustentabilidade financeira da organização. Uma delas é a chamada isenção da cota patronal:

Devida pelos empregadores ao INSS, calculada pela aplicação de uma alíquota de 20% sobre a remuneração total de seus empregados, sem limite de teto. A esse valor é adicionada uma parcela referente ao SAT, também calculado com base na remuneração total pela aplicação de um percentual que varia pontualmente de 1% a 3%, de acordo com a Atividade Econômica principal do estabelecimento. (Ministério da Previdência Social, 2010, p. 1).

Outra observação importante acerca do orçamento das associadas é a diversificação das fontes de financiamento. Como foi dito acima, este estudo demonstra uma crise financeira enfrentada pelas ONG devido à diminuição de recursos providos da Cooperação Internacional. Já foi mencionado que foi este o financiador que inseriu as ONG no mercado brasileiro. Com o desenvolvimento do país, a Cooperação Internacional percebeu que já não havia tanta necessidade de auxiliar grupos desfavorecidos, visto que o Estado já tinha condições de assumir este compromisso. Em consequência disto, muitas organizações tiveram o seu apoio reduzido, gerando a crise pela qual elas estão passando no momento. Como era de se esperar, houve uma diversificação das fontes de financiamento com o intuito de suprir as lacunas deixadas pela Cooperação Internacional, gerando uma reestruturação e exigindo das organizações não apenas resiliência, mas também capacidade de adaptação às novas exigências feitas pelos financiadores.

Esta análise se sustenta também na constatação histórica de que o modelo de gestão das organizações associadas à ABONG é reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de Cooperação e Solidariedade Internacional e parece ser este o modelo que efetivamente passa por uma crise. (ABONG, 2010, p. 26).

Enquanto novas fontes de financiamento surgem como substitutas da Cooperação Internacional, um fato muito curioso chama a atenção: “Um movimento de queda está presente apenas na Comercialização de Produtos e Serviços (uma das fontes dos chamados recursos próprios das organizações), pois se em 2000 ela estava presente

em 46,4% das organizações, em 2007 esse percentual é de 38,7%.” (ABONG, 2010, p. 29). É importante salientar que embora se coloque a Comercialização de Produtos e Serviços como uma das fontes dos chamados recursos próprios das organizações, não é demonstrado no panorama nenhuma outra fonte que possa compor esta categoria. O fato deste tema não ser mais abordado pelo panorama nos deixa duas opções: a crença de que a relevância do mesmo não é significativa para estas organizações, ou a de que existe uma falta de consenso acerca desta forma de angariação de fundos que faz com que o tema seja pouco discutido num relatório com a importância deste.

Este tema se mostra extremamente pertinente para o nosso estudo, pois enquanto existe um movimento internacional de valorização dos recursos próprios, no Brasil compoava-se uma redução da influência destes mesmos meios. Notamos também que eles nunca foram muito expressivos no orçamento geral do setor: 79,20 das organizações utilizam os recursos próprios para suprir até 20% de seu orçamento, enquanto somente 4,2% o utilizam para suprir acima de 60%. Nenhuma das ONG associadas tem como recursos próprios sua única fonte de financiamento. Resta-nos questionar o que gera esta redução na influência desta fonte de financiamento e como estas organizações estão se posicionando perante esta onda internacional que vê na comercialização de produtos, e principalmente de serviços, um futuro possível das organizações sem fins lucrativos.

Um último dado que nos interessa perceber, exposto neste panorama, é o fato de que “metade das organizações que compõem a amostra e que tiveram evolução negativa do orçamento se encontram na região Nordeste, 29,2% no Sudeste, 16,6% no Sul e 4,2% na região Centro-oeste.” (ABONG, 2010, p. 32). Mais uma vez o Nordeste se mostra como a região mais vulnerável do Brasil. É compreensível que as mudanças orçamentárias enfrentadas pelas ONG tenham afetado este setor como um todo, sendo necessárias mudanças e reestruturações que possibilitem a adaptação destas organizações à nova realidade vivenciada por elas. É compreensível também que nem todas as organizações irão resistir a estas mudanças, assim como que algumas se adaptem mais rápido do que outras. O que vemos através deste dado é que as organizações do Nordeste, seja pelo fato de terem desde o início estruturas menos resistentes, ou por outro fator qualquer, estão necessitando de um auxílio ao nível da gestão para superar esta crise maior do que as organizações das outras regiões do Brasil.

Embora o objetivo deste projeto não seja o de particularizar as regiões do Brasil, é necessário reconhecer as diferenças, as peculiaridades e as necessidades de cada região, visando melhor atender às exigências de cada uma delas. No próximo tópico trabalharemos algumas dessas características a partir do ponto de vista dos consultores de ONG, onde poderemos perceber divergências a nível nacional e internacional, que nos ajudarão a conceber um modelo que respeite a fase de maturidade de cada uma destas organizações e regiões.

3. A pesquisa de campo

Para compreender o nível de amadurecimento das ONG brasileiras e suas reais necessidades não é suficiente analisar dados quantitativos. Em uma área onde a compreensão da necessidade da população alvo é o ponto de partida para se pensar em qualquer ação, é preciso procurar aprofundar os conhecimentos acerca de seus anseios e carências. Tendo isto em vista, foram entrevistados cinco consultores com perfis diferenciados, além de enviados questionários para as associadas ABONG, com o intuito de conseguir as informações supracitadas. Esta pesquisa foi, portanto, dividida em duas fases. Na primeira fase entrevistamos cinco consultores de ONG para que eles pudessem elucidar questões acerca da consultoria à ONG. Dentre os pontos levantados durante a análise dos dados apresentados pelos relatórios do IBGE e da ABONG, escolhemos quatro pontos que pensamos ser mais importantes para esta pesquisa: O tipo de ONG que solicita a consultoria; as principais dificuldades enfrentadas por estas ONG; como elas geram suas receitas; e como entendem e aplicam a sustentabilidade. As entrevistas foram abertas, com o auxílio de um guião, e procuramos entrevistar consultores de localização e campo de atuação diferenciados para que as informações obtidas nos desse uma visão geral a respeito do tema abordado. Estes consultores foram contatados de formas diferenciadas, tendo por base de análise principal sua ligação com alguma instituição internacionalmente conhecida. Apenas um consultor é totalmente independente, e que foi selecionado exatamente para nos trazer o olhar daquelas organizações pequenas demais para contratar um consultor especializado. O perfil dos consultores será descrito posteriormente.

A segunda fase foi destinada a questionar as ONG associadas a ABONG. Inicialmente, todas as organizações foram contatadas por telefone. Os dados das organizações foram cedidos pela própria ABONG, através do site da mesma. Posteriormente, foram enviados e-mail com o questionário apenas para aquelas que

aceitaram participar da pesquisa. Àquelas que não responderam o questionário voltaram a ter contato telefônico ou por e-mail, a depender do caso. Infelizmente esta fase teve pouca adesão. Das 232 organizações associadas, apenas 39 aceitaram participar da pesquisa, e destas, apenas cinco responderam ao questionário.

O questionário seguiu as mesmas dimensões da entrevista com os consultores, no entanto este foi feito levando em consideração os inputs dados pelos consultores, dando a ele uma intimidade muito maior em relação à realidade das ONG. O questionário contou com 30 questões, sendo destas seis de caracterização de perfil da ONG, e é possível visualizá-lo na íntegra no Anexo III.

3.1 Como os consultores nos veem e às nossas necessidades

Como explicado anteriormente, entrevistamos consultores de perfis diversos. A seleção destes consultores se pautou em três pontos básicos: tipo de experiência; tipo de relação contratual e localização geográfica. O objetivo era que estes três pontos não se repetissem em nenhum dos consultores. Em outras palavras contactamos consultores de países diferentes, com atuação geográfica, metodológica e perfil de clientes diferenciados, procurando buscar um pensamento intercontinental, mas possibilitando a utilização deste conhecimento de forma resignificada e transformada à realidade local no momento oportuno que se refletiria nos questionários às ONG.

A metodologia de entrevista aberta, auxiliada por um guia foi a que mais se adequou às necessidades apresentadas, visto que, a diversidade dos perfis impossibilitava que um guia único estimulasse o surgimento de determinados assuntos, muito mais importantes para umas realidades do que outras. Por este mesmo motivo, muitas das perguntas tiveram uma resposta muito elaborada por alguns consultores e se mostraram sem sentido para outros, precisando ser reajustadas, mas não perdendo sua essência nem o seu objetivo dentro da entrevista. O guia segue como anexo deste trabalho.

Todos os consultores foram contactados por e-mail, e apenas uma entrevista foi feita presencialmente. Todas as outras foram feitas através de videoconferência e gravadas automaticamente.

Este tópico detalha o perfil dos consultores e traz os resultados das entrevistas. Os consultores entrevistados têm perfis muito diferenciados. O consultor A trabalha em uma organização não brasileira que, embora atue em diversos países, nunca tenha

atuado no Brasil. Esta organização trabalha com avaliação do impacto social, e sua metodologia é facilmente adaptável a organizações com perfis completamente diferentes, pois toma por referências os projetos das organizações, ao invés da organização como um todo. Sendo assim, este consultor tem experiência em ONG de abrangência nacional e internacional, de estruturas e dimensões variadas e que trabalham em campo de ação também diferenciados. Segundo o consultor, entre os serviços prestados – avaliação do impacto social, estratégias de comunicação e posicionamento estratégico – o mais comum é a avaliação, por uma questão de estratégia da própria organização.

O consultor B trabalha no Brasil por indicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, atendendo, por este motivo, organizações com perfis semelhantes. Normalmente são organizações de pequeno porte, pouco estruturadas e ligadas à defesa dos direitos humanos, e educação e direito. O pedido mais frequente a este consultor é o planejamento estratégico a médio prazo.

O consultor C, da mesma forma que o consultor B, trabalha por indicação de um programa, mas é um programa da União Europeia sem ação no Brasil. Normalmente ele consulta projetos ligados a instituições de ensino superior, com o apoio da União Europeia. Por este motivo, o perfil de assistidas também é semelhante: organizações de grande porte, e atuantes do campo da educação. Este consultor é indicado pela União Europeia quando um projeto está passando por problemas estruturais que possam impactar a sua qualidade, o seu orçamento ou o seu tempo de execução, sendo a análise e a avaliação do projeto sua especialidade.

O consultor D trabalha numa ONG especializada em consultoria para o terceiro setor. Os perfis das organizações que atende são muito variados, abrangendo todos os perfis incluídos no FASFIL. Os pedidos mais frequentes de consultoria são os relacionados à gestão estratégica, embora a organização preste também um serviço de angariação de recursos humanos voluntários que tem uma demanda maior do que a de consultoria.

O último consultor, E, trabalha individualmente. Ele é especialista em consultoria para organizações do terceiro setor, e embora não esteja ligado a nenhuma organização, projeto ou programa, já trabalhou com organizações com perfis muito variados. No entanto, ele declarou que o perfil mais comum são organizações pequenas, com temáticas de ação diversificada, e pouco estruturadas. Este consultor trabalha

exclusivamente na Bahia, no Nordeste brasileiro. Os pedidos mais frequentes a este consultor é a viabilidade econômica do projeto.

A entrevista foi dividida em quatro blocos, portanto a análise das mesmas seguirá esta ordem. O primeiro bloco procura perceber o perfil das organizações consultadas. Em nível de dimensão da organização (quantidade de trabalhadores, utilização de trabalhadores voluntários e orçamento) não foi possível traçar um perfil geral, devido a diversidade dos consultores. Quando analisamos a estrutura da organização, vemos a repetição de três departamentos: Administrativo/financeiro, que pode aparecer como um único departamento ou separadamente; os Recursos Humanos; e o departamento responsável pela elaboração e execução dos projetos, que pode ser chamado de técnico. Estes três departamentos foram ditados pelos consultores A, B, D e E, motivo pelo qual consideramos esta a estruturação mais comum.

Após a identificação destes departamentos, procurou-se perceber quais eram os departamentos mais desenvolvidos e aqueles menos desenvolvidos. Embora não tenha escolhido o departamento mais bem desenvolvido, o consultor A apontou que o principal fator chave a o sucesso de uma ONG é a capacidade desta de responder às diferentes demandas dos vários *stakeholders* envolvidos no processo – dos financiadores aos familiares da população alvo. Os consultores B, D e E apontaram o departamento técnico como o mais desenvolvido. Segundo o consultor B:

“A área técnica. Eu diria a área afim mesmo de relação direta com a comunidade. Que é para o que ela existe, e a área fim que é a que executa as ações diretas com a comunidade para o qual ela existe. Na verdade assim, o que eu observo das ONG que eu conheci, é que elas iniciam mesmo pelo objeto fim delas. Para onde elas querem atingir. A partir daí elas vão tentando se ajustar, financeiramente. E para se ajustar financeiramente é que ela começa então a se organizar administrativamente. Então o percurso é esse. Não sei se é reverso, como é que chamaria isso? Mas é esse o percurso que elas vão fazendo. Então aos poucos, é que elas vão fortalecendo essa área de gestão, e desenvolvendo as áreas específicas de administração, é administrativo-financeiro, aí entra captação de recursos, aí entra a gestão de pessoas, comunicação. Comunicação às vezes é a última área que desenvolve.”

Embora o consultor A não tenha definido o departamento que ele acredita ser o mais desenvolvido, ele apontou que as organizações mais bem sucedidas são aquelas que conseguem dar resposta as diferentes necessidades dos diversos *stakeholders*, desde os financiadores aos familiares da população alvo. Ele descreveu essa habilidade como “a capacidade que a organização tem de ouvir e de atender as necessidades dos

diferentes públicos”. Portanto, podemos considerar que ele aponta o departamento técnico como o mais importante para o sucesso de uma ONG, talvez não para a sua sobrevivência, mas para garantir a qualidade dos seus projetos, o que tende a atrair novos financiadores.

O consultor C não opinou, pois atende mais projetos do que organizações, o que restringe sua percepção do funcionamento das mesmas.

Quando perguntados quanto aos departamentos que necessitavam de maior desenvolvimento os consultores apontaram que as organizações necessitam de mais estruturação e, portanto, o departamento responsável pela gestão estratégica e administrativa é o que mais precisa de desenvolvimento. Além deste departamento que foi consensual, exceto pelo consultor C que não opinou, os consultores A e B chamaram a atenção da importância de se desenvolver um RH que tenha políticas voltadas à retenção de talentos. O consultor D apontou que uma articulação maior entre os projetos ajudaria as organizações, elevando a qualidade do serviço prestado e aumentando a sua sustentabilidade social e econômica. O consultor E notou que é muito difícil encontrar contadores especializados no terceiro setor, o que acaba por onerar as organizações. Segundo o consultor, o investimento nesta área traria bons frutos à organização, pois os custos associados a uma má gestão contábilística são muito altos.

O segundo bloco das entrevistas é voltado ao processo de consultoria: suas maiores dificuldades, características da metodologia e políticas (modos de remuneração e pós-venda).

A respeito das características das metodologias aplicadas, temos que o consultor A é especializado na avaliação SROI. De acordo com o consultor, esta metodologia é obcecada pelos *stakeholders* o que torna a metodologia extremamente complicada e custosa. É uma metodologia que implica num processo de apropriação, exigindo a disponibilidade dos integrantes da organização.

O consultor B trabalha com uma metodologia pautada em dinâmicas voltadas para a revisão da identidade institucional, sua filosofia organizacional. Embora não apropriável, esta metodologia extremamente participativa, o que exige a disponibilidade dos colaboradores da organização.

A metodologia utilizada pelo consultor C se assemelha àquela adotada pelo consultor B. De acordo com este consultor, a sua metodologia não é previamente definida, dependendo das necessidades do projeto. No entanto, ela também é

parcialmente baseada em dinâmicas, embora envolva análise documental, e não é apropriável.

A metodologia do consultor D é voltada para o empoderamento da organização e conta com períodos de formação e capacitação associados às análises documentais.

O consultor E, tal qual o consultor C também não tem um método pré-definido. A questão da apropriação está relacionada à disponibilidade e à demanda da própria ONG. Segundo o consultor, ele procura que a organização participe dos processos, mas nem sempre esta sugestão é bem aceita. Nestes casos, ele redesenha sua metodologia para um processo não apropriável.

Quanto às dificuldades enfrentadas durante o processo de consultoria, pediu-se que o consultor apontasse as maiores dificuldade enfrentadas por ele e àquelas que, na visão dele, eram as maiores dificuldades enfrentadas pela organização. O consultor A colocou que a maior dificuldade enfrentada por eles é a falta de interesse por parte das organizações em participar do processo de avaliação:

A primeira dificuldade é a montante do processo, que é haver organizações que entendam que esta aposta é uma aposta importante. Ou seja, a primeira dificuldade é que uma organização tem que entender que tem que sair de uma lógica de curto prazo e ter uma lógica mais de sustentabilidade de médio prazo, ou seja, pensar que uma consultoria como a nossa, tudo bem, pode dar-lhe um relatório bonito em daqui a dois meses ter um relatório a dizer que o projeto é bom e etc. Mas o processo mais importante que nós tentamos que elas entendam é o processo de aprendizagem. É investir na aprendizagem e na melhoria organizacional.

Segundo o consultor, a metodologia aplicada por eles (SROI) é dependente da apropriação. Não há possibilidade de se fazer a consultoria sem se apostar na autoavaliação e na mudança contínua dos processos, visando a melhoria do serviço prestado. Conseguir que a ONG tenha esta percepção é a maior dificuldade enfrentada por ele.

O consultor B, por sua vez, indicou a gestão de tempo como a maior dificuldade enfrentada por ele. Embora a metodologia aplicada por ele não seja apropriável e precise de um olhar externo à organização para atingir os seus objetivos, ele necessita da participação dos integrantes da ONG para conseguir fazer com que eles revejam seus objetivos e reanalise o seu planejamento estratégico. Conseguir que a equipe esteja toda disponível é a maior dificuldade enfrentada por ele. Do ponto de vista das ONG, o consultor crê que a maior dificuldade é perceber que a demanda operacional é muito superior à mão de obra disponível e que, por este motivo, terão que abrir mão de

algumas atividades por não poderem dar conta de toda a atividade realizada pela organização.

Como dito anteriormente, o consultor C trabalha com projetos educacionais. Estes costumam envolver mais de uma instituição de ensino, e a desorganização do projeto e as dificuldades de comunicação e de compreensão cultural se apresentam como os maiores problemas enfrentados por ele. O consultor apontou que, do ponto de vista das organizações, as dificuldades têm uma natureza bastante diferenciada. Ele demonstra que, como sua consultoria é indicada pela União Europeia e, portanto, é externa à vontade da própria organização, a falta de confiança é o maior problema enfrentado por elas.

De acordo com o consultor D a maior dificuldade durante o processo de consultoria é encontrar um consultor que tenha o perfil necessário para lidar com a gestão social. A visão deste consultor é bem diferente, pois trabalha numa organização especializada em consultoria para o terceiro setor, portanto reconhece que nem todo consultor tem o perfil necessário para prestar determinado serviço, e encontrar um com o perfil necessário para as necessidades de determinada ONG é extremamente difícil.

O consultor E declarou que a maior dificuldade é conseguir as informações financeiras da ONG. Do ponto de vista das ONG, a maior dificuldade é o fato de não terem um plano estratégico predefinido, o que deixa a organização sem saber quais são os seus objetivos e como irão atingi-los.

A falta de uma política de pós venda definida foi maioria dentre os consultores, embora todos, com exceção do consultor C demonstrarem que são acessíveis caso a ONG volte a precisar deles. Os consultores A e D, que são ligados a organizações de consultoria explicaram as políticas de pós vendas, sendo um de seis e outro de dois anos de duração respectivamente. O consultor B e E disseram que embora não tenham políticas de pós vendas, auxiliam as organizações sempre que necessário. O consultor B ainda informou que normalmente presta consultoria para as mesmas ONG, com um intervalo de em média dois anos por consultoria.

A última pergunta deste bloco aborda a forma de pagamento à consultoria. Com exceção do consultor D, todos os outros são pagos pela própria ONG, quer seja através de um projeto que preveja a necessidade da consultoria, quer seja por esforços da própria ONG. O consultor D, no entanto, declarou que todas as ONG às quais presta consultoria são selecionadas a partir de editais promovidos pela própria consultora.

Estes editais são financiados por diversas entidades e subsidiam a consultoria de, em média, vinte ONG cada.

Os dois últimos blocos têm temas complementares que foram separados respectivamente pela polêmica envolvida e pela relevância do tema para este projeto. São eles a geração de receita por parte das ONG e a questão da sustentabilidade das ONG.

Em relação à geração de receita, é consensual que esta é a tendência. É consenso também as formas de geração de receita – a maioria é prestação de serviços, com algumas vendas de souvenir. O consultor B chamou a atenção de que este é um tema muito polêmico ainda e que as organizações ainda não se sentem seguras em investir nesta área por não saberem ainda o impacto delas na missão da instituição. Ele deixou claro que as ONG as quais presta consultoria são essencialmente militantes, o que permite que a geração de receita não comprometa a missão delas. O consultor D, por outro lado, apontou que existem restrições legais à esta prática, e que a organização deve ter muito cuidado para não se comprometer ao investir desta área.

Os consultores A e E foram os mais defensores desta tendência. Eles apontam que o mundo social está passando por transformações e que uma solução possível é exatamente se redesenhar buscando criar valor social através da prestação de serviços, sem com isso se comprometer filosoficamente.

A visão da sustentabilidade foi a menos comentada pelos consultores, sendo que nenhum dos consultores reconheceu a utilização do conceito de forma integrada por nenhuma das organizações as quais já prestou consultoria. O consultor A apontou quatro meios de sustentabilidade que estão sendo adotadas pelo mundo social: as fusões e aquisições, a captação de recursos, a prestação de serviços e a sinergia e trabalho em rede. O consultor B reconheceu uma mudança de postura por parte das ONG que está sendo promovida pelas novas exigências dos investidores. Ou seja, as ONG passaram a se preocuparem mais com a sustentabilidade uma vez que os financiadores passaram a exigir isso delas.

Fazendo um resumo da análise das entrevistas, podemos perceber que a falta de gestão estratégica influencia negativamente as organizações. Este ponto foi ressaltado por três dos cinco consultores, sendo que cada um desses consultores atua numa região geográfica e com um perfil de organização diferenciada.

O investimento na estruturação dos recursos humanos e a geração de receita também se mostram necessário, e são temas que devem ser abordados pelo projeto que está sendo criado.

O fato dos consultores não reconhecerem o conceito de sustentabilidade sendo trabalhado de forma integrada em nenhuma das ONG com as quais já trabalharam demonstra a urgência e a importância em se investir na operacionalização deste conceito, que já foi divulgado há anos, mas cuja operacionalização tem se mostrado difícil para as organizações sociais, privadas e públicas.

3.2 Como nós nos vemos e às nossas necessidades

A segunda parte da pesquisa configurou-se pela aplicação de um questionário às associadas da ABONG. Infelizmente, somente cinco das associadas responderam, o que limita expressivamente a visão que temos acerca da situação das ONG brasileiras. Como o volume de respostas foi muito reduzido, trabalharemos apenas alguns pontos específicos do questionário que são aqueles com maior significado para a pesquisa ou com respostas quase homogêneas.

As seis primeiras perguntas foram destinadas à definição do perfil das ONG. O perfil variou muito em todos os aspectos, tanto em relação à abrangência de atuação (local, regional ou internacional), quanto em relação à quantidade de trabalhadores efetivos e voluntários, quantidade de pessoas atendidas pelos projetos. No entanto, todas elas tinham menos de 30 funcionários, voluntários ou não, executavam em média três projetos por ano, e a estrutura administrativa da ONG tem em média três departamentos.

A segunda parte do questionário procurava perceber a importância que as ONG dão a determinados departamentos e temas. Quanto aos departamentos, o administrativo e a alta coordenação foram os mais importantes, seguidos dos recursos humanos, financeiro e captação de recursos. Por últimos, tivemos a melhoria contínua e a comunicação e marketing. Neste ponto já vemos uma diferenciação entre os discursos das ONG e dos consultores. Segundo os consultores, os departamentos de recursos humanos e comunicação tinha um grau de importância altíssimo para as ONG. A necessidade de investimentos nestes dois cargos representam pontos importantes para a organização se manter atuante. Os consultores ainda apontam que o departamento administrativo é o que necessita de maior atenção, o que corresponde à importância dada pelas próprias ONG, demonstrando um alinhamento de reflexão neste aspecto.

A terceira parte do questionário foi dedicada ao tema da sustentabilidade. Embora todas as ONG tenham declarado que este é um tema presente e preocupante para a própria organização, quando perguntamos qual a influência deste tema em alguns dos processos quotidianos da ONG percebemos que a influência é muito baixa. O grau de importância era definido numa escala de 0 a 5, onde 0 equivale a sem importância e 5 muito importante.

Tabela 1: Influência da sustentabilidade

Qual dos processos listados abaixo sofrem influência do debate sobre a sustentabilidade em sua ONG?	Grau de Importância					Média
	2	3	1	5	3	
[Avaliação do Impacto Social]	2	3	1	5	3	3
[Geração de Receitas Próprias]	1	4	2	5	3	3
[Análise da Missão Institucional]	3	3	2	5	1	3
[Avaliação e Monitoramento das atividades e projetos]	2		1	0	1	1
[Planejamento e Gestão Estratégica]	2	0	1	0	1	1
[Delimitação dos Objetivos e das Metas]	3		1	0	1	1

Fonte: Questionário (elaboração própria)

Podemos perceber que nenhum dos processos sofrem influência expressiva do debate sobre sustentabilidade, nem mesmo o planejamento e a gestão estratégica.

A última parte do questionário foi dedicado a perceber qual o tipo de serviço que as ONG esperam de uma consultoria. “Auxílio para realizar atividades e processos que nos são muito complicados ou inviáveis, seja por falta de experiência/conhecimento ou por falta de recursos para realizar a atividade exigida” foi a definição mais escolhida. Levando isso em consideração, o processo mais difícil para elas gerirem é o nível de impacto social, segundo resposta das mesmas, mas o serviço que mais organizações solicitariam é o de captação de recursos.

O que podemos perceber ao unirmos estas informações e ao cruzá-las com as outras já debatidas neste diagnóstico social é que existe uma demanda de consultoria, voltada tanto para gestão administrativa da organização quanto para a gestão da captação de recursos. Somado a isto, é preocupação constante das ONG a mensuração de seu impacto social. O ponto mais preocupante para este projeto em específico é o desligamento das ações destas organizações da discussão da sustentabilidade. Procurando unir as demandas das ONG com o objetivo de se promover a sustentabilidade nestas organizações, propomos a criação de uma Associação de consultoria que atue sanando as necessidades da organização ao mesmo tempo em que

promove a sustentabilidade. No próximo capítulo abordaremos como esta organização deve funcionar, suas principais ações e sua viabilidade econômica.

CAPÍTULO IV – A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORES SOCIAIS

Embora este não seja um projeto do setor privado, ele necessita de um planejamento inicial que auxilie a sua execução e que evidencie os fatores condicionantes à sua viabilidade. Este plano de negócios segue as recomendações e os modelos daqueles executados pelo setor privado, mas foi adaptado e algumas vezes redesenhado para melhor servir às necessidades do terceiro setor.

1. Estudo de viabilidade financeira

Tendo por base as informações obtidas através do diagnóstico social, constatou-se a necessidade de otimização da gestão estratégica e operacional das organizações do terceiro setor. Em contrapartida, percebeu-se a lacuna, existente no Brasil, de uma consultora voltada para a formação dos administradores sociais dessas organizações, que tivesse por diretrizes não só a participação e flexibilidade – permitindo que a identidade dessas organizações se refletisse na sua governança – mas também a apropriação, incentivando o empoderamento e a busca da independência por parte dessas organizações.

Neste sentido, a consultora não poderia operar apenas como uma criadora de relatórios gerenciais ou como uma auditora. É necessário pensar numa organização cuja atuação seja completa, de forma a não criar organizações dependentes; onde seja possível não só criar relatórios, como ensinar a criá-los, não só auditar, mas ensinar a não voltar a agir ineficaz ou ineficientemente.

Chamamos a atenção para fato de que, para sentirmos a real necessidade, as maiores dificuldades enfrentadas por estas organizações, e as melhores maneiras de suprir essas necessidades e superar essas dificuldades, precisamos enfrentar estas mesmas situações.

Não podemos deixar de lembrar que a questão principal abordada por este projeto é a potencialização da sustentabilidade das ONG do Brasil. Assim sendo, a questão a sustentabilidade deve estar associada à gestão operacional e estratégica, e devem ser trabalhadas visando a capacitação, a apropriação e o empoderamento.

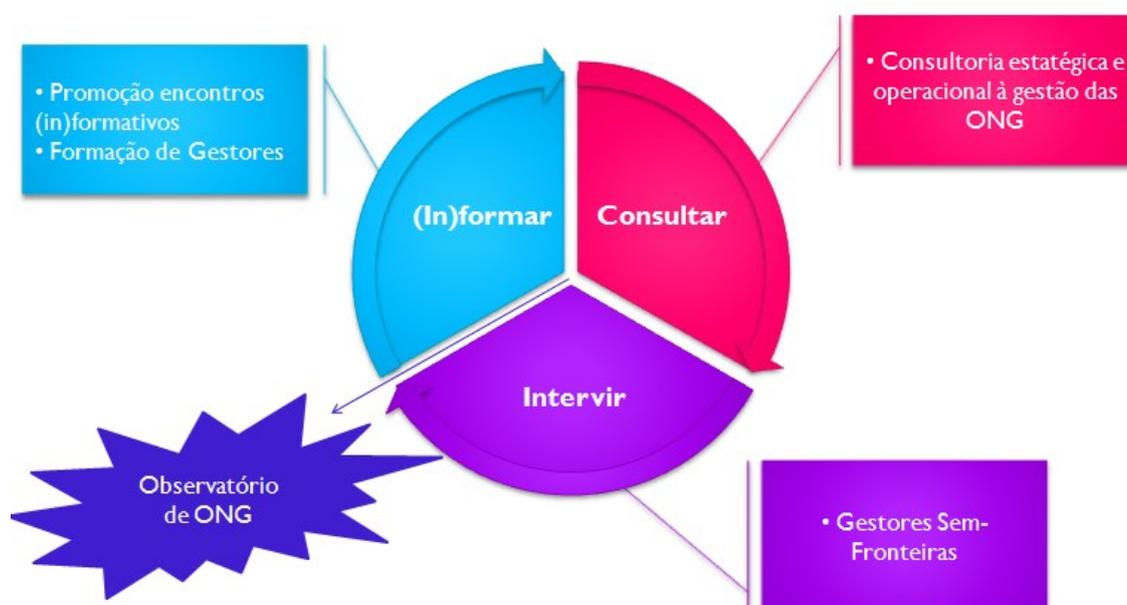
Dentre as várias informações obtidas através do diagnóstico social, as mais significativas para este projeto foram àqueles referentes às necessidades de consultoria das ONG. As necessidades referente à gestão estratégica e operacional é evidente, devendo ser mais desenvolvida aos departamentos de RH e financeiro. Em seguida a área de comunicação é a mais necessitada, tanto interna quanto externamente. Esta última que deve servir como um meio para financiadores reconhecerem o trabalho executado pelas ONG.

Para responder aos problemas identificados através do diagnóstico social e descritos acima, propomos a criação de uma consultora de gestão estratégica e operacional, cuja configuração jurídica será de associação e funcionará como uma ONG. A sua missão será a execução de projetos de ação social próprios que atuarão dentro de um programa específico da organização cuja descrição será feita posteriormente. Como metodologia de consultoria utilizaremos o Sustainability Balanced Scorecard aplicado ao terceiro setor. Uma vez decidida a metodologia a ser utilizada pela consultora, é então necessário pensar uma estrutura que possibilite a melhoria contínua desta mesma metodologia. São exigências impostas à estrutura organizacional:

- Que possibilite um processo participativo: as ONG que decidirem adotar o Balanced Scorecard têm que co-construí-lo. A consultora apenas a auxiliará.
- Que possibilite um processo de empoderamento: no final do processo de criação do Balanced Scorecard a ONG tem que saber aplicá-lo, avaliá-lo e modificá-lo por si só, o que dá à organização a capacidade de se autogerir estrategicamente e operacionalmente.
- Que possibilite um processo apropriável: o aprendizado é mútuo. É importante ressaltar que não existe nenhum Balanced Scorecard igual – cada organização tem o seu em específico, já que este está submetido à estratégia e à visão da organização. Supõe-se, porém, que as variáveis se repitam, assim como se repetem nas organizações com fins lucrativos, e que estas variáveis mudem com o tempo e se segmentem tendo em vista a missão da ONG. Por exemplo, as ONG voltadas à promoção da igualdade de gênero utilizarão indicadores diferentes daqueles que as ONG que trabalham pela preservação do meio ambiente. No entanto, os indicadores que as ONG destes subgrupos utilizam devem-se repetir, e é necessário estar atento para reconhecer tanto a segmentação quanto a repetição destes indicadores.

Para atender a estas exigências sugere-se a estrutura conforme exposto na figura V. A estrutura organizacional proposta está dividida em três diferentes níveis de intervenção que se retro-alimentam constantemente e um observatório responsável por compilar as informações provenientes de cada um dos setores e fazê-la circular entre os outros.

Figura V: Estrutura Organizacional



Fonte: Elaboração própria

Segue abaixo os objetivos e a descrição de cada um dos setores:

- **(In)formar** – comportará cursos de formação de gestores de ONG competentes para aplicar o modelo do Sustainability Balanced Scorecard para ONG e a promoção de encontros (in)formativos, tais como workshops, seminários, entre outros. O seu principal objetivo é promover a aprendizagem contínua, angariando informações acerca dos debates envolvendo a gestão de ONG e assegurando a viabilidade financeira do projeto, gerando receita através dos cursos e dos encontros. Para que um gestor seja associado da organização, este deve participar do curso supra citado, e só serão autorizados a prestar consultoria em nome da ABAS – Associação Brasileira de Administradores Sociais, aqueles que tiverem participado do curso. O curso será dividido em três domínios temáticos, representando cada um dos pilares da sustentabilidade, e no final do curso cada formando deverá apresentar um Sustainability

Balanced Scorecard de alguma ONG, embora este não tenha que ser aplicado devido às possíveis restrições apresentadas pela organização.

- Consultar – o objetivo deste setor é analisar a situação atual das ONG, compreendendo as formas de ação e as possíveis soluções. Este setor será responsável por aplicar as teorias ensinadas pelo setor (In)Formar, especialmente, pela construção e implementação do Balanced Scorecard nas ONG assessoradas assegurando a apropriação e a adaptabilidade da metodologia.

- Intervir – este setor executará projetos através do programa Gestores sem fronteiras que será sustentado por projetos que consomem em si mesmos a verba arrecadada. Estes projetos serão direcionados a problemas sociais de naturezas diferentes, a depender das necessidades apresentadas pela sociedade. O objetivo deste setor é a de perceber através da atuação direta as necessidades e as dificuldades enfrentadas pelas ONG, além de prestar um serviço à sociedade. Vale ressaltar que a forma de gestão destes projetos também será submetida ao SBSC.

- Observar – O setor responsável por observar (o observatório) terá por função reunir as informações provenientes dos três níveis de intervenção, identificando por um lado as similaridades e por outro as constantes mudanças no sector. Este departamento funcionará como o grupo de pesquisa da ABAS, e poderá participar e auxiliar todos os outros departamentos, embora tenha sempre sua ação limitada pela sua natureza investigativa e não executora.

Em resumo, podemos sistematizar as informações fornecidas acima na filosofia orgaizacional e no conjunto de objetivos gerais e específicos deste projeto que estão organizados na Matriz de Enquadramento Lógico apresentada na figura VI.

Filosofia organizacional:

- Missão: Potencializar a sustentabilidade das ONG Brasileiras.
- Visão: Que a visão integrada da sustentabilidade, esteja presente na estratégia de todas as ONG do Brasil.
- Valores: Apropriação; Participação; Flexibilidade; Empoderamento e Sustentabilidade.

Objetivos Gerais de cada setor:

- (In)Formar: Promover a aprendizagem contínua, assegurando a viabilidade financeira do projeto.

- Consultar: Analisar a situação atual das ONG, compreendendo as formas de ação e as possíveis soluções.
- Intervir: Perceber através da atuação direta as necessidades e as dificuldades enfrentadas pelas ONG, além de prestar um serviço direto à sociedade.
- Observar: Reunir as informações provenientes dos três níveis de intervenção, identificando por lado as similaridades e por outro as constantes mudanças no sector.

Figura VI: Matriz de Enquadramento Lógico

	Lógica de Intervenção	Indicadores Objetivamente verificáveis	Fontes de Verificação	Pressupostos
Objetivo Geral	<p>Promover a aprendizagem contínua, assegurando a viabilidade financeira do projeto.</p> <p>Analisar a situação atual das ONG, compreendendo as formas de ação e as possíveis soluções.</p> <p>Perceber através da atuação direta as necessidades e as dificuldades enfrentadas pelas ONG, além de prestar um serviço direto à sociedade.</p> <p>Reunir as informações provenientes dos três níveis de intervenção, identificando por lado as similaridades e por outro as constantes mudanças no sector.</p>	<p>nº de cursos e eventos académicos promovidos / nº de cursos e eventos académicos planeados; nº de consultorias promovidas / nº de consultorias planeadas; nº de projetos promovidos / nº de projetos planeados; nº de publicações promovidas / nº de publicações planeadas</p>	Plano financeiro e plano de ação	Demanda e capacidade de pagamento pelo serviço e informações disponibilizadas.
Objetivo Específico	<p>Desenvolver cursos de gestão sustentável estratégica e de uso de ferramentas e metodologias administrativas, além de seminários e workshops. Atrair a quantidade mínima de alunos prevista no plano financeiro da associação. Mapear os processos desenvolvidos pelas ONG que se submetem ao processo de consultoria, baseando-se sempre no estado da arte do serviço prestado pela mesma e procurando adequar as possibilidades de melhoria e de desenvolvimento da sustentabilidade da ONG à realidade da cliente. Desenvolver projetos de intervenção social e promoção da sustentabilidade em conjunto com as ONG de forma a compreender a sua metodologia de atuação. Desenvolver pesquisas resultantes em publicações com a informações angariadas através dos processos de consultorias e de intervenção.</p>	<p>nº de cursos e eventos académicos promovidos / nº de cursos e eventos académicos planeados; nº de participantes nos cursos e eventos realizados / nº de participantes planeados para os cursos e eventos realizados; proximidade do desenho do processo das ONG da melhor prática antes da consultoria / proximidade do desenho do processo das ONG da melhor prática depois da consultoria; nº de projetos promovidos / nº de projetos planeados; nº de publicações promovidas / nº de publicações planeadas</p>	Plano financeiro e plano de ação; relatórios de inscrição e de participação nos cursos e eventos; manuais de boas práticas administrativas.	Metodologia aplicada: segura, adaptável e com alta replicabilidade, tanto em relação às instituições quanto aos processos. Conhecimento vasto por parte dos colaboradores de associação em metodologias e ferramentas administrativas.
Resultados	<p>Criar um centro de ensino e parcerias com instituições de ensino. Aplicar um método de consultoria que aborde desde o estudo do setor ao redesenho dos processos da organização. Criar parcerias de intervenção com ONG. Criar um observatório capaz de reunir e analisar as informações angariadas através dos processos de consultorias e de intervenção.</p>	<p>Comparação entre as instalações físicas e o projeto; Grau de satisfação das ONG que se submetem ao processo de consultoria; nº de parceiros; nº de publicações</p>	Composição legal da associação; plano financeiro e o plano de ação; Balanced Scorecard e ferramentas de avaliação ongoing.	Parceiras já traçada que concedem o espaço de funcionamento da associação gratuitamente por tempo indeterminado.
Atividade	<p>Contatar instituições de ensino que se configuram enquanto potenciais parceiros. Comprar os materiais necessários para a execução dos cursos. Criar site e campanha de divulgação que atraia alunos aos cursos. Lançar edital de seleção das ONG que passarão pelo processo de consultoria. Contatar ONG que se configuram enquanto potenciais parceiros. Comprar o material necessário para o funcionamento do observatório.</p>	<p>Todos os investimentos iniciais detalhados no plano financeiro e recursos humanos.</p>	R\$ 15.676,38	Interesse do terceiro setor pela proposta apresentada além do interesse por parte das instituições de ensino, e dos profissionais que se enquadram como população alvo dos cursos promovidos.

Fonte: Elaboração própria

As informações contidas nesta análise servirão como base para a criação do plano de ação e do plano financeiro que regerá as ações da associação nos primeiros cinco anos. Este plano deve ser revisto anualmente, enquanto que a expectativa anual deve ser revista trimestralmente. O valor previsto nesta matriz já está condizente com o valor calculado no plano financeiro que será apresentado posteriormente. Para que o projeto seja bem sucedido, faz-se necessário ter uma equipe interdisciplinar, abrangendo os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Neste sentido, é necessário que entre os sócios fundadores, estejam presentes um representante de cada uma destas áreas.

A sustentação deste projeto, cuja projeção será apresentada posteriormente, será assegurada pelos cursos prestados. As ONG consultadas serão isentas do pagamento do serviço, no entanto, para que o processo de consultoria aconteça, será necessário inscrever um representante no curso de formação de gestor social. A inscrição poderá ser paga pela ONG, patrocinada por algum financiador, assegurada por algum projeto executado pela organização, ou ainda isenta, quando a ABAS achar necessário. Lembramos que o setor Intervir pretende ser auto sustentado, ou seja, o capital angariado para a execução dos projetos por ele criados será utilizado exclusivamente para a execução daquele projeto e funcionamento daquele setor, sem repercutir nada para os outros setores da ABAS.

Com base nas informações adquiridas pelo Fasfil e pelo Panorama das Associadas da ABONG, percebeu-se que as organizações que mais necessitavam de auxílio estratégico e operacional eram as situadas no Nordeste. Por este motivo, a ABAS estará localizada na cidade do Salvador, Bahia. Salvador foi eleita dentre as outras cidades do Nordeste por ser a mais desenvolvida, oferecendo serviços que as outras não oferecem.

2. Competência dos responsáveis pela composição societária e forma jurídica

Como dito anteriormente, a ABAS terá composição jurídica de Associação, auto declarando-se ONG. Para tanto, é necessário que o mínimo de três interessados de áreas de atuação diferenciadas se proponham a assumir a fundação desta associação. É imprescindível que os três pilares da sustentabilidade estejam representados no ato constitutivo da ABAS.

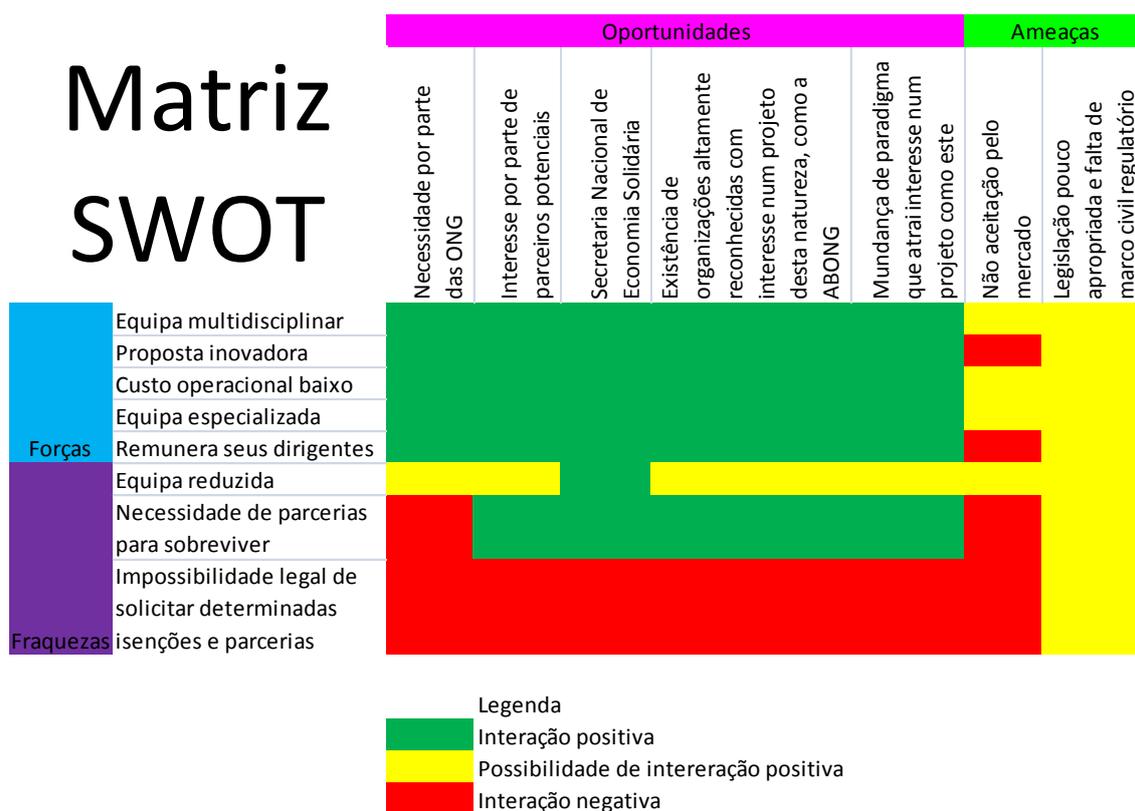
Serão associados efetivos todos aqueles que participarem do curso de criação e de aplicação do SBSC, fornecido pela ABAS e que atuem enquanto consultores da ABAS. Todos aqueles que participarem do curso, mas que não tenham interesse em atuar enquanto consultores serão associados beneméritos. Todos os outros colaboradores da ABAS serão associados colaboradores. A existência das cotas dos associados, e seus respectivos valores devem ser discutidos com toda a associação, pelo que não entrará neste estudo.

3. Parcerias

Para que este projeto seja bem sucedido, faz-se necessário a busca por parceiros que se interessem e acreditem no projeto. Estes parceiros agirão muitas vezes enquanto “selo de qualidade” para a ABAS, dando credibilidade aos cursos e eventos por ela promovidos. São potenciais parceiros a UCSal – Universidade Católica do Salvador, por agir enquanto instituição filantrópica na Bahia, e por ter um programa de extensão voltada à economia dos setores populares e solidária; a UFBA – Universidade Federal da Bahia, por ser a instituição de ensino mais bem reconhecida no Estado da Bahia, e por ter um Mestrado Acadêmico em Gestão Social; a Unidunas, por ser uma OSCIP que trabalha ativamente pela preservação do Parque das Dunas em Salvador, através de um trabalho de ativismo e conscientização da população, além dos cursos oferecidos, que se encaixam nos temas defendidos pela ABAS. Existem ainda outros parceiros potenciais, que teriam que ser mais bem estudados, embora estes três primeiros sejam os mais importantes para o bom encaminhamento do Plano de Negócios da ABAS.

Para podermos ter uma visão mais detalhada das oportunidades potenciais da ABAS, e sua capacidade de aproveitamento dessas oportunidades, foi feito a análise SWOT, cuja matriz segue abaixo na figura VII:

Figura VII: Matriz SWOT



Fonte: Elaboração própria

Pela matriz SWOT, podemos ver que as interações de cunho legislativo tendem a ter uma baixa influência no sucesso do projeto. Por outro lado, aquelas pautadas nas parcerias e nas questões internas da associação tendem a definir o futuro da mesma. Por este motivo deverá ser dada atenção especial a estas interações nos primeiros anos da ABAS.

4. Descrição pormenorizada dos serviços

I. Curso de Formação de Consultores

Curso aberto para qualquer pessoa, física ou jurídica, que queira aprender a aplicar o SBSC. O curso será dividido em quatro módulos, sendo que três deles é voltado para as teorias bases dos pilares da sustentabilidade e para as ferramentas de gestão que possibilitam a implementação, a avaliação e o monitoramento das variáveis de sustentabilidade. O principal objetivo deste curso é suprir a necessidade de unir a sustentabilidade aos processos chaves da gestão da ONG, lacuna identificada através do diagnóstico social. E o último

módulo será a compilação dos módulos anteriores e a aplicação do SBSC. O curso terá a carga horária máxima de 360 horas, se caracterizando como um curso de aperfeiçoamento/extensão, embora não tenha, em seus primeiros anos, a certificação do MEC – Ministério da Educação. O valor do curso será de R\$ 4.800, 00 por pessoa, se mantendo abaixo do valor de mercado, quando comparado aos cursos do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

II. Cursos de Pequena Duração

Estes cursos terão por tema a utilização de ferramentas de gestão. O principal objetivo destes cursos é suprir a necessidade de auxílio administrativo aos processos chaves da gestão da ONG, de avaliação de impacto social e de captação de recursos, lacuna identificada através do diagnóstico social. Serão cursos de curta duração (um mês), com turmas reduzidas, e com valor simbólico de R\$ 200,00, se mantendo abaixo daqueles praticados pelo mercado.

III. Eventos acadêmicos

Os eventos acadêmicos serão direcionados a qualquer interessado pela ação da ONG e terão temas diferenciados, que serão influenciados, tanto pela conjuntura momentânea do Terceiro Setor, brasileiro ou internacional, como pelas necessidades percebidas pela ABAS ao nível da sustentabilidade. O principal objetivo destes cursos é suprir a necessidade de auxílio administrativo aos processos chaves da gestão da ONG, de avaliação de impacto social e de captação de recursos, lacuna identificada através do diagnóstico social. Está prevista a ocorrência de um grande evento semestral, que ocorrerá com o auxílio dos parceiros supracitados. Outros eventos podem ocorrer durante o ano, embora não tenhamos a previsão dos mesmos, com o auxílio da Fapesb – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. É importante frisar que independentemente do tema abordado, a visão da sustentabilidade integrada sempre estará presente, promovendo uma discussão e uma nova forma de olhar os temas. O valor dependerá do custo do evento, lembrando que estes

deverão sempre buscar apoio das instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC.

IV. Consultoria presencial

Sendo este o principal serviço fornecido pela ABAS, ele terá como público alvo as ONG que estejam à procura de uma maior gestão estratégica e operacionalização de seus serviços e procedimentos e principalmente da promoção de sua sustentabilidade. O principal objetivo deste serviço é suprir a necessidade de unir a sustentabilidade aos processos chaves da gestão da ONG, lacuna identificada através do diagnóstico social. O tempo de consultoria dependerá da situação da ONG, não devendo ultrapassar 12 meses, com encontros semanais nos primeiros cinco meses, quinzenais do sexto ao oitavo mês, e mensais do nono ao último mês. Como dito anteriormente, este serviço será gratuito, embora existam restrições quanto à oferta do mesmo devido aos custos. Os custos desta consultoria deveram ser supridos pelo curso de formação de consultores e pelos eventos acadêmicos.

V. Consultoria remota e pós consultoria

A Consultoria remota será oferecida através de um helpdesk online e telefônico que estarão disponíveis para todos os interessados que tenham dúvidas quanto à gestão de projetos e ONG.

A pós consultoria será um serviço especializado àquelas organizações que já tenham passado pelo processo de consultoria promovido pela ABAS e que tenham qualquer tipo de dúvida quando à gestão de suas organizações. Além dos serviços de helpdesk, estas organizações terão direito a visitas dos consultores quando a ABAS acreditar ser necessário.

VI. Gestores Sem-fronteiras

Este serviço será destinado tanto aos projetos promovidos pela ABAS, quanto a projetos promovidos por outras organizações, mas que solicitam da ABAS o serviço de consultoria do projeto. Estes projetos serão necessariamente financiados por instituições terceiras, sem onerar nenhum tipo de custo à ABAS, nem de retorno financeiro.

O principal objetivo deste serviço é suprir a necessidade de auxílio administrativo aos processos chaves da gestão da ONG, de impacto social e de captação de recursos lacuna identificada através do diagnóstico social.

VII. Grupo de Pesquisa

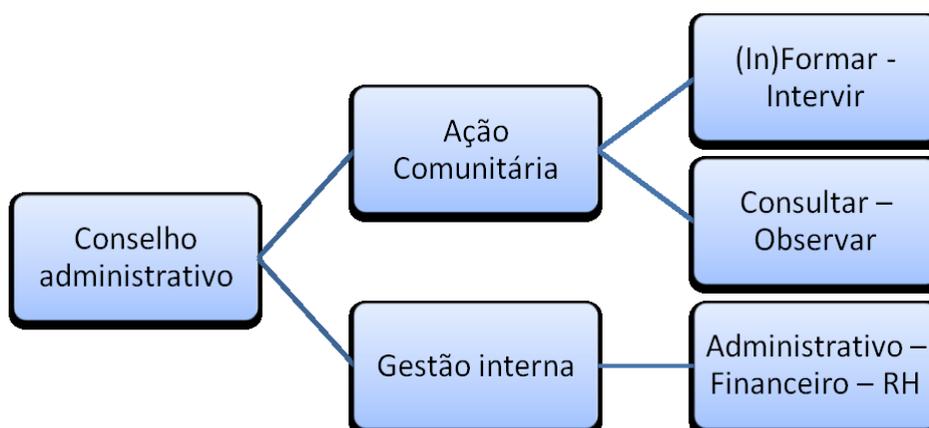
O grupo de pesquisa será composto por todos os associados fundadores e efetivos que tenham interesse em participar dele, e trabalhará através da investigação da realidade do terceiro setor, de forma a sentir as constantes mudanças que possam vir a ocorrer neste. O auxílio prestado por este departamento aos outros, será sempre em nível de investigação, tanto de realidades não antes exploradas pela ABAS, como de novas ferramentas possíveis de serem utilizadas em casos específicos, buscando orientar sempre o consultor ou o grupo de consultores responsáveis por determinado projeto/ONG. No caso dos eventos acadêmicos, a participação poderá ser mais ativa, funcionando algumas vezes como o promotor do próprio evento, caso o departamento (In)Formar esteja sobrecarregado.

5. Plano de Operações

Para que estes serviços sejam disponibilizados, é necessário fisicamente um escritório, uma sala de aula, além de virtualmente um site e páginas em media social, além do helpdesk telefônico, ambos situados e controlados pelo escritório. Compreendendo as necessidades básicas da organização, sugere-se, na figura VIII, o organograma inicial, que deverá ser modificado assim que a organização passe a atuar em sua plenitude. Esta mudança será necessária, pois, no curto prazo a organização atuará com poucos colaboradores, fato que deve ser alterado a medida que a organização se estruture mais.

Como a gestão participativa faz parte da essência do terceiro setor, teremos cada um dos associados fundadores gerindo um dos departamentos de base e os três juntos gerindo a ABAS como um todo. Ou seja, inicialmente, a ABAS contará apenas com os três associados fundadores – requisito mínimo para o funcionamento da associação.

Figura VIII: Organograma Inicial



Fonte: Elaboração própria

6. Plano Financeiro

O plano financeiro tem por base as informações obtidas durante a pesquisa, tanto a partir do FASFIL, do Panorama das ONG, como também de pesquisas a partir de sites e consultas bancárias.

6.1 Investimentos Iniciais

O detalhamento dos custos iniciais tiveram por objetivo reunir os gastos necessários para que a ABAS comece a funcionar. A tabela 1 detalha estes custos:

Tabela 2: Detalhamento do Investimento Fixo

DETALHAMENTO DO INVESTIMENTO FIXO	
EQUIPAMENTOS	6.220,00
Computador	3.900,00
Telefone	100,00
DataShow	1.800,00
Quadro de sala de aula	220,00
Impressora	200,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.725,00
Mesas de Escritório	600,00
Mesas e cadeiras de sala de aula	2.475,00
Cadeiras	400,00
Material de Escritório	1.000,00
Prateleira	250,00
VEÍCULOS	20.000,00
Carro Uno Fiat	20.000,00
Total	30.945,00

Fonte: Elaboração própria

A primeira parte da tabela diz respeito aos equipamentos necessários para o funcionamento da organização, são eles três computadores, um datashow, um telefone, um quadro branco e uma impressora, somando um total de R\$ 6220,00. A segunda parte da tabela diz respeito aos móveis e utensílios necessários, e reúne um total de R\$ 4.725,00. É prevista também a compra de um veículo para a organização, que deve ser utilizado para as reuniões com os potenciais clientes e parceiros. Acredita-se que a maior parte dos clientes dos cursos serão empresas que um departamento com responsabilidade social bem estruturado ou ONG que tenham interesse em capacitar seus profissionais em ferramentas de gestão.

Tabela 3: Investimentos Iniciais

INVESTIMENTOS INICIAIS	
1.1 - DESPESAS PREOPERACIONAIS	Valor (R\$)
Registro da Marca	400,00
Registro da Empresa	500,00
Custos Fixos Iniciais	51.879,40
Outras	1.000,00
Total	53.779,40
1.2 - INVESTIMENTOS FIXOS	Valor (R\$)
Equipamentos	6.220,00
Móveis e Utensílios	4.725,00
Veículos	20.000,00
Total	30.945,00
1.4 - CAPITAL DE GIRO INICIAL	Valor (R\$)
Cobertura de Custos Fixos	13.000,00
Reserva	2.600,00
Total	15.600,00
INVESTIMENTO TOTAL	100.324,40

Fonte: Elaboração própria

Os investimentos iniciais são todos os investimentos fixos, somados às despesas preoperacionais e o capital de giro necessário para o funcionamento mensal da organização. O primeiro item da tabela diz respeito ao tempo necessário para que a ABAS se estruture, além dos custos burocráticos para a criação da associação. Estimou-se que os cinco primeiros meses de funcionamento da ABAS seriam apenas de estruturação interna e de construções de parcerias e das turmas de cursos. Por este motivo, estipulou-se que o custo deste período equivaleria ao pagamento dos custos preoperacionais, além de todos os custos fixos da organização, com exceção da parcela

do financiamento, equivalente a R\$ 3.500,00; do pagamento do estagiário, equivalente a R\$ 500,00; e do valor da depreciação dos investimentos fixos, equivalente a R\$ 417,08. O financiamento citado tem o valor de R\$ 100.000,00, e será concedido pelo BNDES, com os seis meses iniciais de carência, amortização em 36 meses e com parcelas mensais de R\$ 3.500,00.

Os investimentos fixos foram detalhados na tabela anterior e o capital de giro inicial foi calculado a partir do valor do custo operacional mensal (custos fixos menos o valor da parcela do empréstimo) somado à reserva que equivale a 20% deste valor.

6.2 – Custos Fixos

Tabela 4: Custos Fixos

PLANILHA 2 - CUSTOS FIXOS			
Custos Fixos Totais			
Discriminação			Valor (R\$)
Salários c/ Encargos			9.600,00
Depreciação			476,38
Contador			300,00
Material de escritório			150,00
Manutenção do escritório			150,00
Gasolina			400,00
Água, energia, telefone			400,00
Outros			200,00
Empréstimo			3.500,00
Estagiário			500,00
		Total	15.676,38
SALÁRIOS			
Discriminação	Quant	Valor Unit (R\$)	Total
Gerente	3,00	2.000,00	6.000,00
		Total	6.000,00
Encargos	%	60,00%	3.600,00
		Total c/ Encargos	9.600,00
DEPRECIACÃO			
Discriminação	Valor	Taxa Anual	Depr Anual
Equipamentos	6.220,00	20,00%	1.244,00
Móveis e Utensílios	4.725,00	10,00%	472,50
Veículos	20.000,00	20,00%	4.000,00
	30.945,00	Total Anual	5.716,50

Total Mensal 476,38

Fonte: Elaboração própria

A terceira tabela representa os custos fixos totais. São eles todos os custos operacionais fixos, além da depreciação anual dos investimentos iniciais.

O valor dos salários dos gerentes representa os três sócios fundadores da ABAS. É importante frisar que a lei brasileira permite a remuneração dos dirigentes de ONG, desde que seja paga a cota patronal, ou seja os encargos que incidem sobre o salário. O percentual de 60% comporta todos estes encargos, além do 13º salário, das férias, do vale transporte e do vale alimentação que são direitos assegurados por lei. Embora a legislação brasileira permita a remuneração dos dirigentes, esta representa um empecilho à determinadas candidaturas a editais, o que pode comprometer algumas atividades do departamento “Intervir”. A depreciação do veículo comporta a manutenção obrigatória do mesmo, ou seja, as revisões e impostos específicos.

Não foi incluído o valor do aluguel, pois uma organização religiosa disponibilizou um dos seus prédios à ABAS.

6.3 – Custo de Produção

Os custos de produção são aqueles que estão diretamente ligados aos serviços prestados e se elevam proporcionalmente à elevação da oferta do serviço. Dentre os serviços detalhados previamente, o único que entrará em nosso cálculo é a consultoria da ONG que terá um custo médio de R\$ 1.000,00 por encontro. Os cursos e eventos estão sendo calculados enquanto custos fixos devido à sua continuidade. Os projetos de intervenção não entram no cálculo, pois têm por pressuposto que angariarão fundos para se realizarem.

Tabela 5: Custo de Produção

Discriminação	Consultoria	Curso	Curso de Curta Duração	Eventos esporádicos	
Preço Unit	1.000,00	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Total
MÊS 1	8	40	20		8.000,00
MÊS 2	8	40	20		8.000,00
MÊS 3	8	40	20		8.000,00

MÊS 4	Quant	8	40	20		
	Total	8.000,00				8.000,00
MÊS 5	Quant	8	40	20	60	
	Total	8.000,00				8.000,00
MÊS 6	Quant	4	40	20		
	Total	4.000,00				4.000,00
MÊS 7	Quant	4	40	20		
	Total	4.000,00				4.000,00
MÊS 8	Quant	4	40	20		
	Total	4.000,00				4.000,00
MÊS 9	Quant	2	40	20		
	Total	2.000,00				2.000,00
MÊS 10	Quant	2	40	20		
	Total	2.000,00				2.000,00
MÊS 11	Quant	2	40	20	60	
	Total	2.000,00				2.000,00
MÊS 12	Quant	2	40	20		
	Total	2.000,00				2.000,00

Fonte: Elaboração própria

Embora este calendário inclua dois eventos acadêmicos, é provável que existam mais eventos. No entanto estes eventos dependem dos parceiros e da Fapesb, como dito anteriormente.

Esta projeção supõe que haverá inicialmente duas consultorias de 12 meses; duas turmas do curso de formação anual de consultores; duas turmas mensais de cursos de curta duração com temas de ferramentas de gestão; e dois eventos acadêmicos anuais.

A combinação de cursos, eventos e consultorias se deu levando em consideração a capacidade de produção da equipe fixa, para que os valores dos cursos e eventos pudessem ser considerados fixos. Ponderou-se também que como a ABAS será uma associação nova do mercado, ela deverá conquistar a confiança das ONG para conseguir trabalhar de forma plena. Há esperança de que esta confiança não demore a ser conquistada, o que justifica o crescimento anual de 20% nos dois primeiros anos e de 15% no quarto e no quinto ano existência – tema abordado futuramente. O crescimento dos custos operacionais foi estimado em 10%, que é um valor que está quatro pontos percentuais acima da inflação brasileira prevista para 2014.

6.4 – Projeção de Receitas

A projeção de receitas compila as previsões de vendas dos serviços. É importante lembrar que toda a receita vem dos cursos, cujos custos são fixos.

Tabela 6: Projeção de Receitas

DISCRIMINAÇÃO		Consultoria	Curso	Curso de Curta Duração	Evento Semestral	
PREÇO UNIT R\$		Não se Aplica	400,00	200,00	50,00	Total
MÊS 1	QUANT	8	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 2	QUANT	8	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 3	QUANT	8	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 4	QUANT	8	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 5	QUANT	8	40	20	60	23.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00	3.000,00	0
MÊS 6	QUANT	4	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 7	QUANT	4	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 8	QUANT	4	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 9	QUANT	2	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 10	QUANT	2	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0
MÊS 11	QUANT	2	40	20	60	23.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00	3.000,00	0
MÊS 12	QUANT	2	40	20		20.000,00
	TOTAL		16.000,00	4.000,00		0

Fonte: Elaboração própria

Estima-se que os cursos de formação de consultores seja a principal fonte de receita para a organização. Os cinco primeiros meses do primeiro ano de atividade serão os mais difíceis por serem aqueles com a menor popularidade por parte da ABAS e com

o maior número de encontros de consultoria do ano. Por este mesmo motivo, é de extrema importância a conquista de alunos junto a grandes organizações com o departamento de responsabilidade social bem estruturado nos cinco primeiros meses de existência da ABAS – os meses preoperacionais. Da mesma forma, a formação de parcerias neste período é crucial para a execução do primeiro evento semestral. Os cursos de curta duração terão por público alvo pessoas físicas ligadas ao terceiro setor, e o seu valor, monetário e agregado, tende a atraí-los, ainda mais quando contar com a aprovação das Universidades parceiras.

Tabela 7: Previsão de Crescimento

CRESCIMENTO	20,00%	20,00%	15,00%	10,00%	
DISCRIMINAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Curso	192.000,00	230.400,00	276.480,00	317.952,00	349.747,20
Curso de Curta Duração	48.000,00	57.600,00	69.120,00	79.488,00	87.436,80
Evento Semestral	6.000,00	7.200,00	8.640,00	9.936,00	10.929,60
Total	246.000,00	295.200,00	354.240,00	407.376,00	448.113,60

Fonte: Elaboração própria

A previsão de crescimento é otimista devido à prospecção de parceiros e a inovação em termos de técnicas e abordagem conceitual.

6.5 – Projeção de Resultados

Tabela 8: Projeção de Resultados

PROJEÇÃO DE RESULTADOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
Receita Líquida	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	23.000,00	20.000,00
Custo dos Serviços Vendidos	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	4.000,00
Margem de Contribuição	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	15.000,00	16.000,00
Custos e Despesas Fixas	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38
Resultado Operacional Bruto	-3.676,38	-3.676,38	-3.676,38	-3.676,38	-676,38	323,63
Despesas Financeiras	400,00	400,00	400,00	400,00	460,00	400,00
Resultado	-4.076,38	-4.076,38	-4.076,38	-4.076,38	-1.136,38	-76,38
	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
Receita Líquida	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	23.000,00	20.000,00
Custo dos Serviços Vendidos	4.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Margem de Contribuição	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	21.000,00	18.000,00
Custos e Despesas Fixas	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38
Resultado Operacional Bruto	323,63	323,63	2.323,63	2.323,63	5.323,63	2.323,63

Despesas Financeiras	400,00	400,00	400,00	400,00	460,00	400,00
Resultado	-76,38	-76,38	1.923,63	1.923,63	4.863,63	1.923,63

Fonte: Elaboração própria

A projeção de resultados dos primeiro ano foi feita em base mensal, e a partir desta e da taxa de crescimento dos custos e das receitas foram feitas as projeções dos anos seguintes.

O resultado operacional bruto é obtido através da subtração custos dos serviços vendidos e dos custos e despesas fixas da receita líquida. Obtido o resultado operacional bruto subtraem-se as despesas financeiras – estimadas em 2% da receita líquida – e obtém-se o resultado final. É importante observar que o resultado só se torna positivo após o oitavo mês, o que demonstra o alto risco do investimento, mas esta previsão já nos prepara para a realidade que a ABAS enfrentará. Não são incluídas deduções de impostos, pois a legislação brasileira isenta às ONG de pagá-los, desde que comprovado o caráter da organização, e cumpridos os devidos tramites burocráticos.

Tabela 9: Projeção de Resultados Anuais

	Receita Líquida	Custo dos Produtos Vendidos	Margem de Contribuição	Custos e Despesas Fixas	Resultado Operacional Bruto	Despesas Financeiras	Resultado Operacional Líquido
ANO 1	246.000,00 100%	60.000,00 24%	186.000,00 76%	188.116,50 76%	-2.116,50 -1%	4.920,00 2%	-7.036,50 -3%
ANO 2	295.200,00 100%	66.000,00 22%	229.200,00 78%	206.928,15 70%	22.271,85 8%	5.904,00 2%	16.367,85 6%
ANO 3	354.240,00 100%	72.600,00 20%	281.640,00 80%	227.620,97 64%	54.019,03 15%	7.084,80 2%	46.934,23 13%
ANO 4	407.376,00 100%	79.860,00 20%	327.516,00 80%	250.383,06 61%	77.132,94 19%	8.147,52 2%	68.985,42 17%
ANO 5	448.113,60 100%	87.846,00 20%	360.267,60 80%	275.421,37 61%	84.846,23 19%	8.962,27 2%	75.883,96 17%

Fonte: Elaboração própria

É interessante verificar a evolução do percentual da margem de contribuição do serviço prestado, assim como do resultado operacional líquido no decorrer dos anos. Lembra-se que este cálculo já considera os aumentos de custos e de receitas.

6.6 – Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa prevê os gastos que serão feitos mensalmente e sua repercussão no caixa da organização. De acordo com a previsão do fluxo de caixa, os cinco primeiros meses representam meses difíceis para a organização, quando o *déficit* do período terá que ser sanado pelo valor angariado através do empréstimo solicitado ao BNDES. Em outras palavras, o valor reservado enquanto capital de giro nos investimentos iniciais, suprirá a falta de receita suficiente para cobrir os custos operacionais mensais da organização.

A partir do sexto mês, no entanto, devido à redução dos atendimentos de consultoria, o fluxo de caixa passa a ser positivo, com provando a capacidade da ABAS passar a se auto-sustentar. Ao final do décimo primeiro mês de existência, o saldo do caixa já é superior àquele estipulado como capital de giro mínimo para a organização, o que é um sinal extremamente positivo na análise do negócio.

Tabela 10: Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA						
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
Saldo de Caixa Inicial	15.600,00	12.400,00	9.200,00	6.000,00	2.800,00	2.600,00
Total de Entradas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	23.000,00	20.000,00
Total de Saídas	23.676,38	23.676,38	23.676,38	23.676,38	23.676,38	19.676,38
Custos Fixos	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38
Custo Variáveis	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	4.000,00
Saldo do Período	(3.676,38)	(3.676,38)	(3.676,38)	(3.676,38)	(676,38)	323,63
Depreciação	476,38	476,38	476,38	476,38	476,38	476,38
Saldo Final do Caixa	12.400,00	9.200,00	6.000,00	2.800,00	2.600,00	3.400,00
	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
Saldo de Caixa Inicial	3.400,00	4.200,00	5.000,00	7.800,00	10.600,00	16.400,00
Total de Entradas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	23.000,00	20.000,00
Total de Saídas	19.676,38	19.676,38	17.676,38	17.676,38	17.676,38	17.676,38
Custos Fixos	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38	15.676,38

Custo Variáveis	4.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Saldo do Período	323,63	323,63	2.323,63	2.323,63	5.323,63	2.323,63
Depreciação	476,38	476,38	476,38	476,38	476,38	476,38
Saldo Final do Caixa	4.200,00	5.000,00	7.800,00	10.600,00	16.400,00	19.200,00

Fonte: Elaboração própria

Quando levamos em consideração o fluxo de caixa de anual, vemos que, embora inicialmente o negócio de mostre frágil e extremamente custoso, sua projeção é positiva, indicando a possibilidade de sucesso do negócio. Tendo o custo inicial de R\$ 100.324,40, o caixa consegue se estabilizar ainda no primeiro ano de existência da organização e já no segundo terceiro ano consegue obter como resultado de caixa um valor superior àquele que foi investido inicialmente.

Este resultado não significa que o investimento será pago no terceiro ano de existência, pois este resultado ignora determinados valores essenciais à análise de viabilidade do negócio, tais quais a depreciação e o índice de inadimplência. Apesar disso, o fato da organização conseguir suprir seus custos operacionais, sem para isso precisar solicitar novos empréstimos, além do inicial, é um indicador da viabilidade do negócio, que embora muito dispendioso em termos de sobrecarga de recursos humanos, tende a possibilitar uma maior estruturação após os três primeiros anos de existência que são os mais difíceis para qualquer organização criada em território brasileiro.

Tabela 11: Fluxo de Caixa Anual

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Saldo de Caixa Inicial	15.600,00	19.200,00	47.188,35	106.923,89	189.773,32
Total de Entradas	246.000,00	295.200,00	354.240,00	407.376,00	448.113,60
Total de Saídas	248.116,50	272.928,15	300.220,97	330.243,06	363.267,37
Custos Fixos	188.116,50	206.928,15	227.620,97	250.383,06	275.421,37
Custo Variáveis	60.000,00	66.000,00	72.600,00	79.860,00	87.846,00
Saldo do Período	(100.324,40)	(2.116,50)	22.271,85	54.019,03	84.846,23
Depreciação	5.716,50	5.716,50	5.716,50	5.716,50	5.716,50

Saldo Final do Caixa	19.200,00	47.188,35	106.923,89	189.773,32	280.336,06
-----------------------------	-----------	-----------	------------	------------	------------

Fonte: Elaboração própria

Explicando a tabela 11, temos enquanto saldo inicial de caixa aquele estipulado com base no custo operacional. O total de entradas e saídas estão calculados em termos anuais, assim como os custos fixos e variáveis. O saldo do período no ano zero representa o investimento inicial, que será coberto pelo empréstimo. Os outros saldos consideram o fluxo de caixa anual, além das taxas de crescimento de receita e de custos explicadas anteriormente. Ao final de cinco anos o saldo final do caixa corresponde a R\$ 280.336,06, o que começará a possibilitar o re-investimento na ABAS.

6.7 – Análise do Investimento

Embora este seja um projeto social, cujo principal foco é estimular a preocupação com a sustentabilidade em toda a ação da organização, esta deverá ser analisada também do ponto de vista financeiro, para que não seja despendido um recurso que poderia ser melhor aproveitado em outro programa ou projeto.

Tendo isto em vista, analisaremos o investimento através de três indicadores tipicamente privados: o payback, o valor presente líquido e a taxa interna de retorno. O payback representa o tempo que o investimento demora para pagar seus investimentos iniciais e começar a ser fonte de lucro para os investidores. Neste caso específico, a dúvida é em quanto tempo a organização voltará a investir em si mesma. Sendo uma associação, e uma ONG, a distribuição do “lucro” é proibida. Neste caso, todo excedente resultante da operação da ABAS será utilizado nela mesma ou, em casos extremamente importantes, aplicada em projetos sociais de caráter inovador, empreendedor, e urgente.

O valor presente líquido traz para o presente o valor futuro deste mesmo projeto. O valor futuro foi calculado tendo por base o fluxo de caixa anual, e as taxas de crescimento apresentadas anteriormente. Neste caso em específico, ele demonstra a valorização da ABAS e possibilita a comparação entre o valor apresentado no fluxo de caixa do quinto ano e o valor que foi investido inicialmente no associação.

O último índice utilizado é a Taxa de Retorno de Investimento que, com base no fluxo de caixa, traz para o valor presente o retorno de investimento do capital que continua investido no negócio. Ou seja, se investimos R\$ 100.000,00, e esse valor vai

sendo pago aos pouco, o TIR ajudará a perceber quanto de retorno o negócio está apresentando, tendo sobre aquele valor que continua aplicado ao negócio, ou seja, aquele valor que ainda não foi pago.

Tabela 12: Análise do Investimento

ANÁLISE DO INVESTIMENTO	
TAXA DE DESCONTO	10,00%
INVESTIMENTO INICIAL	R\$ 100.324,40
VPL - Valor Presente Líquido	R\$ 62.108,97
TIR - Taxa Interna de Retorno	25%
PAYBACK DESCONTADO	3 Anos

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: O payback descontado

ANO	SALDO DO PERÍODO	SALDO DESCONTADO	SALDO A RECUPERAR
0	-	0,00	-100.324,40
1	(2.116,50)	-1.924,09	-102.248,49
2	22.271,85	18.406,49	-83.842,00
3	54.019,03	40.585,30	-43.256,70
4	77.132,94	52.682,83	9.426,14
5	84.846,23	52.682,83	62.108,97

Fonte: Elaboração própria

As tabelas 12 e 13 apresenta os índices descritos acima. Na tabela de número 12 temos a taxa de desconto é estipulada pelo Banco Central e é utilizada para trazer para valor presente o montante que será pago ou recebido no futuro, ou seja, nos próximos cinco anos. Esta taxa influencia diretamente no cálculo do payback, pois é através dela que podemos projetar o pagamento do investimento feito.

Neste caso em específico, o investimento é pago durante o quarto ano de existência da organização. É uma previsão pessimista para um investimento privado. Porém como o objetivo desta organização não é gerar lucro, a previsão da reintegração do investimento em quatro anos é atrativa. Lembramos que o empréstimo será pago em 36 parcelas e terá carência de 6 meses, o que torna a previsão de pagamento ainda mais atrativa para uma organização do terceiro setor.

Aparentemente este VPL indica que o negócio deveria ser recusado, já que o VPL é inferior ao valor do investimento inicial. Em outras palavras, isso significa que

ao longo do tempo o negócio se desvalorizou. É preciso lembrar, no entanto, que o valor do investimento inicial na verdade é de R\$ 48445,00, pois R\$ 51879,40 representa o custo preoperacional dos primeiros cinco meses de existência da ABAS. Este fato indica, portanto, uma valorização de 28% do investimento feito.

Por último, nós temos que a TIR é de 25% o que, novamente, para uma organização privada é um valor muito baixo, mas que para uma organização social representa uma boa perspectiva de futuro.

7. Avaliação e Monitoramento

O Balanced Scorecard é uma ferramenta de avaliação cuja complexidade auxilia as organizações a se gerirem estrategicamente e a operacionalizarem a estratégia adotada. Por este motivo, utilizaremos o BSC como a ferramenta de avaliação para este projeto, tomando por base o plano previamente elaborado.

Inicialmente procuraremos responder às perguntas chaves do BSC, conforme exposto no capítulo I deste projeto. O segundo passo é criar o mapa estratégico da organização, escolhendo os índices que ajudarão a mensurar o desenvolvimento das atividades da ABAS.

A primeira pergunta a ser respondida é para atingir a visão organizacional, como devemos olhar para a nossa população alvo? Em primeiro lugar, temos que lembrar que a ABAS trabalha com dois tipos de "clientes": as ONG às quais presta consultoria e os profissionais interessados nos cursos promovidos pela associação. Independente de qual seja o público ao qual estamos nos referindo, é importante que a consciência de que eles são agentes da mudança social, e, por conseguinte, visionários, atuantes de vanguarda e capazes de estimular a transformação social deve ser a base da relação entre a ABAS e seus ditos "cliente". É essencial que o sentimento de troca esteja presente em todas as ações da ABAS, afinal o aprendizado é contínuo e não existirá a melhoria contínua dos processos caso não exista esta troca. Outro ponto importante é o reconhecimento de que a ABAS os serve, ou seja, é necessário escutar às suas necessidades e só depois estipular os cursos, projetos e ações a serem executadas. Sendo assim, são pontos importantes para o mapa estratégico que as ONG tenham suas necessidades atendidas pelo serviço prestado; que os alunos e as organizações se percebam mais capacitados para assumir a gestão da organização de forma mais eficaz; que as ONG e os profissionais nos vejam enquanto parceiras atuantes no mesmo processo de

transformação social; e por último que sejamos reconhecidas enquanto auxiliadoras no processo de desenvolvimento da sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

A segunda pergunta diz respeito a perspectiva financeira. A pergunta, portanto deve ser “se atingirmos nossa visão, como deveremos olhar para os nossos parceiros?” e “como a perspectiva financeira ajudará a atingirmos a nossa visão e cumprirmos a nossa missão?” A missão da ABAS é auxiliar as ONG brasileiras a se tornar mais sustentáveis, se utilizando para isso de ações de conscientização e capacitação. Esta já é uma forma pela qual a perspectiva financeira auxilia a conquista da missão organizacional. Em outras palavras, o fato de procurar meios de angariar fundo que meschem a necessidade financeira da organização com a sua missão institucional é uma forma de fazer com que a perspectiva financeira trabalhe para a missão da ABAS. Outra forma é a realização de parcerias, pois estas ajudam a promover o debate da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que reduz custos e cria sinergias. Portanto, a promoção de cursos e eventos acadêmicos, assim como a realização de parcerias são os pontos importantes para a perspectiva financeira. Existe ainda um ponto essencial que permeia toda a perspectiva financeira – é a promoção dos eventos com o menos custo associado possível, que seja de natureza financeira, social ou ambiental.

Definida a missão e a estratégia para atingi-la, é necessário identificar os processos nos quais necessitamos atingir a excelência para que elas se concretizem. No caso em estudo, os processos nos quais devemos atingir excelência são os relacionados ao setor comercial, à comunicação interna e externa, à retenção e desenvolvimento de talentos e ao controle dos custos e impactos gerados pelas atividades da ABAS.

A excelência na operação comercial é necessária devido a importância da capacitação dos profissionais tanto para a sustentação financeira quanto para o cumprimento da missão da ABAS. As atividades de comunicação interna e externa e foram apontados no diagnóstico como pontos chaves para a angariação e manutenção de investidores, assim como para a boa execução dos projetos das ONG. Como a estratégia adotada pela ABAS está assentada na criação de parcerias, esta habilidade é extremamente necessária para a concretização dos objetivos da associação. A retenção e o desenvolvimento de talentos se mostrou o ponto chave para que as atividades técnicas das organizações fossem apontadas por todos os consultores como as mais desenvolvidas. Além disso, a estrutura inicial da ABAS é muito pequena, o que pode ser um entrave a continuidade dos colaboradores na associação. Neste sentido, é preciso

investir nos próprios colaboradores como forma de mantê-los na organização e trabalhando motivadamente, já que, inicialmente, não existe nenhum benefício sendo oferecido pela organização. O controle dos custos refletidos financeira, social e ambientalmente gerados pela ação da ABAS é a essência da filosofia desta organização e a excelência neste processo refletirá na maior sustentabilidade da organização.

A última pergunta se refere a perspectiva de aprendizagem contínua. A ABAS estipulou que o Observatório seria responsável pela melhoria contínua dos processos e projetos executados pela associação. Desta maneira, a forma, a resposta à pergunta “Para atingir nossa missão, como as pessoas devem aprender, se comunicar, e trabalhar?” deve ser através da execução de pesquisas que possibilitem a otimização constante dos processos e o aprendizado contínuo da organização tanto através de suas próprias ações quanto do aprendizado promovido pelo trabalho com as ONG parceiras e assessoradas. No entanto, pesquisar apenas não promove as mudanças, é preciso incorporar os novos conhecimentos e se apropriar dos novos aprendizados. Estas são as atividades que ao se complementarem promovem a aprendizagem contínua da organização.

Tabela 14: O mapa estratégico

Mapa estratégico		Missão: Potencializar a sustentabilidade das ONG Brasileiras		
Perspectiva do clientes	ONG satisfeitas por terem suas necessidades atendidas pelo serviço prestado pela ABAS.	Ser reconhecidos por promover a capacitação de alunos e organizações para que estes assumam uma gestão mais eficaz da organização onde atuam.	Ser reconhecida pelas ONG e pelos profissionais enquanto parceiros atuantes no mesmo processo de transformação social.	Ser reconhecida enquanto auxiliadora no processo de desenvolvimento da sustentabilidade das organizações do terceiro setor.
Perspectiva financeira	Promover eventos acadêmicos que possibilitem a sustentação financeira da organização ao mesmo tempo que promovam o debate da sustentabilidade.		Realizar parcerias de naturezas diversas que promovam a sustentabilidade econômica da organização assim o debate sobre a sustentabilidade.	Procurar meios de executar os objetivos da organização com o menor custo associado, quer seja financeiro, quer seja ambiental ou social.
Perspectiva dos processos	Atividades comerciais	Comunicação interna e externa	Retenção e desenvolvimento de talentos	Controle dos custos e impactos gerados pelas atividades da ABAS
Perspectiva de aprendizagem	Execução de pesquisas que possibilitem a otimização constante dos processos e o aprendizado contínuo da organização			
	Incorporar os novos conhecimentos e se apropriar dos novos aprendizados			

Tabela 15: O Scorecard

Scorecard		Missão: Potencializar a sustentabilidade das ONG Brasileiras			
Perspectiva do clientes	ONG satisfeitas por terem suas necessidades atendidas pelo serviço prestado pela ABAS.	Ser reconhecidos por promover a capacitação de alunos e organizações para que estes assumam uma gestão mais eficaz da organização onde atuam	Ser reconhecida pelas ONG e pelos profissionais enquanto parceiras atuantes no mesmo processo de transformação social.	Ser reconhecida enquanto auxiliadora no processo de desenvolvimento da sustentabilidade das organizações do terceiro setor.	
Indicadores	Índice de satisfação de 90% nas pesquisas referentes às consultorias prestadas	Avaliar as mudanças nas ONG assessoradas comparando as situações da mesma antes e depois da consultoria	Analisar as referências feitas a ABAS através de sites, revistas e jornais do terceiro setor, comparando-as à imagem que a organização quer passar.		
		Índice de satisfação de 90% nas pesquisas referentes ao cursos disponibilizados	Estar presente, a cada três meses, em matérias divulgadas em sites, revistas e jornais do terceiro setor, de forma a divulgar a imagem da organização, sua filosofia e objetivos.		
Perspectiva financeira	Promover eventos acadêmicos que possibilitem a sustentação financeira da organização ao mesmo tempo que promovem o debate da sustentabilidade.		Realizar parcerias de naturezas diversas que promovam a sustentabilidade econômica da organização assim o debate sobre a sustentabilidade.	Procurar meios de executar os objetivos da organização com o menor custo associado, quer seja financeiro, quer seja ambiental ou social.	
Indicadores	Cumprir as metas estipuladas no plano financeiro		Angariar no mínimo um parceiro a cada seis meses após a abertura da primeira classe de cursos.		
			Nos primeiros seis meses, conseguir realizar parcerias com a UFBA, UCSal e Unidunas		
Perspectiva dos processos	Atividades comerciais	Comunicação interna e externa	Retenção e desenvolvimento de talentos	Controle dos custos e impactos gerados pelas atividades da ABAS	
Indicadores	Conseguir atingir a meta mínima de alunos por curso estipulada no plano financeiro		Taxa de rotatividade nula no primeiro ano	Se manter dentro do orçamento estipulado no plano financeiro, ou abaixo dele	
		Conseguir atingir a meta de estar presente, a cada três meses, em matérias divulgadas em sites, revistas e jornais do terceiro setor	Índice de satisfação dos colaboradores acima 85%	Não receber nenhuma crítica de cunho social ou ambiental no primeiro ano	
		Calcular a quantidade de erros/retrabalho causado por problemas na comunicação Identificar os focos de problemas de comunicação		Encontrar meios ecologicamente mais viáveis para realizar as ações planejadas	
Perspectiva de aprendizagem	Execução de pesquisas que possibilitem a otimização constante dos processos e o aprendizado contínuo da organização		Incorporar os novos conhecimentos e se apropriar dos novos aprendizados		
Indicadores	Publicar estudos periódicos, a cada seis meses, sobre os processos internos, os resultados parciais/finais das consultorias e as discussões promovidas pelos eventos organizados pela ABAS		Incorporar anualmente mudanças nos processos internos e nas metodologias de consultoria.		
	Publicar estudos anuais que comparem as metodologias adotadas pelas ABAS com outras metodologias e que possam ser modificadas, total ou parcialmente visando a melhoria dos serviços e procedimentos internos				

Fonte: Elaboração própria

Como explicado anteriormente, o balanced scorecard deve ser utilizado como ferramenta de avaliação contínua. Uma ferramenta que deve ser constantemente consultada e reavaliada. Isto implica que mensalmente estes indicadores devem ser consultados e, quando necessário, remensurados, substituídos ou complementados. Como este projeto tem duas fases predefinidas – os seis primeiros meses e o primeiro ano de funcionamento – foram estipulados alguns indicadores que só são válidos para a primeira fase, como o das parcerias. Para melhor monitorar as atividades executadas

pela associação nestes primeiros seis meses, utilizou-se o Gráfico de Gantt demonstrado na figura IX.

Figura IX: Plano de Execução dos seis primeiros meses

Nome da tarefa	Q3			Q4			Q1		
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
1 Regularização da ABAS	[Barra verde]								
2 Organização física da ABAS	[Barra verde]								
3 Criação do site e páginas d	[Barra verde]								
4 Criação e estruturação dos	[Barra verde]								
5 Realização das parcerias co		[Barra verde]							
6 Criação das primeiras turmas				[Barra verde]					
7 Seleção das duas primeiras					[Barra verde]				
8 Abertura oficial da ABAS							[Barra verde]		

Fonte: Elaboração própria

8. Análise geral do negócio

A partir da análise de investimento constatamos a viabilidade do negócio, afinal o investimento inicial terá retorno no quarto ano de existência do negócio, caso o cenário de participação nos cursos se verifique. Este passa a ser um dos itens de avaliação, que deve ser controlado e estipulado como meta mínima. Isto comprova a diferenciação do mesmo e a inovação que representa fundar uma ONG com plano de negócios que prevê o retorno do investimento feito, além de disponibilizar os serviços que a ABAS se compromete a dispor.

Ressaltamos que os valores apresentados não são atrativos para o mercado privado, mas como a intenção não é gerar lucro, estes números apresentam uma inovação para o setor social, principalmente no Brasil, onde a ONG ainda sofre restrições quanto à sua estruturação, e capacidade de gerar receita.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

Este projeto envolve fatores de natureza diversa e propõe interações com as mesmas, que variam em potencial de intervenção e qualidade da resposta. Para avaliar este projeto de forma construtiva, considerando todas as especificidades que o mesmo apresenta, é necessário ponderar a capacidade do mesmo em promover a apropriação por parte das ONG do conceito da sustentabilidade em sua missão organizacional; em

promover o empoderamento das ONG para que sua gestão seja mais sustentável e mais focada em sua missão, tornando-a não apenas mais eficiente, mas também mais eficaz; e, não menos importante, sua aplicabilidade.

Os dados levantados e apresentados no corpo do projeto demonstra que embora sua importância para o cenário local seja evidente, ele é ainda passível de melhorias que tendem a vir com o desenvolvimento da curva de experiência. Uma pesquisa que abrangesse uma maior participação por parte das ONG, por exemplo, é uma maneira de aperfeiçoar o produto entregue, de forma a torná-lo mais direcionado às reais necessidades das organizações. Devemos lembrar que o objetivo principal é a promoção da sustentabilidade e que ele pode ser atingido de diversas maneiras. Para se decidir a melhor dentre as opções, deve-se ter conhecimento aprofundado daquilo que as ONG precisam e querem, e este é um ponto de melhoria do projeto. Por outro lado, o processo de consultoria por si só é modelável, facilitando esta entrega personalizada.

Considerando que a missão deste projeto está estreitamente ligado à estratégia das organizações, a utilização do BSC como o instrumento viabilizador do cumprimento do objetivo, possibilita que este seja um projeto possível, tornando-o capaz de cumprir com o que promete. Isto faz com que a promoção da sustentabilidade por meio de uma melhor gestão das ONG seja algo aplicável. Da mesma forma, a individualidade da metodologia do BSC da resposta temporária à lacuna identificada anteriormente, fazendo com o que o projeto possa ser remodelado para atender as necessidades específicas de cada uma das organizações atendidas.

Em termos conceituais, o projeto procura suprir uma necessidade real de uma sociedade na qual as organizações atual de forma intuitiva e com abrangência reduzida. O Nordeste brasileiro, como explicitado anteriormente é carente de serviços básicos e a ação destas organizações neste ambiente auxilia substancialmente em seu desenvolvimento social e econômico. A distribuição e a organização dos municípios nordestino aumenta a dificuldade do Estado de cumprir com sua função, sendo essencial auxiliar estas organizações, objetivando elevar a qualidade de vida desta população.

Do ponto de vista econômico, devemos deixar claro que o investimento inicial está acima do investimento feito por muitas microempresas, o que possibilita a manutenção da associação por pelo período necessário até a mesma passe a dar retorno. No entanto, este retorno só será possível caso as organizações atendidas se localizem no

Nordeste, onde os custos são muito mais reduzidos do que nos outros estados do Brasil, o que vai ao encontro dos objetivos do projeto.

De forma geral, o projeto se mostra inovador, viável e aplicável, mas a curva de aprendizagem do mesmo aparenta ser longa o que pode prejudicar o desenvolvimento do mesmo. É necessário investir recursos visando à redução desta curva de aprendizagem, e uma das maneiras é aprofundar mais as pesquisas junto as ONG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, São Paulo. (2010). Panorama das Associadas. Recuperado em 01 fevereiro, 2014, do Web site: <http://www.abong.org.br/>

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, São Paulo. (2012). . Sustentabilidade das ONGs no Brasil : acesso a recursos privados. Recuperado em 01 fevereiro, 2014, do Web site: <http://www.abong.org.br/> André, I.; Abreu, A. (2006).

Beaufre, A. (2004), “Introdução à Estratégia”, Paris: Hachette Litteratures.

Borelli, E. (Junho de 2008). Neoliberalismo e ONGs na América Latina. *Aurora*, pp. 12 – 17.

Bragança, L., Mateus, R., Koukkari, H. (Julho de 2010). Building Sustainability Assessment. *Sustainability*, pp. 2010 – 2023.

Brasiliano, A. (2007). Fundamento estratégico da prospectiva. *Revista Eletrônica*.

Brasiliano, A. (2007). Visão de prevenção em riscos só entendendo as abordagens em prospectiva. *Revista Eletrônica*.

Claro, O. B. P., Claro P. D. & Amâncio, R. (Outubro – Dezembro de 2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração – RAUSP*, pp. 289-300.

Coraggio, J. (2010). La Economía social y solidaria como estratégia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana. *Revista de Economía solidária N°2. ACEESA*.

Curran, M. A. (Março de 2009). Wrapping Our Brains around Sustainability. *sustainability* , 5-13.

Dees, J. (1998). The Meaning of “Social Entrepreneurship”. *Kauffman Foundation and Stanford University*.

Dees, J. G. (2011) “The Meaning of “Social Entrepreneurship”.

Dimensões e Espaços da inovação Social. *Finisterra*, pp., 121-141.

Druker, P. F., (1994). As Organizações Sem Fins Lucrativos. Lisboa.

- Ferreira, V. C. P. (2005). ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. *Fundação Getúlio Vargas*.
- Figgie, F., Hahn, T., Schaltegger, S., & Wagner, M. (Setembro - Outubro de 2002). The Sustainability Balanced scorecard – linking sustainability management to business strategy. *Business Strategy and the Environment* , pp. 269–284.
- GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Cursos. Visitado em 20 de maio, 2014 pelo Web site: http://www.gife.org.br/cursos_ferramentasgestao_listagem.asp
- Godet, M. (1993). “A “caixa de ferramentas” da prospectiva estratégica.” Cadernos do CEPES
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2012), As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010. Recuperado em 01 de fevereiro, 2014 do Web site: <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Kaplan, R. S. (Spring de 2001). Strategic Performance Measurement and Management in Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management & Leadership* , pp. 353 - 370.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (Janeiro - Fevereiro de 1992). The Balanced Scorecard - Measures that Drive Performance. *Harvard Business Review* , pp. 70 - 79.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (Junho de 2001). Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part II. *Accounting Horizons*, pp. 147–160.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (Março de 2001). Transforming the Balanced Scorecard from Performance Measurement to Strategic Management: Part I. *Accounting Horizons*, pp. 87 - 104.
- Laville, J. (2009). A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47.
- Maia, A. G., & Pires, P. S. (Maio - Junho de 2011). Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. *Revista de Administração Mackenzie* , pp. 177-206.
- Martin , Roger L., Osberg, Sally, (2007) “Social Entrepreneurship: The Case for Definition” Stanford Social Innovation Review.
- Martin, R. & Osberg S. (2007). Social Entrepreneurship: The Case for Definition. Stanford Social Innovation Review.
- Ministério da Educação, Brasília. Portal do Ministério da Educação. Visitado em 20 de maio, 2014 pelo Web site: <http://www.mec.gov.br/>

Ministério da Previdência Social, Brasília, (2010, Novembro). Informe da Previdência Social. Recuperado em 01 de outubro, 2013 do Web site: <http://www.mpas.gov.br/>

Parente, C., Costa, D., Santos, M. & Amador, C.. (2012). Empreendedorismo Social: Dos Conceitos Às Escolas De Fundamentação. As Configurações De Um Conceito em Construção.

Ritchie, W. J. & Eastwood K. (Fall de 2006). Executive Functional Experience and Its Relationship to the Financial Performance of Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, pp. 67 – 82.

Ritchie, W. J. & Kolodinsky, R. W. (Summer de 2003). Nonprofit Organization Financial Performance Measurement an Evaluation of New and Existing Financial Performance Measures. *Nonprofit Management & Leadership*, pp. 367 – 381.

Rojas, R. R. (Fall de 2000). A Review of Models for Measuring Organizational Effectiveness Among For-Profit and Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, pp. 97 – 104.

Salamon, L. M. & Anheier H. K. (1996). In search of the non-profit sector II: The problem of classification. *Voluntas*, pp. 267 – 309.

Salamon, L. M. & Anheier H. K. (1996). The international classification of nonprofit organizations: Icnpo-revision 1. *The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies*, pp. 1 – 24.

Young, Dennis R. & Lecy, Jesse D., (2012). Defining the Universe of Social Enterprise: Competing Metaphors. *NYU-Stern Conference on Social Entrepreneurship November 7-9*, New York University - Stern School of Business.

ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO ECONÔMICA

20

AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

2010



GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS | BRASIL

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff



Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Wellington Moreira Franco

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de
Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação das Estatísticas Econômicas e
Classificações
Sidnéia Reis Cardoso

Gerência do Cadastro Central de Empresas
Bruno Erbisti Garcia

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Chefe de Gabinete
Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-Chefe de Comunicação
João Claudio Garcia Rodrigues Lima

DIRETORIA

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
Rafael Guerreiro Osório

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Claudio Roberto Amitrano

Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de
Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretoria de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais
Miguel Matteo

Diretoria de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia
Alexandre de Avila Gomide

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cesar Loureiro de Azeredo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Gerência do Cadastro Central de Empresas

Estudos e Pesquisas
Informação Econômica
número 20

As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Rio de Janeiro
2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1679-480X **Estudos e pesquisas Informação econômica**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas de autoria institucional.

A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-426*-! (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4268-3 (meio impresso)

© IBGE. 2012

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Lgonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Conceituação

Classificação das entidades sem fins lucrativos e identificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

Reformulação metodológica

Disseminação dos resultados

Análise dos resultados

O perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2010

Quantas são?

Onde estão?

Qual a idade?

O que fazem?

Quantos trabalhadores empregam?

Qual o porte?

Qual a remuneração?

O crescimento recente das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

Conclusões

Tabela de resultados

1 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

2 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

3 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo o tipo de entidade e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

6 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2010

7 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por tipo de entidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2010

8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

Referências

Anexos

- 1 Relação das tabelas apresentadas no CD-ROM para os anos de 2006 (antiga e nova metodologias), 2008 e 2010
- 2 Tabela de Natureza Jurídica 2009.1
- 3 Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias - COPNI
- 4 Estrutura completa e notas explicativas da "COPNI ampliada"

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA divulgam, nesta publicação, estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL, relativo ao ano de 2010. Este estudo foi realizado em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

O IBGE e o IPEA, como órgãos de estatística e pesquisa do governo federal, reforçaram mutuamente as análises e interpretações dos dados contidos no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE. A ABONG e o GIFE, além de sua excelência em atividades investigativas, trouxeram um olhar do ponto de vista de organizações da sociedade civil que veio se somar à perspectiva oficial, própria dos institutos de estatística e de pesquisa.

Este trabalho conjunto foi realizado, pela primeira vez, para o ano de 2002 e teve continuidade para o ano de 2005 com o objetivo de mapear o universo associativo e fundacional, no que tange à sua finalidade de atuação e sua distribuição espacial.

Esta edição do estudo contou também com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se dedica a promover a interação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais com o governo. O trabalho veio ao encontro da disposição dessa Secretaria em fomentar estudos e pesquisas que facilitem o conhecimento sobre o universo das entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil.

A metodologia do estudo passou por uma reformulação para incorporar novos critérios para seleção de unidades ativas no CEMPRE, banco de dados utilizado como base do estudo, e, ainda, absorver as

mudanças introduzidas com a implementação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, que contribui na determinação da finalidade das entidades.

Na análise dos resultados das FASFIL, buscou-se observar o perfil dessas entidades em relação à finalidade, idade, localização, emprego e remuneração em 2010 e, ainda, as mudanças ocorridas neste segmento entre 2006 e 2010. Pela primeira vez, são apresentadas informações do pessoal assalariado segundo gênero e nível de escolaridade.

Com os resultados ora divulgados, espera-se municiar a sociedade com informações sobre as associações civis e as fundações privadas no Brasil e prover subsídios à realização de outras análises e avaliações necessárias a um maior conhecimento deste importante segmento da sociedade civil organizada.

A publicação é acompanhada de CD-ROM contendo, além das informações por Grandes Regiões e Unidades da Federação divulgadas no volume impresso, dados para os municípios brasileiros, bem como o plano tabular completo para os anos de 2006 (antiga e nova metodologias), 2008 e 2010.

As instituições envolvidas na elaboração deste estudo colocam-se à disposição para esclarecimentos e quaisquer outras formas de atendimento aos interessados.

Marcelo Cortes Neri
Presidente do IPEA

Wasmália Socorro Barata Bivar
Presidenta do IBGE

Introdução

Desde a primeira edição, o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL constitui referência de dados e análises para o conhecimento da sociedade civil organizada no Brasil, não apenas porque traz um agrupamento das organizações por áreas de atuação e informa sobre seus empregados, como também porque revela como elas estão distribuídas no território brasileiro e qual sua perenidade.

Esse conjunto de informações contribui para entender-se a dinâmica da organização da sociedade civil na história recente, que teve, na Constituição Federal de 1988, um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados. **Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público.**

O momento atual é de aprofundamento do processo de democratização, no qual a democracia representativa e indireta encontra-se alargada e a democracia participativa e direta conquista cada vez mais adeptos, crescendo o número de espaços de articulação com o Estado por meio da institucionalidade de organizações da sociedade civil. Conselhos, conferências, ouvidorias, audiências públicas, reuniões de interesse e consultas públicas são algumas das interfaces socioestatais importantes para a formulação ou avaliação de políticas públicas. Conhecer as organizações que atuam no Brasil nesse contexto é medida que se impõe.

É nesse cenário que se insere o atual estudo, que traz informações atualizadas sobre o universo associativo e fundacional brasileiro para os anos de 2006, 2008 e 2010 – quantas são, onde se localizam, quando foram criadas, o que fazem, quantas pessoas empregam e quanto remuneram – subsídios essenciais para análises e avaliações do papel das organizações da sociedade civil.

O IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE uniram-se novamente para realizar, em parceria, este estudo, tendo dessa vez contado com a colaboração da Secretaria-Geral da Presidência da República. O objetivo é apresentar um panorama das FASFIL no País, em 2010, visando a municiar tanto o governo como as organizações da sociedade civil com informações mais atualizadas. O governo irá dispor de informações que contribuirão para ampliar o conhecimento sobre as organizações da sociedade civil e para aperfeiçoar a formulação de políticas públicas e de propostas de regulação, tendo em vista o fomento à organização cidadã e à participação social. As entidades, por sua vez, terão à sua disposição informações úteis sobre o universo a que pertencem, que podem ainda servir como fonte relevante de estudos mais aprofundados em diversas áreas das ciências sociais. No que se refere à sociedade como um todo, espera-se estimular e qualificar o debate público sobre as características do segmento associativo e fundacional sem fins lucrativos no Brasil, sobre sua relevância e legitimidade, sobre suas relações com os poderes públicos, com empresas, com a mídia e com a população em geral. Adicionalmente, o presente estudo contribui ainda para o debate sobre o aprimoramento do sistema classificatório dos registros administrativos, com vistas a manter a excelência e a qualidade das estatísticas nacionais.

Ressalta-se que a metodologia do estudo passou por mudanças significativas, o que torna os resultados apresentados não diretamente comparáveis com os das versões anteriores. As alterações metodológicas foram necessárias em decorrência da adoção de novos critérios de seleção de unidades ativas e de uma nova classificação de atividades, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, além de alterações nas regras de identificação das FASFIL. Por sua vez, a classificação por finalidade das entidades sem fins lucrativos e das fundações e associações adotada anteriormente manteve-se inalterada.

A presente publicação é composta por uma primeira seção, que traz uma descrição metodológica de como o estudo foi realizado e o impacto das mudanças introduzidas com a utilização de informações do CEMPRE, referentes a 2006, que foi o ano da adoção dos novos critérios. Em seguida, é apresentado um retrato das FASFIL, no ano de 2010, e sua evolução no período de 2006 a 2010. Na seção dedicada às conclusões, retomam-se, de forma sintética, os principais resultados do estudo. Os anexos contêm a relação das tabelas apresentadas no CD-ROM que acompanha a publicação, bem como notas explicativas e outras informações relevantes para a análise em tela.

No período, foi observado um acréscimo de 8,8% no número de FASFIL, que passaram de 267,3 mil, em 2006, para 290,7 mil, em 2010. Como nas edições anteriores, o estudo foi realizado em conformidade com as recomendações internacionais, notadamente no que tange aos aspectos metodológicos¹.

¹ Ressalte-se que, à época do estudo realizado para o ano de referência 2002, o IPEA, o IBGE, a ABONG e o GIFE apresentaram a metodologia proposta para o estudo, bem como os resultados preliminares, no âmbito de um *workshop*, a um conjunto de especialistas que contribuíram com seus comentários e sugestões para o aperfeiçoamento.

Notas técnicas

Este estudo foi realizado a partir de informações existentes no Cadastro Central de Empresas - CEMPRES² do IBGE. O CEMPRES cobre o universo das organizações formais, ou seja, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, que no ano de referência declararam exercer atividade econômica no Território Nacional às fontes de atualização do CEMPRES: pesquisas econômicas estruturais do IBGE e registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego. O CEMPRES abrange organizações de toda natureza jurídica³: órgãos da administração pública, entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

A atualização do CEMPRES é realizada anualmente com informações oriundas das pesquisas econômicas estruturais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços realizadas pelo IBGE e, ainda, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego. Cabe ressaltar que as informações derivadas das pesquisas do IBGE, por serem obtidas através de visitas diretas aos informantes, prevalecem sobre as demais.

² Para conhecer melhor o CEMPRES, consultar a página das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2010/default.shtm>>.

³ A estrutura detalhada dos códigos de natureza jurídica consta no Anexo 2. Para informações complementares, consultar Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, organizada no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, através da Resolução CONCLA nº 2, de 21.12.2011, publicada no Diário Oficial da União em 30.12.2011, no endereço: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/portema/organizacao-juridica/tabela-de-natureza-juridica>>.

As organizações estão estruturadas no CEMPRE com o código completo do CNPJ (14 dígitos), o que permite a identificação das suas unidades locais (endereço de atuação). As fontes de atualização fornecem dados cadastrais e econômicos como razão social, código da natureza jurídica, classificação da atividade econômica a partir da estrutura de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, endereço completo, nome fantasia, ano de fundação, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado e salários e outras remunerações.

As unidades selecionadas neste estudo referem-se aos locais de atuação das organizações, equivalendo ao conceito de **unidades locais** adotado pelo CEMPRE.

Para a realização deste estudo, a existência do código de natureza jurídica no CEMPRE foi determinante por permitir a definição do âmbito das entidades sem fins lucrativos. As variáveis razão social, nome fantasia e o código da CNAE também foram importantes, em um segundo momento, por contribuírem, ao lado dos códigos detalhados de natureza jurídica, para a classificação e alocação por finalidade das entidades sem fins lucrativos.

Conceituação

Com o objetivo de construção de estatísticas comparáveis internacionalmente, optou-se por seguir adotando como referência para definição das FASFIL a metodologia do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002. **Nesse sentido, foram consideradas FASFIL as organizações existentes no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos (código de natureza jurídica iniciado por 3) e que se enquadrem, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios:**

- (a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;**
- (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;**
- (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;**
- (d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e**
- (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.**

No caso brasileiro, esses critérios correspondem a três figuras jurídicas no novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas. As associações, de acordo com o Art. 53 do novo Código regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. As organizações religiosas foram consideradas como uma terceira categoria através da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado estas organizações, que anteriormente se enquadravam na figura de associações.

Classificação das entidades sem fins lucrativos e identificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

A classificação adotada para este estudo, tal qual nos anteriores, foi a Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households - COPNI⁴ (Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias), da família de classificações definida e reconhecida como tal pela Divisão de Estatísticas da ONU, adequada às necessidades do estudo, ou seja, uma “COPNI ampliada”⁵. Os dois principais argumentos a favor desta escolha foram os seguintes:

- (a) possibilitar a comparabilidade internacional: com efeito, a COPNI pertence à família de classificações da ONU e permite ajustes que a compatibilizam com as especificidades de cada país e de estudos relacionados, desde que se mantenham e registrem as correspondências com os grupos da estrutura internacional; e
- (b) possibilitar a comparabilidade com os estudos anteriores, realizados para os anos de referência de 2002 e 2005.

A aplicação efetiva da “COPNI ampliada” exigiria o conhecimento da finalidade de atuação das entidades que compõem o universo das FASFIL, no entanto, as informações disponíveis restringem-se ao contido no CEMPRE e dizem respeito apenas ao código CNAE, que identifica a principal atividade econômica da entidade. Assim, foi feito o reordenamento das entidades sem fins lucrativos, registradas no CEMPRE, nas categorias da “COPNI ampliada”, pela interpretação da CNAE correspondente e outros procedimentos, conforme descrito a seguir:

- Geração de um subcadastro do CEMPRE composto pelas entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, aquelas com código de natureza jurídica iniciado por 3.
- Enquadramento do total das 556 846 entidades privadas sem fins lucrativos nos grupos e subgrupos propostos na “COPNI ampliada”. A realização dessa atividade exigiu um trabalho minucioso, quase artesanal, qual seja: (i) alocação das entidades a partir de palavras-chave, razão social, nome fantasia, ou consultas telefônicas em caso de dúvidas; (ii) alocação do saldo das que não puderam ser classificadas por este procedimento pelo código da CNAE 2.0 reportado pela RAIS; e (iii) leitura, linha a linha, de cada um dos subgrupos de modo a corrigir erros de classificação por meio da melhor adequação dos filtros ou palavras-chave aplicados na etapa (iv).
- Estabelecimento da classificação das FASFIL, retirando do universo das entidades sem fins lucrativos aquelas que não atendiam, simultaneamente, aos cinco critérios que as definem e caracterizam, quais sejam: organizações institucionizadas, privadas, não distribuidoras de lucro, autoadministradas e voluntárias.

Com o objetivo de agilizar os procedimentos de consulta às instituições e captar melhor a finalidade daquelas que ficaram classificadas como “outras instituições sem fins lucrativos não classificadas anteriormente”, foi realizado um levantamento,

⁴ Para maiores informações sobre a COPNI, consultar a página da ONU no endereço: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=6>> O Anexo 3 apresenta a COPNI traduzida para o português.

⁵ A classificação adotada é mais ampla do que a COPNI original, por incluir não somente as instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias (para uso do Sistema de Contas Nacionais), mas também o conjunto das entidades sem fins lucrativos, conforme definição da Tabela de Natureza Jurídica 2009.1. A estrutura completa da classificação e as notas explicativas da “COPNI ampliada” encontram-se no Anexo 4.

mediante consulta telefônica, através do Sistema de Manutenção Cadastral - SIMCAD. Esta pesquisa consistiu em consulta direta aos informantes das instituições, por meio de ligação telefônica via Sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interview).

No banco de dados do SIMCAD constavam 28 554 entidades com telefones válidos, das quais, em 12%, não foi possível realizar pesquisa, pois apresentaram números de telefones incorretos. Das 9 902 entidades pesquisadas, 8 729 foram reclassificadas e 1 173 foram excluídas do estudo por estarem fora do âmbito ou extintas na data da pesquisa. A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição das entidades investigadas no SIMCAD, segundo sua classificação final na "COPNI ampliada".

Tabela 1 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos reclassificadas pelo Sistema de Manutenção Cadastral, segundo a COPNI ampliada Brasil - 2010

COPNI ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	8 729	100,0
Grupo 01 - Habitação	79	0,9
01.0 Habitação	79	0,9
Grupo 02 - Saúde	218	2,5
02.1 Hospitais	43	0,5
02.2 Outros serviços de saúde	175	2,0
Grupo 03 - Cultura e recreação	1 229	14,1
03.1 Cultura e arte	655	7,5
03.2 Esporte e recreação	574	6,6
Grupo 04 - Educação e pesquisa	2 118	24,3
04.1 Educação infantil	180	2,1
04.2 Ensino fundamental	65	0,7
04.3 Ensino médio	25	0,3
04.4 Educação superior	38	0,4
04.5 Caixas escolares e similares	1 097	12,6
04.6 Estudos e pesquisas	120	1,4
04.7 Educação profissional	23	0,3
04.8 Outras formas de educação/ensino	570	6,5
Grupo 05 - Assistência social	1 240	14,2
05.0 Assistência social	1 240	14,2
Grupo 06 - Religião	229	2,6
06.0 Religião	229	2,6
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	960	11,0
07.1 Partidos políticos	7	0,1
07.2 Sindicatos, federações e confederações	33	0,4
07.3 Associações empresariais e patronais	281	3,2
07.4 Associações profissionais	366	4,2
07.5 Associações de produtores rurais	273	3,1
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	280	3,2
08.0 Meio ambiente e proteção animal	280	3,2
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	1 109	12,7
09.1 Associações de moradores	243	2,8
09.2 Centros e associações comunitárias	277	3,2
09.3 Desenvolvimento rural	172	2,0
09.4 Emprego e treinamento	68	0,8
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	188	2,2
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direito	161	1,8
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 267	14,5
10.1 Condomínios	237	2,7
10.2 Cartórios	33	0,4
10.3 Sistema S	1	0,0
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	11	0,1
10.5 Comissão de conciliação prévia	1	0,0
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	43	0,5
10.7 Cemitérios e funerárias	7	0,1
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	934	10,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

A Tabela 2 mostra os resultados após a realização dos dois primeiros procedimentos para o exercício de 2010 e da depuração dos dados com base no SIMCAD. Nela se observa um total de 556,8 mil entidades cadastradas no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos enquadradas nos grupos e subgrupos propostos pela “COPNI ampliada”:

Tabela 2 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, segundo a COPNI ampliada - Brasil - 2010

COPNI ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	556 846	100,0
Grupo 01 - Habitação	292	0,1
01.0 Habitação	292	0,1
Grupo 02 - Saúde	6 029	1,1
02.1 Hospitais	2 132	0,4
02.2 Outros serviços de saúde	3 897	0,7
Grupo 03 - Cultura e recreação	36 921	6,6
03.1 Cultura e arte	11 995	2,2
03.2 Esporte e recreação	24 926	4,5
Grupo 04 - Educação e pesquisa	87 948	15,8
04.1 Educação infantil	2 193	0,4
04.2 Ensino fundamental	4 475	0,8
04.3 Ensino médio	2 107	0,4
04.4 Educação superior	1 395	0,3
04.5 Caixas escolares e similares	70 284	12,6
04.6 Estudos e pesquisas	2 059	0,4
04.7 Educação profissional	531	0,1
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 904	0,9
Grupo 05 - Assistência social	30 414	5,5
05.0 Assistência social	30 414	5,5
Grupo 06 - Religião	82 853	14,9
06.0 Religião	82 853	14,9
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76 642	13,8
07.1 Partidos políticos	12 889	2,3
07.2 Sindicatos, federações e confederações	18 814	3,4
07.3 Associações empresariais e patronais	4 559	0,8
07.4 Associações profissionais	17 450	3,1
07.5 Associações de produtores rurais	22 930	4,1
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,4
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,4
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	7,6
09.1 Associações de moradores	13 101	2,4
09.2 Centros e associações comunitárias	20 071	3,6
09.3 Desenvolvimento rural	1 522	0,3
09.4 Emprego e treinamento	507	0,1
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	0,9
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,4
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191 042	34,3
10.1 Condomínios	153 441	27,6
10.2 Cartórios	8 059	1,5
10.3 Sistema S	1 215	0,2
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	81	0,0
10.5 Comissão de conciliação prévia	15	0,0
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	1 163	0,2
10.7 Cemitérios e funerárias	193	0,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	4,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Com o terceiro procedimento, foi definido o universo das entidades consideradas como FASFIL, excluindo as entidades dos seguintes subgrupos de finalidades da "COPNI ampliada": 04.5 Caixas escolares e similares; 07.1 Partidos políticos; 07.2 Sindicatos, federações e confederações; 10.1 Condomínios; 10.2 Cartórios; 10.3 Sistema S; 10.4 Entidade de mediação e arbitragem; 10.5 Comissão de conciliação prévia; 10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais; e 10.7 Cemitérios e funerárias. Os critérios de exclusão de cada subgrupo são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de exclusão de grupos das Entidades sem Fins Lucrativos para compor as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL - 2010

(continua)

Grupos	Critérios de exclusão das FASFIL
04.5 Caixas escolares e similares	As caixas escolares são unidades financeiras executoras e adquirem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, quando registradas no CNPJ como tais. Têm como principal função administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Trata-se de unidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Não atendem ao critério de serem "privadas".
07.1 Partidos políticos	Os partidos políticos são regidos por um arcabouço jurídico específico e controlados e fiscalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Trata-se, pois, de um sistema de partidos ancorados no direito público. Para que a organização partidária possa funcionar, deve haver um reconhecimento do TSE, que irá verificar vários requisitos, entre eles o seu caráter nacional. Portanto, podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Tendo em vista estas especificidades, os partidos políticos não atendem ao critério de organização "voluntária".
07.2 Sindicatos, federações e confederações	<p>No Brasil, a Constituição Federal assegura a liberdade de associação sindical ou profissional. Contudo, estabelece o regime da unicidade sindical, ou seja, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.</p> <p>A Constituição Federal estabelece, também, a contribuição sindical oficial, com desconto em folha de pagamento, para custeio do sistema confederativo da representação sindical.</p> <p>Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 01.05.1943) elencam várias prerrogativas que só podem ser exercidas por organizações sindicais, tal como a participação nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>Diante dessas características, foram excluídas as entidades sindicais do grupo das FASFIL, por não atenderem ao critério de organização "voluntária", na medida em que a sua criação é condicionada a uma categoria profissional específica e à não existência de uma outra entidade sindical na mesma base territorial. O Manual da ONU citado como referência reconhece a possibilidade de as entidades sindicais fazerem parte da sociedade civil organizada, mas, ao adaptar os critérios para o universo da FASFIL no Brasil, estas foram excluídas, sendo possível, no CD-ROM, encontrar todos os dados caso se queira realizar novos estudos e análises que as incluam.</p>
10.1 Condomínios	<p>Com o advento do novo Código Civil (Lei nº 10.406 de 10.01.2002), os condomínios em edifícios passaram a ser regidos por essa Lei. A Lei nº 4.591, de 16.12.1964, ficou restrita à normatização das incorporações imobiliárias e das construções de edificação em condomínio.</p> <p>Segundo os Art. 1.332 e 1333 do Código Civil, institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis. A convenção que constitui o condomínio edilício deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, 1/3 das frações ideais e torna-se, desde logo, obrigatória para os titulares de direito sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham posse ou detenção.</p> <p>Embora seja uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, o condomínio é criado em razão de uma situação específica, que é a ocorrência fática de uma propriedade comum em edificações. Essa característica exclui os condomínios do critério de organização voluntária, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Eles devem ser criados compulsoriamente.</p>

Quadro 1 - Critérios de exclusão de grupos das Entidades sem Fins Lucrativos para compor as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL - 2010

(conclusão)

Grupos	Critérios de exclusão das FASFIL
10.1 Condomínios	Ademais, as regras da administração do condomínio, as competências do síndico, os principais direitos e deveres dos condôminos e outras regras gerais são definidos em lei, não havendo autonomia organizativa. Embora sejam autoadministrados, essa administração é limitada e condicionada ao disposto em lei.
10.2 Cartórios	<p>Segundo a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31.12.1973), os serviços concernentes aos registros públicos ficam a cargo de serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados.</p> <p>Os cartórios não atendem aos critérios de organizações privadas, autoadministradas e voluntárias, pois podem ser organizações públicas ou organizações privadas estabelecidas mediante uma concessão do Estado. Ademais, exercem uma função pública delimitada em lei, referente aos registros públicos no País.</p>
10.3 Sistema S	<p>Os serviços sociais autônomos, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, são criados ou autorizados por lei. São também mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.</p> <p>Diante dessas características, foram excluídos do grupo das FASFIL, por não atenderem ao critério de organizações voluntárias, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas.</p>
10.4 Entidades de mediação e arbitragem	<p>De acordo com a Lei nº 9.307, de 23.09.1996, as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.</p> <p>O árbitro escolhido pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes. Pode ser escolhido também um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.</p> <p>Essas organizações, embora sejam privadas, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias, não atendem plenamente ao critério de "não lucrativas", pois são criadas, em sua maioria, visando uma finalidade lucrativa de prestação de serviço de arbitragem.</p>
10.5 Comissão de conciliação prévia	<p>A Lei nº 9.958, de 12.01.2000, facultou às empresas e aos sindicatos a possibilidade de instituir comissões de conciliação prévia, que devem ter composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.</p> <p>A lei citada, entre outras questões, define o número de membros da comissão, o mandato de seus membros, procedimentos e prazos para a resolução dos conflitos trabalhistas.</p> <p>Diante dessas características, foram excluídas das FASFIL as comissões de conciliação prévia, por não atenderem ao critério de organização "voluntária", na medida em que só podem ser constituídas por empresas e sindicatos a partir de exigências legais específicas.</p>
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	Não atendem ao critério de entidades 'privadas'. Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público, normalmente criadas por atos normativos emanados por um agente público.
10.7 Cemitérios e funerárias	Estas organizações podem assumir a forma de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado com ou sem fins lucrativos. Não atendem ao critério de organização privada, sem fins lucrativos e voluntária.

Feita essa depuração, o universo das FASFIL, em 2010, reduz-se para 290,7 mil entidades, ordenadas nos grupos e subgrupos da classificação das entidades sem fins lucrativos, que representa a "COPNI ampliada" sem os subgrupos que foram excluídos pelos critérios anteriormente mencionados. Essas informações são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0
Grupo 01 - Habitação	292	0,1
01.0 Habitação	292	0,1
Grupo 02 - Saúde	6 029	2,1
02.1 Hospitais	2 132	0,7
02.2 Outros serviços de saúde	3 897	1,3
Grupo 03 - Cultura e recreação	36 921	12,7
03.1 Cultura e arte	11 995	4,1
03.2 Esporte e recreação	24 926	8,6
Grupo 04 - Educação e pesquisa	17 664	6,1
04.1 Educação infantil	2 193	0,8
04.2 Ensino fundamental	4 475	1,5
04.3 Ensino médio	2 107	0,7
04.4 Educação superior	1 395	0,5
04.6 Estudos e pesquisas	2 059	0,7
04.7 Educação profissional	531	0,2
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7
Grupo 05 - Assistência social	30 414	10,5
05.0 Assistência social	30 414	10,5
Grupo 06 - Religião	82 853	28,5
06.0 Religião	82 853	28,5
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	44 939	15,5
07.3 Associações empresariais e patronais	4 559	1,6
07.4 Associações profissionais	17 450	6,0
07.5 Associações de produtores rurais	22 930	7,9
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6
09.1 Associações de moradores	13 101	4,5
09.2 Centros e associações comunitárias	20 071	6,9
09.3 Desenvolvimento rural	1 522	0,5
09.4 Emprego e treinamento	507	0,2
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	9,3
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Os mesmos passos foram realizados, com algumas adaptações, com os dados contidos no CEMPRE correspondentes aos anos de referência 2006 e 2008, de modo a poder proceder às comparações.

Reformulação metodológica

Este estudo apresenta mudanças metodológicas significativas em relação aos anteriores, impedindo, assim, uma comparação direta entre os seus resultados. Esta reformulação foi necessária devido à alteração do método de determinação das unidades ativas no CEMPRE e à adoção de uma nova classificação de atividades econômicas, CNAE 2.0, que é utilizada como um dos critérios para classificação da finalidade das entidades sem fins lucrativos. Além destas mudanças, alguns refinamentos nas regras que definem os grupos de finalidade da COPNI também foram realizados, particularmente, as relacionadas à semântica da razão social e do nome fantasia.

O objetivo desta seção é apresentar uma comparação entre a antiga e a nova metodologia para mostrar o impacto dessas alterações. Para isso, são utilizadas informações referentes a 2006, que foi o ano de incorporação da CNAE 2.0 no CEMPRE, a partir dos dados provenientes da RAIS, uma das fontes de atualização do CEMPRE, e, ainda, quando ocorreu a adoção dos novos critérios de seleção de unidades ativas.

Crítérios de seleção de unidades ativas

A metodologia para identificação de unidades ativas foi completamente reformulada.

Antes de 2006, as publicações com base no CEMPRE consideravam como ativas todas as entidades jurídicas respondentes dos registros administrativos da RAIS assim como das pesquisas econômicas do IBGE.

De 2006 em diante, para considerar uma unidade ativa, os critérios de seleção passaram a basear-se na **condição de atividade**, que é um conjunto de indícios que avaliam, de forma simultânea, as situações cadastrais das fontes de atualização no ano de referência, o número de pessoas assalariadas e o indicador de atividade da RAIS. Portanto, diferentemente dos estudos anteriores, os novos critérios de seleção levam em consideração não apenas o preenchimento da declaração da RAIS e das pesquisas econômicas do IBGE, mas também um conjunto de outros indicadores de atividade da unidade econômica⁶.

O novo critério para seleção das unidades ativas que fazem parte do CEMPRE considera as seguintes situações:

- empresas e outras organizações provenientes da RAIS ou das pesquisas econômicas anuais do IBGE que tinham 5 ou mais pessoas ocupadas assalariadas em 31.12 do ano de referência, independente da situação cadastral da empresa ou de qualquer outra informação;
- empresas e outras organizações com 0 a 4 pessoas ocupadas assalariadas, que se declararam como “em atividade” na RAIS no ano de referência e que não tenham nenhum indicativo de inatividade nas pesquisas econômicas anuais do IBGE; e

⁶ Para conhecer o critério adotado anteriormente na seleção de unidades ativas e o impacto da adoção do novo critério denominado condição de atividade, consultar o tópico **Notas técnicas** da publicação *Estatísticas do cadastro central de empresas 2007*, disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2007/cempre2007.pdf>>.

- empresas e outras organizações que tiveram informação econômica nas pesquisas econômicas anuais do IBGE, independente da situação cadastral e condição de atividade informada na RAIS.

Esta alteração nos critérios de seleção provocou uma redução de 24,8% no total de empresas e outras organizações ativas do CEMPRE com ano de referência 2006. A redução no total de unidades ativas se deve à exclusão das unidades que preencheram a RAIS com indicativo de inatividade, pois se declararam como “não exercendo atividade econômica” no ano de referência.

Para este estudo, são selecionadas exclusivamente as organizações consideradas na tabela de natureza jurídica como entidades sem fins lucrativos, não considerando, portanto, entidades empresas, órgãos públicas e demais organizações.

Classificação de atividades econômicas

As empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais que compõem o CEMPRE estão classificadas segundo a principal atividade econômica desenvolvida, de acordo com os códigos da CNAE, oficialmente utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional.

Em 2006, com o objetivo de manter a comparabilidade internacional, bem como de dotar o País com uma classificação de atividades econômicas atualizada com as mudanças no sistema produtivo das empresas, passou a vigorar a CNAE 2.0⁷. Esta versão apresenta um nível de desagregação das atividades econômicas maior que o da anterior, CNAE 1.0, pois foram introduzidos novos conceitos e detalhes para melhor representar as diferentes formas de produção e de atividade econômica. Para atribuir uma classificação COPNI às entidades sem fins lucrativos, usou-se, entre outros atributos, a CNAE, e por isso foi necessário recriar as regras de atribuição da COPNI com o uso da nova classificação econômica, mais aberta em vários níveis de atividade e, em especial, aquelas exercidas pelas entidades sem fins lucrativos. Neste trabalho, aproveitou-se, também, para refinar e aprimorar ainda mais os critérios de atribuição da COPNI, não apenas pela melhoria no detalhamento da classificação CNAE, mas também pela melhoria das regras de semântica nos nomes das entidades e suas unidades locais.

O CEMPRE recebeu atualização da RAIS 2006 com a CNAE 2.0 e manteve a classificação anterior, CNAE 1.0, para aquelas organizações previamente existentes. Para as novas organizações, foi aplicado um tradutor da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0. Assim, foi possível gerar, para o ano de referência 2006, dois arquivos com as distintas metodologias do estudo das FASFIL: um com a antiga metodologia e outro com a nova, considerando também em cada um os diferentes critérios de unidades ativas, o que possibilita comparar as duas metodologias deste estudo no ano de referência 2006.

Para evidenciar as mudanças metodológicas apresentadas, foram montadas tabelas na antiga e na nova metodologia, tanto para as entidades sem fins lucrativos quanto para as FASFIL. Com isso, pode-se observar uma forte redução no número de unidades locais com a reformulação metodológica.

Entidades sem fins lucrativos

Na comparação entre a antiga e a nova metodologia, o número de entidades sem fins lucrativos, em 2006, passou de 613,6 mil para 503,5 mil unidades locais, o que representa uma redução de 17,9%, ou 110,1 mil unidades, como pode ser observa-

⁷ Para conhecer as regras da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, nas versões 1.0 e 2.0, bem como sua interpretação e estrutura de códigos, consultar a página de Classificações Estatísticas no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/concla>>.

do na Tabela 4. Quase todos os grupos das entidades sem fins lucrativos apresentou reduções no número de unidades locais, destacando-se *Habitação* (-32,92%), *Meio ambiente e proteção animal* (-30,6%) e *Desenvolvimento e defesa de direitos* (-29,6%). Analisando-se por subgrupos, a maioria também apresentou reduções, com destaque para *Educação infantil* (-57,6%), *Ensino fundamental* (-53,5%) e *Sistema S* (-48,2%).

Tabela 4 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos de acordo com a antiga e a nova metodologia, segundo segundo a COPNI ampliada Brasil - 2006

COPNI ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos			
	Metodologia		Variação	
	Antiga	Nova	Total	Percentual (%)
Total	613 601	503 519	(-) 110 082	(-) 17,9
Grupo 01 - Habitação	462	310	(-) 152	(-) 32,9
01.0 Habitação	462	310	(-) 152	(-) 32,9
Grupo 02 - Saúde	4 061	5 576	1 515	37,3
02.1 Hospitais	2 079	2 024	(-) 55	(-) 2,6
02.2 Outros serviços de saúde	1 982	3 552	1 570	79,2
Grupo 03 - Cultura e recreação	46 891	34 561	(-) 12 330	(-) 26,3
03.1 Cultura e arte	14 923	10 681	(-) 4 242	(-) 28,4
03.2 Esporte e recreação	31 968	23 880	(-) 8 088	(-) 25,3
Grupo 04 - Educação e pesquisa	95 237	77 329	(-) 17 908	(-) 18,8
04.1 Educação infantil	3 607	1 529	(-) 2 078	(-) 57,6
04.2 Ensino fundamental	8 849	4 118	(-) 4 731	(-) 53,5
04.3 Ensino médio	1 632	2 292	660	40,4
04.4 Educação superior	1 928	1 497	(-) 431	(-) 22,4
04.5 Caixas escolares e similares	73 503	61 146	(-) 12 357	(-) 16,8
04.6 Estudos e pesquisas	2 466	1 831	(-) 635	(-) 25,8
04.7 Educação profissional	499	451	(-) 48	(-) 9,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 753	4 465	1 712	62,2
Grupo 05 - Assistência social	36 892	29 946	(-) 6 946	(-) 18,8
05.0 Assistência social	36 892	29 946	(-) 6 946	(-) 18,8
Grupo 06 - Religião	85 398	71 658	(-) 13 740	(-) 16,1
06.0 Religião	85 398	71 658	(-) 13 740	(-) 16,1
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	96 625	72 644	(-) 23 981	(-) 24,8
07.1 Partidos políticos	16 681	11 435	(-) 5 246	(-) 31,4
07.2 Sindicatos, federações e confederações	19 829	17 356	(-) 2 473	(-) 12,5
07.3 Associações empresariais e patronais	4 715	4 037	(-) 678	(-) 14,4
07.4 Associações profissionais	20 854	16 719	(-) 4 135	(-) 19,8
07.5 Associações de produtores rurais	34 546	23 097	(-) 11 449	(-) 33,1
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 814	1 954	(-) 860	(-) 30,6
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 814	1 954	(-) 860	(-) 30,6
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	61 336	43 211	(-) 18 125	(-) 29,6
09.1 Associações de moradores	19 413	13 541	(-) 5 872	(-) 30,2
09.2 Centros e associações comunitárias	29 985	20 546	(-) 9 439	(-) 31,5
09.3 Desenvolvimento rural	1 860	1 466	(-) 394	(-) 21,2
09.4 Emprego e treinamento	682	505	(-) 177	(-) 26,0
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	6 504	5 008	(-) 1 496	(-) 23,0
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 892	2 145	(-) 747	(-) 25,8
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	183 885	166 330	(-) 17 555	(-) 9,5
10.1 Condomínios	144 782	135 254	(-) 9 528	(-) 6,6
10.2 Cartórios	8 979	7 939	(-) 1 040	(-) 11,6
10.3 Sistema S	2 648	1 372	(-) 1 276	(-) 48,2
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	133	120	(-) 13	(-) 9,8
10.5 Comissão de conciliação prévia	23	21	(-) 2	(-) 8,7
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	1 566	1 397	(-) 169	(-) 10,8
10.7 Cemitérios e funerárias	244	191	(-) 53	(-) 21,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	25 510	20 036	(-) 5 474	(-) 21,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006.

Por outro lado, o grupo *Saúde* apresentou aumento de 37,3% em número de unidades locais, destacando o crescimento observado no subgrupo *Outros serviços de saúde* (79,2%). Outros subgrupos que cresceram foram *Outras formas de educação/ ensino* (62,2%) e *Ensino médio* (40,4%).

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

Nas FASFIL, assim como nas entidades sem fins lucrativos, a mudança metodológica acarretou forte redução no número de unidades locais. O número de FASFIL, em 2006, passou de 345,2 mil para 267,3 mil unidades locais, o que representa uma diminuição de 22,6%, ou 77,9 mil unidades, como mostrado na Tabela 5. Dos dez grupos que compõem o estudo, nove apresentaram redução de 16,1% a 32,9% no número de unidades locais na nova metodologia. Como a FASFIL é um filtro do conjunto das entidades sem fins lucrativos, os números relativos e absolutos dos grupos que estão presentes em ambas as classificações são idênticos. Por isso, na formulação de *rankings* de maiores variações, os resultados são semelhantes. Assim como ocorre no conjunto das entidades sem fins lucrativos, no caso das FASFIL os três grupos que apresentaram as maiores reduções de unidades locais na nova metodologia foram *Habituação* (-32,9%), *Meio ambiente e proteção animal* (-30,6%) e *Desenvolvimento e defesa de direitos* (-29,6%), enquanto o grupo *Saúde* foi o único que apresentou aumento do número de unidades locais na nova metodologia (37,3%).

Faz-se necessário ressaltar que é característica inerente a todos os cadastros a existência de imprecisões entre a informação registrada e a realidade, em função das seguintes situações: (i) dificuldade de captar em tempo oportuno a mortalidade e o nascimento das entidades; (ii) dificuldade de apreender de forma abrangente a finalidade das instituições, no caso daquelas que atuam em mais de uma atividade; e (iii) possibilidade de erro no preenchimento do código CNAE por parte das entidades nas declarações da RAIS, considerando que esta informação é autodeclarada.

Apresenta-se, na análise dos resultados do estudo, um retrato das FASFIL para o ano de 2010, bem como a magnitude do crescimento dessas organizações nos anos de 2006, 2008 e 2010.

Tabela 5 - Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações Privadas sem Fins Lucrativos - FASFIL - de acordo com a antiga e a nova metodologia segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações Privadas sem Fins Lucrativos			
	Metodologia		Variação	
	Antiga	Nova	Total	Percentual (%)
Total	345 213	267 288	(-) 77 925	(-) 22,6
Grupo 01 - Habitação	462	310	(-) 152	(-) 32,9
01.0 Habitação	462	310	(-) 152	(-) 32,9
Grupo 02 - Saúde	4 061	5 576	1 515	37
02.1 Hospitais	2 079	2 024	(-) 55	(-) 2,6
02.2 Outros serviços de saúde	1 982	3 552	1 570	79
Grupo 02 - Saúde	46 891	34 561	(-) 12 330	(-) 26,3
03.1 Cultura e arte	14 923	10 681	(-) 4 242	(-) 28,4
03.2 Esporte e recreação	31 968	23 880	(-) 8 088	(-) 25,3
Grupo 04 - Educação e pesquisa	21 734	16 183	(-) 5 551	(-) 25,5
04.1 Educação infantil	3 607	1 529	(-) 2 078	(-) 57,6
04.2 Ensino fundamental	8 849	4 118	(-) 4 731	(-) 53,5
04.3 Ensino médio	1 632	2 292	660	40
04.4 Educação superior	1 928	1 497	(-) 431	(-) 22,4
04.6 Estudos e pesquisas	2 466	1 831	(-) 635	(-) 25,8
04.7 Educação profissional	499	451	(-) 48	(-) 9,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 753	4 465	1 712	62
Grupo 05 - Assistência social	36 892	29 946	(-) 6 946	(-) 18,8
05.0 Assistência social	36 892	29 946	(-) 6 946	(-) 18,8
Grupo 06 - Religião	85 398	71 658	(-) 13 740	(-) 16,1
06.0 Religião	85 398	71 658	(-) 13 740	(-) 16,1
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	60 115	43 853	(-) 16 262	(-) 27,1
07.3 Associações empresariais e patronais	4 715	4 037	(-) 678	(-) 14,4
07.4 Associações profissionais	20 854	16 719	(-) 4 135	(-) 19,8
07.5 Associações de produtores rurais	34 546	23 097	(-) 11 449	(-) 33,1
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 814	1 954	(-) 860	(-) 30,6
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 814	1 954	(-) 860	(-) 30,6
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	61 336	43 211	(-) 18 125	(-) 29,6
09.1 Associações de moradores	19 413	13 541	(-) 5 872	(-) 30,2
09.2 Centros e associações comunitárias	29 985	20 546	(-) 9 439	(-) 31,5
09.3 Desenvolvimento rural	1 860	1 466	(-) 394	(-) 21,2
09.4 Emprego e treinamento	682	505	(-) 177	(-) 26,0
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	6 504	5 008	(-) 1 496	(-) 23,0
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 892	2 145	(-) 747	(-) 25,8
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	25 510	20 036	(-) 5 474	(-) 21,5
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	25 510	20 036	(-) 5 474	(-) 21,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006.

Disseminação dos resultados

Conteúdo das tabelas

Os resultados desta publicação estão organizados em nove tabelas impressas e 18 tabelas no CD-ROM para o ano de referência 2010. Além dessas, estão disponíveis, também no CD-ROM, tabelas detalhadas para os anos de 2006 (com a antiga e a nova metodologia) e 2008. Todas as tabelas impressas fazem parte do CD-ROM com a mesma numeração.

Regras de arredondamento

O arredondamento foi feito aumentando-se de uma unidade a parte inteira do total da variável, quando a parte decimal era igual ou superior a 0,5. Desse modo, podem ocorrer pequenas diferenças de arredondamento entre os totais apresentados e a soma das parcelas em uma mesma tabela, bem como entre a mesma variável apresentada em tabelas distintas.

Regras de desidentificação

Considera-se que há risco de identificação do informante quando o número de unidades, para o nível de agregação tabulado, for igual ou inferior a dois. Neste caso, os dados não podem ser divulgados.

Devido à legislação que assegura o sigilo das informações estatísticas, foram adotadas regras de desidentificação para evitar a identificação dos informantes a partir dos dados divulgados. A regra básica consiste em desidentificar, no mesmo nível de subtotalização ou totalização, as colunas para as quais se disponha de informações relativas a apenas uma ou duas unidades econômicas. Tal procedimento consistiu em aplicar um (x) na célula correspondente ao valor a ser omitido, nas variáveis pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, preservando-se os valores referentes ao número de unidades locais, que não sofreram desidentificação.

Análise dos resultados

O perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2010

Quantas são?

Existiam oficialmente no Brasil, em 2010, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL. Sua importância é revelada pelo fato de este grupo de instituições representar mais da metade (52,2%) do total de 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e uma parcela significativa (5,2%) do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, que compunham o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE. neste mesmo ano (Tabelas 6 e 7).

**Tabela 6 - Número de Entidades sem Fins Lucrativos,
segundo a COPNI ampliada - Brasil - 2010**

COPNI ampliada	Número de Entidades sem Fins Lucrativos
Total	556 846
Grupo 01 - Habitação	292
01.0 Habitação	292
Grupo 02 - Saúde	6 029
02.1 Hospitais	2 132
02.2 Outros serviços de saúde	3 897
Grupo 03 - Cultura e recreação	36 921
03.1 Cultura e arte	11 995
03.2 Esporte e recreação	24 926
Grupo 04 - Educação e pesquisa	87 948
04.1 Educação infantil	2 193
04.2 Ensino fundamental	4 475
04.3 Ensino médio	2 107
04.4 Educação superior	1 395
04.5 Caixas escolares e similares	70 284
04.6 Estudos e pesquisas	2 059
04.7 Educação profissional	531
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 904
Grupo 05 - Assistência social	30 414
05.0 Assistência social	30 414
Grupo 06 - Religião	82 853
06.0 Religião	82 853
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76 642
07.1 Partidos políticos	12 889
07.2 Sindicatos, federações e confederações	18 814
07.3 Associações empresariais e patronais	4 559
07.4 Associações profissionais	17 450
07.5 Associações de produtores rurais	22 930
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 242
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 242
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463
09.1 Associações de moradores	13 101
09.2 Centros e associações comunitárias	20 071
09.3 Desenvolvimento rural	1 522
09.4 Emprego e treinamento	507
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191 042
10.1 Condomínios	153 441
10.2 Cartórios	8 059
10.3 Sistema S	1 215
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	81
10.5 Comissão de conciliação prévia	15
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	1 163
10.7 Cemitérios e funerárias	193
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 7 - Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
Total	290 692
Habitação	292
Habitação	292
Saúde	6 029
Hospitais	2 132
Outros serviços de saúde	3 897
Cultura e recreação	36 921
Cultura e arte	11 995
Esportes e recreação	24 926
Educação e pesquisa	17 664
Educação infantil	2 193
Ensino fundamental	4 475
Ensino médio	2 107
Educação superior	1 395
Estudos e pesquisas	2 059
Educação profissional	531
Outras formas de educação/ensino	4 904
Assistência social	30 414
Assistência social	30 414
Religião	82 853
Religião	82 853
Associações patronais e profissionais	44 939
Associações empresariais e patronais	4 559
Associações profissionais	17 450
Associações de produtores rurais	22 930
Meio ambiente e proteção animal	2 242
Meio ambiente e proteção animal	2 242
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463
Associação de moradores	13 101
Centros e associações comunitárias	20 071
Desenvolvimento rural	1 522
Emprego e treinamento	507
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Onde estão?

A distribuição das FASFIL no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população. Assim é que, na Região Sudeste, concentram-se praticamente as mesmas proporções de FASFIL (44,2%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar figura a Região Nordeste, onde estão 22,9% dessas instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,8%), conforme se verifica na Tabela 8.

A Região Sul ocupa o terceiro lugar tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada das FASFIL. Assim é que, nesta região, encontram-se 21,5% das entidades e apenas 14,4% da população. Na Região Norte, ao inverso, estão 4,9% das FASFIL e 8,3% dos brasileiros.

Tabela 8 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e população total, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		População total	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	290 692	100,0	190 755 799	100,0
Norte	14 128	4,9	15 864 454	8,3
Rondônia	2 373	0,8	1 562 409	0,8
Acre	738	0,3	733 559	0,4
Amazonas	2 360	0,8	3 483 985	1,8
Roraima	332	0,1	450 479	0,2
Pará	6 187	2,1	7 581 051	4,0
Amapá	391	0,1	669 526	0,4
Tocantins	1 747	0,6	1 383 445	0,7
Nordeste	66 529	22,9	53 081 950	27,8
Maranhão	6 648	2,3	6 574 789	3,4
Piauí	4 276	1,5	3 118 360	1,6
Ceará	13 002	4,5	8 452 381	4,4
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	3 168 027	1,7
Paraíba	5 628	1,9	3 766 528	2,0
Pernambuco	8 933	3,1	8 796 448	4,6
Alagoas	2 282	0,8	3 120 494	1,6
Sergipe	2 782	1,0	2 068 017	1,1
Bahia	18 825	6,5	14 016 906	7,3
Sudeste	128 619	44,2	80 364 410	42,1
Minas Gerais	36 759	12,6	19 597 330	10,3
Espírito Santo	6 393	2,2	3 514 952	1,8
Rio de Janeiro	25 881	8,9	15 989 929	8,4
São Paulo	59 586	20,5	41 262 199	21,6
Sul	62 633	21,5	27 386 891	14,4
Paraná	20 739	7,1	10 444 526	5,5
Santa Catarina	16 517	5,7	6 248 436	3,3
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	10 693 929	5,6
Centro-Oeste	18 783	6,5	14 058 094	7,4
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	2 449 024	1,3
Mato Grosso	4 070	1,4	3 035 122	1,6
Goiás	6 609	2,3	6 003 788	3,1
Distrito Federal	4 371	1,5	2 570 160	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010; e Censo Demográfico 2010.

Qual a idade?

As FASFIL são entidades relativamente novas no Brasil: a maior parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010 (Tabela 9)⁸. Das 118,6 mil entidades nascidas na década, a metade (50,8%) surgiu nos últimos cinco anos, sendo que cerca de 4% a cada ano, evidenciando um crescimento regular no período. Interessante também observar o peso das entidades criadas no período de 1981 a 2000: elas representam 46,5% do total de entidades em atividade em 2010.

Tabela 9 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0	2 128 007	100,0
Até 1970	9 558	3,3	604 951	28,4
De 1971 a 1980	27 270	9,4	401 545	18,9
De 1981 a 1990	45 132	15,5	306 441	14,4
De 1991 a 2000	90 079	31,0	419 406	19,7
De 2001 a 2005	58 388	20,1	218 690	10,3
2006	11 869	4,1	36 575	1,7
2007	11 551	4,0	33 987	1,6
2008	11 464	3,9	53 840	2,5
2009	13 726	4,7	34 579	1,6
2010	11 655	4,0	17 993	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

As instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondem a apenas 12,7% do total das FASFIL e, não obstante, absorvem o maior percentual de pessoas ocupadas (47,3%). Entre as conclusões que se pode extrair desse resultado, destacam-se não só a presença menos significativa dessas entidades nas décadas anteriores, mas também a dificuldade de manutenção das entidades menores ao longo dos anos.

A distribuição das entidades por Grandes Regiões mostra diferenças importantes em relação à idade. Entre as mais antigas, criadas até o final dos anos 1970, predominam as sediadas no Sudeste, 55,4% do total. Entre as instituições mais novas, cresce a participação daquelas sediadas no Nordeste, que representam 1/4 do total das entidades criadas de 2001 a 2010 (Tabela 10). Este resultado reflete o fortalecimento progressivo da participação da sociedade civil na região. A análise realizada mais adiante, sobre o tipo de entidades instituídas mais recentemente no Nordeste, reforça esta interpretação.

⁸ Idade média de 14,4 anos e idade mediana de 12 anos.

Tabela 10 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de ano de fundação, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixas de ano de fundação					
	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	9 558	100,0	27 270	100,0	45 132	100,0
Norte	158	1,7	698	2,6	1 712	3,8
Nordeste	1 026	10,7	3 034	11,1	7 805	17,3
Sudeste	5 556	58,1	14 845	54,4	21 551	47,8
Sul	2 477	25,9	6 983	25,6	11 028	24,4
Centro-Oeste	341	3,6	1 710	6,3	3 036	6,7

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixas de ano de fundação					
	De 1991 a 2000		De 2001 a 2005		2006 a 2010	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	90 079	100,0	58 388	100,0	60 265	100,0
Norte	4 574	5,1	3 250	5,6	3 736	6,2
Nordeste	24 670	27,4	15 485	26,5	14 509	24,1
Sudeste	36 233	40,2	23 924	41,0	26 510	44,0
Sul	19 014	21,1	11 674	20,0	11 457	19,0
Centro-Oeste	5 588	6,2	4 055	6,9	4 053	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

O que fazem?

No conjunto das FASFIL, destacam-se dois grupos de entidades: as voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas.

No primeiro caso, estão incluídos os seguintes subgrupos: *Associações de moradores, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural, Emprego e treinamento, Defesa de direitos de grupos e minorias, Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, Associações empresariais e patronais, Associações profissionais e Associações de produtores rurais*⁹. Ao todo, são 87,4 mil entidades que, em conjunto, representam 30,1% do total (Tabela 11).

As 82,9 mil entidades que administram diretamente serviços ou rituais religiosos representam, isoladamente, 28,5% do total¹⁰. Vale destacar que a participação de entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que muitas

⁹ Conforme mencionado no tópico **Notas técnicas**, no processo de classificação das FASFIL, optou-se por distribuí-las em dez grupos, de acordo com as suas finalidades, tendo como parâmetro a Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households - COPNI (Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias), da Organização das Nações Unidas - ONU. Por conta deste procedimento, as associações patronais e profissionais (incluindo as associações de produtores rurais) foram classificadas em um grupo específico. No entanto, dadas as funções dessas entidades, como a representação de segmentos da população junto aos órgãos da administração pública e em negociações trabalhistas, elas foram consideradas na presente análise como entidades que se destinam à defesa de direitos e interesses dos cidadãos.

¹⁰ Encontram-se agrupadas nesta categoria: ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras. As demais instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria (hospitais, colégios, creches, por exemplo) estão classificadas de acordo com sua atividade-fim. Por outro lado, cabe assinalar que essas entidades, além de desenvolverem atividades confessionais, ocupam novos espaços de debate e deliberação de políticas públicas, como os conselhos, conferências e grupos de trabalhos governamentais.

entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa.

Tabela 11 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e participação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		
	Total	Participação percentual (%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Total	290 692	100,0	-
Habitação	292	0,1	100,0
Habitação	292	0,1	100,0
Saúde	6 029	2,1	100,0
Hospitais	2 132	0,7	35,4
Outros serviços de saúde	3 897	1,3	64,6
Cultura e recreação	36 921	12,7	100,0
Cultura e arte	11 995	4,1	32,5
Esportes e recreação	24 926	8,6	67,5
Educação e pesquisa	17 664	6,1	100,0
Educação infantil	2 193	0,8	12,4
Ensino fundamental	4 475	1,5	25,3
Ensino médio	2 107	0,7	11,9
Educação superior	1 395	0,5	7,9
Estudos e pesquisas	2 059	0,7	11,7
Educação profissional	531	0,2	3,0
Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7	27,8
Assistência social	30 414	10,5	100,0
Assistência social	30 414	10,5	100,0
Religião	82 853	28,5	100,0
Religião	82 853	28,5	100,0
Associações patronais e profissionais	44 939	15,5	100,0
Associações empresariais e patronais	4 559	1,6	10,1
Associações profissionais	17 450	6,0	38,8
Associações de produtores rurais	22 930	7,9	51,0
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	100,0
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	100,0
Associação de moradores	13 101	4,5	30,9
Centros e associações comunitárias	20 071	6,9	47,3
Desenvolvimento rural	1 522	0,5	3,6
Emprego e treinamento	507	0,2	1,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8	12,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7	5,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	9,2	100,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Interessante observar a distribuição desses dois grupos de entidades no Território Nacional. Na Região Sudeste, concentram-se as religiosas (57,4% do total) e, na Região Nordeste, encontra-se o maior número das entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos (37,7%). Quase a metade (45,3%) dos *Centros e associações comunitárias* localiza-se nesta região e o número das *Associações de produtores rurais* é mais de três vezes superior ao da Região Sul, por exemplo (Tabela 12).

Analisando a composição das FASFIL pelo tipo de atividade realizada, verifica-se que o terceiro bloco, em número de entidades, é formado pelo grupo das que são voltadas para *Cultura e recreação*, localizadas, em grande maioria (77,4%), nas Regiões Sudeste e Sul do País. Vale destacar que, das 36,9 mil entidades deste grupo, a maioria (67,5%) dedica-se às atividades de *Esportes e recreação*.

As 30,4 mil entidades de *Assistência social* que atendem aos grupos mais vulneráveis da população, como crianças e idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei, pessoas com deficiência, entre outros, representam apenas 10,5% do total das FASFIL. A distribuição dessas entidades não acompanha a distribuição da pobreza no Brasil: 76,6 % das entidades de *Assistência social* estão localizadas nas regiões mais ricas do País (Sul e Sudeste). A pobreza, no entanto, é uma das vulnerabilidades sociais que compõem o campo de ação da assistência, mas não a única. Ao seu lado, estão as questões da violência, abuso e exploração sexual, ausência de acessibilidade, entre outros problemas que se distribuem por todo o Território Nacional, muitas vezes concentrados nos grandes centros urbanos das regiões mais desenvolvidas. Pode ser que essa amplitude de atribuições do setor explique parcialmente porque a distribuição das entidades de *Assistência social* não segue, necessariamente, o mapa da pobreza no País.

Por último, apenas 8,2% das FASFIL, o que representa 23,7 mil entidades, possuem a finalidade de desenvolver ações de *Educação e pesquisa e Saúde*. Nestes grupos, destacam-se as entidades de *Ensino fundamental* (4,5 mil) e as que prestam *Outros serviços de saúde* (3,9 mil), sendo que praticamente metade delas está na Região Sudeste.

Chama a atenção a participação reduzida das entidades de *Meio ambiente e proteção animal*: elas representam menos de 1% do total das FASFIL. Não obstante, o tema ambiental, por sua transversalidade, pode ser tratado pelas diversas entidades.

Os dados da Tabela 13 indicam a distribuição das FASFIL por finalidade e por período de criação. Nela se observa que, no conjunto das entidades mais recentes, isto é, criadas no período de 2001 a 2010, a maior parte é composta pelas de defesa de direitos e interesses dos cidadãos. Do total de 118,7 mil entidades instituídas nessa década, 19,7 mil são do grupo de *Associações patronais e profissionais* e 16,6 mil do grupo de *Desenvolvimento e defesa de direitos*, compondo um conjunto de 36,3 mil entidades ou 30,6% do total. Os dados também revelam a forte participação das entidades do grupo de *Religião* entre as mais novas: foram criadas com esta finalidade 32 mil instituições, o que significa 27,0 % do total de entidades criadas nesse período.

Na análise das instituições por finalidade, verifica-se que na área de *Saúde* foram os *Hospitais* que se mantiveram ativos por mais tempo: do total existente em 2010, mais da metade (53,0%) foram instituídos até 1980.

As mudanças na dinâmica de crescimento das entidades ao longo dos anos refletem-se na composição das FASFIL por data de criação. Analisando as mais antigas, criadas até 1980, observa-se a predominância de dois grupos: *Religião*, que representava 39,5% do total das entidades e, em um distante segundo lugar, *Cultura e recreação*, cuja participação alcançava 19,6%. Em 2010, o quadro se altera: entre as entidades mais novas, predominam aquelas voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,6%) e a participação das religiosas cai para 27,0% do total das FASFIL em 2010.

Tabela 12 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	290 692	14 128	66 529	128 619	62 633	18 783
Habituação	292	6	54	133	83	16
Habituação	292	6	54	133	83	16
Saúde	6 029	147	877	3 222	1 427	356
Hospitais	2 132	51	290	1 079	592	120
Outros serviços de saúde	3 897	96	587	2 143	835	236
Cultura e recreação	36 921	1 183	5 206	15 993	12 601	1 938
Cultura e arte	11 995	370	2 257	5 153	3 609	606
Esportes e recreação	24 926	813	2 949	10 840	8 992	1 332
Educação e pesquisa	17 664	890	3 413	8 515	3 534	1 312
Educação infantil	2 193	61	496	1 087	343	206
Ensino fundamental	4 475	283	979	2 067	810	336
Ensino médio	2 107	162	475	915	390	165
Educação superior	1 395	62	183	793	257	100
Estudos e pesquisas	2 059	74	332	1 138	356	159
Educação profissional	531	24	71	311	88	37
Outras formas de educação/ensino	4 904	224	877	2 204	1 290	309
Assistência social	30 414	896	4 359	14 494	8 804	1 861
Assistência social	30 414	896	4 359	14 494	8 804	1 861
Religião	82 853	3 802	12 015	47 587	12 811	6 638
Religião	82 853	3 802	12 015	47 587	12 811	6 638
Associações patronais e profissionais	44 939	3 803	16 547	12 997	8 588	3 004
Associações empresariais e patronais	4 559	166	705	2 144	1 148	396
Associações profissionais	17 450	1 284	4 585	6 243	3 927	1 411
Associações de produtores rurais	22 930	2 353	11 257	4 610	3 513	1 197
Meio ambiente e proteção animal	2 242	120	297	1 124	523	178
Meio ambiente e proteção animal	2 242	120	297	1 124	523	178
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	1 532	16 365	13 814	9 226	1 526
Associação de moradores	13 101	420	4 291	4 346	3 552	492
Centros e associações comunitárias	20 071	722	9 094	6 398	3 332	525
Desenvolvimento rural	1 522	85	800	319	250	68
Emprego e treinamento	507	19	70	212	166	40
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	203	1 610	1 750	1 298	268
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	83	500	789	628	133
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	1 749	7 396	10 740	5 036	1 954
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	1 749	7 396	10 740	5 036	1 954

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 13 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de ano de fundação, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos
Brasil - 2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Total	Percentual (%)	Faixas de ano de fundação			
			Até 1980		De 1981 a 1990	
			Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0	36 828	100,0	45 132	100,0
Habitação	292	0,1	19	0,1	91	0,2
Habitação	292	0,1	19	0,1	91	0,2
Saúde	6 029	2,1	1 722	4,7	878	1,9
Hospitais	2 132	0,7	1 131	3,1	306	0,7
Outros serviços de saúde	3 897	1,3	591	1,6	572	1,3
Cultura e recreação	36 921	12,7	7 201	19,6	7 411	16,4
Cultura e arte	11 995	4,1	1 182	3,2	1 778	3,9
Esportes e recreação	24 926	8,6	6 019	16,3	5 633	12,5
Educação e pesquisa	17 664	6,1	2 503	6,8	1 833	4,1
Educação infantil	2 193	0,8	249	0,7	344	0,8
Ensino fundamental	4 475	1,5	760	2,1	512	1,1
Ensino médio	2 107	0,7	726	2,0	244	0,5
Educação superior	1 395	0,5	215	0,6	119	0,3
Estudos e pesquisas	2 059	0,7	158	0,4	272	0,6
Educação profissional	531	0,2	93	0,3	47	0,1
Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7	302	0,8	295	0,7
Assistência social	30 414	10,5	5 108	13,9	5 629	12,5
Assistência social	30 414	10,5	5 108	13,9	5 629	12,5
Religião	82 853	28,5	14 530	39,5	14 357	31,8
Religião	82 853	28,5	14 530	39,5	14 357	31,8
Associações patronais e profissionais	44 939	15,5	2 929	8,0	5 602	12,4
Associações empresariais e patronais	4 559	1,6	722	2,0	780	1,7
Associações profissionais	17 450	6,0	1 803	4,9	3 037	6,7
Associações de produtores rurais	22 930	7,9	404	1,1	1 785	4,0
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	71	0,2	178	0,4
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	71	0,2	178	0,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	1 044	2,8	6 921	15,3
Associação de moradores	13 101	4,5	160	0,4	2 670	5,9
Centros e associações comunitárias	20 071	6,9	425	1,2	3 220	7,1
Desenvolvimento rural	1 522	0,5	62	0,2	169	0,4
Emprego e treinamento	507	0,2	38	0,1	46	0,1
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8	282	0,8	627	1,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7	77	0,2	189	0,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	1 701	4,6	2 232	4,9
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	1 701	4,6	2 232	4,9

Tabela 13 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de ano de fundação, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos
Brasil - 2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos			
	Faixas de ano de fundação			
	De 1991 a 2000		De 2001 a 2010	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	90 079	100,0	118 653	100,0
Habitação	85	0,1	97	0,1
Habitação	85	0,1	97	0,1
Saúde	1 366	1,5	2 063	1,7
Hospitais	293	0,3	402	0,3
Outros serviços de saúde	1 073	1,2	1 661	1,4
Cultura e recreação	9 100	10,1	13 209	11,1
Cultura e arte	3 409	3,8	5 626	4,7
Esportes e recreação	5 691	6,3	7 583	6,4
Educação e pesquisa	5 813	6,5	7 515	6,3
Educação infantil	558	0,6	1 042	0,9
Ensino fundamental	1 466	1,6	1 737	1,5
Ensino médio	692	0,8	445	0,4
Educação superior	305	0,3	756	0,6
Estudos e pesquisas	600	0,7	1 029	0,9
Educação profissional	155	0,2	236	0,2
Outras formas de educação/ensino	2 037	2,3	2 270	1,9
Assistência social	9 394	10,4	10 283	8,7
Assistência social	9 394	10,4	10 283	8,7
Religião	21 947	24,4	32 019	27,0
Religião	21 947	24,4	32 019	27,0
Associações patronais e profissionais	16 710	18,6	19 698	16,6
Associações empresariais e patronais	1 239	1,4	1 818	1,5
Associações profissionais	5 810	6,4	6 800	5,7
Associações de produtores rurais	9 661	10,7	11 080	9,3
Meio ambiente e proteção animal	644	0,7	1 349	1,1
Meio ambiente e proteção animal	644	0,7	1 349	1,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	17 870	19,8	16 628	14,0
Associação de moradores	5 413	6,0	4 858	4,1
Centros e associações comunitárias	9 257	10,3	7 169	6,0
Desenvolvimento rural	587	0,7	704	0,6
Emprego e treinamento	156	0,2	267	0,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	1 918	2,1	2 302	1,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	539	0,6	1 328	1,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	7 150	7,9	15 792	13,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	7 150	7,9	15 792	13,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Quantos trabalhadores empregam?

Um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhadores assalariados nas 290,7 mil FASFIL, em 2010 (Tabela 14). Isso representa cerca de ¼ (23,0%) do total dos empregados na administração pública no mesmo ano, 73,5% do total do emprego formal no universo das 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e 5,8% do total de entidades empresariais existentes no CEMPRE.

Mais da metade do pessoal ocupado assalariado das FASFIL (58,1%), o que equivale a 1,2 milhão de pessoas, está em instituições localizadas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, que reúne, sozinho, 748,7 mil desses trabalhadores (35,2%). Tal distribuição, entretanto, não acompanha a estrutura da ocupação no mercado de trabalho no Brasil. Segundo dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, do total de pessoas ocupadas no País, 44,1% estão no Sudeste, ou seja, o mercado de trabalho em geral concentra nesses territórios proporções inferiores às das FASFIL.

A distribuição do pessoal ocupado assalariado entre os diversos campos de atuação das FASFIL tende a refletir as diferenças na abrangência do atendimento e na complexidade dos serviços prestados. Assim é que o grupo de entidades de *Educação e pesquisa*, que representa apenas 6,1% total das FASFIL, concentra 26,4% do total de trabalhadores. Neste grupo, a concentração é bem mais expressiva no subgrupo de *Educação superior*, pois 1,4 mil universidades ou faculdades (0,5% das FASFIL) empregam 165,6 mil trabalhadores (7,8% do total de trabalhadores), conforme expresso na Tabela 15. Na área de *Saúde*, também observa-se o mesmo fenômeno. Em cerca de 6,0 mil entidades, trabalham 574,5 mil pessoas (27,0% do total desses trabalhadores). É interessante assinalar a diferença entre a proporção do pessoal ocupado assalariado nos *Hospitais* e nas entidades que prestam os *Outros serviços de saúde*. Estas últimas representam mais da metade das entidades do setor de saúde (64,6%) e absorvem apenas 16,6% dos profissionais da área¹¹.

No Território Nacional, a distribuição do pessoal ocupado assalariado das FASFIL acompanha, em grande medida, o perfil das entidades presentes em cada Grande Região (Tabela 16). Assim é que a concentração de trabalhadores no Sudeste se deve, em grande parte, à participação dos grupos de *Saúde e Educação e pesquisa*, que abrigam (31,7%) do total de trabalhadores das FASFIL. As menores taxas de ocupação nas Regiões Norte e Nordeste podem ser explicadas pela presença proporcionalmente mais forte das entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos, que estão entre aquelas que menos empregam.

Entre as inovações do estudo das FASFIL ora divulgado, destacam-se as informações sobre gênero e nível de escolaridade do pessoal ocupado nessas entidades, em 2010. A primeira evidência é a predominância das mulheres no setor sem fins lucrativos: elas representam 62,9% do pessoal ocupado assalariado (Tabela 17). Vale mencionar que este percentual é bem superior ao observado no CEMPRE, onde a participação das mulheres é de 42,1%.

A forte predominância feminina ocorre em todas as Grandes Regiões do País, sendo um pouco maior no Sul, onde as mulheres representam 67,6% do total de ocupados, e um pouco menor no Norte, onde esta representação é de 55,2% (Tabela 17).

¹¹ Trata-se de entidades que prestam outros tipos de serviços de saúde, tais como: atendimento ambulatorial, complementação diagnóstica ou terapêutica e atenção à saúde preventiva.

Tabela 14 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	290 692	100,0	2 128 007	100,0
Norte	14 128	4,9	71 264	3,3
Rondônia	2 373	0,8	8 160	0,4
Acre	738	0,3	5 074	0,2
Amazonas	2 360	0,8	19 139	0,9
Roraima	332	0,1	1 372	0,1
Pará	6 187	2,1	28 659	1,3
Amapá	391	0,1	3 266	0,2
Tocantins	1 747	0,6	5 594	0,3
Nordeste	66 529	22,9	296 345	13,9
Maranhão	6 648	2,3	20 584	1,0
Piauí	4 276	1,5	11 788	0,6
Ceará	13 002	4,5	61 109	2,9
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	17 191	0,8
Paraíba	5 628	1,9	13 187	0,6
Pernambuco	8 933	3,1	52 987	2,5
Alagoas	2 282	0,8	19 211	0,9
Sergipe	2 782	1,0	16 305	0,8
Bahia	18 825	6,5	83 983	3,9
Sudeste	128 619	44,2	1 237 021	58,1
Minas Gerais	36 759	12,6	242 243	11,4
Espírito Santo	6 393	2,2	35 420	1,7
Rio de Janeiro	25 881	8,9	210 688	9,9
São Paulo	59 586	20,5	748 670	35,2
Sul	62 633	21,5	385 960	18,1
Paraná	20 739	7,1	133 580	6,3
Santa Catarina	16 517	5,7	79 487	3,7
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	172 893	8,1
Centro-Oeste	18 783	6,5	137 417	6,5
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	26 523	1,2
Mato Grosso	4 070	1,4	19 107	0,9
Goiás	6 609	2,3	42 317	2,0
Distrito Federal	4 371	1,5	49 470	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 15 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, total e percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	290 692	100,0	2 128 007	100,0
Habitação	292	0,1	578	0,0
Habitação	292	0,1	578	0,0
Saúde	6 029	2,1	574 474	27,0
Hospitais	2 132	0,7	479 366	22,5
Outros serviços de saúde	3 897	1,3	95 108	4,5
Cultura e recreação	36 921	12,7	157 641	7,4
Cultura e arte	11 995	4,1	48 283	2,3
Esportes e recreação	24 926	8,6	109 358	5,1
Educação e pesquisa	17 664	6,1	562 684	26,4
Educação infantil	2 193	0,8	20 981	1,0
Ensino fundamental	4 475	1,5	121 168	5,7
Ensino médio	2 107	0,7	75 269	3,5
Educação superior	1 395	0,5	165 618	7,8
Estudos e pesquisas	2 059	0,7	48 184	2,3
Educação profissional	531	0,2	17 243	0,8
Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7	114 221	5,4
Assistência social	30 414	10,5	310 730	14,6
Assistência social	30 414	10,5	310 730	14,6
Religião	82 853	28,5	150 552	7,1
Religião	82 853	28,5	150 552	7,1
Associações patronais e profissionais	44 939	15,5	113 897	5,4
Associações empresariais e patronais	4 559	1,6	21 430	1,0
Associações profissionais	17 450	6,0	82 986	3,9
Associações de produtores rurais	22 930	7,9	9 481	0,4
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	10 337	0,5
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	10 337	0,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	120 410	5,7
Associação de moradores	13 101	4,5	13 486	0,6
Centros e associações comunitárias	20 071	6,9	34 594	1,6
Desenvolvimento rural	1 522	0,5	5 703	0,3
Emprego e treinamento	507	0,2	13 522	0,6
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8	18 440	0,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7	34 665	1,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	126 704	6,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	126 704	6,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 16 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2 128 007	71 264	296 345	1 237 021	385 960	137 417
Habituação	578	5	107	311	57	98
Habituação	578	5	107	311	57	98
Saúde	574 474	12 549	78 339	349 182	112 380	22 024
Hospitais	479 366	10 121	68 581	279 619	102 060	18 985
Outros serviços de saúde	95 108	2 428	9 758	69 563	10 320	3 039
Cultura e recreação	157 641	4 295	11 363	96 268	34 031	11 684
Cultura e arte	48 283	1 107	2 379	25 271	14 627	4 899
Esportes e recreação	109 358	3 188	8 984	70 997	19 404	6 785
Educação e pesquisa	562 684	23 585	71 050	324 484	99 052	44 513
Educação infantil	20 981	511	1 309	14 418	3 093	1 650
Ensino fundamental	121 168	5 336	12 710	71 549	17 252	14 321
Ensino médio	75 269	2 272	15 359	33 909	18 167	5 562
Educação superior	165 618	4 153	14 839	104 318	32 492	9 816
Estudos e pesquisas	48 184	4 400	7 923	31 138	3 134	1 589
Educação profissional	17 243	1 448	2 591	9 657	2 561	986
Outras formas de educação/ensino	114 221	5 465	16 319	59 495	22 353	10 589
Assistência social	310 730	8 201	46 239	179 091	59 346	17 853
Assistência social	310 730	8 201	46 239	179 091	59 346	17 853
Religião	150 552	8 198	21 540	78 759	24 552	17 503
Religião	150 552	8 198	21 540	78 759	24 552	17 503
Associações patronais e profissionais	113 897	3 828	12 260	71 552	17 181	9 076
Associações empresariais e patronais	21 430	442	1 915	10 784	6 231	2 058
Associações profissionais	82 986	1 889	8 938	57 309	8 830	6 020
Associações de produtores rurais	9 481	1 497	1 407	3 459	2 120	998
Meio ambiente e proteção animal	10 337	581	3 963	3 972	785	1 036
Meio ambiente e proteção animal	10 337	581	3 963	3 972	785	1 036
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	3 365	23 921	69 379	16 848	6 897
Associação de moradores	13 486	97	2 435	9 180	1 434	340
Centros e associações comunitárias	34 594	1 466	3 733	22 488	5 668	1 239
Desenvolvimento rural	5 703	20	1 984	1 041	2 505	153
Emprego e treinamento	13 522	784	1 725	7 653	1 209	2 151
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	443	965	14 392	1 582	1 058
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	555	13 079	14 625	4 450	1 956
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	6 657	27 563	64 023	21 728	6 733
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	6 657	27 563	64 023	21 728	6 733

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 17 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos							
	Total		Sexo					
			Homem			Mulher		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)
Brasil	2 128 007	100,0	788 995	100,0	37,1	1 339 012	100,0	62,9
Norte	71 264	3,3	31 894	4,0	44,8	39 370	2,9	55,2
Rondônia	8 160	0,4	3 617	0,5	44,3	4 543	0,3	55,7
Acre	5 074	0,2	1 971	0,2	38,8	3 103	0,2	61,2
Amazonas	19 139	0,9	9 091	1,2	47,5	10 048	0,8	52,5
Roraima	1 372	0,1	540	0,1	39,4	832	0,1	60,6
Pará	28 659	1,3	12 921	1,6	45,1	15 738	1,2	54,9
Amapá	3 266	0,2	1 532	0,2	46,9	1 734	0,1	53,1
Tocantins	5 594	0,3	2 222	0,3	39,7	3 372	0,3	60,3
Nordeste	296 345	13,9	119 531	15,1	40,3	176 814	13,2	59,7
Maranhão	20 584	1,0	8 186	1,0	39,8	12 398	0,9	60,2
Piauí	11 788	0,6	4 752	0,6	40,3	7 036	0,5	59,7
Ceará	61 109	2,9	25 660	3,3	42,0	35 449	2,6	58,0
Rio Grande do Norte	17 191	0,8	6 533	0,8	38,0	10 658	0,8	62,0
Paraíba	13 187	0,6	5 527	0,7	41,9	7 660	0,6	58,1
Pernambuco	52 987	2,5	22 533	2,9	42,5	30 454	2,3	57,5
Alagoas	19 211	0,9	8 364	1,1	43,5	10 847	0,8	56,5
Sergipe	16 305	0,8	5 425	0,7	33,3	10 880	0,8	66,7
Bahia	83 983	3,9	32 551	4,1	38,8	51 432	3,8	61,2
Sudeste	1 237 021	58,1	455 924	57,8	36,9	781 097	58,3	63,1
Minas Gerais	242 243	11,4	88 322	11,2	36,5	153 921	11,5	63,5
Espírito Santo	35 420	1,7	13 447	1,7	38,0	21 973	1,6	62,0
Rio de Janeiro	210 688	9,9	91 936	11,7	43,6	118 752	8,9	56,4
São Paulo	748 670	35,2	262 219	33,2	35,0	486 451	36,3	65,0
Sul	385 960	18,1	125 161	15,9	32,4	260 799	19,5	67,6
Paraná	133 580	6,3	42 650	5,4	31,9	90 930	6,8	68,1
Santa Catarina	79 487	3,7	27 255	3,5	34,3	52 232	3,9	65,7
Rio Grande do Sul	172 893	8,1	55 256	7,0	32,0	117 637	8,8	68,0
Centro-Oeste	137 417	6,5	56 485	7,2	41,1	80 932	6,0	58,9
Mato Grosso do Sul	26 523	1,2	9 109	1,2	34,3	17 414	1,3	65,7
Mato Grosso	19 107	0,9	7 049	0,9	36,9	12 058	0,9	63,1
Goiás	42 317	2,0	17 885	2,3	42,3	24 432	1,8	57,7
Distrito Federal	49 470	2,3	22 442	2,8	45,4	27 028	2,0	54,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

A análise da distribuição dos profissionais entre as diversas áreas de atuação evidencia diferenças significativas. A presença masculina é mais forte apenas no subgrupo de entidades de *Esportes e recreação* (66,8% do total), em todas as Grandes Regiões do País. Observa-se, também, em várias regiões, a maior participação deles nas *Associações de produtores rurais*, nas *Associações de moradores* e nas *entidades de Desenvolvimento rural* (Tabela 18). Nesses três subgrupos, predomina a presença dos homens, representando 55,7% dos profissionais dessas entidades (Tabela 19).

Nas áreas de *Saúde* e *Assistência social*, a presença feminina é mais forte e distancia-se da média nacional, representando 73,7% e 71,7% do pessoal ocupado assalariado das respectivas áreas.

Em relação ao nível de escolaridade, as novas informações apontam que cerca de (33,0%) dos assalariados das FASFIL possuem nível superior. Interessante observar que essa participação é relativamente constante em todas as Grandes Regiões do País, variando de 30,7% no Norte a 34,2% no Sul (Tabelas 20). Tal resultado aponta, por outro lado, diferenças significativas em relação ao total de ocupados no País. Segundo dados do CEMPRE, o percentual de pessoas com nível de escolaridade superior nas empresas e demais organizações formais ativas, em 2010, é de apenas 16,6% do total dos assalariados.

A proporção de profissionais com curso superior é bem acima da média nacional nas entidades de *Educação e pesquisa*: 56,3% do total dos assalariados (Tabela 21). É determinante para tal resultado a alta percentagem de pessoas com maior nível de escolaridade, sobretudo nas instituições de *Educação superior* (67,4%) e *Ensino médio* (60,1%). Na *Educação infantil*, é menor a proporção de assalariados com nível superior (31,8%).

Por outro lado, observa-se que as entidades dos subgrupos *Emprego e treinamento*, *Associações de moradores* e *Religião* estão entre as que apresentam as menores participações de assalariados com nível superior: 10,5%, 14,1% e 18,2%, respectivamente

Tabela 18 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	Brasil	Grandes Regiões			
		Norte		Nordeste	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	2 128 007	31 894	39 370	119 531	176 814
Habitação	578	2	3	94	13
Habitação	578	2	3	94	13
Saúde	574 474	4 168	8 381	24 441	53 898
Hospitais	479 366	3 311	6 810	21 317	47 264
Outros serviços de saúde	95 108	857	1 571	3 124	6 634
Cultura e recreação	157 641	2 697	1 598	7 831	3 532
Cultura e arte	48 283	582	525	1 101	1 278
Esportes e recreação	109 358	2 115	1 073	6 730	2 254
Educação e pesquisa	562 684	10 705	12 880	30 964	40 086
Educação infantil	20 981	125	386	277	1 032
Ensino fundamental	121 168	2 183	3 153	5 629	7 081
Ensino médio	75 269	742	1 530	5 851	9 508
Educação superior	165 618	2 010	2 143	7 534	7 305
Estudos e pesquisas	48 184	2 379	2 021	3 233	4 690
Educação profissional	17 243	674	774	1 262	1 329
Outras formas de educação/ensino	114 221	2 592	2 873	7 178	9 141
Assistência social	310 730	2 963	5 238	15 019	31 220
Assistência social	310 730	2 963	5 238	15 019	31 220
Religião	150 552	3 564	4 634	10 099	11 441
Religião	150 552	3 564	4 634	10 099	11 441
Associações patronais e profissionais	113 897	2 070	1 758	6 216	6 044
Associações empresariais e patronais	21 430	181	261	783	1 132
Associações profissionais	82 986	930	959	4 458	4 480
Associações de produtores rurais	9 481	959	538	975	432
Meio ambiente e proteção animal	10 337	276	305	1 530	2 433
Meio ambiente e proteção animal	10 337	276	305	1 530	2 433
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	1 681	1 684	10 940	12 981
Associação de moradores	13 486	89	8	1 471	964
Centros e associações comunitárias	34 594	718	748	1 636	2 097
Desenvolvimento rural	5 703	16	4	1 296	688
Emprego e treinamento	13 522	362	422	695	1 030
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	224	219	401	564
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	272	283	5 441	7 638
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	3 768	2 889	12 397	15 166
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	3 768	2 889	12 397	15 166

Tabela 18 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Grandes Regiões					
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	455 924	781 097	125 161	260 799	56 485	80 932
Habitação	238	73	49	8	76	22
Habitação	238	73	49	8	76	22
Saúde	93 117	256 065	23 713	88 667	6 625	15 399
Hospitais	74 653	204 966	21 380	80 680	5 629	13 356
Outros serviços de saúde	18 464	51 099	2 333	7 987	996	2 043
Cultura e recreação	59 432	36 836	18 017	16 014	6 943	4 741
Cultura e arte	12 094	13 177	5 612	9 015	2 493	2 406
Esportes e recreação	47 338	23 659	12 405	6 999	4 450	2 335
Educação e pesquisa	138 217	186 267	37 534	61 518	19 509	25 004
Educação infantil	1 840	12 578	355	2 738	331	1 319
Ensino fundamental	31 650	39 899	6 064	11 188	6 264	8 057
Ensino médio	10 690	23 219	5 098	13 069	1 708	3 854
Educação superior	51 418	52 900	14 970	17 522	4 942	4 874
Estudos e pesquisas	12 601	18 537	1 301	1 833	834	755
Educação profissional	4 271	5 386	1 036	1 525	472	514
Outras formas de educação/ensino	25 747	33 748	8 710	13 643	4 958	5 631
Assistência social	48 470	130 621	15 373	43 973	6 086	11 767
Assistência social	48 470	130 621	15 373	43 973	6 086	11 767
Religião	30 558	48 201	6 986	17 566	7 045	10 458
Religião	30 558	48 201	6 986	17 566	7 045	10 458
Associações patronais e profissionais	30 002	41 550	8 559	8 622	3 732	5 344
Associações empresariais e patronais	4 826	5 958	3 694	2 537	732	1 326
Associações profissionais	23 566	33 743	3 797	5 033	2 457	3 563
Associações de produtores rurais	1 610	1 849	1 068	1 052	543	455
Meio ambiente e proteção animal	1 925	2 047	314	471	545	491
Meio ambiente e proteção animal	1 925	2 047	314	471	545	491
Desenvolvimento e defesa de direitos	27 855	41 524	6 320	10 528	3 241	3 656
Associação de moradores	5 433	3 747	343	1 091	264	76
Centros e associações comunitárias	7 292	15 196	2 113	3 555	466	773
Desenvolvimento rural	458	583	1 392	1 113	53	100
Emprego e treinamento	3 325	4 328	446	763	985	1 166
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 488	8 904	414	1 168	484	574
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	5 859	8 766	1 612	2 838	989	967
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 110	37 913	8 296	13 432	2 683	4 050
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 110	37 913	8 296	13 432	2 683	4 050

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 19 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	Total	Sexo			
		Homem		Mulher	
		Total	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	2 128 007	788 995	37,1	1 339 012	62,9
Habitação	578	459	79,4	119	20,6
Habitação	578	459	79,4	119	20,6
Saúde	574 474	152 064	26,5	422 410	73,5
Hospitais	479 366	126 290	26,3	353 076	73,7
Outros serviços de saúde	95 108	25 774	27,1	69 334	72,9
Cultura e recreação	157 641	94 920	60,2	62 721	39,8
Cultura e arte	48 283	21 882	45,3	26 401	54,7
Esportes e recreação	109 358	73 038	66,8	36 320	33,2
Educação e pesquisa	562 684	236 929	42,1	325 755	57,9
Educação infantil	20 981	2 928	14,0	18 053	86,0
Ensino fundamental	121 168	51 790	42,7	69 378	57,3
Ensino médio	75 269	24 089	32,0	51 180	68,0
Educação superior	165 618	80 874	48,8	84 744	51,2
Estudos e pesquisas	48 184	20 348	42,2	27 836	57,8
Educação profissional	17 243	7 715	44,7	9 528	55,3
Outras formas de educação/ensino	114 221	49 185	43,1	65 036	56,9
Assistência social	310 730	87 911	28,3	222 819	71,7
Assistência social	310 730	87 911	28,3	222 819	71,7
Religião	150 552	58 252	38,7	92 300	61,3
Religião	150 552	58 252	38,7	92 300	61,3
Associações patronais e profissionais	113 897	50 579	44,4	63 318	55,6
Associações empresariais e patronais	21 430	10 216	47,7	11 214	52,3
Associações profissionais	82 986	35 208	42,4	47 778	57,6
Associações de produtores rurais	9 481	5 155	54,4	4 326	45,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	4 590	44,4	5 747	55,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	4 590	44,4	5 747	55,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	50 037	41,6	70 373	58,4
Associação de moradores	13 486	7 600	56,4	5 886	43,6
Centros e associações comunitárias	34 594	12 225	35,3	22 369	64,7
Desenvolvimento rural	5 703	3 215	56,4	2 488	43,6
Emprego e treinamento	13 522	5 813	43,0	7 709	57,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	7 011	38,0	11 429	62,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	14 173	40,9	20 492	59,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	53 254	42,0	73 450	58,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	53 254	42,0	73 450	58,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 20 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por nível de escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos							
	Total		Nível de escolaridade					
			Sem nível superior			Com nível superior		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)
Brasil	2 128 007	100,0	1 426 103	100,0	67,0	701 904	100,0	33,0
Norte	71 264	3,3	49 400	3,5	69,3	21 864	3,3	30,7
Rondônia	8 160	0,4	5 178	0,4	63,5	2 982	0,4	36,5
Acre	5 074	0,2	3 788	0,3	74,7	1 286	0,2	25,3
Amazonas	19 139	0,9	12 685	0,9	66,3	6 454	0,9	33,7
Roraima	1 372	0,1	866	0,1	63,1	506	0,1	36,9
Pará	28 659	1,3	20 721	1,5	72,3	7 938	1,3	27,7
Amapá	3 266	0,2	2 308	0,2	70,7	958	0,2	29,3
Tocantins	5 594	0,3	3 854	0,3	68,9	1 740	0,3	31,1
Nordeste	296 345	13,9	205 217	14,4	69,2	91 128	13,9	30,8
Maranhão	20 584	1,0	13 619	1,0	66,2	6 965	1,0	33,8
Piauí	11 788	0,6	8 471	0,6	71,9	3 317	0,6	28,1
Ceará	61 109	2,9	42 565	3,0	69,7	18 544	2,9	30,3
Rio Grande do Norte	17 191	0,8	12 246	0,9	71,2	4 945	0,8	28,8
Paraíba	13 187	0,6	8 638	0,6	65,5	4 549	0,6	34,5
Pernambuco	52 987	2,5	33 409	2,3	63,1	19 578	2,5	36,9
Alagoas	19 211	0,9	14 327	1,0	74,6	4 884	0,9	25,4
Sergipe	16 305	0,8	10 558	0,7	64,8	5 747	0,8	35,2
Bahia	83 983	3,9	61 384	4,3	73,1	22 599	3,9	26,9
Sudeste	1 237 021	58,1	822 904	57,7	66,5	414 117	58,1	33,5
Minas Gerais	242 243	11,4	168 741	11,8	69,7	73 502	11,4	30,3
Espirito Santo	35 420	1,7	24 219	1,7	68,4	11 201	1,7	31,6
Rio de Janeiro	210 688	9,9	133 252	9,3	63,2	77 436	9,9	36,8
São Paulo	748 670	35,2	496 692	34,8	66,3	251 978	35,2	33,7
Sul	385 960	18,1	253 995	17,8	65,8	131 965	18,1	34,2
Paraná	133 580	6,3	91 072	6,4	68,2	42 508	6,3	31,8
Santa Catarina	79 487	3,7	48 377	3,4	60,9	31 110	3,7	39,1
Rio Grande do Sul	172 893	8,1	114 546	8,0	66,3	58 347	8,1	33,7
Centro-Oeste	137 417	6,5	94 587	6,6	68,8	42 830	6,5	31,2
Mato Grosso do Sul	26 523	1,2	19 674	1,4	74,2	6 849	1,2	25,8
Mato Grosso	19 107	0,9	13 468	0,9	70,5	5 639	0,9	29,5
Goiás	42 317	2,0	29 771	2,1	70,4	12 546	2,0	29,6
Distrito Federal	49 470	2,3	31 674	2,2	64,0	17 796	2,3	36,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 21 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e com nível superior, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		
	Total	Com nível superior	
		Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	2 128 007	701 904	33,0
Habitação	578	85	14,7
Habitação	578	85	14,7
Saúde	574 474	132 242	23,0
Hospitais	479 366	104 773	21,9
Outros serviços de saúde	95 108	27 469	28,9
Cultura e recreação	157 641	36 385	23,1
Cultura e arte	48 283	22 028	45,6
Esportes e recreação	109 358	14 357	13,1
Educação e pesquisa	562 684	316 704	56,3
Educação infantil	20 981	6 676	31,8
Ensino fundamental	121 168	65 688	54,2
Ensino médio	75 269	45 239	60,1
Educação superior	165 618	111 659	67,4
Estudos e pesquisas	48 184	19 171	39,8
Educação profissional	17 243	9 374	54,4
Outras formas de educação/ensino	114 221	58 897	51,6
Assistência social	310 730	87 778	28,2
Assistência social	310 730	87 778	28,2
Religião	150 552	27 449	18,2
Religião	150 552	27 449	18,2
Associações patronais e profissionais	113 897	22 795	20,0
Associações empresariais e patronais	21 430	4 582	21,4
Associações profissionais	82 986	16 421	19,8
Associações de produtores rurais	9 481	1 792	18,9
Meio ambiente e proteção animal	10 337	2 898	28,0
Meio ambiente e proteção animal	10 337	2 898	28,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	34 803	28,9
Associação de moradores	13 486	1 895	14,1
Centros e associações comunitárias	34 594	9 491	27,4
Desenvolvimento rural	5 703	1 813	31,8
Emprego e treinamento	13 522	1 420	10,5
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	5 398	29,3
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	14 786	42,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	40 765	32,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	40 765	32,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Qual o porte?

Os dados da Tabela 22 sinalizam uma média de 7,3 pessoas ocupadas assalariadas por entidade no ano de 2010. Essa média, no entanto, não revela as diferenças significativas no porte das entidades por Grandes Regiões e por área de atuação. A média de trabalhadores assalariados nas FASFIL do Sudeste (9,6) é mais que o dobro da observada no Nordeste (4,5); e, enquanto os *Hospitais* contam com uma média de 224,8 trabalhadores, por exemplo, nas entidades que compõem o grupo *Religião* a média se restringe a 1,8.

As diferenças no porte de entidades com as mesmas finalidades, mas localizadas em Grandes Regiões distintas do País, são expressivas. Por exemplo: a média do pessoal ocupado assalariado nos *Hospitais* do Sudeste é de 259,1 pessoas por entidade e, no Centro-Oeste, 158,2. Na *Educação superior*, a média de trabalhadores é de 131,5 no Sudeste e de 67,0 no Norte; nas entidades de *Desenvolvimento rural*, a média é de 0,2 no Norte, ao passo que no Sul, 10,0.

Nas entidades que prestam serviços de *Assistência social*, a média nacional é de 10,2 assalariados por entidade, mas o porte dessas entidades varia de 6,7 trabalhadores no Sul a 12,4 no Sudeste.

As informações da Tabela 23 evidenciam a predominância das pequenas entidades entre as FASFIL: 72,2% delas (210,0 mil) não possuem sequer um empregado formalizado. A forte presença do trabalho voluntário e da prestação de serviços autônomos¹² pode explicar, parcialmente, tal fenômeno.

Outras informações reforçam a afirmação anterior: enquanto 253,9 mil entidades têm menos de cinco pessoas ocupadas assalariadas (87,3%), no outro extremo, apenas 1,2% das entidades têm mais de 100 empregados¹³. Nesse pequeno grupo, no entanto, estão concentrados 1,3 milhão de pessoas, o que equivale a 63,3% do total de empregados.

As maiores entidades (com 100 ou mais pessoas assalariadas) estão fortemente concentradas no Sudeste: nesta região, encontram-se 58,5% do total das grandes entidades do País. Em contrapartida, nas Regiões Nordeste e Norte, encontram-se apenas 17,8% dessas entidades (Tabela 24).

Conforme mencionado anteriormente, a atividade desenvolvida influi no porte das entidades: de um lado, 62,7% das entidades sem empregados registrados são dos grupos de *Religião*, *Associações patronais e profissionais* e *Desenvolvimento e defesa de direitos*. No outro extremo, entre as 3,6 mil instituições com 100 ou mais empregados, 26,9% desenvolvem atividades de *Saúde* e 33,3%, de *Educação e pesquisa*, que requerem um maior número de profissionais (Tabela 25).

As entidades maiores, com 100 ou mais assalariados, são geralmente as mais antigas. Metade delas (49,8%) foi criada antes da década de 1980 (Tabela 26). Em posição oposta, encontram-se as entidades mais recentes, criadas na última década: 93,3% têm até quatro pessoas ocupadas. Novamente, o perfil dessas entidades mais recentes explica tal resultado – entre as mais novas predominam as de defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas, que empregam menos trabalhadores assalariados (Tabelas 25 e 26).

¹² Como o financiamento das entidades está muitas vezes vinculado à execução de projetos, as atividades desenvolvidas são realizadas com a contratação de terceiros, sob diferentes formas, tais como: prestadores de serviços autônomos, microempreendedores individuais e empresas de diferentes portes.

¹³ Toda organização com mais de 100 empregados é equiparada a empresa em relação à obrigação legal disposta na Lei nº 8.213, de 24.07.1991 (também conhecida como Lei de Cotas), que determina que em seus quadros deve haver um percentual de pessoas com deficiência em número proporcional aos limites estabelecidos na norma vigente. Esta edição do estudo não incorpora, ainda, as pessoas com deficiência em suas análises, o que pretende fazer no futuro.

Tabela 22 - Número médio de pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número médio de pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	7,3	5,0	4,5	9,6	6,2	7,3
Habitação	2,0	0,8	2,0	2,3	0,7	6,1
Habitação	2,0	0,8	2,0	2,3	0,7	6,1
Saúde	95,3	85,4	89,3	108,4	78,8	61,9
Hospitais	224,8	198,5	236,5	259,1	172,4	158,2
Outros serviços de saúde	24,4	25,3	16,6	32,5	12,4	12,9
Cultura e recreação	4,3	3,6	2,2	6,0	2,7	6,0
Cultura e arte	4,0	3,0	1,1	4,9	4,1	8,1
Esportes e recreação	4,4	3,9	3,0	6,5	2,2	5,1
Educação e pesquisa	31,9	26,5	20,8	38,1	28,0	33,9
Educação infantil	9,6	8,4	2,6	13,3	9,0	8,0
Ensino fundamental	27,1	18,9	13,0	34,6	21,3	42,6
Ensino médio	35,7	14,0	32,3	37,1	46,6	33,7
Educação superior	118,7	67,0	81,1	131,5	126,4	98,2
Estudos e pesquisas	23,4	59,5	23,9	27,4	8,8	10,0
Educação profissional	32,5	60,3	36,5	31,1	29,1	26,6
Outras formas de educação/ensino	23,3	24,4	18,6	27,0	17,3	34,3
Assistência social	10,2	9,2	10,6	12,4	6,7	9,6
Assistência social	10,2	9,2	10,6	12,4	6,7	9,6
Religião	1,8	2,2	1,8	1,7	1,9	2,6
Religião	1,8	2,2	1,8	1,7	1,9	2,6
Associações patronais e profissionais	2,5	1,0	0,7	5,5	2,0	3,0
Associações empresariais e patronais	4,7	2,7	2,7	5,0	5,4	5,2
Associações profissionais	4,8	1,5	1,9	9,2	2,2	4,3
Associações de produtores rurais	0,4	0,6	0,1	0,8	0,6	0,8
Meio ambiente e proteção animal	4,6	4,8	13,3	3,5	1,5	5,8
Meio ambiente e proteção animal	4,6	4,8	13,3	3,5	1,5	5,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	2,8	2,2	1,5	5,0	1,8	4,5
Associação de moradores	1,0	0,2	0,6	2,1	0,4	0,7
Centros e associações comunitárias	1,7	2,0	0,4	3,5	1,7	2,4
Desenvolvimento rural	3,7	0,2	2,5	3,3	10,0	2,3
Emprego e treinamento	26,7	41,3	24,6	36,1	7,3	53,8
Defesa de direitos de grupos e minorias	3,6	2,2	0,6	8,2	1,2	3,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	16,3	6,7	26,2	18,5	7,1	14,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	4,7	3,8	3,7	6,0	4,3	3,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	4,7	3,8	3,7	6,0	4,3	3,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 23 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0	2 128 007	100,0
Sem pessoal ocupado	210 019	72,2	-	-
De 1 a 2	32 228	11,1	43 157	2,0
De 3 a 4	11 645	4,0	39 719	1,9
De 5 a 9	12 388	4,3	82 128	3,9
De 10 a 49	17 340	6,0	376 284	17,7
De 50 a 99	3 459	1,2	239 522	11,3
De 100 a 499	2 975	1,0	601 830	28,3
500 e mais	638	0,2	745 367	35,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 24 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos								
	Total	Faixas de pessoal ocupado assalariado							
		Sem pessoal ocupado	1 a 2	3 a 4	5 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 499	500 e mais
Brasil	290 692	210 019	32 228	11 645	12 388	17 340	3 459	2 975	638
Norte	14 128	10 871	1 374	494	523	594	123	129	20
Nordeste	66 529	55 278	4 759	1 743	1 673	2 121	460	403	92
Sudeste	128 619	85 979	16 220	5 902	6 608	9 832	1 966	1 746	366
Sul	62 633	45 833	6 848	2 470	2 598	3 605	641	520	118
Centro-Oeste	18 783	12 058	3 027	1 036	986	1 188	269	177	42

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 25 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado e os grupos da COPNI - Brasil - 2010

(continua)

Faixas de pessoal ocupado assalariado e grupos da COPNI	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	290 692	-
Sem pessoal ocupado	210 019	100,0
Habituação	231	0,1
Saúde	2 095	1,0
Cultura e recreação	26 792	12,8
Educação e pesquisa	8 319	4,0
Assistência social	17 983	8,6
Religião	61 040	29,1
Associações patronais e profissionais	34 030	16,2
Meio ambiente e proteção animal	1 707	0,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	36 614	17,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	21 208	10,1
1 a 2 pessoas	32 228	100,0
Habituação	21	0,1
Saúde	661	2,1
Cultura e recreação	4 560	14,1
Educação e pesquisa	1 352	4,2
Assistência social	2 905	9,0
Religião	12 083	37,5
Associações patronais e profissionais	5 901	18,3
Meio ambiente e proteção animal	244	0,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 403	7,5
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 098	6,5
3 a 4 pessoas	11 645	100,0
Habituação	12	0,1
Saúde	276	2,4
Cultura e recreação	1 551	13,3
Educação e pesquisa	691	5,9
Assistência social	1 340	11,5
Religião	4 233	36,4
Associações patronais e profissionais	1 811	15,6
Meio ambiente e proteção animal	79	0,7
Desenvolvimento e defesa de direitos	850	7,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	802	6,9
5 a 9 pessoas	12 388	100,0
Habituação	13	0,1
Saúde	406	3,3
Cultura e recreação	1 555	12,6
Educação e pesquisa	1 246	10,1
Assistência social	2 402	19,4
Religião	3 055	24,7
Associações patronais e profissionais	1 656	13,4
Meio ambiente e proteção animal	93	0,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 005	8,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	957	7,7

Tabela 25 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado e os grupos da COPNI - Brasil - 2010

(conclusão)

Faixas de pessoal ocupado assalariado e grupos da COPNI	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Total	Percentual (%)
10 a 49 pessoas	17 340	100,0
Habitação	13	0,1
Saúde	1 173	6,8
Cultura e recreação	1 871	10,8
Educação e pesquisa	3 623	20,9
Assistência social	4 636	26,7
Religião	2 044	11,8
Associações patronais e profissionais	1 269	7,3
Meio ambiente e proteção animal	91	0,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 269	7,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 351	7,8
50 a 99 pessoas	3 459	100,0
Habitação	2	0,1
Saúde	445	12,9
Cultura e recreação	321	9,3
Educação e pesquisa	1 231	35,6
Assistência social	681	19,7
Religião	228	6,6
Associações patronais e profissionais	164	4,7
Meio ambiente e proteção animal	13	0,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	146	4,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	228	6,6
100 a 499 pessoas	2 975	100,0
Habitação	-	-
Saúde	691	23,2
Cultura e recreação	249	8,4
Educação e pesquisa	1 034	34,8
Assistência social	410	13,8
Religião	154	5,2
Associações patronais e profissionais	89	3,0
Meio ambiente e proteção animal	10	0,3
Desenvolvimento e defesa de direitos	140	4,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	198	6,7
500 pessoas ou mais	638	100,0
Habitação	-	-
Saúde	282	44,2
Cultura e recreação	22	3,4
Educação e pesquisa	168	26,3
Assistência social	57	8,9
Religião	16	2,5
Associações patronais e profissionais	19	3,0
Meio ambiente e proteção animal	5	0,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	36	5,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	33	5,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 26 - Participação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

Faixas de ano de fundação	Participação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Total		Faixas de pessoal ocupado assalariado			
			Sem pessoal ocupado		De 1 a 2	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0	210 019	100,0	32 228	100,0
Até 1970	9 558	3,3	2 377	1,1	1 204	3,7
De 1971 a 1980	27 270	9,4	10 900	5,2	5 990	18,6
De 1981 a 1990	45 132	15,5	28 404	13,5	7 204	22,4
De 1991 a 2000	90 079	31,0	69 432	33,1	8 799	27,3
De 2001 a 2005	58 388	20,1	47 097	22,4	5 072	15,7
2006	11 869	4,1	9 780	4,7	964	3,0
2007	11 551	4,0	9 446	4,5	989	3,1
2008	11 464	3,9	9 588	4,6	879	2,7
2009	13 726	4,7	12 114	5,8	765	2,4
2010	11 655	4,0	10 881	5,2	362	1,1

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixas de pessoal ocupado assalariado					
	De 3 a 4		De 5 a 9		De 10 a 49	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	11 645	100,0	12 388	100,0	17 340	100,0
Até 1970	679	5,8	975	7,9	2 347	13,5
De 1971 a 1980	2 725	23,4	2 695	21,8	3 543	20,4
De 1981 a 1990	2 473	21,2	2 658	21,5	3 492	20,1
De 1991 a 2000	2 959	25,4	3 138	25,3	4 264	24,6
De 2001 a 2005	1 641	14,1	1 742	14,1	2 099	12,1
2006	281	2,4	311	2,5	411	2,4
2007	279	2,4	286	2,3	424	2,4
2008	270	2,3	245	2,0	345	2,0
2009	231	2,0	239	1,9	276	1,6
2010	107	0,9	99	0,8	139	0,8

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixas de pessoal ocupado assalariado					
	De 50 a 99		De 100 a 499		500 e mais	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	3 459	100,0	2 975	100,0	638	100,0
Até 1970	833	24,1	907	30,5	236	37,0
De 1971 a 1980	759	21,9	550	18,5	108	16,9
De 1981 a 1990	481	13,9	344	11,6	76	11,9
De 1991 a 2000	769	22,2	610	20,5	108	16,9
De 2001 a 2005	353	10,2	320	10,8	64	10,0
2006	60	1,7	56	1,9	6	0,9
2007	73	2,1	48	1,6	6	0,9
2008	62	1,8	58	1,9	17	2,7
2009	40	1,2	49	1,6	12	1,9
2010	29	0,8	33	1,1	5	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Qual a remuneração?

Os trabalhadores das FASFIL ganhavam, em média, o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais em 2010¹⁴. No total, a remuneração dos profissionais que trabalham formalmente nessas entidades envolveu recursos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, o que equivale a uma média mensal de R\$ 1 667,05 (Tabela 27). Para ilustrar o significado desses números, vale a pena mencionar que, no mesmo ano, a remuneração média de todos os assalariados das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, cadastradas no CEMPRE era de 3,2 salários mínimos mensais, correspondendo a R\$ 1 650,30. Assim, os salários médios nas FASFIL eram equiparados aos demais salários no País.

O valor das remunerações varia de forma significativa entre as instituições. No piso inferior, com uma remuneração média mensal menor do que 2,0 salários mínimos, encontram-se os profissionais que trabalham nas entidades que prestam serviços nas áreas de *Educação infantil e Emprego e treinamento*. Entre as que proporcionam remuneração mais alta, por volta de 5 salários mínimos, estão as entidades de *Ensino superior* (5,3) e *Cultura e arte* (4,6).

Em termos regionais, o que mais se destaca na análise das informações da Tabela 28 é que, apenas no Sudeste, a média dos salários é superior à média nacional das FASFIL. A menor remuneração, em salários mínimos, é a da Região Nordeste (2,6). O mesmo acontece com a remuneração do conjunto dos trabalhadores das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, integrantes do CEMPRE: enquanto a média nacional, em salários mínimos, é de 3,2, no Nordeste é de 2,5.

As diferenças nas remunerações entre entidades com a mesma finalidade, mas que se localizam em Grandes Regiões distintas do País, são também significativas. A título de exemplos, destaca-se: nas entidades de *Meio ambiente e proteção animal*, a remuneração média, em salários mínimos, varia de 2,0 no Nordeste a 6,8 no Centro-Oeste (a mais alta remuneração entre todas as categorias); nas entidades de *Cultura e recreação*, varia de 2,1 no Nordeste a 4,4 no Centro-Oeste; e, nas *Associações empresariais e patronais*, a remuneração no Sudeste (4,8) é mais que o dobro da observada no Norte (2,1).

A desagregação das informações por gênero ilustra as diferenças das remunerações entre homens e mulheres nas FASFIL. A remuneração média das mulheres equivale a 75,2% da remuneração média dos homens, sendo o salário médio mensal, em salários mínimos, de 3,9 para os homens e de 2,9 para as mulheres. Os dados da Tabela 29 ilustram as diferenças salariais por gênero. Comportamento semelhante é observado na remuneração do conjunto dos trabalhadores das organizações públicas e privadas, lucrativas ou não lucrativas, integrantes do CEMPRE: enquanto o salário médio mensal, em salários mínimos, é de 3,5 para os homens, para as mulheres é de 2,8. A remuneração média das mulheres equivale a 80,0% da remuneração média dos homens, quando se consideram todas as organizações.

Diferenças nas remunerações de homens e mulheres se reproduzem entre as entidades que possuem a mesma finalidade. A remuneração média, em salários mínimos, nas *Associações empresariais e patronais*, é de 4,9 para os homens e de 3,2 para as mulheres; nas entidades de *Estudos e pesquisas*, os homens auferem, em média, 5,1, e as mulheres, 3,3; e, nas entidades de *Esportes e recreação*, a remuneração média dos homens é de 3,4 e a das mulheres, 2,2.

¹⁴ O valor médio mensal do salário mínimo foi de R\$ 510,00 em 2010.

Tabela 27 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal	
		1,00 R\$ correntes	Salário mínimo (1)
Total	46 233 127	1 667,05	3,3
Habitação	10 915	1 553,58	3,0
Habitação	10 915	1 553,58	3,0
Saúde	12 406 349	1 701,93	3,3
Hospitais	10 281 524	1 688,16	3,3
Outros serviços de saúde	2 124 825	1 771,86	3,5
Cultura e recreação	3 694 938	1 778,51	3,5
Cultura e arte	1 509 776	2 340,37	4,6
Esportes e recreação	2 185 162	1 525,47	3,0
Educação e pesquisa	15 060 913	2 026,61	4,0
Educação infantil	275 436	957,52	1,9
Ensino fundamental	2 838 663	1 741,97	3,4
Ensino médio	1 704 605	1 672,18	3,3
Educação superior	5 886 115	2 689,59	5,3
Estudos e pesquisas	1 296 173	2 074,40	4,1
Educação profissional	324 760	1 416,35	2,8
Outras formas de educação/ensino	2 735 161	1 883,27	3,7
Assistência social	5 054 765	1 228,19	2,4
Assistência social	5 054 765	1 228,19	2,4
Religião	2 157 513	1 107,57	2,2
Religião	2 157 513	1 107,57	2,2
Associações patronais e profissionais	2 510 880	1 703,01	3,3
Associações empresariais e patronais	565 871	2 032,86	4,0
Associações profissionais	1 774 206	1 656,77	3,2
Associações de produtores rurais	170 803	1 364,99	2,7
Meio ambiente e proteção animal	219 851	1 561,68	3,1
Meio ambiente e proteção animal	219 851	1 561,68	3,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 355 179	1 506,50	3,0
Associação de moradores	185 285	1 022,86	2,0
Centros e associações comunitárias	644 357	1 426,90	2,8
Desenvolvimento rural	144 557	1 941,63	3,8
Emprego e treinamento	165 729	982,61	1,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	388 878	1 539,36	3,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	826 373	1 900,22	3,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 761 823	1 638,42	3,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 761 823	1 638,42	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 28 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3,3	2,8	2,6	3,5	3,2	3,2
Habitação	3,1	1,3	1,1	4,2	1,9	1,8
Habitação	3,1	1,3	1,1	4,2	1,9	1,8
Saúde	3,3	2,7	3,0	3,6	2,8	3,8
Hospitais	3,3	2,6	3,2	3,5	2,8	3,9
Outros serviços de saúde	3,5	2,9	2,1	3,9	2,5	2,7
Cultura e recreação	3,5	2,3	2,1	3,6	3,5	4,4
Cultura e arte	4,6	3,4	2,2	4,9	4,2	5,5
Esportes e recreação	3,0	1,9	2,0	3,1	3,0	3,6
Educação e pesquisa	4,0	3,3	3,1	4,3	3,9	3,5
Educação infantil	1,9	1,9	1,4	2,0	1,8	1,8
Ensino fundamental	3,4	3,0	2,8	3,7	3,0	3,1
Ensino médio	3,3	2,6	2,2	3,9	3,1	3,1
Educação superior	5,3	3,0	4,1	5,5	5,5	5,0
Estudos e pesquisas	4,1	4,7	3,2	4,2	3,8	4,8
Educação profissional	2,8	3,0	2,3	2,8	2,8	3,2
Outras formas de educação/ensino	3,7	3,1	3,4	4,0	3,5	3,1
Assistência social	2,4	2,6	2,2	2,4	2,6	2,3
Assistência social	2,4	2,6	2,2	2,4	2,6	2,3
Religião	2,2	1,7	1,6	2,4	2,2	2,0
Religião	2,2	1,7	1,6	2,4	2,2	2,0
Associações patronais e profissionais	3,3	2,9	2,3	3,6	3,1	2,9
Associações empresariais e patronais	4,0	2,1	2,3	4,8	3,7	2,7
Associações profissionais	3,3	2,1	2,4	3,5	2,9	2,9
Associações de produtores rurais	2,7	4,2	2,1	2,3	2,4	3,3
Meio ambiente e proteção animal	3,1	4,0	2,0	3,3	3,1	6,8
Meio ambiente e proteção animal	3,1	4,0	2,0	3,3	3,1	6,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	3,0	3,2	2,3	3,1	3,5	2,3
Associação de moradores	2,0	1,3	1,4	2,3	1,5	1,6
Centros e associações comunitárias	2,8	4,4	1,6	2,8	3,3	2,1
Desenvolvimento rural	3,8	2,3	2,0	2,6	5,8	3,3
Emprego e treinamento	1,9	1,2	1,8	2,1	2,9	1,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	3,0	2,3	1,6	3,3	2,5	2,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	3,7	3,2	2,9	4,6	3,8	3,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,2	3,1	2,3	3,6	3,1	3,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,2	3,1	2,3	3,6	3,1	3,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 29 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal			
			1,00 R\$ correntes		Salário mínimo (1)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	20 309 540	25 923 587	1 980,08	1 489,25	3,9	2,9
Habitação	8 256	2 660	1 383,61	1 719,46	3,4	2,3
Habitação	8 256	2 660	1 383,61	1 719,46	3,4	2,3
Saúde	4 172 047	8 234 302	2 110,47	1 499,51	4,2	3,0
Hospitais	3 460 231	6 821 293	2 107,62	1 486,12	4,2	3,0
Outros serviços de saúde	711 816	1 413 009	2 124,43	1 567,67	4,3	3,2
Cultura e recreação	2 425 856	1 269 082	1 965,91	1 556,44	3,8	3,0
Cultura e arte	763 364	746 413	2 683,50	2 174,78	5,1	4,2
Esportes e recreação	1 662 493	522 669	1 750,93	1 106,97	3,4	2,2
Educação e pesquisa	7 120 177	7 940 736	2 311,69	1 875,11	4,5	3,6
Educação infantil	42 256	233 180	1 110,13	993,57	2,1	1,8
Ensino fundamental	1 316 427	1 522 236	1 955,27	1 687,78	3,7	3,2
Ensino médio	538 062	1 166 543	1 718,19	1 753,30	3,2	3,3
Educação superior	3 077 789	2 808 326	2 927,43	2 549,15	5,6	4,9
Estudos e pesquisas	681 973	614 200	2 578,11	1 697,30	5,1	3,3
Educação profissional	146 669	178 091	1 462,38	1 437,79	2,8	2,8
Outras formas de educação/ensino	1 317 000	1 418 161	2 059,73	1 677,37	4,1	3,4
Assistência social	1 694 243	3 360 521	1 482,48	1 160,14	2,9	2,2
Assistência social	1 694 243	3 360 521	1 482,48	1 160,14	2,9	2,2
Religião	985 984	1 171 529	1 302,01	976,36	2,6	1,9
Religião	985 984	1 171 529	1 302,01	976,36	2,6	1,9
Associações patronais e profissionais	1 298 253	1 212 627	1 974,45	1 473,18	3,9	2,9
Associações empresariais e patronais	332 547	233 324	2 503,97	1 600,50	4,9	3,2
Associações profissionais	865 904	908 303	1 891,84	1 462,38	3,7	2,9
Associações de produtores rurais	99 802	71 000	1 489,25	1 262,49	2,9	2,4
Meio ambiente e proteção animal	103 880	115 972	1 740,91	1 552,27	3,3	2,9
Meio ambiente e proteção animal	103 880	115 972	1 740,91	1 552,27	3,3	2,9
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 111 198	1 243 981	1 708,27	1 359,77	3,3	2,7
Associação de moradores	104 726	80 559	1 059,98	1 052,81	2,0	2,0
Centros e associações comunitárias	281 298	363 059	1 770,00	1 248,50	3,5	2,4
Desenvolvimento rural	91 276	53 281	2 183,90	1 647,32	4,3	3,2
Emprego e treinamento	75 861	89 868	1 003,86	896,73	2,0	1,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	167 381	221 498	1 836,47	1 490,80	3,4	2,8
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	390 657	435 716	2 120,27	1 635,60	4,3	3,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 389 646	1 372 177	2 007,28	1 437,06	3,9	2,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 389 646	1 372 177	2 007,28	1 437,06	3,9	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Em alguns subgrupos de entidades, a remuneração média mensal, em salários mínimos, das mulheres é equivalente à dos homens: nas instituições de *Ensino médio*, as mulheres recebem uma remuneração média de 3,3 e os homens, 3,2; nas *Associações de moradores* e nas instituições de *Emprego e treinamento*, a remuneração média é de 2,0; e nas instituições de *Educação profissional*, a remuneração média é de 2,8.

Quando o foco da análise são as Grandes Regiões do País, observa-se que, em todas, os homens têm remuneração média superior à das mulheres. No Sul e no Sudeste, encontra-se, no entanto, a maior defasagem: a diferença nas remunerações dos homens e mulheres é superior a 1 salário mínimo. Os dados da Tabela 30 mostram ainda que, no conjunto dos assalariados das FASFIL, as menores remunerações, em salários mínimos, são das mulheres no Nordeste (2,5) e as maiores são dos homens no Sudeste (4,2).

Conforme o esperado, o nível de escolaridade tem uma forte influência no valor da remuneração dos trabalhadores das FASFIL. A remuneração média, em salários mínimos, dos assalariados com nível de escolaridade superior é de 5,8 enquanto a dos demais assalariados (sem nível superior) é bem menos da metade: 2,0 (Tabela 31). Vale mencionar, no entanto, que a remuneração média dos assalariados com nível superior nas FASFIL é bem menor do que a auferida pelos assalariados do total das organizações cadastradas no CEMPRE (7,6).

A diferença mais acentuada entre os ocupados com ou sem nível de escolaridade superior é observada nas remunerações das entidades de *Saúde e Associações patronais e profissionais*, com uma diferença de cerca de 5 salários mínimos. As remunerações médias, em salários mínimos, nas entidades de *Educação e pesquisa*, passam de 5,6 para 2,0. No subgrupo de *Educação superior*, por exemplo, a remuneração dos ocupados com nível superior alcança 6,9 enquanto a dos demais assalariados é de 2,3; no subgrupo de *Estudos e pesquisas*, a remuneração passa de 6,9 para 2,2.

As remunerações mais altas, em salários mínimos, para os ocupados com formação de nível superior são concedidas pelas *Associações empresariais e patronais* e as entidades ligadas à *Habitação* (9,0 e 9,3, respectivamente). Os *Hospitais* e as entidades de *Cultura e arte* também se destacam: nesses subgrupos, a remuneração média mensal, em salários mínimos, é superior a 7.

Grandes contrastes podem ser observados nas remunerações dos assalariados de nível superior que trabalham nas Grandes Regiões do País. A remuneração média, em salários mínimos, dos ocupados nas *Associações empresariais e patronais* no Sudeste (10,4) é duas vezes e meia maior do que no Norte (4,2); nas entidades de *Meio ambiente e proteção animal*, as remunerações variam de 10,4 no Centro-Oeste a 3,5 no Nordeste; nos *Hospitais* do Centro-Oeste, a remuneração dos assalariados de nível superior é de 10,0 enquanto no Norte e no Sul é de 6,4; e, nas entidades de *Esportes e recreação*, os ocupados com nível superior no Centro-Oeste ganham 10,3, ao passo que no Nordeste essa remuneração é de 3,4 (abaixo da média nacional).

Vale mencionar que a remuneração dos ocupados com nível superior nas entidades de *Educação infantil*, que varia de 2,0 a 2,8 salários mínimos, é menor do que a média de todas as remunerações nas FASFIL (3,3).

Tabela 30 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)					
	Brasil		Grandes Regiões			
	Homem	Mulher	Norte		Nordeste	
			Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	3,9	2,9	3,1	2,6	2,8	2,5
Habitação	3,4	2,3	1,4	1,3	1,6	0,7
Habitação	3,4	2,3	1,4	1,3	1,6	0,7
Saúde	4,2	3,0	3,1	2,5	3,4	2,8
Hospitais	4,2	3,0	3,0	2,5	3,6	3,0
Outros serviços de saúde	4,3	3,2	3,8	2,5	2,3	2,0
Cultura e recreação	3,8	3,0	2,3	2,3	2,2	1,8
Cultura e arte	5,1	4,2	3,6	3,1	2,2	2,2
Esportes e recreação	3,4	2,2	1,9	1,8	2,1	1,6
Educação e pesquisa	4,5	3,6	3,6	3,0	3,3	2,9
Educação infantil	2,1	1,8	2,0	1,8	1,5	1,4
Ensino fundamental	3,7	3,2	3,2	2,8	3,0	2,6
Ensino médio	3,2	3,3	2,8	2,5	2,3	2,2
Educação superior	5,6	4,9	3,0	3,0	4,1	4,2
Estudos e pesquisas	5,1	3,3	5,5	3,8	3,6	2,9
Educação profissional	2,8	2,8	3,2	2,9	2,5	2,2
Outras formas de educação/ensino	4,1	3,4	3,1	3,1	3,7	3,2
Assistência social	2,9	2,2	2,8	2,5	2,3	2,2
Assistência social	2,9	2,2	2,8	2,5	2,3	2,2
Religião	2,6	1,9	1,8	1,6	1,8	1,5
Religião	2,6	1,9	1,8	1,6	1,8	1,5
Associações patronais e profissionais	3,9	2,9	3,1	2,8	2,4	2,3
Associações empresariais e patronais	4,9	3,2	2,4	1,9	2,6	2,0
Associações profissionais	3,7	2,9	1,9	2,4	2,4	2,4
Associações de produtores rurais	2,9	2,4	4,4	3,9	2,0	2,1
Meio ambiente e proteção animal	3,3	2,9	4,8	3,2	1,9	2,0
Meio ambiente e proteção animal	3,3	2,9	4,8	3,2	1,9	2,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	3,3	2,7	3,2	3,1	2,4	2,2
Associação de moradores	2,0	2,0	1,3	1,4	1,5	1,4
Centros e associações comunitárias	3,5	2,4	4,5	4,2	1,6	1,5
Desenvolvimento rural	4,3	3,2	2,2	2,9	2,1	1,8
Emprego e treinamento	2,0	1,9	1,1	1,3	1,7	1,8
Defesa de direitos de grupos e minorias	3,4	2,8	2,3	2,3	1,7	1,6
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	4,3	3,4	3,3	3,1	3,2	2,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,9	2,7	3,6	2,4	2,5	2,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,9	2,7	3,6	2,4	2,5	2,2

Tabela 30 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)					
	Grandes Regiões					
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	4,2	3,1	4,1	2,7	3,6	2,9
Habituação	4,3	3,9	2,0	1,6	1,7	1,9
Habituação	4,3	3,9	2,0	1,6	1,7	1,9
Saúde	4,6	3,2	3,7	2,6	4,8	3,3
Hospitais	4,5	3,2	3,7	2,6	5,1	3,4
Outros serviços de saúde	4,8	3,5	3,2	2,3	3,2	2,4
Cultura e recreação	3,9	3,1	4,1	2,8	4,3	4,5
Cultura e arte	5,3	4,6	5,3	3,4	5,5	5,6
Esportes e recreação	3,5	2,3	3,6	1,9	3,7	3,4
Educação e pesquisa	4,9	3,9	4,6	3,5	3,8	3,3
Educação infantil	2,3	1,9	2,0	1,8	2,0	1,8
Ensino fundamental	4,1	3,5	3,5	2,7	3,2	3,0
Ensino médio	3,8	4,0	3,2	3,1	3,1	3,1
Educação superior	6,0	5,1	5,8	5,2	5,2	4,7
Estudos e pesquisas	5,4	3,4	5,1	2,9	5,4	4,0
Educação profissional	2,8	2,9	3,1	2,5	2,8	3,7
Outras formas de educação/ensino	4,5	3,7	4,2	3,0	3,2	3,1
Assistência social	2,8	2,2	3,7	2,3	2,7	2,1
Assistência social	2,8	2,2	3,7	2,3	2,7	2,1
Religião	3,0	2,0	2,7	2,0	2,2	1,9
Religião	3,0	2,0	2,7	2,0	2,2	1,9
Associações patronais e profissionais	4,3	3,1	3,9	2,4	3,3	2,7
Associações empresariais e patronais	5,8	4,0	4,6	2,4	3,8	2,1
Associações profissionais	4,2	3,1	3,5	2,4	3,1	2,9
Associações de produtores rurais	2,6	2,1	2,6	2,2	3,5	3,2
Meio ambiente e proteção animal	3,3	3,3	3,6	2,8	6,8	6,8
Meio ambiente e proteção animal	3,3	3,3	3,6	2,8	6,8	6,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	3,5	2,8	4,7	2,8	2,4	2,2
Associação de moradores	2,2	2,4	1,8	1,4	1,5	2,1
Centros e associações comunitárias	3,8	2,4	4,0	2,9	2,3	1,9
Desenvolvimento rural	2,6	2,6	6,9	4,4	2,9	3,5
Emprego e treinamento	2,2	1,9	3,5	2,6	1,3	1,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	3,7	3,1	2,9	2,3	2,2	1,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	5,3	4,1	5,2	2,9	3,7	3,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	4,4	3,1	4,3	2,3	4,5	3,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	4,4	3,1	4,3	2,3	4,5	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 31 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por nível de escolaridade, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das Entidades sem Fins Lucrativos	Salários e outras remunerações (1000 R\$)		Salário médio mensal		Salários e outras remunerações (1000 R\$)		Salário médio mensal	
		1,00 R\$ correntes	Salário mínimo (1)		1,00 R\$ correntes	Salário mínimo (1)		
							Sem Nível Superior	
Total	19 315 545	1 041,87	2,0	26 917 582	2 949,95	5,8		
Habitação	5 657	882,67	1,7	5 258	4 758,37	9,3		
Habitação	5 657	882,67	1,7	5 258	4 758,37	9,3		
Saúde	6 246 210	1 086,48	2,1	6 160 139	3 583,26	7,0		
Hospitais	5 339 830	1 096,54	2,2	4 941 694	3 628,13	7,1		
Outros serviços de saúde	906 380	1 030,79	2,0	1 218 445	3 412,08	6,7		
Cultura e recreação	2 098 317	1 331,14	2,6	1 596 621	3 375,48	6,6		
Cultura e arte	423 049	1 239,47	2,4	1 086 727	3 794,91	7,4		
Esportes e recreação	1 675 269	1 356,48	2,7	509 893	2 731,95	5,4		
Educação e pesquisa	3 304 147	1 033,28	2,0	11 756 766	2 855,56	5,6		
Educação infantil	151 736	815,94	1,6	123 700	1 425,31	2,8		
Ensino fundamental	648 475	899,11	1,8	2 190 188	2 564,79	5,0		
Ensino médio	399 031	1 022,13	2,0	1 305 574	2 219,96	4,4		
Educação superior	813 258	1 159,37	2,3	5 072 857	3 494,75	6,9		
Estudos e pesquisas	420 152	1 113,96	2,2	876 021	3 515,01	6,9		
Educação profissional	88 201	862,21	1,7	236 559	1 941,20	3,8		
Outras formas de educação/ensino	783 294	1 089,10	2,1	1 951 867	2 549,26	5,0		
Assistência social	2 463 117	849,83	1,7	2 591 648	2 271,16	4,5		
Assistência social	2 463 117	849,83	1,7	2 591 648	2 271,16	4,5		
Religião	1 354 128	846,15	1,7	803 385	2 251,41	4,4		
Religião	1 354 128	846,15	1,7	803 385	2 251,41	4,4		
Associações patronais e profissionais	1 411 782	1 192,06	2,3	1 099 098	3 708,97	7,3		
Associações empresariais e patronais	291 045	1 328,83	2,6	274 826	4 613,81	9,0		
Associações profissionais	1 017 896	1 176,29	2,3	756 310	3 542,88	6,9		
Associações de produtores rurais	102 842	1 028,86	2,0	67 961	2 917,28	5,7		
Meio ambiente e proteção animal	88 580	915,96	1,8	131 271	3 484,39	6,8		
Meio ambiente e proteção animal	88 580	915,96	1,8	131 271	3 484,39	6,8		
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 027 712	923,46	1,8	1 327 467	2 934,02	5,8		
Associação de moradores	136 125	903,39	1,8	49 160	1 995,53	3,9		
Centros e associações comunitárias	281 011	861,10	1,7	363 346	2 944,86	5,8		
Desenvolvimento rural	69 301	1 370,40	2,7	75 256	3 193,01	6,3		
Emprego e treinamento	99 736	633,94	1,2	65 993	3 574,92	7,0		
Defesa de direitos de grupos e minorias	173 236	1 021,76	2,0	215 642	3 072,96	6,0		
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	268 304	1 038,22	2,0	558 069	2 903,31	5,7		
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 315 893	1 177,84	2,3	1 445 930	2 728,45	5,3		
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 315 893	1 177,84	2,3	1 445 930	2 728,45	5,3		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 32 - Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado com nível superior das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, com nível superior (salário mínimo) (1)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	5,8	4,9	4,6	6,1	5,2	6,1
Habitação	9,3	0,0	4,9	11,1	1,8	3,2
Habitação	9,3	0,0	4,9	11,1	1,8	3,2
Saúde	7,0	6,4	6,7	7,5	6,2	9,2
Hospitais	7,1	6,4	7,1	7,5	6,4	10,0
Outros serviços de saúde	6,7	6,9	3,9	7,6	4,7	4,9
Cultura e recreação	6,6	4,8	3,5	6,5	6,4	8,3
Cultura e arte	7,4	5,0	3,5	7,3	7,2	7,6
Esportes e recreação	5,4	4,4	3,4	5,3	4,5	10,3
Educação e pesquisa	5,6	4,5	4,2	6,0	5,0	5,4
Educação infantil	2,8	2,6	2,0	2,8	2,2	2,8
Ensino fundamental	5,0	4,3	3,8	5,2	4,0	4,8
Ensino médio	4,4	3,3	2,9	5,0	3,6	3,8
Educação superior	6,9	3,6	5,3	7,1	6,6	6,6
Estudos e pesquisas	6,9	6,6	4,9	7,4	5,4	7,4
Educação profissional	3,8	3,6	2,9	3,7	3,7	6,0
Outras formas de educação/ensino	5,0	4,7	4,6	5,6	4,4	5,5
Assistência social	4,5	6,0	4,2	4,2	4,6	4,6
Assistência social	4,5	6,0	4,2	4,2	4,6	4,6
Religião	4,4	2,8	2,7	5,2	3,8	4,3
Religião	4,4	2,8	2,7	5,2	3,8	4,3
Associações patronais e profissionais	7,3	6,5	4,7	7,9	5,1	6,8
Associações empresariais e patronais	9,0	4,2	5,3	10,4	5,5	8,3
Associações profissionais	6,9	4,7	4,6	7,4	5,2	6,3
Associações de produtores rurais	5,7	8,3	4,5	4,7	4,5	7,3
Meio ambiente e proteção animal	6,8	6,2	3,5	6,6	5,9	10,4
Meio ambiente e proteção animal	6,8	6,2	3,5	6,6	5,9	10,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	5,8	6,8	4,4	6,2	6,2	6,2
Associação de moradores	3,9	5,0	2,0	4,7	2,2	1,9
Centros e associações comunitárias	5,8	7,1	3,3	5,9	6,3	3,9
Desenvolvimento rural	6,3	3,7	3,2	3,7	8,6	4,5
Emprego e treinamento	7,0	3,8	4,1	7,9	5,6	4,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	6,0	5,2	2,1	6,0	3,8	8,3
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	5,7	6,6	5,3	6,8	6,0	7,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,3	4,4	3,6	5,8	4,4	6,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,3	4,4	3,6	5,8	4,4	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

O crescimento recente das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

De 2006 a 2010, observou-se um crescimento da ordem de 8,8% das FASFIL no Brasil, que passaram de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período. Esta expansão é significativamente menor do que a observada no período de 2002 a 2005 (22,6%)¹⁵ e a tendência de queda já havia sido prevista em estudo anterior¹⁶.

Proporcionalmente, o grupo das FASFIL foi o que menos cresceu no País. De acordo com os dados da Tabela 33, pode ser constatado que as outras entidades privadas sem fins lucrativos (caixas escolares, partidos políticos, sindicatos, condomínios e cartórios) apresentaram um crescimento de 12,7%, enquanto todo o conjunto de organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, existentes no CEMPRES cresceu 19,7%.

Tabela 33 - Número de unidades locais ativas no CEMPRES, segundo o tipo de entidade - Brasil - 2006/2010

Tipo de entidade	Número de unidade locais ativas no CEMPRES					
	Total			Variação percentual (%)		
	2006	2008	2010	2006/2008	2008/2010	2006/2010
Total	4 636 796	4 977 766	5 551 915	7,4	11,5	19,7
Entidades sem Fins Lucrativos	503 519	527 868	556 846	4,8	5,5	10,6
Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	267 288	277 299	290 692	3,7	4,8	8,8
Outras Entidades Privadas sem Fins Lucrativos	236 231	250 569	266 154	6,1	6,2	12,7
Entidades Empresariais	4 109 681	4 425 709	4 969 980	7,7	12,3	20,9
Outras entidades constantes no CEMPRES	23 596	24 189	25 089	2,5	3,7	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Nota: Entidades empresariais compreendem também as pessoas físicas equiparadas à jurídica.

Uma análise mais detalhada da evolução recente das FASFIL, de 2006 a 2010, indica mudanças nas tendências observadas em períodos anteriores. Proporcionalmente, o crescimento mais acentuado nos últimos anos foi o das entidades de *Educação e pesquisa*, mais especificamente de *Educação infantil e Educação profissional*, que apresentaram crescimento de 43,4% e 17,7%, respectivamente. As entidades de *Meio ambiente e proteção animal* mantiveram a tendência anterior e cresceram 14,7% (acima da média nacional). Em números absolutos, o maior crescimento foi o das entidades do grupo *Religião*, com a criação de 11,2 mil instituições ou quase a metade (47,8%) do total das 23,4 mil FASFIL criadas no período (Tabela 34). Apesar desse crescimento significativo, ele foi menor do que o observado no período analisado no estudo anterior, de 2002 a 2005, no qual foi identificada a criação de 13,3 mil entidades desse grupo¹⁷.

¹⁵ Comparando um mesmo período de quatro anos, de 2002 a 2006, foram criadas 19 354 entidades dedicadas às atividades confessionais. Este cálculo está baseado na metodologia anterior, utilizada no estudo das FASFIL com ano de referência 2005.

¹⁶ Para informações complementares sobre a análise do crescimento das FASFIL no período de 1996 a 2005, consultar o estudo anterior: AS FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 156 p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 8). Acompanha 1 CD-ROM. Estudo realizado pelo IBGE em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

¹⁷ Utilizando-se a mesma metodologia do estudo anterior das FASFIL, com ano de referência 2005, o crescimento dos ocupados assalariados de 2002 a 2006 foi de 15,4%.

Nas áreas mais diretamente relacionadas às políticas públicas governamentais, observou-se que, além de *Educação e pesquisa*, cresceram as entidades de *Saúde* (8,1%), *Cultura e recreação* (6,8%) e *Assistência social* (1,6%). Em contrapartida, observou-se uma redução na área de *Habitação* (-5,8%). Em que pesem os movimentos distintos, essas entidades mantiveram a mesma participação no conjunto das FASFIL.

De 2006 a 2010, as entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos perderam o dinamismo de crescimento do período anterior e mantiveram-se no mesmo patamar, ou seja, em torno de 87 mil entidades.

Por Grandes Regiões, também se observa que o crescimento proporcional das FASFIL seguiu ritmos distintos (Tabela 35). O Norte manteve o crescimento mais acentuado, da ordem de 14,6%, seguido pelo Centro-Oeste, que registrou um aumento de 12,6%. Nessas duas regiões, o crescimento foi acima da média nacional (8,8%). Em contrapartida, no Sudeste, embora o aumento do número absoluto de entidades tenha sido o mais elevado (11,2 mil), em termos proporcionais a região apresentou um crescimento de 9,6%, que é mais próximo da média nacional. O Sul foi a região que apresentou o menor crescimento no período (5,8%).

De 2006 a 2010, merece destaque o aumento de 15,9% no número de ocupados assalariados, que foi superior ao aumento do número de entidades (8,8%). Nesse período, foram criados nas FASFIL 292,6 mil empregos (Tabela 36).

Comparando esse resultado com o crescimento de 11,2% verificado no número de trabalhadores na administração pública, segundo as estatísticas do CEMPRE, o ritmo das FASFIL foi mais acelerado. No entanto, se comparado com o aumento do emprego entre as FASFIL, no período anterior de 2002 a 2006, o ritmo do crescimento mais recente manteve-se quase no mesmo patamar¹⁸.

Proporcionalmente, o crescimento do pessoal ocupado de 2006 a 2010 foi mais significativo nas entidades de *Desenvolvimento e defesa de direitos* (30,0%) e *Saúde* (26,5%), porém, em termos de empregos criados, as diferenças entre esses dois grupos são grandes. Enquanto na *Saúde* foram criados 120,2 mil empregos novos, no *Desenvolvimento e defesa de direitos* esse número é de apenas 27,8 mil.

Na distribuição dos trabalhadores assalariados, as entidades de *Saúde* e de *Educação e pesquisa* permanecem concentrando a maior parte destes: nelas encontra-se mais da metade dos trabalhadores das FASFIL, tanto em 2006, quanto em 2010. Não obstante, no período de 2006 a 2010, cresceu a participação dos trabalhadores da área de *Saúde* no total dos assalariados das FASFIL e reduziu-se a dos trabalhadores da área de *Educação e pesquisa*. Nesta última, observa-se que a redução de pessoal ocorreu nas entidades de *Ensino superior* (-5,5%), que tradicionalmente concentra a maior parcela dos assalariados das entidades da área.

Outras modificações ocorridas no interior dos grupos merecem ser destacadas. Na *Saúde*, o número de trabalhadores em *Hospitais* representava 84,3%, em 2006, e reduziu-se para 83,4% em 2010. Isso significa que a ocupação está crescendo nas entidades que prestam *Outros serviços de saúde*. Em *Cultura e recreação*, o crescimento dos assalariados foi bem maior nas entidades de *Cultura e arte* (11,9%) do que nas ligadas a *Esportes e recreação* (9,6%). Com relação ao *Desenvolvimento e defesa de direitos*, o crescimento dos assalariados foi concentrado nas entidades de *Emprego e treinamento* (84,5%) e de *Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos* (68,1%).

¹⁸ Os salários de 2006 e 2008 foram deflacionados para o ano de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

Tabela 34 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	2006		2008		Variação percentual 2006/2008 (%)
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Total	267 288	100,0	277 299	100,0	3,7
Habitação	310	0,1	263	0,1	(-) 15,2
Habitação	310	0,1	263	0,1	(-) 15,2
Saúde	5 576	2,1	5 747	2,1	3,1
Hospitais	2 024	0,8	2 058	0,7	1,7
Outros serviços de saúde	3 552	1,3	3 689	1,3	3,9
Cultura e recreação	34 561	12,9	35 170	12,7	1,8
Cultura e arte	10 681	4,0	11 098	4,0	3,9
Esportes e recreação	23 880	8,9	24 072	8,7	0,8
Educação e pesquisa	16 183	6,1	16 855	6,1	4,2
Educação infantil	1 529	0,6	1 694	0,6	10,8
Ensino fundamental	4 118	1,5	4 304	1,6	4,5
Ensino médio	2 292	0,9	2 131	0,8	(-) 7,0
Educação superior	1 497	0,6	1 528	0,6	2,1
Estudos e pesquisas	1 831	0,7	1 953	0,7	6,7
Educação profissional	451	0,2	499	0,2	10,6
Outras formas de educação/ensino	4 465	1,7	4 746	1,7	6,3
Assistência social	29 946	11,2	30 166	10,9	0,7
Assistência social	29 946	11,2	30 166	10,9	0,7
Religião	71 658	26,8	75 704	27,3	5,6
Religião	71 658	26,8	75 704	27,3	5,6
Associações patronais e profissionais	43 853	16,4	44 375	16,0	1,2
Associações empresariais e patronais	4 037	1,5	4 176	1,5	3,4
Associações profissionais	16 719	6,3	16 950	6,1	1,4
Associações de produtores rurais	23 097	8,6	23 249	8,4	0,7
Meio ambiente e proteção animal	1 954	0,7	2 059	0,7	5,4
Meio ambiente e proteção animal	1 954	0,7	2 059	0,7	5,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	43 211	16,2	42 565	15,3	(-) 1,5
Associação de moradores	13 541	5,1	13 065	4,7	(-) 3,5
Centros e associações comunitárias	20 546	7,7	20 322	7,3	(-) 1,1
Desenvolvimento rural	1 466	0,5	1 479	0,5	0,9
Emprego e treinamento	505	0,2	467	0,2	(-) 7,5
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 008	1,9	5 030	1,8	0,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 145	0,8	2 202	0,8	2,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	20 036	7,5	24 395	8,8	21,8
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	20 036	7,5	24 395	8,8	21,8

Tabela 34 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos			
	2010		Variação percentual 2008 /2010 (%)	Variação percentual 2006 /2010 (%)
	Total	Percentual (%)		
Total	290 692	100,0	4,8	8,8
Habitação	292	0,1	11,0	(-) 5,8
Habitação	292	0,1	11,0	(-) 5,8
Saúde	6 029	2,1	4,9	8,1
Hospitais	2 132	0,7	3,6	5,3
Outros serviços de saúde	3 897	1,3	5,6	9,7
Cultura e recreação	36 921	12,7	5,0	6,8
Cultura e arte	11 995	4,1	8,1	12,3
Esportes e recreação	24 926	8,6	3,5	4,4
Educação e pesquisa	17 664	6,1	4,8	9,2
Educação infantil	2 193	0,8	29,5	43,4
Ensino fundamental	4 475	1,5	4,0	8,7
Ensino médio	2 107	0,7	(-) 1,1	(-) 8,1
Educação superior	1 395	0,5	(-) 8,7	(-) 6,8
Estudos e pesquisas	2 059	0,7	5,4	12,5
Educação profissional	531	0,2	6,4	17,7
Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7	3,3	9,8
Assistência social	30 414	10,5	0,8	1,6
Assistência social	30 414	10,5	0,8	1,6
Religião	82 853	28,5	9,4	15,6
Religião	82 853	28,5	9,4	15,6
Associações patronais e profissionais	44 939	15,5	1,3	2,5
Associações empresariais e patronais	4 559	1,6	9,2	12,9
Associações profissionais	17 450	6,0	2,9	4,4
Associações de produtores rurais	22 930	7,9	(-) 1,4	(-) 0,7
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	8,9	14,7
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	8,9	14,7
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	(-) 0,2	(-) 1,7
Associação de moradores	13 101	4,5	0,3	(-) 3,2
Centros e associações comunitárias	20 071	6,9	(-) 1,2	(-) 2,3
Desenvolvimento rural	1 522	0,5	2,9	3,8
Emprego e treinamento	507	0,2	8,6	0,4
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8	2,0	2,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7	(-) 3,1	(-) 0,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	10,2	34,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	9,2	10,2	34,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Tabela 35 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2006/2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	2006		2008		Variação percentual 2006/2008 (%)
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Brasil	267 288	100,0	277 299	100,0	3,7
Norte	12 323	4,6	13 070	4,7	6,1
Rondônia	1 984	0,7	1 972	0,7	(-) 0,6
Acre	763	0,3	862	0,3	13,0
Amazonas	2 163	0,8	2 274	0,8	5,1
Roraima	328	0,1	360	0,1	9,8
Pará	5 291	2,0	5 648	2,0	6,7
Amapá	256	0,1	332	0,1	29,7
Tocantins	1 538	0,6	1 622	0,6	5,5
Nordeste	61 690	23,1	63 376	22,9	2,7
Maranhão	6 001	2,2	6 466	2,3	7,7
Piauí	5 231	2,0	4 984	1,8	(-) 4,7
Ceará	11 124	4,2	11 965	4,3	7,6
Rio Grande do Norte	3 793	1,4	3 755	1,4	(-) 1,0
Paraíba	4 970	1,9	4 977	1,8	0,1
Pernambuco	7 606	2,8	7 981	2,9	4,9
Alagoas	1 873	0,7	1 809	0,7	(-) 3,4
Sergipe	2 445	0,9	2 620	0,9	7,2
Bahia	18 647	7,0	18 819	6,8	0,9
Sudeste	117 372	43,9	123 226	44,4	5,0
Minas Gerais	33 619	12,6	35 004	12,6	4,1
Espírito Santo	5 475	2,0	5 735	2,1	4,7
Rio de Janeiro	23 686	8,9	25 148	9,1	6,2
São Paulo	54 592	20,4	57 339	20,7	5,0
Sul	59 215	22,2	60 283	21,7	1,8
Paraná	19 768	7,4	20 033	7,2	1,3
Santa Catarina	15 613	5,8	16 291	5,9	4,3
Rio Grande do Sul	23 834	8,9	23 959	8,6	0,5
Centro-Oeste	16 688	6,2	17 344	6,3	3,9
Mato Grosso do Sul	3 427	1,3	3 519	1,3	2,7
Mato Grosso	3 493	1,3	3 732	1,3	6,8
Goiás	6 035	2,3	6 073	2,2	0,6
Distrito Federal	3 733	1,4	4 020	1,4	7,7

Tabela 35 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2006/2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos			
	2010		Variação percentual 2008 /2010 (%)	Variação percentual 2006 /2010 (%)
	Total	Percentual (%)		
Brasil	290 692	100,0	4,8	8,8
Norte	14 128	4,9	8,1	14,6
Rondônia	2 373	0,8	20,3	19,6
Acre	738	0,3	(-) 14,4	(-) 3,3
Amazonas	2 360	0,8	3,8	9,1
Roraima	332	0,1	(-) 7,8	1,2
Pará	6 187	2,1	9,5	16,9
Amapá	391	0,1	17,8	52,7
Tocantins	1 747	0,6	7,7	13,6
Nordeste	66 529	22,9	5,0	7,8
Maranhão	6 648	2,3	2,8	10,8
Piauí	4 276	1,5	(-) 14,2	(-) 18,3
Ceará	13 002	4,5	8,7	16,9
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	10,6	9,5
Paraíba	5 628	1,9	13,1	13,2
Pernambuco	8 933	3,1	11,9	17,4
Alagoas	2 282	0,8	26,1	21,8
Sergipe	2 782	1,0	6,2	13,8
Bahia	18 825	6,5	0,0	1,0
Sudeste	128 619	44,2	4,4	9,6
Minas Gerais	36 759	12,6	5,0	9,3
Espírito Santo	6 393	2,2	11,5	16,8
Rio de Janeiro	25 881	8,9	2,9	9,3
São Paulo	59 586	20,5	3,9	9,1
Sul	62 633	21,5	3,9	5,8
Paraná	20 739	7,1	3,5	4,9
Santa Catarina	16 517	5,7	1,4	5,8
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	5,9	6,5
Centro-Oeste	18 783	6,5	8,3	12,6
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	6,1	8,9
Mato Grosso	4 070	1,4	9,1	16,5
Goiás	6 609	2,3	8,8	9,5
Distrito Federal	4 371	1,5	8,7	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Tabela 36 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado em 31.12				Variação percentual 2006/2008 (%)
	2006		2008		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Total	1 835 409	100,0	1 982 060	100,0	8,0
Habitação	496	0,0	467	0,0	(-) 5,8
Habitação	496	0,0	467	0,0	(-) 5,8
Saúde	454 299	24,8	483 189	24,4	6,4
Hospitais	383 212	20,9	407 998	20,6	6,5
Outros serviços de saúde	71 087	3,9	75 191	3,8	5,8
Cultura e recreação	142 913	7,8	150 745	7,6	5,5
Cultura e arte	43 144	2,4	46 991	2,4	8,9
Esportes e recreação	99 769	5,4	103 754	5,2	4,0
Educação e pesquisa	519 808	28,3	558 079	28,2	7,4
Educação infantil	17 329	0,9	18 580	0,9	7,2
Ensino fundamental	119 984	6,5	130 721	6,6	8,9
Ensino médio	71 935	3,9	74 240	3,7	3,2
Educação superior	175 345	9,6	183 465	9,3	4,6
Estudos e pesquisas	33 400	1,8	39 332	2,0	17,8
Educação profissional	15 647	0,9	13 963	0,7	(-) 10,8
Outras formas de educação/ensino	86 168	4,7	97 778	4,9	13,5
Assistência social	265 159	14,4	298 426	15,1	12,5
Assistência social	265 159	14,4	298 426	15,1	12,5
Religião	125 499	6,8	136 315	6,9	8,6
Religião	125 499	6,8	136 315	6,9	8,6
Associações patronais e profissionais	99 132	5,4	111 635	5,6	12,6
Associações empresariais e patronais	18 981	1,0	20 635	1,0	8,7
Associações profissionais	71 424	3,9	82 325	4,2	15,3
Associações de produtores rurais	8 727	0,5	8 675	0,4	(-) 0,6
Meio ambiente e proteção animal	8 038	0,4	9 311	0,5	15,8
Meio ambiente e proteção animal	8 038	0,4	9 311	0,5	15,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	92 627	5,0	114 559	5,8	23,7
Associação de moradores	12 698	0,7	14 060	0,7	10,7
Centros e associações comunitárias	32 966	1,8	34 472	1,7	4,6
Desenvolvimento rural	4 298	0,2	5 038	0,3	17,2
Emprego e treinamento	7 330	0,4	10 027	0,5	36,8
Defesa de direitos de grupos e minorias	14 708	0,8	28 226	1,4	91,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	20 627	1,1	22 736	1,1	10,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	127 438	6,9	119 334	6,0	(-) 6,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	127 438	6,9	119 334	6,0	(-) 6,4

Tabela 36 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado em 31.12			
	2010		Variação percentual 2008 /2010 (%)	Variação percentual 2006 /2010 (%)
	Total	Percentual (%)		
Total	2 128 007	100,0	7,4	15,9
Habitação	578	0,0	23,8	16,5
Habitação	578	0,0	23,8	16,5
Saúde	574 474	27,0	18,9	26,5
Hospitais	479 366	22,5	17,5	25,1
Outros serviços de saúde	95 108	4,5	26,5	33,8
Cultura e recreação	157 641	7,4	4,6	10,3
Cultura e arte	48 283	2,3	2,7	11,9
Esportes e recreação	109 358	5,1	5,4	9,6
Educação e pesquisa	562 684	26,4	0,8	8,2
Educação infantil	20 981	1,0	12,9	21,1
Ensino fundamental	121 168	5,7	(-) 7,3	1,0
Ensino médio	75 269	3,5	1,4	4,6
Educação superior	165 618	7,8	(-) 9,7	(-) 5,5
Estudos e pesquisas	48 184	2,3	22,5	44,3
Educação profissional	17 243	0,8	23,5	10,2
Outras formas de educação/ensino	114 221	5,4	16,8	32,6
Assistência social	310 730	14,6	4,1	17,2
Assistência social	310 730	14,6	4,1	17,2
Religião	150 552	7,1	10,4	20,0
Religião	150 552	7,1	10,4	20,0
Associações patronais e profissionais	113 897	5,4	2,0	14,9
Associações empresariais e patronais	21 430	1,0	3,9	12,9
Associações profissionais	82 986	3,9	0,8	16,2
Associações de produtores rurais	9 481	0,4	9,3	8,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	0,5	11,0	28,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	0,5	11,0	28,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	5,7	5,1	30,0
Associação de moradores	13 486	0,6	(-) 4,1	6,2
Centros e associações comunitárias	34 594	1,6	0,4	4,9
Desenvolvimento rural	5 703	0,3	13,2	32,7
Emprego e treinamento	13 522	0,6	34,9	84,5
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	0,9	(-) 34,7	25,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	1,6	52,5	68,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	6,0	6,2	(-) 0,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	6,0	6,2	(-) 0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Como o ritmo de expansão dos empregos formais nas FASFIL superou o de criação de entidades, movimento contrário ao observado no período anterior, elevou-se o número de pessoal ocupado assalariado por instituição: a média de 6,9 pessoas ocupadas por entidade em 2006 passou para 7,3 em 2010 (Tabela 37).

A modificação no porte não foi homogênea entre os diferentes grupos de instituições. O maior crescimento (32,3%) ocorreu nas entidades de *Desenvolvimento e defesa de direitos*, que ocupam, em média, um número reduzido de assalariados: 2,8 pessoas em 2010. As mudanças que chamam mais a atenção foram assinaladas nas entidades de *Saúde e Educação e pesquisa*. Na *Saúde*, que tradicionalmente concentra as maiores entidades, observou-se um dos maiores crescimentos do período: de 81,5 ocupados por organização, em 2006, para 95,3 em 2010. Nas entidades de *Educação e pesquisa*, a média de pessoas ocupadas assalariadas nas instituições permaneceu por volta de 32 nesse período.

As entidades de *Assistência social*, de *Meio ambiente e proteção animal* e as *Associações patronais e profissionais* também apresentaram, no período, crescimentos importantes no número de ocupados assalariados superiores a 12%. As entidades que mantiveram o mesmo porte foram as do grupo *Religião*, que ocupam, em média 1,8 pessoas; *Esportes e recreação*, com média de 4,0 pessoas; e *Associações de produtores rurais*, com média de 0,4 empregados desde 2006.

No que se refere à remuneração dos trabalhadores nas FASFIL, no período de 2006 e 2010, houve uma elevação, em termos reais, de 6,2% e os salários médios mensais passaram de R\$ 1 569,53 para R\$1 667,05¹⁹. Esta elevação, no entanto, foi maior no período mais recente. De 2006 a 2008, os salários médios tiveram um ganho real de apenas 2,0%, mantendo a tendência do período anterior, e, nos anos seguintes, o ganho dobrou para 4,1% (Tabela 38). Observando-se essa elevação recente nas remunerações e no número de pessoas ocupadas nas FASFIL, em paralelo à redução do ritmo de expansão das entidades, pode-se aferir que mudanças importantes estão ocorrendo na dinâmica de fortalecimento do setor.

Os ganhos salariais mais relevantes, no período de 2006 a 2010, foram observados nas *Associações patronais e profissionais* (16,8%) e nas entidades de *Saúde* (15,1%)²⁰. Nestes dois grupos, destaca-se a elevação nas remunerações dos ocupados nas *Associações de produtores rurais* (20,4%) e nas entidades que prestam *Outros serviços de saúde* (25,6%). Nas *Associações de moradores*, o aumento foi de 20,0%; nos *Centros e associações comunitárias*, 13,5%; e nas *Associações profissionais*, 19,5% (Tabela 39). Em que pese estes aumentos, o valor médio das remunerações, em salários mínimos, nas FASFIL (3,3) estava muito próximo da média nacional (3,2).

Nas entidades do grupo *Assistência social*, houve uma elevação de 7,8% nas remunerações nos anos recentes. Este resultado, no entanto, é decorrente de um aumento no período de 2006 a 2008, pois, nos dois anos seguintes, verificou-se uma estabilização na remuneração desses profissionais.

Entre os ocupados com remunerações mais altas, acima de R\$ 2 000,00 mensais em 2010, os movimentos no período foram distintos. Nas entidades de *Cultura e arte e Educação superior*, houve queda nas remunerações da ordem de 5,1%, e 1,1%, respectivamente. Por outro lado, nas *Associações empresariais e patronais* e nas entidades de *Estudos e pesquisas*, as remunerações elevaram-se em 8,7% e 15,0%, respectivamente.

¹⁹ Os salários de 2006 e 2008 foram deflacionados para o ano de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

²⁰ Os ganhos de remuneração nas entidades de *Habitação* (49,3%) devem ser considerados com muitas reservas. Estas entidades ocupavam, em 2010, apenas 181 funcionários que auferiam, em média, 2 salários mínimos mensais (abaixo da média nacional).

Tabela 37 - Número médio de pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número médio do pessoal ocupado assalariado		
	Total		Variação percentual 2006/2010 (%)
	2006	2010	
Total	6,9	7,3	6,6
Habituação	1,6	2,0	23,7
Habituação	1,6	2,0	23,7
Saúde	81,5	95,3	17,0
Hospitais	189,3	224,8	18,8
Outros serviços de saúde	20,0	24,4	21,9
Cultura e recreação	4,1	4,3	3,3
Cultura e arte	4,0	4,0	(-) 0,3
Esportes e recreação	4,2	4,4	5,0
Educação e pesquisa	32,1	31,9	(-) 0,8
Educação infantil	11,3	9,6	(-) 15,6
Ensino fundamental	29,1	27,1	(-) 7,1
Ensino médio	31,4	35,7	13,8
Educação superior	117,1	118,7	1,4
Estudos e pesquisas	18,2	23,4	28,3
Educação profissional	34,7	32,5	(-) 6,4
Outras formas de educação/ensino	19,3	23,3	20,7
Assistência social	8,9	10,2	15,4
Assistência social	8,9	10,2	15,4
Religião	1,8	1,8	3,8
Religião	1,8	1,8	3,8
Associações patronais e profissionais	2,3	2,5	12,1
Associações empresariais e patronais	4,7	4,7	0,0
Associações profissionais	4,3	4,8	11,3
Associações de produtores rurais	0,4	0,4	9,4
Meio ambiente e proteção animal	4,1	4,6	12,1
Meio ambiente e proteção animal	4,1	4,6	12,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	2,1	2,8	32,3
Associação de moradores	0,9	1,0	9,8
Centros e associações comunitárias	1,6	1,7	7,4
Desenvolvimento rural	2,9	3,7	27,8
Emprego e treinamento	14,5	26,7	83,7
Defesa de direitos de grupos e minorias	2,9	3,6	22,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	9,6	16,3	69,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	6,4	4,7	(-) 25,9
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	6,4	4,7	(-) 25,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Tabela 38 - Evolução do salário médio mensal e variação percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo o grupo da classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

Grupo da classificação das entidades sem fins lucrativos	Evolução				
	Salário médio mensal (R\$)			Variação percentual (%)	
	2006	2008	2010	2006/2010	2008/2010
Total	1 569,53	1 601,22	1 667,05	6,2	4,1
Habituação	733,21	1 283,52	1 553,63	111,9	21,0
Saúde	1 478,86	1 544,77	1 701,93	15,1	10,2
Cultura e recreação	1 620,79	1 697,63	1 778,51	9,7	4,8
Educação e pesquisa	2 065,44	2 022,20	2 026,61	(-) 1,9	0,2
Assistência social	1 139,44	1 227,35	1 228,19	7,8	0,1
Religião	1 030,26	1 078,09	1 107,57	7,5	2,7
Associações patronais e profissionais	1 458,22	1 605,18	1 703,01	16,8	6,1
Meio ambiente e proteção animal	1 557,07	1 620,44	1 561,69	0,3	(-) 3,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 349,35	1 287,92	1 506,50	11,6	17,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 462,16	1 558,04	1 638,42	12,1	5,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Nota: Os salários de 2006 e 2008 foram deflacionados para o ano de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

Chama a atenção a dinâmica das remunerações nas entidades de *Ensino fundamental* e *Educação infantil*, que foram os dois subgrupos que, proporcionalmente, mais cresceram no período. No *Ensino fundamental*, houve queda de 4,4% nas remunerações e na *Educação infantil*, redução de 0,8%. Vale mencionar que a remuneração dos ocupados nesta última é a mais baixa de todas.

Tabela 39 - Salários e outras remunerações, salário médio mensal e variação percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salários e outras remunerações 2010 (1 000 R\$)	Salário médio mensal			Variação percentual (%)	
		2006	2008	2010	2006/2010	2008/2010
Total	46 233 126,94	1 569,53	1 601,22	1 667,05	6,2	4,1
Habituação	10 915,39	733,21	1 283,52	1 553,63	111,9	21,0
Habituação	10 915,39	733,21	1 283,52	1 553,63	111,9	21,0
Saúde	12 406 348,78	1 478,86	1 544,77	1 701,93	15,1	10,2
Hospitais	10 281 524,09	1 491,56	1 539,08	1 688,16	13,2	9,7
Outros serviços de saúde	2 124 824,69	1 411,26	1 575,52	1 771,86	25,6	12,5
Cultura e recreação	3 694 938,33	1 620,79	1 697,63	1 778,51	9,7	4,8
Cultura e arte	1 509 776,29	2 466,97	2 362,95	2 340,37	(-) 5,1	(-) 1,0
Esportes e recreação	2 185 162,04	1 255,03	1 388,93	1 525,47	21,5	9,8
Educação e pesquisa	15 060 912,96	2 065,44	2 022,20	2 026,61	(-) 1,9	0,2
Educação infantil	275 436,14	965,57	857,72	957,52	(-) 0,8	11,6
Ensino fundamental	2 838 662,89	1 822,87	1 810,19	1 741,97	(-) 4,4	(-) 3,8
Ensino médio	1 704 604,89	1 669,94	1 676,74	1 672,18	0,1	(-) 0,3
Educação superior	5 886 115,11	2 720,24	2 613,34	2 689,59	(-) 1,1	2,9
Estudos e pesquisas	1 296 173,40	1 803,95	1 931,32	2 074,40	15,0	7,4
Educação profissional	324 759,59	1 947,87	1 364,69	1 416,35	(-) 27,3	3,8
Outras formas de educação/ensino	2 735 160,95	1 744,46	1 809,23	1 883,27	8,0	4,1
Assistência social	5 054 764,75	1 139,44	1 227,35	1 228,19	7,8	0,1
Assistência social	5 054 764,75	1 139,44	1 227,35	1 228,19	7,8	0,1
Religião	2 157 513,38	1 030,26	1 078,09	1 107,57	7,5	2,7
Religião	2 157 513,38	1 030,26	1 078,09	1 107,57	7,5	2,7
Associações patronais e profissionais	2 510 879,99	1 458,22	1 605,18	1 703,01	16,8	6,1
Associações empresariais e patronais	565 870,96	1 870,63	1 900,50	2 032,86	8,7	7,0
Associações profissionais	1 774 206,43	1 386,39	1 567,95	1 656,77	19,5	5,7
Associações de produtores rurais	170 802,60	1 133,79	1 238,46	1 364,99	20,4	10,2
Meio ambiente e proteção animal	219 851,43	1 557,07	1 620,44	1 561,69	0,3	(-) 3,6
Meio ambiente e proteção animal	219 851,43	1 557,07	1 620,44	1 561,69	0,3	(-) 3,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 355 179,06	1 349,35	1 287,92	1 506,50	11,6	17,0
Associação de moradores	185 284,72	852,28	960,99	1 022,86	20,0	6,4
Centros e associações comunitárias	644 356,86	1 257,01	1 373,79	1 426,90	13,5	3,9
Desenvolvimento rural	144 556,77	2 271,72	1 956,88	1 941,62	(-) 14,5	(-) 0,8
Emprego e treinamento	165 728,97	1 215,61	1 026,74	982,61	(-) 19,2	(-) 4,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	388 878,41	1 264,96	927,22	1 539,36	21,69	66,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	826 373,33	1 694,09	1 765,24	1 900,22	12,2	7,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 761 822,86	1 462,16	1 558,04	1 638,42	12,1	5,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 761 822,86	1 462,16	1 558,04	1 638,42	12,1	5,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2006/2010.

Nota: Os salários de 2006 e 2008 foram deflacionados para o ano de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

Conclusões

No CEMPRES 2010, constam como entidades privadas sem fins lucrativos um total de 556,8 mil unidades com características e propósitos totalmente distintos. Nesta categoria, estão incluídos, por exemplo, cartórios, partidos políticos, condomínios e entidades religiosas ou de defesa de direitos de minorias. **Para separar um conjunto de entidades com uma identidade própria e um pouco mais homogênea, foram utilizados os seguintes critérios: organizações privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias.** A partir destes critérios, foram identificadas 290,7 mil FASFIL. Um resumo dos principais resultados extraídos do estudo dessas entidades é apresentado a seguir.

Em 2010, as 290,7 mil FASFIL representavam 5,2% do total de entidades públicas e privadas existentes em todo o País. Elas empregavam 4,9% dos trabalhadores brasileiros, o que representa um contingente de 2,1 milhões de pessoas que ganhavam, em média, R\$ 1 667,05 mensais. Este valor equivalia a 3,3 salários mínimos daquele ano, semelhante à média das remunerações de todas as organizações cadastradas no CEMPRES (3,2 salários mínimos).

Uma análise geral das atividades desenvolvidas por essas instituições revela sua enorme diversidade, entre as quais se destacam as entidades voltadas à defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,1%) e as religiosas (28,5%). Atuando nas áreas tradicionais de políticas públicas de *Saúde, Educação e pesquisa e Assistência social* encontram-se apenas 18,6% dessas entidades.

A distribuição do total das FASFIL no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população, mas são grandes as diferenças de atuação em cada Grande Região. No Sudeste, concentram-se as entidades de *Religião* (57,4%), *Saúde* (53,4%), *Assistência social* (47,7%) e *Cultura e recreação* (43,3%). Na Região Nordeste, estão concentradas as entidades de Desenvolvimento e defesa de direitos (37,7%).

A idade média das FASFIL é de 14,4 anos e grande parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. No grupo de entidades mais antigas, criadas antes dos anos 1980, predominam as entidades de *Religião* (39,5%) e *Cultura e recreação* (19,6%). Entre as mais novas, criadas nos primeiros dez anos deste milênio, destacam-se as entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,6%) e, novamente, as de *Religião*, num patamar bem mais reduzido (27,0%).

O porte médio das FASFIL é de 7,3 trabalhadores por instituição. Destaca-se da análise que 72,2% delas não possui sequer um empregado formalizado e, em 1,2% das entidades, estão concentrados 63,3% do pessoal assalariado. A análise por Grande Região e por finalidade também evidencia diferenças significativas. No Sudeste, a média de ocupados assalariados é de 9,6 pessoas por entidade, ao passo que no Nordeste é de 4,5. Enquanto os *Hospitais* empregam uma média de 224,8 pessoas, no grupo de *Desenvolvimento e defesa de direitos*, por exemplo, a média é de 1 pessoa nas *Associações de moradores*.

Pela primeira vez o estudo das FASFIL traz informações sobre pessoas assalariadas segundo gênero e nível escolaridade. Os resultados evidenciam uma forte predominância das mulheres, bem acima do que é observado para o total de trabalhadores das organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, cadastradas no CEMPRES. Nas FASFIL, as mulheres representam 62,9% dos assalariados, enquanto no conjunto

das organizações cadastradas no CEMPRES esse percentual é de 42,1%. A presença de ocupados com nível de escolaridade superior é também mais elevada nas FASFIL: 33,0% dos assalariados dessas entidades, ou seja, quase o dobro do observado no conjunto dos ocupados no total das organizações do CEMPRES (16,6%).

A participação das mulheres e dos ocupados de nível superior varia entre as Grandes Regiões e as diversas finalidades das entidades, o que mostra, mais uma vez, que as distinções entre as FASFIL são evidentes e se manifestam sob diversos ângulos de análise. É preciso cuidado, pois, ao fazer generalizações a respeito dessas entidades, pois, apesar de reunidas com base em critérios específicos, ainda representam um universo multifacetado.

A diferença nas remunerações entre homens e mulheres nas FASFIL (1,0 salário mínimo) é próxima àquela observada no conjunto de trabalhadores das organizações do CEMPRES (0,7 salário mínimo). A remuneração média mensal dos homens nas FASFIL é de 3,9 salários mínimos e a das mulheres, 2,9 salários mínimos.

Em relação às diferenças nas remunerações médias entre ocupados com níveis de escolaridade distintos, observa-se que nas FASFIL os assalariados com nível superior recebem 5,8 salários mínimos, valor bem menor do que o auferido pelos ocupados nas organizações do CEMPRES (7,6 salários mínimos). O nível de escolaridade tem uma forte influência nas remunerações dos assalariados. Nas FASFIL, o salário médio dos ocupados sem nível superior é de 2,0 salários mínimos e, entre o total de ocupados das organizações do CEMPRES, é de 2,3 salários mínimos. Mais uma vez, cabe observar que essas diferenças não são homogêneas entre as diversas entidades e regiões do País.

De 2006 a 2010, o crescimento das FASFIL no Brasil foi da ordem de 8,8%. Este aumento, porém, foi bem inferior ao observado em períodos anteriores e à média de crescimento de todos os demais grupos de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, existentes no CEMPRES (19,7 %).

O ritmo de crescimento das FASFIL, no entanto, não foi homogêneo. Por tipo de atividade desenvolvida, destacaram-se os subgrupos de *Educação infantil* e *Educação profissional*, com incrementos de 43,4% e 17,7%, respectivamente. As entidades de *Religião* cresceram 15,6%, um percentual também superior à média nacional (8,8%). Por localização, foram as entidades sediadas nas Regiões Norte e Centro-Oeste que mais cresceram: 14,6% e 12,6%, respectivamente.

No período de 2006 a 2010, foram criados 292,6 mil novos empregos nas FASFIL. Esse crescimento de 15,9% de empregos foi maior do que o registrado no número de entidades (8,8%). Como consequência, se observa uma elevação no número médio de empregados por organização, o que representa uma tendência contrária àquela observada no período imediatamente anterior. Em 2006, a média de ocupados por entidade era de 6,9 pessoas, elevando-se para 7,3 pessoas em 2010. No período de 1996 a 2005, a média de ocupados por entidade havia caído de 9,7 pessoas para 5,1 pessoas.

O crescimento do emprego formal ocorreu em paralelo a um ganho na remuneração dos trabalhadores das FASFIL: os salários mensais, em 2006, eram de R\$ 1 569,53 e elevaram-se para R\$ 1 667,05 em 2010 (em valores correntes de 2010). Vale registrar que esse aumento de 6,2% na remuneração dos trabalhadores do setor aconteceu principalmente nos dois últimos anos (2008/2010), com um aumento de 4,1% após um longo período de salários praticamente inalterados ou com elevações de 2,1%.

Resumindo, a análise da evolução das FASFIL, de 2006 a 2010, indica que essas instituições continuam crescendo no Brasil, ainda que em um ritmo bem menos acelerado do que em períodos anteriores, especialmente entre o final dos anos 1990 e os primeiros dois anos do milênio, quando se observou uma grande expansão do setor. Não obstante, essa desaceleração já havia sido observada no estudo anterior das FASFIL, com ano de referência 2005. Resultado oposto foi observado em relação ao número de trabalhadores, que reverteu uma tendência de queda e deu início à recuperação de postos de trabalho formal nas entidades. Isso ocorreu em paralelo a um aumento das remunerações, sobretudo nos dois últimos anos analisados. Os dados sinalizam, ainda, que o crescimento diferenciado entre os diversos tipos de entidades não se refletiu em uma mudança na sua composição, mantendo-se a representatividade mais expressiva do conjunto de instituições voltado para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos.

Várias indagações surgem da análise dessas informações. Os resultados desse novo estudo induzem a diversas questões sobre o universo das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no País. Que fatores determinaram mudanças tão significativas na dinâmica de crescimento dessas entidades? Qual o impacto do crescimento dos quadros funcionais sobre a abrangência e a qualidade das ações realizadas? Como a elevação nas remunerações refletiu-se no fortalecimento das entidades? Sem dúvida, estudos mais detalhados são necessários para que se possa entender os processos internos e externos a esse universo de entidades. Outras instituições governamentais e não governamentais poderão desenvolver investigações e reflexões decorrentes com base nas informações ora fornecidas.

O grupo que produziu este trabalho, formado pelo IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, que, nesta edição, contou com a colaboração da Secretaria-Geral da Presidência da República, pretende continuar desenvolvendo novos estudos. As entidades sem fins lucrativos constituem um universo importante de atores, que exercem um papel fundamental na democracia brasileira e na vida dos seus cidadãos e que merecem, portanto, ser acompanhado, melhor conhecido e analisado.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)
Total	290 692	2 128 007	46 233 127	3,3
Sem pessoal ocupado	210 019	-	152 346	2,1
De 1 a 2	32 228	43 157	520 294	1,7
De 3 a 4	11 645	39 719	515 301	1,9
De 5 a 9	12 388	82 128	1 157 201	2,1
De 10 a 49	17 340	376 284	5 902 207	2,3
De 50 a 99	3 459	239 522	4 525 995	2,8
De 100 a 499	2 975	601 830	13 676 160	3,5
500 e mais	638	745 367	19 783 622	4,1
Fundações privadas	7 664	330 658	8 888 065	4,1
Sem pessoal ocupado	3 632	-	12 792	2,8
De 1 a 2	938	1 313	21 609	2,0
De 3 a 4	484	1 666	27 187	2,4
De 5 a 9	611	4 119	74 608	2,5
De 10 a 49	1 166	25 849	531 613	3,0
De 50 a 99	301	20 525	497 504	3,7
De 100 a 499	391	89 051	2 492 418	4,2
500 e mais	141	188 135	5 230 334	4,3
Associações sem fins lucrativos	283 028	1 797 349	37 345 062	3,1
Sem pessoal ocupado	206 387	-	139 554	2,1
De 1 a 2	31 290	41 844	498 685	1,7
De 3 a 4	11 161	38 053	488 115	1,9
De 5 a 9	11 777	78 009	1 082 592	2,0
De 10 a 49	16 174	350 435	5 370 594	2,3
De 50 a 99	3 158	218 997	4 028 491	2,7
De 100 a 499	2 584	512 779	11 183 742	3,3
500 e mais	497	557 232	14 553 288	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 2 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as classificações das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)
Total	290 692	2 128 007	46 233 127	3,3
Habitação	292	578	10 915	3,1
Habitação	292	578	10915	3,1
Saúde	6 029	574 474	12 406 349	3,3
Hospitais	2 132	479 366	10 281 524	3,3
Outros serviços de saúde	3 897	95 108	2 124 825	3,5
Cultura e recreação	36 921	157 641	3 694 938	3,5
Cultura e arte	11 995	48 283	1 509 776	4,6
Esportes e recreação	24 926	109 358	2 185 162	3,0
Educação e pesquisa	17 664	562 684	15 060 913	4,0
Educação infantil	2 193	20 981	275 436	1,9
Ensino fundamental	4 475	121 168	2 838 663	3,4
Ensino médio	2 107	75 269	1 704 605	3,3
Educação superior	1 395	165 618	5 886 115	5,3
Estudos e pesquisas	2 059	48 184	1 296 173	4,1
Educação profissional	531	17 243	324 760	2,8
Outras formas de educação/ensino	4 904	114 221	2 735 161	3,7
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765	2,4
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765	2,4
Religião	82 853	150 552	2 157 513	2,2
Religião	82 853	150 552	2 157 513	2,2
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	44 939	113 897	2 510 880	3,3
Associações empresariais e patronais	4 559	21 430	565 871	4,0
Associações profissionais	17 450	82 986	1 774 206	3,3
Associações de produtores rurais	22 930	9 481	170 803	2,7
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851	3,1
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851	3,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	120 410	2 355 179	3,0
Associação de moradores	13 101	13 486	185 285	2,0
Centros e associações comunitárias	20 071	34 594	644 357	2,8
Desenvolvimento rural	1 522	5 703	144 557	3,8
Emprego e treinamento	507	13 522	165 729	1,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	18 440	388 878	3,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	34 665	826 373	3,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	126 704	2 761 823	3,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	126 704	2 761 823	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 3 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo o tipo de entidade e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continua)

Tipo de entidade e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)
Total	290 692	2 128 007	46 233 127	3,3
Fundações Privadas				
Total	7 664	330 658	8 888 065	4,1
Habitação	5	34	415	1,9
Habitação	5	34	415	1,9
Saúde	648	115 147	2 629 600	3,6
Hospitais	288	93 996	2 119 044	3,6
Outros serviços de saúde	360	21 151	510 556	3,9
Cultura e recreação	803	9 625	275 424	4,2
Cultura e arte	639	8 978	263 534	4,3
Esportes e recreação	164	647	11 890	2,8
Educação e pesquisa	1 758	140 101	4 154 252	4,4
Educação infantil	85	922	18 784	2,9
Ensino fundamental	501	22 414	574 127	3,7
Ensino médio	92	6 672	199 226	4,4
Educação superior	400	64 883	2 377 380	5,5
Estudos e pesquisas	286	30 703	755 176	3,7
Educação profissional	108	2 381	57 148	3,5
Outras formas de educação/ensino	286	12 126	172 411	2,3
Assistência social	1 043	21 689	620 083	4,3
Assistência social	1 043	21 689	620 083	4,3
Religião	1 653	6 396	137 967	3,3
Religião	1 653	6 396	137 967	3,3
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	218	2 260	38 269	2,6
Associações empresariais e patronais	55	780	11 396	2,4
Associações profissionais	126	981	17 834	2,8
Associações de produtores rurais	37	499	9 038	2,8
Meio ambiente e proteção animal	139	2 151	70 799	4,0
Meio ambiente e proteção animal	139	2 151	70 799	4,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	322	16 986	548 404	5,3
Associação de moradores	22	6	76	1,5
Centros e associações comunitárias	98	2 382	118 522	7,8
Desenvolvimento rural	20	280	5 581	3,0
Emprego e treinamento	9	252	16 840	7,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	34	355	20 906	8,7
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	139	13 711	386 477	4,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 075	16 269	412 852	3,8
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 075	16 269	412 852	3,8

Tabela 3 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo tipo de entidade e classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(conclusão)				
Tipo de entidade e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salário mínimo)
Associações sem Fins Lucrativos				
Total	283 028	1 797 349	37 345 062	3,1
Habitação	287	544	10 500	3,1
Habitação	287	544	10 500	3,1
Saúde	5 381	459 327	9 776 749	3,3
Hospitais	1 844	385 370	8 162 481	3,3
Outros serviços de saúde	3 537	73 957	1 614 268	3,4
Cultura e recreação	36 118	148 016	3 419 514	3,4
Cultura e arte	11 356	39 305	1 246 243	4,7
Esportes e recreação	24 762	108 711	2 173 272	3,0
Educação e pesquisa	15 906	422 583	10 906 660	3,8
Educação infantil	2 108	20 059	256 652	1,8
Ensino fundamental	3 974	98 754	2 264 536	3,3
Ensino médio	2 015	68 597	1 505 379	3,2
Educação superior	995	100 735	3 508 735	5,2
Estudos e pesquisas	1 773	17 481	540 997	4,8
Educação profissional	423	14 862	267 612	2,7
Outras formas de educação/ensino	4 618	102 095	2 562 749	3,9
Assistência social	29 371	289 041	4 434 682	2,3
Assistência social	29 371	289 041	4 434 682	2,3
Religião	81 200	144 156	2 019 546	2,1
Religião	81 200	144 156	2 019 546	2,1
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	44 721	111 637	2 472 611	3,4
Associações empresariais e patronais	4 504	20 650	554 475	4,0
Associações profissionais	17 324	82 005	1 756 372	3,3
Associações de produtores rurais	22 893	8 982	161 764	2,7
Meio ambiente e proteção animal	2 103	8 186	149 052	2,8
Meio ambiente e proteção animal	2 103	8 186	149 052	2,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 141	103 424	1 806 775	2,6
Associação de moradores	13 079	13 480	185 208	2,0
Centros e associações comunitárias	19 973	32 212	525 835	2,5
Desenvolvimento rural	1 502	5 423	138 976	3,9
Emprego e treinamento	498	13 270	148 889	1,8
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 095	18 085	367 972	2,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 994	20 954	439 896	3,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	25 800	110 435	2 348 971	3,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	25 800	110 435	2 348 971	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Total	290 692	2 128 007	46 233 127
Sem pessoal ocupado	210 019	-	152 346
De 1 a 2	32 228	43 157	520 294
De 3 a 4	11 645	39 719	515 301
De 5 a 9	12 388	82 128	1 157 201
De 10 a 49	17 340	376 284	5 902 207
De 50 a 99	3 459	239 522	4 525 995
De 100 a 499	2 975	601 830	13 676 160
500 e mais	638	745 367	19 783 622
Habitação	292	578	10 915
Sem pessoal ocupado	231	-	208
De 1 a 2	21	30	594
De 3 a 4	12	x	x
De 5 a 9	13	80	878
De 10 a 49	13	283	2 487
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Habitação	292	578	10 915
Sem pessoal ocupado	231	-	208
De 1 a 2	21	30	594
De 3 a 4	12	x	x
De 5 a 9	13	80	878
De 10 a 49	13	283	2 487
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	6 029	574 474	12 406 349
Sem pessoal ocupado	2 095	-	38 494
De 1 a 2	661	903	15 342
De 3 a 4	276	942	14 943
De 5 a 9	406	2 738	42 203
De 10 a 49	1 173	28 839	440 987
De 50 a 99	445	31 484	488 495
De 100 a 499	691	160 224	2 752 779
500 e mais	282	349 344	8 613 105
Hospitais	2 132	479 366	10 281 524
Sem pessoal ocupado	281	-	14 527
De 1 a 2	72	99	3 022
De 3 a 4	45	156	3 281
De 5 a 9	51	354	5 471
De 10 a 49	541	14 930	215 252
De 50 a 99	321	22 996	352 877
De 100 a 499	569	134 743	2 271 135
500 e mais	252	306 088	7 415 959
Outros serviços de saúde	3 897	95 108	2 124 825
Sem pessoal ocupado	1 814	-	23 966
De 1 a 2	589	804	12 320
De 3 a 4	231	786	11 663
De 5 a 9	355	2 384	36 732
De 10 a 49	632	13 909	225 735
De 50 a 99	124	8 488	135 618
De 100 a 499	122	25 481	481 644
500 e mais	30	43 256	1 197 147

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Cultura e recreação	36 921	157 641	3 694 938
Sem pessoal ocupado	26 792	-	18 817
De 1 a 2	4 560	6 086	64 471
De 3 a 4	1 551	5 266	58 025
De 5 a 9	1 555	10 214	129 474
De 10 a 49	1 871	39 419	601 847
De 50 a 99	321	22 412	402 383
De 100 a 499	249	48 284	1 296 912
500 e mais	22	25 960	1 123 008
Cultura e arte	11 995	48 283	1 509 776
Sem pessoal ocupado	9 794	-	10 393
De 1 a 2	931	1 255	15 616
De 3 a 4	307	1 044	14 212
De 5 a 9	360	2 381	40 230
De 10 a 49	448	9 235	211 665
De 50 a 99	81	5 615	136 960
De 100 a 499	64	11 400	328 393
500 e mais	10	17 353	752 307
Esportes e recreação	24 926	109 358	2 185 162
Sem pessoal ocupado	16 998	-	8 424
De 1 a 2	3 629	4 831	48 855
De 3 a 4	1 244	4 222	43 814
De 5 a 9	1 195	7 833	89 244
De 10 a 49	1 423	30 184	390 182
De 50 a 99	240	16 797	265 423
De 100 a 499	185	36 884	968 519
500 e mais	12	8 607	370 701
Educação e pesquisa	17 664	562 684	15 060 913
Sem pessoal ocupado	8 319	-	14 327
De 1 a 2	1 352	1 861	42 971
De 3 a 4	691	2 404	39 032
De 5 a 9	1 246	8 484	151 005
De 10 a 49	3 623	88 398	1 587 516
De 50 a 99	1 231	85 982	1 809 086
De 100 a 499	1 034	199 389	5 531 914
500 e mais	168	176 166	5 885 062
Educação infantil	2 193	20 981	275 436
Sem pessoal ocupado	1 118	-	1 224
De 1 a 2	96	144	2 558
De 3 a 4	87	298	3 816
De 5 a 9	205	1 437	16 412
De 10 a 49	624	12 669	147 158
De 50 a 99	42	2 826	43 375
De 100 a 499	21	3 607	60 894
500 e mais	-	-	-
Ensino fundamental	4 475	121 168	2 838 663
Sem pessoal ocupado	2 176	-	3 058
De 1 a 2	347	486	10 602
De 3 a 4	185	646	8 372
De 5 a 9	352	2 373	35 730
De 10 a 49	869	20 335	296 289
De 50 a 99	289	19 858	374 755
De 100 a 499	214	42 040	1 076 785
500 e mais	43	35 430	1 033 071

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Educação e pesquisa			
Ensino médio	2 107	75 269	1 704 605
Sem pessoal ocupado	967	-	2 073
De 1 a 2	76	107	4 069
De 3 a 4	49	171	2 216
De 5 a 9	65	457	8 066
De 10 a 49	400	12 754	177 566
De 50 a 99	330	23 086	412 723
De 100 a 499	216	36 418	1 041 396
500 e mais	4	2 276	56 496
Educação superior	1 395	165 618	5 886 115
Sem pessoal ocupado	407	-	2 260
De 1 a 2	77	107	2 357
De 3 a 4	50	170	3 074
De 5 a 9	87	587	12 206
De 10 a 49	290	7 799	159 281
De 50 a 99	144	10 457	240 073
De 100 a 499	266	59 646	1 772 874
500 e mais	74	86 852	3 693 991
Estudos e pesquisas	2 059	48 184	1 296 173
Sem pessoal ocupado	1 250	-	2 606
De 1 a 2	315	412	12 757
De 3 a 4	91	313	8 221
De 5 a 9	103	685	19 270
De 10 a 49	181	4 103	116 395
De 50 a 99	50	3 485	95 306
De 100 a 499	49	11 027	398 159
500 e mais	20	28 159	643 460
Educação profissional	531	17 243	324 760
Sem pessoal ocupado	222	-	504
De 1 a 2	55	74	1 096
De 3 a 4	25	86	1 420
De 5 a 9	37	233	4 529
De 10 a 49	104	2 544	45 692
De 50 a 99	49	3 452	73 432
De 100 a 499	32	5 655	111 982
500 e mais	7	5 199	86 106
Outras formas de educação/ensino	4 904	114 221	2 735 161
Sem pessoal ocupado	2 179	-	2 602
De 1 a 2	386	531	9 533
De 3 a 4	204	720	11 914
De 5 a 9	397	2 712	54 792
De 10 a 49	1 155	28 194	645 135
De 50 a 99	327	22 818	569 423
De 100 a 499	236	40 996	1 069 824
500 e mais	20	18 250	371 939
Assistência social			
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765
Sem pessoal ocupado	17 983	-	18 739
De 1 a 2	2 905	3 895	51 781
De 3 a 4	1 340	4 650	61 937
De 5 a 9	2 402	16 450	217 640
De 10 a 49	4 636	98 713	1 335 480
De 50 a 99	681	46 108	807 686
De 100 a 499	410	78 266	1 477 351
500 e mais	57	62 648	1 084 150
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765
Sem pessoal ocupado	17 983	-	18 739
De 1 a 2	2 905	3 895	51 781
De 3 a 4	1 340	4 650	61 937
De 5 a 9	2 402	16 450	217 640
De 10 a 49	4 636	98 713	1 335 480
De 50 a 99	681	46 108	807 686
De 100 a 499	410	78 266	1 477 351
500 e mais	57	62 648	1 084 150

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Religião	82 853	150 552	2 157 513
Sem pessoal ocupado	61 040	-	14 971
De 1 a 2	12 083	16 302	137 680
De 3 a 4	4 233	14 355	135 414
De 5 a 9	3 055	19 658	209 381
De 10 a 49	2 044	39 806	534 031
De 50 a 99	228	15 533	228 049
De 100 a 499	154	29 750	647 600
500 e mais	16	15 148	250 388
Religião	82 853	150 552	2 157 513
Sem pessoal ocupado	61 040	-	14 971
De 1 a 2	12 083	16 302	137 680
De 3 a 4	4 233	14 355	135 414
De 5 a 9	3 055	19 658	209 381
De 10 a 49	2 044	39 806	534 031
De 50 a 99	228	15 533	228 049
De 100 a 499	154	29 750	647 600
500 e mais	16	15 148	250 388
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	44 939	113 897	2 510 880
Sem pessoal ocupado	34 030	-	8 199
De 1 a 2	5 901	7 859	105 966
De 3 a 4	1 811	6 114	102 972
De 5 a 9	1 656	10 699	192 451
De 10 a 49	1 269	24 532	468 291
De 50 a 99	164	11 120	241 924
De 100 a 499	89	18 115	429 141
500 e mais	19	35 458	961 936
Associações empresariais e patronais	4 559	21 430	565 871
Sem pessoal ocupado	1 636	-	2 428
De 1 a 2	1 504	2 089	35 507
De 3 a 4	516	1 750	37 040
De 5 a 9	508	3 285	71 478
De 10 a 49	345	6 253	152 697
De 50 a 99	35	2 418	74 609
De 100 a 499	13	x	x
500 e mais	2	x	x
Associações profissionais	17 450	82 986	1 774 206
Sem pessoal ocupado	11 272	-	3 498
De 1 a 2	3 295	4 340	53 682
De 3 a 4	1 006	3 397	50 685
De 5 a 9	891	5 737	96 403
De 10 a 49	784	15 754	274 254
De 50 a 99	116	7 853	152 604
De 100 a 499	70	14 773	314 736
500 e mais	16	31 132	828 344
Associações de produtores rurais	22 930	9 481	170 803
Sem pessoal ocupado	21 122	-	2 273
De 1 a 2	1 102	1 430	16 777
De 3 a 4	289	967	15 247
De 5 a 9	257	1 677	24 571
De 10 a 49	140	2 525	41 339
De 50 a 99	13	849	14 711
De 100 a 499	6	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851
Sem pessoal ocupado	1 707	-	1 124
De 1 a 2	244	321	5 583
De 3 a 4	79	x	x
De 5 a 9	93	621	12 344
De 10 a 49	91	1 796	46 910
De 50 a 99	13	x	x
De 100 a 499	10	1 797	30 547
500 e mais	5	4 571	85 476
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851
Sem pessoal ocupado	1 707	-	1 124
De 1 a 2	244	321	5 583
De 3 a 4	79	x	x
De 5 a 9	93	621	12 344
De 10 a 49	91	1 796	46 910
De 50 a 99	13	x	x
De 100 a 499	10	1 797	30 547
500 e mais	5	4 571	85 476
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	120 410	2 355 179
Sem pessoal ocupado	36 614	-	16 888
De 1 a 2	2 403	3 161	44 777
De 3 a 4	850	2 905	51 753
De 5 a 9	1 005	6 731	96 398
De 10 a 49	1 269	25 816	402 585
De 50 a 99	146	9 938	159 531
De 100 a 499	140	28 239	540 326
500 e mais	36	43 620	1 042 921
Associação de moradores	13 101	13 486	185 285
Sem pessoal ocupado	11 715	-	4 140
De 1 a 2	582	737	8 737
De 3 a 4	219	755	8 766
De 5 a 9	267	1 766	18 501
De 10 a 49	283	5 432	75 849
De 50 a 99	23	1 420	20 117
De 100 a 499	10	x	x
500 e mais	2	x	x
Centros e associações comunitárias	20 071	34 594	644 357
Sem pessoal ocupado	18 004	-	3 974
De 1 a 2	798	1 074	13 719
De 3 a 4	286	982	11 868
De 5 a 9	357	2 401	28 210
De 10 a 49	536	10 915	142 399
De 50 a 99	45	3 184	46 092
De 100 a 499	38	7 053	159 775
500 e mais	7	8 985	238 320
Desenvolvimento rural	1 522	5 703	144 557
Sem pessoal ocupado	1 297	-	646
De 1 a 2	78	97	1 503
De 3 a 4	26	84	1 369
De 5 a 9	44	312	3 997
De 10 a 49	62	1 213	19 918
De 50 a 99	7	550	10 264
De 100 a 499	6	x	x
500 e mais	2	x	x

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Desenvolvimento e defesa de direitos			
Emprego e treinamento	507	13 522	165 729
Sem pessoal ocupado	294	-	63
De 1 a 2	63	88	1 475
De 3 a 4	28	93	9 328
De 5 a 9	28	187	4 018
De 10 a 49	31	753	8 963
De 50 a 99	22	1 483	15 817
De 100 a 499	36	7 097	89 758
500 e mais	5	3 821	36 306
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	18 440	388 878
Sem pessoal ocupado	3 974	-	5 836
De 1 a 2	594	775	9 205
De 3 a 4	167	575	7 832
De 5 a 9	162	1 100	16 265
De 10 a 49	177	3 865	72 150
De 50 a 99	28	1 867	32 933
De 100 a 499	20	4 082	102 048
500 e mais	7	6 176	142 609
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	34 665	826 373
Sem pessoal ocupado	1 330	-	2 228
De 1 a 2	288	390	10 139
De 3 a 4	124	416	12 589
De 5 a 9	147	965	25 407
De 10 a 49	180	3 638	83 306
De 50 a 99	21	1 434	34 308
De 100 a 499	30	7 013	145 247
500 e mais	13	20 809	513 151
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	126 704	2 761 823
Sem pessoal ocupado	21 208	-	20 579
De 1 a 2	2 098	2 739	51 129
De 3 a 4	802	2 773	45 692
De 5 a 9	957	6 453	105 427
De 10 a 49	1 351	28 682	482 073
De 50 a 99	228	15 839	349 758
De 100 a 499	198	37 766	969 590
500 e mais	33	32 452	737 576
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	126 704	2 761 823
Sem pessoal ocupado	21 208	-	20 579
De 1 a 2	2 098	2 739	51 129
De 3 a 4	802	2 773	45 692
De 5 a 9	957	6 453	105 427
De 10 a 49	1 351	28 682	482 073
De 50 a 99	228	15 839	349 758
De 100 a 499	198	37 766	969 590
500 e mais	33	32 452	737 576

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Total	290 692	2 128 007	46 233 127
Até 1970	9 558	604 951	14 379 539
1971 a 1980	27 270	401 545	8 377 926
1981 a 1990	45 132	306 441	5 600 105
1991 a 2000	90 079	419 406	9 740 437
2001 a 2005	58 388	218 690	4 516 523
2006	11 869	36 575	720 974
2007	11 551	33 987	733 281
2008	11 464	53 840	1 209 085
2009	13 726	34 579	723 592
2010	11 655	17 993	231 665
Habitação	292	578	10 915
Até 1970	4	2	92
1971 a 1980	15	98	5 460
1981 a 1990	91	74	1 048
1991 a 2000	85	215	2 414
2001 a 2005	41	90	742
2006	9	23	470
2007	13	13	150
2008	14	21	236
2009	6	8	137
2010	14	34	165
Habitação	292	578	10 915
Até 1970	4	2	92
1971 a 1980	15	98	5 460
1981 a 1990	91	74	1 048
1991 a 2000	85	215	2 414
2001 a 2005	41	90	742
2006	9	23	470
2007	13	13	150
2008	14	21	236
2009	6	8	137
2010	14	34	165
Saúde	6 029	574 474	12 406 349
Até 1970	987	279 967	5 850 552
1971 a 1980	735	74 068	1 411 712
1981 a 1990	878	55 079	1 081 219
1991 a 2000	1 366	66 398	1 793 302
2001 a 2005	886	35 540	828 131
2006	225	9 601	195 448
2007	229	7 048	190 072
2008	275	22 503	586 520
2009	245	14 800	339 987
2010	203	9 470	129 406
Hospitais	2 132	479 366	10 281 524
Até 1970	754	262 415	5 447 589
1971 a 1980	377	63 813	1 254 494
1981 a 1990	306	39 799	744 927
1991 a 2000	293	43 343	1 193 856
2001 a 2005	157	26 062	627 145
2006	50	7 406	158 472
2007	33	2 365	48 256
2008	60	17 707	481 118
2009	58	10 441	251 835
2010	44	6 015	73 831
Outros serviços de saúde	3 897	95 108	2 124 825
Até 1970	233	17 552	402 963
1971 a 1980	358	10 255	157 218
1981 a 1990	572	15 280	336 291
1991 a 2000	1 073	23 055	599 445
2001 a 2005	729	9 478	200 986
2006	175	2 195	36 976
2007	196	4 683	141 816
2008	215	4 796	105 401
2009	187	4 359	88 152
2010	159	3 455	55 575

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Cultura e recreação	36 921	157 641	3 694 938
Até 1970	1 824	62 163	1 706 022
1971 a 1980	5 377	39 833	935 376
1981 a 1990	7 411	26 844	459 888
1991 a 2000	9 100	15 338	319 721
2001 a 2005	6 365	9 397	204 591
2006	1 273	1 546	26 784
2007	1 279	1 118	16 682
2008	1 372	720	12 450
2009	1 479	386	6 605
2010	1 441	296	6 818
Cultura e arte	11 995	48 283	1 509 776
Até 1970	312	17 761	716 662
1971 a 1980	870	10 445	339 292
1981 a 1990	1 778	5 688	116 813
1991 a 2000	3 409	7 392	169 042
2001 a 2005	2 923	5 682	143 736
2006	545	522	9 831
2007	497	342	6 338
2008	552	122	2 382
2009	567	229	4 855
2010	542	100	826
Esportes e recreação	24 926	109 358	2 185 162
Até 1970	1 512	44 402	989 360
1971 a 1980	4 507	29 388	596 084
1981 a 1990	5 633	21 156	343 075
1991 a 2000	5 691	7 946	150 680
2001 a 2005	3 442	3 715	60 855
2006	728	1 024	16 954
2007	782	776	10 344
2008	820	598	10 068
2009	912	157	1 751
2010	899	196	5 993
Educação e pesquisa	17 664	562 684	15 060 913
Até 1970	962	114 728	3 804 944
1971 a 1980	1 541	111 101	3 093 486
1981 a 1990	1 833	64 477	1 380 636
1991 a 2000	5 813	154 239	3 880 879
2001 a 2005	3 779	76 286	1 860 149
2006	762	10 382	264 136
2007	703	10 044	266 701
2008	681	10 657	263 861
2009	1 039	7 914	200 826
2010	551	2 856	45 295
Educação infantil	2 193	20 981	275 436
Até 1970	76	1 826	23 269
1971 a 1980	173	3 396	50 633
1981 a 1990	344	4 801	56 912
1991 a 2000	558	5 998	78 162
2001 a 2005	390	3 018	38 459
2006	94	457	6 448
2007	69	402	5 072
2008	107	431	6 462
2009	302	514	9 128
2010	80	138	890

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Ensino fundamental	4 475	121 168	2 838 663
Até 1970	313	25 980	716 273
1971 a 1980	447	33 681	837 010
1981 a 1990	512	15 460	290 066
1991 a 2000	1 466	24 151	519 557
2001 a 2005	904	13 343	285 612
2006	187	2 579	48 222
2007	175	1 686	30 576
2008	155	2 441	74 941
2009	185	1 451	33 422
2010	131	396	2 984
Ensino médio	2 107	75 269	1 704 605
Até 1970	311	28 139	715 992
1971 a 1980	415	20 871	432 702
1981 a 1990	244	6 854	137 020
1991 a 2000	692	9 747	219 983
2001 a 2005	214	5 767	123 608
2006	32	915	17 786
2007	44	945	18 851
2008	25	1 254	26 914
2009	106	278	5 050
2010	24	499	6 699
Educação superior	1 395	165 618	5 886 115
Até 1970	104	48 251	2 125 655
1971 a 1980	111	29 256	1 242 836
1981 a 1990	119	19 115	495 903
1991 a 2000	305	24 220	736 486
2001 a 2005	412	30 323	803 569
2006	99	3 061	117 196
2007	62	3 732	139 924
2008	68	3 020	95 589
2009	54	4 116	123 430
2010	61	524	5 527
Estudos e pesquisas	2 059	48 184	1 296 173
Até 1970	33	2 792	76 610
1971 a 1980	125	12 010	323 492
1981 a 1990	272	11 482	289 183
1991 a 2000	600	12 498	295 943
2001 a 2005	557	6 951	238 697
2006	106	1 152	31 853
2007	90	277	4 181
2008	95	271	7 186
2009	98	113	4 524
2010	83	638	24 504
Educação profissional	531	17 243	324 760
Até 1970	36	2 912	57 713
1971 a 1980	57	5 277	102 735
1981 a 1990	47	1 653	31 017
1991 a 2000	155	3 753	67 920
2001 a 2005	95	943	16 343
2006	31	547	8 216
2007	33	1 078	22 352
2008	23	423	6 499
2009	29	549	11 035
2010	25	108	930

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Outras formas de educação/ensino	4 904	114 221	2 735 161
Até 1970	89	4 828	89 431
1971 a 1980	213	6 610	104 079
1981 a 1990	295	5 112	80 534
1991 a 2000	2 037	73 872	1 962 828
2001 a 2005	1 207	15 941	353 862
2006	213	1 671	34 415
2007	230	1 924	45 745
2008	208	2 817	46 269
2009	265	893	14 237
2010	147	553	3 761
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765
Até 1970	1 651	75 945	1 360 615
1971 a 1980	3 457	71 709	1 102 828
1981 a 1990	5 629	56 700	820 041
1991 a 2000	9 394	54 952	958 248
2001 a 2005	5 585	31 407	509 739
2006	972	3 434	47 522
2007	1 005	5 634	75 633
2008	924	6 252	129 319
2009	901	2 047	23 911
2010	896	2 650	26 908
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765
Até 1970	1 651	75 945	1 360 615
1971 a 1980	3 457	71 709	1 102 828
1981 a 1990	5 629	56 700	820 041
1991 a 2000	9 394	54 952	958 248
2001 a 2005	5 585	31 407	509 739
2006	972	3 434	47 522
2007	1 005	5 634	75 633
2008	924	6 252	129 319
2009	901	2 047	23 911
2010	896	2 650	26 908
Religião	82 853	150 552	2 157 513
Até 1970	2 700	30 055	549 244
1971 a 1980	11 830	42 033	558 066
1981 a 1990	14 357	28 979	371 170
1991 a 2000	21 947	29 443	416 892
2001 a 2005	14 255	11 528	161 694
2006	2 865	1 994	30 523
2007	3 006	2 387	34 965
2008	3 437	1 869	17 195
2009	4 157	1 899	15 620
2010	4 299	365	2 143
Religião	82 853	150 552	2 157 513
Até 1970	2 700	30 055	549 244
1971 a 1980	11 830	42 033	558 066
1981 a 1990	14 357	28 979	371 170
1991 a 2000	21 947	29 443	416 892
2001 a 2005	14 255	11 528	161 694
2006	2 865	1 994	30 523
2007	3 006	2 387	34 965
2008	3 437	1 869	17 195
2009	4 157	1 899	15 620
2010	4 299	365	2 143

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	44 939	113 897	2 510 880
Até 1970	671	13 763	392 256
1971 a 1980	2 258	23 285	413 037
1981 a 1990	5 602	25 651	650 799
1991 a 2000	16 710	28 995	694 777
2001 a 2005	11 087	11 495	172 387
2006	1 968	1 830	26 437
2007	1 793	2 341	39 261
2008	1 639	3 352	79 940
2009	1 705	2 206	33 202
2010	1 506	979	8 784
Associações empresariais e patronais	4 559	21 430	565 871
Até 1970	219	4 564	138 784
1971 a 1980	503	3 996	127 839
1981 a 1990	780	3 403	65 516
1991 a 2000	1 239	6 462	171 781
2001 a 2005	918	1 847	38 701
2006	178	184	3 791
2007	180	292	9 292
2008	171	378	5 692
2009	223	196	2 736
2010	148	108	1 738
Associações profissionais	17 450	82 986	1 774 206
Até 1970	367	8 200	232 035
1971 a 1980	1 436	17 537	251 858
1981 a 1990	3 037	19 147	521 494
1991 a 2000	5 810	20 599	493 976
2001 a 2005	3 562	8 313	115 271
2006	612	1 539	21 311
2007	633	1 968	28 240
2008	655	2 926	73 416
2009	698	1 970	30 004
2010	640	787	6 601
Associações de produtores rurais	22 930	9 481	170 803
Até 1970	85	999	21 436
1971 a 1980	319	1 752	33 340
1981 a 1990	1 785	3 101	63 789
1991 a 2000	9 661	1 934	29 020
2001 a 2005	6 607	1 335	18 415
2006	1 178	107	1 334
2007	980	81	1 729
2008	813	48	833
2009	784	40	462
2010	718	84	445
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851
Até 1970	14	52	717
1971 a 1980	57	1 027	40 005
1981 a 1990	178	686	15 683
1991 a 2000	644	2 713	63 702
2001 a 2005	748	4 270	80 654
2006	128	1 101	7 350
2007	118	194	4 927
2008	114	113	3 589
2009	115	141	2 555
2010	126	40	670

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851
Até 1970	14	52	717
1971 a 1980	57	1 027	40 005
1981 a 1990	178	686	15 683
1991 a 2000	644	2 713	63 702
2001 a 2005	748	4 270	80 654
2006	128	1 101	7 350
2007	118	194	4 927
2008	114	113	3 589
2009	115	141	2 555
2010	126	40	670
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	120 410	2 355 179
Até 1970	236	9 120	232 389
1971 a 1980	808	17 889	369 079
1981 a 1990	6 921	30 120	516 007
1991 a 2000	17 870	31 617	684 876
2001 a 2005	9 750	19 121	331 200
2006	1 590	2 894	48 872
2007	1 439	2 333	60 743
2008	1 259	5 069	69 074
2009	1 383	1 724	37 257
2010	1 207	523	5 681
Associação de moradores	13 101	13 486	185 285
Até 1970	16	23	275
1971 a 1980	144	807	9 976
1981 a 1990	2 670	6 157	91 374
1991 a 2000	5 413	4 022	56 390
2001 a 2005	2 837	1 570	17 675
2006	432	255	3 074
2007	422	297	3 406
2008	363	142	1 282
2009	441	163	1 640
2010	363	50	192
Centros e associações comunitárias	20 071	34 594	644 357
Até 1970	63	2 006	40 849
1971 a 1980	362	5 587	97 105
1981 a 1990	3 220	8 270	123 664
1991 a 2000	9 257	10 496	254 565
2001 a 2005	4 239	6 284	104 127
2006	731	991	13 874
2007	608	245	3 441
2008	570	223	2 220
2009	548	248	2 930
2010	473	244	1 583
Desenvolvimento rural	1 522	5 703	144 557
Até 1970	29	2 745	101 664
1971 a 1980	33	287	5 399
1981 a 1990	169	805	12 495
1991 a 2000	587	596	9 027
2001 a 2005	390	1 161	14 707
2006	78	34	465
2007	87	42	367
2008	57	20	231
2009	45	4	97
2010	47	9	104

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Emprego e treinamento	507	13 522	165 729
Até 1970	6	1 921	41 416
1971 a 1980	32	2 318	20 357
1981 a 1990	46	4 847	36 784
1991 a 2000	156	3 096	45 076
2001 a 2005	170	994	11 386
2006	18	278	9 947
2007	19	35	513
2008	8	-	-
2009	19	26	224
2010	33	7	26
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	18 440	388 878
Até 1970	102	1 720	28 769
1971 a 1980	180	1 747	38 116
1981 a 1990	627	6 492	143 602
1991 a 2000	1 918	3 937	63 752
2001 a 2005	1 287	2 502	60 110
2006	239	232	2 868
2007	190	1 104	38 925
2008	176	69	1 177
2009	204	588	11 246
2010	206	49	314
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	34 665	826 373
Até 1970	20	705	19 416
1971 a 1980	57	7 143	198 126
1981 a 1990	189	3 549	108 088
1991 a 2000	539	9 470	256 066
2001 a 2005	827	6 610	123 195
2006	92	1 104	18 644
2007	113	610	14 092
2008	85	4 615	64 164
2009	126	695	21 120
2010	85	164	3 462
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 875	126 704	2 761 823
Até 1970	509	19 156	482 708
1971 a 1980	1 192	20 502	448 876
1981 a 1990	2 232	17 831	303 615
1991 a 2000	7 150	35 496	925 624
2001 a 2005	5 892	19 556	367 236
2006	2 077	3 770	73 432
2007	1 966	2 875	44 146
2008	1 749	3 284	46 901
2009	2 696	3 454	63 490
2010	1 412	780	5 794
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	126 704	2 761 823
Até 1970	509	19 156	482 708
1971 a 1980	1 192	20 502	448 876
1981 a 1990	2 232	17 831	303 615
1991 a 2000	7 150	35 496	925 624
2001 a 2005	5 892	19 556	367 236
2006	2 077	3 770	73 432
2007	1 966	2 875	44 146
2008	1 749	3 284	46 901
2009	2 696	3 454	63 490
2010	1 412	780	5 794

Tabela 6 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Unidades locais		Pessoal ocupado assalariado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	290 692	100,0	2 128 007	100,0	46 233 127	100,0
Norte	14 128	4,9	71 264	3,3	1 372 470	3,0
Rondônia	2 373	0,8	8 160	0,4	158 605	0,3
Acre	738	0,3	5 074	0,2	91 127	0,2
Amazonas	2 360	0,8	19 139	0,9	437 645	0,9
Roraima	332	0,1	1 372	0,1	24 743	0,1
Pará	6 187	2,1	28 659	1,3	512 261	1,1
Amapá	391	0,1	3 266	0,2	50 655	0,1
Tocantins	1 747	0,6	5 594	0,3	97 434	0,2
Nordeste	66 529	22,9	296 345	13,9	5 033 043	10,9
Maranhão	6 648	2,3	20 584	1,0	412 483	0,9
Piauí	4 276	1,5	11 788	0,6	160 049	0,3
Ceará	13 002	4,5	61 109	2,9	902 819	2,0
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	17 191	0,8	240 727	0,5
Paraíba	5 628	1,9	13 187	0,6	210 303	0,5
Pernambuco	8 933	3,1	52 987	2,5	939 990	2,0
Alagoas	2 282	0,8	19 211	0,9	259 760	0,6
Sergipe	2 782	1,0	16 305	0,8	317 663	0,7
Bahia	18 825	6,5	83 983	3,9	1 589 248	3,4
Sudeste	128 619	44,2	1 237 021	58,1	28 744 616	62,2
Minas Gerais	36 759	12,6	242 243	11,4	4 351 014	9,4
Espírito Santo	6 393	2,2	35 420	1,7	733 245	1,6
Rio de Janeiro	25 881	8,9	210 688	9,9	4 986 562	10,8
São Paulo	59 586	20,5	748 670	35,2	18 673 794	40,4
Sul	62 633	21,5	385 960	18,1	8 130 982	17,6
Paraná	20 739	7,1	133 580	6,3	2 434 360	5,3
Santa Catarina	16 517	5,7	79 487	3,7	1 653 563	3,6
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	172 893	8,1	4 043 059	8,7
Centro-Oeste	18 783	6,5	137 417	6,5	2 952 016	6,4
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	26 523	1,2	403 976	0,9
Mato Grosso	4 070	1,4	19 107	0,9	312 402	0,7
Goiás	6 609	2,3	42 317	2,0	756 518	1,6
Distrito Federal	4 371	1,5	49 470	2,3	1 479 120	3,2

Tabela 7 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por tipo de entidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Unidades locais		Pessoal ocupado assalariado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Fundações Privadas						
Total	7 664	100,0	330 658	100,0	8 888 065	100,0
Norte	327	4,3	8 837	2,7	225 946	2,5
Rondônia	57	0,7	282	0,1	4 320	0,0
Acre	20	0,3	220	0,1	4 323	0,0
Amazonas	72	0,9	4 855	1,5	139 410	1,6
Roraima	15	0,2	99	0,0	2 532	0,0
Pará	106	1,4	2 662	0,8	58 623	0,7
Amapá	15	0,2	85	0,0	2 447	0,0
Tocantins	42	0,5	634	0,2	14 291	0,2
Nordeste	1 788	23,3	51 532	15,6	1 045 610	11,8
Maranhão	128	1,7	3 711	1,1	60 382	0,7
Piauí	162	2,1	1 421	0,4	21 294	0,2
Ceará	260	3,4	5 914	1,8	131 843	1,5
Rio Grande do Norte	119	1,6	1 471	0,4	28 313	0,3
Paraíba	129	1,7	2 474	0,7	44 548	0,5
Pernambuco	199	2,6	7 655	2,3	135 208	1,5
Alagoas	288	3,8	4 057	1,2	79 787	0,9
Sergipe	58	0,8	9 222	2,8	206 643	2,3
Bahia	445	5,8	15 607	4,7	337 592	3,8
Sudeste	3 483	45,4	198 129	59,9	5 702 451	64,2
Minas Gerais	1 210	15,8	60 368	18,3	1 314 233	14,8
Espírito Santo	176	2,3	4 297	1,3	91 611	1,0
Rio de Janeiro	660	8,6	31 603	9,6	1 042 527	11,7
São Paulo	1 437	18,8	101 861	30,8	3 254 080	36,6
Sul	1 477	19,3	56 650	17,1	1 604 584	18,1
Paraná	431	5,6	9 365	2,8	187 623	2,1
Santa Catarina	395	5,2	18 824	5,7	576 466	6,5
Rio Grande do Sul	651	8,5	28 461	8,6	840 495	9,5
Centro-Oeste	589	7,7	15 510	4,7	309 473	3,5
Mato Grosso do Sul	102	1,3	1 590	0,5	28 856	0,3
Mato Grosso	116	1,5	2 045	0,6	35 093	0,4
Goiás	223	2,9	7 997	2,4	100 458	1,1
Distrito Federal	148	1,9	3 878	1,2	145 067	1,6

Tabela 7 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por tipo de entidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Unidades locais		Pessoal ocupado assalariado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Associações sem Fins Lucrativos						
Total	283 028	100,0	1 797 349	100,0	37 345 062	100,0
Norte	13 801	4,9	62 427	3,5	1 146 524	3,1
Rondônia	2 316	0,8	7 878	0,4	154 285	0,4
Acre	718	0,3	4 854	0,3	86 804	0,2
Amazonas	2 288	0,8	14 284	0,8	298 234	0,8
Roraima	317	0,1	1 273	0,1	22 211	0,1
Pará	6 081	2,1	25 997	1,4	453 638	1,2
Amapá	376	0,1	3 181	0,2	48 208	0,1
Tocantins	1 705	0,6	4 960	0,3	83 143	0,2
Nordeste	64 741	22,9	244 813	13,6	3 987 433	10,7
Maranhão	6 520	2,3	16 873	0,9	352 102	0,9
Piauí	4 114	1,5	10 367	0,6	138 755	0,4
Ceará	12 742	4,5	55 195	3,1	770 976	2,1
Rio Grande do Norte	4 034	1,4	15 720	0,9	212 414	0,6
Paraíba	5 499	1,9	10 713	0,6	165 755	0,4
Pernambuco	8 734	3,1	45 332	2,5	804 782	2,2
Alagoas	1 994	0,7	15 154	0,8	179 973	0,5
Sergipe	2 724	1,0	7 083	0,4	111 020	0,3
Bahia	18 380	6,5	68 376	3,8	1 251 656	3,4
Sudeste	125 136	44,2	1 038 892	57,8	23 042 164	61,7
Minas Gerais	35 549	12,6	181 875	10,1	3 036 781	8,1
Espírito Santo	6 217	2,2	31 123	1,7	641 634	1,7
Rio de Janeiro	25 221	8,9	179 085	10,0	3 944 035	10,6
São Paulo	58 149	20,5	646 809	36,0	15 419 714	41,3
Sul	61 156	21,6	329 310	18,3	6 526 398	17,5
Paraná	20 308	7,2	124 215	6,9	2 246 737	6,0
Santa Catarina	16 122	5,7	60 663	3,4	1 077 096	2,9
Rio Grande do Sul	24 726	8,7	144 432	8,0	3 202 564	8,6
Centro-Oeste	18 194	6,4	121 907	6,8	2 642 543	7,1
Mato Grosso do Sul	3 631	1,3	24 933	1,4	375 121	1,0
Mato Grosso	3 954	1,4	17 062	0,9	277 309	0,7
Goiás	6 386	2,3	34 320	1,9	656 060	1,8
Distrito Federal	4 223	1,5	45 592	2,5	1 334 053	3,6

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Brasil	290 692	2 128 007	46 233 127
Norte	14 128	71 264	1 372 470
Rondônia	2 373	8 160	158 605
Habituação	1	x	x
Habituação	1	x	x
Saúde	18	656	8 625
Hospitais	2	x	x
Outros serviços de saúde	16	x	x
Cultura e recreação	189	183	1 812
Cultura e arte	40	29	244
Esportes e recreação	149	154	1 568
Educação e pesquisa	121	3 261	65 489
Educação infantil	10	71	727
Ensino fundamental	35	527	11 920
Ensino médio	20	279	4 281
Educação superior	11	827	13 943
Estudos e pesquisas	13	544	14 976
Educação profissional	3	8	71
Outras formas de educação/ensino	29	1 005	19 572
Assistência social	144	259	3 036
Assistência social	144	259	3 036
Religião	691	1 201	13 385
Religião	691	1 201	13 385
Associações patronais e profissionais	825	1 608	40 182
Associações empresariais e patronais	37	93	1 293
Associações profissionais	204	192	2 208
Associações de produtores rurais	584	1 323	36 681
Meio ambiente e proteção animal	15	x	x
Meio ambiente e proteção animal	15	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	135	584	15 742
Associação de moradores	35	9	158
Centros e associações comunitárias	47	389	13 521
Desenvolvimento rural	13	10	105
Emprego e treinamento	5	95	710
Defesa de direitos de grupos e minorias	25	53	409
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	10	28	838
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	234	383	9 990
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	234	383	9 990
Acre	738	5 074	91 127
Habituação	1	x	x
Habituação	1	x	x
Saúde	18	x	x
Hospitais	8	x	x
Outros serviços de saúde	10	1	10
Cultura e recreação	37	227	2 559
Cultura e arte	5	27	888
Esportes e recreação	32	200	1 671
Educação e pesquisa	43	880	18 805
Educação infantil	5	6	162
Ensino fundamental	7	39	1 697
Ensino médio	3	253	3 293
Educação superior	7	139	2 234
Estudos e pesquisas	3	x	x
Educação profissional	2	x	x
Outras formas de educação/ensino	16	433	11 109
Assistência social	36	2 508	51 292
Assistência social	36	2 508	51 292
Religião	214	381	3 776
Religião	214	381	3 776
Associações patronais e profissionais	272	150	1 335
Associações empresariais e patronais	5	2	18
Associações profissionais	80	144	1 280
Associações de produtores rurais	187	4	37
Meio ambiente e proteção animal	5	-	-
Meio ambiente e proteção animal	5	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	30	114	1 496
Associação de moradores	6	-	-
Centros e associações comunitárias	6	-	-
Desenvolvimento rural	10	-	-
Emprego e treinamento	1	x	x
Defesa de direitos de grupos e minorias	4	-	-
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	3	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	82	42	1 063
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	82	42	1 063

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Amazonas	2 360	19 139	437 645
Habitação	2	x	x
Habitação	2	x	x
Saúde	27	1 524	24 921
Hospitais	5	1 278	18 146
Outros serviços de saúde	22	246	6 775
Cultura e recreação	200	761	20 474
Cultura e arte	72	434	14 612
Esportes e recreação	128	327	5 862
Educação e pesquisa	204	7 807	223 629
Educação infantil	4	26	425
Ensino fundamental	66	1 023	13 856
Ensino médio	48	808	17 940
Educação superior	12	1 545	42 025
Estudos e pesquisas	25	1 913	90 658
Educação profissional	4	1 181	23 736
Outras formas de educação/ensino	45	1 311	34 988
Assistência social	117	1 554	22 048
Assistência social	117	1 554	22 048
Religião	697	2 484	33 420
Religião	697	2 484	33 420
Associações patronais e profissionais	476	700	10 724
Associações empresariais e patronais	18	111	1 929
Associações profissionais	197	583	8 738
Associações de produtores rurais	261	6	58
Meio ambiente e proteção animal	23	x	x
Meio ambiente e proteção animal	23	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	347	845	17 212
Associação de moradores	49	6	73
Centros e associações comunitárias	232	267	8 065
Desenvolvimento rural	8	x	x
Emprego e treinamento	2	x	x
Defesa de direitos de grupos e minorias	36	17	173
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	20	190	6 379
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	267	3 136	77 767
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	267	3 136	77 767
Roraima	332	1 372	24 743
Habitação	-	-	-
Habitação	-	-	-
Saúde	1	x	x
Hospitais	-	-	-
Outros serviços de saúde	1	x	x
Cultura e recreação	38	25	243
Cultura e arte	18	1	12
Esportes e recreação	20	24	231
Educação e pesquisa	21	941	18 426
Educação infantil	5	208	3 467
Ensino fundamental	4	59	651
Ensino médio	1	x	x
Educação superior	1	x	x
Estudos e pesquisas	1	x	x
Educação profissional	-	-	-
Outras formas de educação/ensino	9	664	14 111
Assistência social	18	120	2 376
Assistência social	18	120	2 376
Religião	95	145	1 405
Religião	95	145	1 405
Associações patronais e profissionais	84	36	482
Associações empresariais e patronais	7	4	77
Associações profissionais	28	28	349
Associações de produtores rurais	49	4	57
Meio ambiente e proteção animal	2	x	x
Meio ambiente e proteção animal	2	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	25	56	1 099
Associação de moradores	8	-	-
Centros e associações comunitárias	3	3	22
Desenvolvimento rural	1	x	x
Emprego e treinamento	2	x	x
Defesa de direitos de grupos e minorias	9	9	371
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	48	49	712
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	48	49	712

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pará	6 187	28 659	512 261
Habitação	-	-	-
Habitação	-	-	-
Saúde	67	8 594	157 538
Hospitais	31	6 833	133 631
Outros serviços de saúde	36	1 761	23 907
Cultura e recreação	554	2 268	31 585
Cultura e arte	189	230	4 676
Esportes e recreação	365	2 038	26 909
Educação e pesquisa	329	7 697	159 403
Educação infantil	23	181	2 482
Ensino fundamental	93	3 105	67 597
Ensino médio	78	756	12 263
Educação superior	19	652	11 183
Estudos e pesquisas	23	1 808	39 872
Educação profissional	9	78	1 295
Outras formas de educação/ensino	84	1 117	24 710
Assistência social	392	2 192	35 588
Assistência social	392	2 192	35 588
Religião	1 458	3 011	34 495
Religião	1 458	3 011	34 495
Associações patronais e profissionais	1 678	934	13 117
Associações empresariais e patronais	63	140	1 681
Associações profissionais	581	674	9 865
Associações de produtores rurais	1 034	120	1 571
Meio ambiente e proteção animal	59	217	7 166
Meio ambiente e proteção animal	59	217	7 166
Desenvolvimento e defesa de direitos	808	1 093	19 045
Associação de moradores	283	76	642
Centros e associações comunitárias	341	352	8 154
Desenvolvimento rural	39	9	341
Emprego e treinamento	4	143	1 033
Defesa de direitos de grupos e minorias	101	301	5 580
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	40	212	3 294
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	842	2 653	54 325
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	842	2 653	54 325
Amapá	391	3 266	50 655
Habitação	-	-	-
Habitação	-	-	-
Saúde	6	746	11 571
Hospitais	3	744	11 559
Outros serviços de saúde	3	2	12
Cultura e recreação	38	649	10 293
Cultura e arte	10	328	6 925
Esportes e recreação	28	321	3 368
Educação e pesquisa	32	855	16 632
Educação infantil	2	x	x
Ensino fundamental	13	51	649
Ensino médio	2	x	x
Educação superior	6	440	8 543
Estudos e pesquisas	1	x	x
Educação profissional	1	x	x
Outras formas de educação/ensino	7	343	7 225
Assistência social	26	124	2 262
Assistência social	26	124	2 262
Religião	143	409	3 891
Religião	143	409	3 891
Associações patronais e profissionais	54	68	923
Associações empresariais e patronais	7	23	251
Associações profissionais	27	35	603
Associações de produtores rurais	20	10	69
Meio ambiente e proteção animal	4	12	25
Meio ambiente e proteção animal	4	12	25
Desenvolvimento e defesa de direitos	30	90	1 043
Associação de moradores	7	6	39
Centros e associações comunitárias	12	8	30
Desenvolvimento rural	1	x	x
Emprego e treinamento	3	66	574
Defesa de direitos de grupos e minorias	6	7	247
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	58	313	4 014
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	58	313	4 014

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Tocantins	1 747	5 594	97 434
Habituação	2	x	x
Habituação	2	x	x
Saúde	10	x	x
Hospitais	2	x	x
Outros serviços de saúde	8	22	249
Cultura e recreação	127	182	1 864
Cultura e arte	36	58	719
Esportes e recreação	91	124	1 145
Educação e pesquisa	140	2 144	46 510
Educação infantil	12	19	185
Ensino fundamental	65	532	9 209
Ensino médio	10	155	2 447
Educação superior	6	544	11 757
Estudos e pesquisas	8	131	3 206
Educação profissional	5	171	2 770
Outras formas de educação/ensino	34	592	16 935
Assistência social	163	1 444	19 144
Assistência social	163	1 444	19 144
Religião	504	567	4 640
Religião	504	567	4 640
Associações patronais e profissionais	414	332	4 028
Associações empresariais e patronais	29	69	915
Associações profissionais	167	233	2 599
Associações de produtores rurais	218	30	514
Meio ambiente e proteção animal	12	4	97
Meio ambiente e proteção animal	12	4	97
Desenvolvimento e defesa de direitos	157	583	16 640
Associação de moradores	32	-	-
Centros e associações comunitárias	81	447	15 513
Desenvolvimento rural	13	1	5
Emprego e treinamento	2	x	x
Defesa de direitos de grupos e minorias	22	56	310
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	7	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	218	81	1 073
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	218	81	1 073
Nordeste	66 529	296 345	5 033 043
Maranhão	6 648	20 584	412 483
Habituação	2	x	x
Habituação	2	x	x
Saúde	47	3 555	81 892
Hospitais	14	3 347	79 044
Outros serviços de saúde	33	208	2 848
Cultura e recreação	490	561	6 607
Cultura e arte	280	177	2 987
Esportes e recreação	210	384	3 621
Educação e pesquisa	282	4 704	105 065
Educação infantil	61	283	2 993
Ensino fundamental	96	869	11 270
Ensino médio	23	433	7 810
Educação superior	17	1 733	58 447
Estudos e pesquisas	10	29	646
Educação profissional	5	8	176
Outras formas de educação/ensino	70	1 349	23 723
Assistência social	442	3 435	54 850
Assistência social	442	3 435	54 850
Religião	1 079	1 729	18 513
Religião	1 079	1 729	18 513
Associações patronais e profissionais	1 970	561	8 221
Associações empresariais e patronais	29	99	1 258
Associações profissionais	401	364	5 535
Associações de produtores rurais	1 540	98	1 429
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 532	2 822	87 521
Associação de moradores	769	9	72
Centros e associações comunitárias	415	84	1 000
Desenvolvimento rural	50	887	8 138
Emprego e treinamento	6	169	8 121
Defesa de direitos de grupos e minorias	264	55	1 477
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	28	1 618	68 713
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	780	1 329	22 996
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	780	1 329	22 996

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Piauí	4 276	11 788	160 049
Habitação	1	x	x
Habitação	1	x	x
Saúde	27	464	6 992
Hospitais	8	187	1 980
Outros serviços de saúde	19	277	5 013
Cultura e recreação	267	502	4 820
Cultura e arte	114	237	2 428
Esportes e recreação	153	265	2 392
Educação e pesquisa	163	2 637	40 541
Educação infantil	9	47	396
Ensino fundamental	51	706	10 825
Ensino médio	36	134	1 996
Educação superior	8	403	5 457
Estudos e pesquisas	9	14	90
Educação profissional	4	65	750
Outras formas de educação/ensino	46	1 268	21 027
Assistência social	193	3 946	48 373
Assistência social	193	3 946	48 373
Religião	629	613	5 664
Religião	629	613	5 664
Associações patronais e profissionais	1 460	290	3 408
Associações empresariais e patronais	25	42	482
Associações profissionais	414	222	2 672
Associações de produtores rurais	1 021	26	255
Meio ambiente e proteção animal	16	x	x
Meio ambiente e proteção animal	16	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 099	1 621	20 394
Associação de moradores	426	819	7 542
Centros e associações comunitárias	526	32	203
Desenvolvimento rural	35	25	314
Emprego e treinamento	4	251	1 023
Defesa de direitos de grupos e minorias	70	77	4 921
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	38	417	6 391
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	421	1 711	29 734
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	421	1 711	29 734
Ceará	13 002	61 109	902 819
Habitação	26	11	426
Habitação	26	11	426
Saúde	165	11 202	175 184
Hospitais	53	8 981	150 490
Outros serviços de saúde	112	2 221	24 694
Cultura e recreação	907	2 099	28 895
Cultura e arte	375	324	4 709
Esportes e recreação	532	1 775	24 186
Educação e pesquisa	812	14 365	276 652
Educação infantil	82	163	1 644
Ensino fundamental	238	1 346	16 452
Ensino médio	127	4 036	53 089
Educação superior	32	3 864	114 994
Estudos e pesquisas	63	1 064	14 296
Educação profissional	26	1 566	26 458
Outras formas de educação/ensino	244	2 326	49 719
Assistência social	792	7 316	89 947
Assistência social	792	7 316	89 947
Religião	1 878	4 439	42 275
Religião	1 878	4 439	42 275
Associações patronais e profissionais	2 431	2 716	49 118
Associações empresariais e patronais	126	292	4 444
Associações profissionais	932	2 279	42 253
Associações de produtores rurais	1 373	145	2 421
Meio ambiente e proteção animal	61	961	3 396
Meio ambiente e proteção animal	61	961	3 396
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 663	9 023	116 506
Associação de moradores	1 073	558	5 464
Centros e associações comunitárias	2 995	825	10 037
Desenvolvimento rural	171	163	2 331
Emprego e treinamento	13	242	2 426
Defesa de direitos de grupos e minorias	302	147	1 765
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	109	7 088	94 481
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 267	8 977	120 421
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 267	8 977	120 421

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Norte	4 153	17 191	240 727
Habituação	4	8	31
Habituação	4	8	31
Saúde	86	4 549	53 948
Hospitais	25	2 138	27 650
Outros serviços de saúde	61	2 411	26 298
Cultura e recreação	316	606	6 910
Cultura e arte	115	84	811
Esportes e recreação	201	522	6 099
Educação e pesquisa	173	4 808	96 222
Educação infantil	14	166	1 947
Ensino fundamental	40	595	9 578
Ensino médio	38	1 283	18 612
Educação superior	9	x	x
Estudos e pesquisas	21	915	21 239
Educação profissional	1	x	x
Outras formas de educação/ensino	50	1 448	36 984
Assistência social	357	3 313	36 204
Assistência social	357	3 313	36 204
Religião	794	1 160	10 150
Religião	794	1 160	10 150
Associações patronais e profissionais	900	596	8 963
Associações empresariais e patronais	72	208	4 285
Associações profissionais	340	305	3 650
Associações de produtores rurais	488	83	1 028
Meio ambiente e proteção animal	12	3	42
Meio ambiente e proteção animal	12	3	42
Desenvolvimento e defesa de direitos	940	545	6 634
Associação de moradores	87	65	639
Centros e associações comunitárias	610	203	2 074
Desenvolvimento rural	94	69	1 173
Emprego e treinamento	4	55	397
Defesa de direitos de grupos e minorias	99	23	191
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	46	130	2 160
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	571	1 603	21 622
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	571	1 603	21 622
Paraíba	5 628	13 187	210 303
Habituação	3	-	-
Habituação	3	-	-
Saúde	58	2 002	28 347
Hospitais	15	1 701	25 235
Outros serviços de saúde	43	301	3 112
Cultura e recreação	385	537	5 940
Cultura e arte	178	103	1 607
Esportes e recreação	207	434	4 333
Educação e pesquisa	261	4 412	94 041
Educação infantil	22	3	37
Ensino fundamental	58	1 144	41 931
Ensino médio	41	1 163	15 312
Educação superior	18	507	8 917
Estudos e pesquisas	17	162	1 681
Educação profissional	8	241	2 922
Outras formas de educação/ensino	97	1 192	23 241
Assistência social	359	2 380	32 102
Assistência social	359	2 380	32 102
Religião	1 007	1 381	13 002
Religião	1 007	1 381	13 002
Associações patronais e profissionais	1 699	931	12 343
Associações empresariais e patronais	58	104	1 339
Associações profissionais	354	804	10 650
Associações de produtores rurais	1 287	23	353
Meio ambiente e proteção animal	16	-	-
Meio ambiente e proteção animal	16	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 227	689	8 277
Associação de moradores	228	12	84
Centros e associações comunitárias	702	89	781
Desenvolvimento rural	159	29	860
Emprego e treinamento	10	185	1 907
Defesa de direitos de grupos e minorias	99	43	572
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	29	331	4 073
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	613	855	16 251
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	613	855	16 251

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pernambuco	8 933	52 987	939 990
Habitação	3	45	188
Habitação	3	45	188
Saúde	147	16 377	280 707
Hospitais	44	15 141	262 126
Outros serviços de saúde	103	1 236	18 581
Cultura e recreação	887	2 623	38 016
Cultura e arte	463	612	8 846
Esportes e recreação	424	2 011	29 169
Educação e pesquisa	652	15 818	349 968
Educação infantil	42	260	2 077
Ensino fundamental	209	3 114	58 443
Ensino médio	63	3 849	66 284
Educação superior	44	4 057	118 942
Estudos e pesquisas	107	952	33 376
Educação profissional	10	69	780
Outras formas de educação/ensino	177	3 517	70 065
Assistência social	701	6 043	88 394
Assistência social	701	6 043	88 394
Religião	1 730	4 014	43 789
Religião	1 730	4 014	43 789
Associações patronais e profissionais	2 156	2 868	41 875
Associações empresariais e patronais	102	336	5 565
Associações profissionais	498	2 281	34 211
Associações de produtores rurais	1 556	251	2 099
Meio ambiente e proteção animal	40	46	963
Meio ambiente e proteção animal	40	46	963
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 660	2 989	51 330
Associação de moradores	502	45	467
Centros e associações comunitárias	727	316	4 709
Desenvolvimento rural	79	366	6 008
Emprego e treinamento	10	219	2 543
Defesa de direitos de grupos e minorias	244	329	4 483
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	98	1 714	33 120
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	957	2 164	44 760
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	957	2 164	44 760
Alagoas	2 282	19 211	259 760
Habitação	1	x	x
Habitação	1	x	x
Saúde	38	4 575	61 760
Hospitais	12	3 965	56 547
Outros serviços de saúde	26	610	5 213
Cultura e recreação	156	526	5 115
Cultura e arte	55	33	344
Esportes e recreação	101	493	4 772
Educação e pesquisa	234	4 981	95 940
Educação infantil	118	6	43
Ensino fundamental	43	2 228	49 889
Ensino médio	27	1 027	14 564
Educação superior	10	329	3 866
Estudos e pesquisas	12	x	x
Educação profissional	2	x	x
Outras formas de educação/ensino	22	697	15 391
Assistência social	134	2 817	37 470
Assistência social	134	2 817	37 470
Religião	709	1 019	11 578
Religião	709	1 019	11 578
Associações patronais e profissionais	378	1 077	11 383
Associações empresariais e patronais	44	246	3 014
Associações profissionais	165	809	8 111
Associações de produtores rurais	169	22	259
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	336	1 134	9 190
Associação de moradores	67	177	1 581
Centros e associações comunitárias	157	422	1 866
Desenvolvimento rural	43	32	332
Emprego e treinamento	6	141	1 175
Defesa de direitos de grupos e minorias	44	28	456
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	19	334	3 781
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	282	3 071	27 198
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	282	3 071	27 198

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Sergipe	2 782	16 305	317 663
Habitação	2	x	x
Habitação	2	x	x
Saúde	47	9 546	214 386
Hospitais	16	8 875	200 831
Outros serviços de saúde	31	671	13 556
Cultura e recreação	230	476	5 369
Cultura e arte	93	100	1 224
Esportes e recreação	137	376	4 145
Educação e pesquisa	119	2 662	44 742
Educação infantil	22	41	323
Ensino fundamental	36	190	1 769
Ensino médio	12	565	7 630
Educação superior	5	x	x
Estudos e pesquisas	19	283	7 714
Educação profissional	1	x	x
Outras formas de educação/ensino	24	1 295	22 826
Assistência social	221	924	15 039
Assistência social	221	924	15 039
Religião	542	657	6 496
Religião	542	657	6 496
Associações patronais e profissionais	420	378	5 652
Associações empresariais e patronais	42	69	838
Associações profissionais	189	279	4 212
Associações de produtores rurais	189	30	602
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	848	437	5 159
Associação de moradores	140	35	357
Centros e associações comunitárias	496	117	2 396
Desenvolvimento rural	43	15	150
Emprego e treinamento	3	158	886
Defesa de direitos de grupos e minorias	148	66	786
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	18	46	584
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	339	994	13 205
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	339	994	13 205
Bahia	18 825	83 983	1 589 248
Habitação	12	43	236
Habitação	12	43	236
Saúde	262	26 069	586 275
Hospitais	103	24 246	558 775
Outros serviços de saúde	159	1 823	27 500
Cultura e recreação	1 568	3 433	58 600
Cultura e arte	584	709	14 075
Esportes e recreação	984	2 724	44 526
Educação e pesquisa	717	16 663	342 842
Educação infantil	126	340	2 830
Ensino fundamental	208	2 518	35 921
Ensino médio	108	2 869	46 214
Educação superior	40	3 292	89 218
Estudos e pesquisas	74	3 981	73 548
Educação profissional	14	436	6 758
Outras formas de educação/ensino	147	3 227	88 354
Assistência social	1 160	16 065	267 158
Assistência social	1 160	16 065	267 158
Religião	3 647	6 528	77 860
Religião	3 647	6 528	77 860
Associações patronais e profissionais	5 133	2 843	43 243
Associações empresariais e patronais	207	519	7 900
Associações profissionais	1 292	1 595	25 438
Associações de produtores rurais	3 634	729	9 905
Meio ambiente e proteção animal	100	819	21 566
Meio ambiente e proteção animal	100	819	21 566
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 060	4 661	70 560
Associação de moradores	999	715	7 747
Centros e associações comunitárias	2 466	1 645	17 534
Desenvolvimento rural	126	398	5 769
Emprego e treinamento	14	305	2 517
Defesa de direitos de grupos e minorias	340	197	2 115
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	115	1 401	34 878
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 166	6 859	120 907
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 166	6 859	120 907

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)			
Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Sudeste	128 619	1 237 021	28 744 616
Minas Gerais	36 759	242 243	4 351 014
Habituação	46	10	179
Habituação	46	10	179
Saúde	864	60 002	920 592
Hospitais	344	52 286	797 153
Outros serviços de saúde	520	7 716	123 439
Cultura e recreação	5 048	22 733	609 595
Cultura e arte	1 843	9 177	377 928
Esportes e recreação	3 205	13 556	231 667
Educação e pesquisa	1 957	68 710	1 576 053
Educação infantil	327	3 288	32 398
Ensino fundamental	502	17 394	396 814
Ensino médio	178	7 077	146 898
Educação superior	180	17 606	514 349
Estudos e pesquisas	152	10 847	225 200
Educação profissional	85	2 181	34 014
Outras formas de educação/ensino	533	10 317	226 381
Assistência social	4 148	39 296	470 390
Assistência social	4 148	39 296	470 390
Religião	9 610	17 332	256 873
Religião	9 610	17 332	256 873
Associações patronais e profissionais	5 115	13 048	166 477
Associações empresariais e patronais	453	3 046	47 859
Associações profissionais	1 685	8 195	92 274
Associações de produtores rurais	2 977	1 807	26 343
Meio ambiente e proteção animal	285	630	10 331
Meio ambiente e proteção animal	285	630	10 331
Desenvolvimento e defesa de direitos	6 735	9 695	136 043
Associação de moradores	1 599	698	8 525
Centros e associações comunitárias	3 952	5 497	74 883
Desenvolvimento rural	219	370	5 710
Emprego e treinamento	51	97	2 892
Defesa de direitos de grupos e minorias	613	1 926	23 440
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	301	1 107	20 594
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 951	10 787	204 482
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 951	10 787	204 482
Espírito Santo	6 393	35 420	733 245
Habituação	2	x	x
Habituação	2	x	x
Saúde	127	9 718	161 369
Hospitais	47	8 965	149 492
Outros serviços de saúde	80	753	11 876
Cultura e recreação	651	1 381	16 539
Cultura e arte	194	297	4 526
Esportes e recreação	457	1 084	12 013
Educação e pesquisa	498	10 794	255 600
Educação infantil	61	64	826
Ensino fundamental	181	4 920	114 557
Ensino médio	60	585	12 183
Educação superior	29	1 857	43 775
Estudos e pesquisas	37	687	17 958
Educação profissional	13	84	1 061
Outras formas de educação/ensino	117	2 597	65 242
Assistência social	466	4 057	75 979
Assistência social	466	4 057	75 979
Religião	2 427	3 917	47 472
Religião	2 427	3 917	47 472
Associações patronais e profissionais	986	1 546	26 300
Associações empresariais e patronais	121	352	6 095
Associações profissionais	332	887	16 430
Associações de produtores rurais	533	307	3 776
Meio ambiente e proteção animal	52	x	x
Meio ambiente e proteção animal	52	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	582	1 356	20 220
Associação de moradores	281	127	2 223
Centros e associações comunitárias	156	223	3 208
Desenvolvimento rural	24	26	197
Emprego e treinamento	13	222	1 216
Defesa de direitos de grupos e minorias	55	150	2 678
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	53	608	10 698
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	602	2 615	129 080
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	602	2 615	129 080

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)			
Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio de Janeiro	25 881	210 688	4 986 562
Habituação	5	76	5 345
Habituação	5	76	5 345
Saúde	406	33 228	684 067
Hospitais	95	24 608	493 621
Outros serviços de saúde	311	8 620	190 446
Cultura e recreação	2 663	18 862	445 730
Cultura e arte	1 031	3 797	83 554
Esportes e recreação	1 632	15 065	362 177
Educação e pesquisa	1 911	67 390	1 921 312
Educação infantil	188	1 359	17 990
Ensino fundamental	431	19 282	483 903
Ensino médio	330	11 413	256 426
Educação superior	143	17 781	695 380
Estudos e pesquisas	295	6 125	177 545
Educação profissional	61	1 981	38 058
Outras formas de educação/ensino	463	9 449	252 009
Assistência social	2 116	27 581	554 938
Assistência social	2 116	27 581	554 938
Religião	12 963	18 138	265 090
Religião	12 963	18 138	265 090
Associações patronais e profissionais	1 741	10 852	216 800
Associações empresariais e patronais	277	1 438	63 625
Associações profissionais	1 213	9 257	151 240
Associações de produtores rurais	251	157	1 935
Meio ambiente e proteção animal	213	812	21 546
Meio ambiente e proteção animal	213	812	21 546
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 682	17 743	407 349
Associação de moradores	799	2 833	42 534
Centros e associações comunitárias	433	5 683	76 701
Desenvolvimento rural	14	243	5 374
Emprego e treinamento	19	315	17 527
Defesa de direitos de grupos e minorias	269	3 468	96 928
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	148	5 201	168 285
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 181	16 006	464 386
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 181	16 006	464 386
São Paulo	59 586	748 670	18 673 794
Habituação	80	225	3 253
Habituação	80	225	3 253
Saúde	1 825	246 234	6 329 283
Hospitais	593	193 760	4 917 358
Outros serviços de saúde	1 232	52 474	1 411 925
Cultura e recreação	7 631	53 292	1 258 537
Cultura e arte	2 085	12 000	396 222
Esportes e recreação	5 546	41 292	862 315
Educação e pesquisa	4 149	177 590	5 666 554
Educação infantil	511	9 707	143 958
Ensino fundamental	953	29 953	862 431
Ensino médio	347	14 834	511 930
Educação superior	441	67 074	2 603 080
Estudos e pesquisas	654	13 479	425 170
Educação profissional	152	5 411	113 543
Outras formas de educação/ensino	1 091	37 132	1 006 442
Assistência social	7 764	108 157	1 775 064
Assistência social	7 764	108 157	1 775 064
Religião	22 587	39 372	664 614
Religião	22 587	39 372	664 614
Associações patronais e profissionais	5 155	46 106	1 314 610
Associações empresariais e patronais	1 293	5 948	221 399
Associações profissionais	3 013	38 970	1 070 821
Associações de produtores rurais	849	1 188	22 390
Meio ambiente e proteção animal	574	2 494	49 467
Meio ambiente e proteção animal	574	2 494	49 467
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 815	40 585	837 023
Associação de moradores	1 667	5 522	89 933
Centros e associações comunitárias	1 857	11 085	264 198
Desenvolvimento rural	62	402	7 552
Emprego e treinamento	129	7 019	77 511
Defesa de direitos de grupos e minorias	813	8 848	201 026
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	287	7 709	196 804
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	5 006	34 615	775 388
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5 006	34 615	775 388

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Sul	62 633	385 960	8 130 982
Paraná	20 739	133 580	2 434 360
Habituação	33	57	628
Habituação	33	57	628
Saúde	534	30 836	468 340
Hospitais	133	26 244	405 378
Outros serviços de saúde	401	4 592	62 962
Cultura e recreação	2 812	16 878	415 160
Cultura e arte	752	8 700	277 571
Esportes e recreação	2 060	8 178	137 589
Educação e pesquisa	1 080	24 062	513 031
Educação infantil	155	1 439	15 856
Ensino fundamental	292	6 270	94 986
Ensino médio	70	2 097	45 337
Educação superior	82	5 790	132 942
Estudos e pesquisas	139	1 417	40 593
Educação profissional	28	770	8 934
Outras formas de educação/ensino	314	6 279	174 383
Assistência social	2 754	26 828	454 198
Assistência social	2 754	26 828	454 198
Religião	5 303	12 512	180 394
Religião	5 303	12 512	180 394
Associações patronais e profissionais	3 381	7 843	172 872
Associações empresariais e patronais	278	3 416	101 362
Associações profissionais	1 412	3 522	53 379
Associações de produtores rurais	1 691	905	18 130
Meio ambiente e proteção animal	174	309	9 920
Meio ambiente e proteção animal	174	309	9 920
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 942	4 113	83 495
Associação de moradores	1 403	206	2 060
Centros e associações comunitárias	903	670	8 180
Desenvolvimento rural	105	321	6 209
Emprego e treinamento	38	277	6 961
Defesa de direitos de grupos e minorias	347	322	4 401
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	146	2 317	55 686
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 726	10 142	136 322
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 726	10 142	136 322
Santa Catarina	16 517	79 487	1 653 563
Habituação	7	-	-
Habituação	7	-	-
Saúde	297	18 625	322 247
Hospitais	143	16 169	278 610
Outros serviços de saúde	154	2 456	43 636
Cultura e recreação	3 978	3 975	71 438
Cultura e arte	1 003	712	10 218
Esportes e recreação	2 975	3 263	61 220
Educação e pesquisa	881	29 890	764 136
Educação infantil	76	650	8 791
Ensino fundamental	218	4 738	123 473
Ensino médio	65	3 365	66 657
Educação superior	47	9 827	345 092
Estudos e pesquisas	97	1 432	37 984
Educação profissional	23	918	24 143
Outras formas de educação/ensino	355	8 960	157 995
Assistência social	2 811	9 814	141 711
Assistência social	2 811	9 814	141 711
Religião	2 408	4 334	59 337
Religião	2 408	4 334	59 337
Associações patronais e profissionais	1 999	4 152	78 525
Associações empresariais e patronais	352	1 257	21 424
Associações profissionais	888	2 346	48 599
Associações de produtores rurais	759	549	8 502
Meio ambiente e proteção animal	150	244	3 273
Meio ambiente e proteção animal	150	244	3 273
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 600	3 425	73 259
Associação de moradores	1 032	239	2 695
Centros e associações comunitárias	834	865	12 826
Desenvolvimento rural	90	152	3 416
Emprego e treinamento	42	619	7 299
Defesa de direitos de grupos e minorias	303	171	2 234
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	299	1 379	44 788
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 386	5 028	139 639
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 386	5 028	139 639

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Sul	25 377	172 893	4 043 059
Habituação	43	-	-
Habituação	43	-	-
Saúde	596	62 919	1 267 739
Hospitais	316	59 647	1 203 309
Outros serviços de saúde	280	3 272	64 430
Cultura e recreação	5 811	13 178	305 589
Cultura e arte	1 854	5 215	118 051
Esportes e recreação	3 957	7 963	187 538
Educação e pesquisa	1 573	45 100	1 330 052
Educação infantil	112	1 004	13 297
Ensino fundamental	300	6 244	124 145
Ensino médio	255	12 705	273 210
Educação superior	128	16 875	725 520
Estudos e pesquisas	120	285	7 770
Educação profissional	37	873	16 301
Outras formas de educação/ensino	621	7 114	169 809
Assistência social	3 239	22 704	493 670
Assistência social	3 239	22 704	493 670
Religião	5 100	7 706	123 857
Religião	5 100	7 706	123 857
Associações patronais e profissionais	3 208	5 186	105 885
Associações empresariais e patronais	518	1 558	31 661
Associações profissionais	1 627	2 962	63 655
Associações de produtores rurais	1 063	666	10 568
Meio ambiente e proteção animal	199	232	3 571
Meio ambiente e proteção animal	199	232	3 571
Desenvolvimento e defesa de direitos	3 684	9 310	242 841
Associação de moradores	1 117	989	9 193
Centros e associações comunitárias	1 595	4 133	100 988
Desenvolvimento rural	55	2 032	87 260
Emprego e treinamento	86	313	8 705
Defesa de direitos de grupos e minorias	648	1 089	19 152
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	183	754	17 543
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 924	6 558	169 855
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 924	6 558	169 855
Centro-Oeste	18 783	137 417	2 952 016
Mato Grosso do Sul	3 733	26 523	403 976
Habituação	1	x	x
Habituação	1	x	x
Saúde	99	7 063	102 563
Hospitais	55	6 716	98 267
Outros serviços de saúde	44	347	4 295
Cultura e recreação	501	1 584	26 501
Cultura e arte	130	924	18 725
Esportes e recreação	371	660	7 776
Educação e pesquisa	210	6 432	128 293
Educação infantil	19	54	804
Ensino fundamental	53	2 506	36 084
Ensino médio	31	1 312	21 342
Educação superior	18	1 282	38 202
Estudos e pesquisas	26	154	3 498
Educação profissional	3	31	281
Outras formas de educação/ensino	60	1 093	28 083
Assistência social	404	2 671	32 812
Assistência social	404	2 671	32 812
Religião	1 420	5 158	69 549
Religião	1 420	5 158	69 549
Associações patronais e profissionais	492	1 445	19 638
Associações empresariais e patronais	53	258	3 102
Associações profissionais	226	945	13 033
Associações de produtores rurais	213	242	3 503
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	289	1 374	12 361
Associação de moradores	87	19	133
Centros e associações comunitárias	98	131	1 635
Desenvolvimento rural	14	6	47
Emprego e treinamento	7	1 126	8 504
Defesa de direitos de grupos e minorias	53	14	140
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	30	78	1 901
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	293	744	11 254
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	293	744	11 254

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Mato Grosso	4 070	19 107	312 402
Habituação	1	x	x
Habituação	1	x	x
Saúde	58	3 767	58 957
Hospitais	20	2 726	40 679
Outros serviços de saúde	38	1 041	18 279
Cultura e recreação	381	641	7 528
Cultura e arte	111	139	1 694
Esportes e recreação	270	502	5 835
Educação e pesquisa	293	5 738	112 784
Educação infantil	72	99	1 176
Ensino fundamental	59	1 950	38 354
Ensino médio	46	1 195	22 507
Educação superior	25	1 108	16 342
Estudos e pesquisas	24	326	8 856
Educação profissional	3	72	770
Outras formas de educação/ensino	64	988	24 778
Assistência social	417	2 478	30 151
Assistência social	417	2 478	30 151
Religião	1 171	1 826	19 387
Religião	1 171	1 826	19 387
Associações patronais e profissionais	899	1 469	21 554
Associações empresariais e patronais	89	409	5 777
Associações profissionais	295	856	11 207
Associações de produtores rurais	515	204	4 571
Meio ambiente e proteção animal	46	x	x
Meio ambiente e proteção animal	46	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	314	1 599	28 260
Associação de moradores	88	71	531
Centros e associações comunitárias	119	156	1 857
Desenvolvimento rural	16	-	3
Emprego e treinamento	5	246	1 265
Defesa de direitos de grupos e minorias	71	178	2 396
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	15	948	22 210
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	490	1 407	29 430
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	490	1 407	29 430
Goiás	6 609	42 317	756 518
Habituação	5	22	188
Habituação	5	22	188
Saúde	125	5 955	104 640
Hospitais	34	4 928	88 739
Outros serviços de saúde	91	1 027	15 901
Cultura e recreação	615	4 990	170 856
Cultura e arte	191	2 892	125 290
Esportes e recreação	424	2 098	45 565
Educação e pesquisa	411	14 525	250 729
Educação infantil	79	524	5 973
Ensino fundamental	124	4 155	91 667
Ensino médio	49	820	13 586
Educação superior	23	1 589	37 810
Estudos e pesquisas	30	404	7 095
Educação profissional	9	250	2 324
Outras formas de educação/ensino	97	6 783	92 273
Assistência social	652	5 237	87 662
Assistência social	652	5 237	87 662
Religião	2 661	6 014	63 973
Religião	2 661	6 014	63 973
Associações patronais e profissionais	990	1 701	25 594
Associações empresariais e patronais	129	455	7 259
Associações profissionais	450	977	14 742
Associações de produtores rurais	411	269	3 593
Meio ambiente e proteção animal	54	77	1 177
Meio ambiente e proteção animal	54	77	1 177
Desenvolvimento e defesa de direitos	510	1 959	23 105
Associação de moradores	151	74	600
Centros e associações comunitárias	185	443	7 741
Desenvolvimento rural	35	32	448
Emprego e treinamento	12	239	1 765
Defesa de direitos de grupos e minorias	89	641	5 107
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	38	530	7 444
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	586	1 837	28 595
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	586	1 837	28 595

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

(conclusão)			
Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Distrito Federal	4 371	49 470	1 479 120
Habitação	9	66	362
Habitação	9	66	362
Saúde	74	5 239	280 168
Hospitais	11	4 615	265 657
Outros serviços de saúde	63	624	14 511
Cultura e recreação	441	4 469	138 364
Cultura e arte	174	944	30 892
Esportes e recreação	267	3 525	107 472
Educação e pesquisa	398	17 818	547 463
Educação infantil	36	973	14 629
Ensino fundamental	100	5 710	130 593
Ensino médio	39	2 235	62 580
Educação superior	34	5 837	231 959
Estudos e pesquisas	79	705	32 651
Educação profissional	22	633	17 264
Outras formas de educação/ensino	88	1 725	57 788
Assistência social	388	7 467	132 909
Assistência social	388	7 467	132 909
Religião	1 386	4 505	82 627
Religião	1 386	4 505	82 627
Associações patronais e profissionais	623	4 461	107 624
Associações empresariais e patronais	125	936	21 018
Associações profissionais	440	3 242	76 451
Associações de produtores rurais	58	283	10 155
Meio ambiente e proteção animal	54	735	38 876
Meio ambiente e proteção animal	54	735	38 876
Desenvolvimento e defesa de direitos	413	1 965	43 375
Associação de moradores	166	176	1 992
Centros e associações comunitárias	123	509	6 236
Desenvolvimento rural	3	115	2 817
Emprego e treinamento	16	540	5 446
Defesa de direitos de grupos e minorias	55	225	7 520
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	50	400	19 364
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	585	2 745	107 352
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	585	2 745	107 352

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continua)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Brasil	290 692	2 128 007	46 233 127
Rondônia	2 373	8 160	158 605
Habituação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	-	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	18	656	8 625
Sem pessoal ocupado	7	-	8
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	5	76	991
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	3	491	6 699
500 e mais	-	-	-
Cultura e recreação	189	183	1 812
Sem pessoal ocupado	137	-	218
De 1 a 2	30	41	335
De 3 a 4	7	22	166
De 5 a 9	11	74	710
De 10 a 49	4	46	383
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	121	3 261	65 489
Sem pessoal ocupado	45	-	17
De 1 a 2	9	11	151
De 3 a 4	3	10	104
De 5 a 9	10	67	649
De 10 a 49	36	861	12 691
De 50 a 99	9	615	11 314
De 100 a 499	9	1 697	40 564
500 e mais	-	-	-
Assistência social	144	259	3 036
Sem pessoal ocupado	95	-	134
De 1 a 2	20	24	252
De 3 a 4	8	28	207
De 5 a 9	10	66	936
De 10 a 49	11	141	1 506
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Religião	691	1 201	13 385
Sem pessoal ocupado	454	-	1 045
De 1 a 2	129	164	1 317
De 3 a 4	43	147	1 370
De 5 a 9	44	276	2 392
De 10 a 49	16	291	2 556
De 50 a 99	5	323	4 705
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rondônia			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	825	1 608	40 182
Sem pessoal ocupado	704	-	42
De 1 a 2	74	94	806
De 3 a 4	19	66	677
De 5 a 9	17	101	1 252
De 10 a 49	10	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	15	x	x
Sem pessoal ocupado	12	-	121
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	135	584	15 742
Sem pessoal ocupado	97	-	125
De 1 a 2	21	34	334
De 3 a 4	4	14	173
De 5 a 9	5	27	528
De 10 a 49	5	129	1 702
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	234	383	9 990
Sem pessoal ocupado	197	-	4 804
De 1 a 2	18	22	193
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	7	51	533
De 10 a 49	9	185	2 815
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Acre	738	5 074	91 127
Habituação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	18	x	x
Sem pessoal ocupado	14	-	-
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Acre			
Cultura e recreação	37	227	2 559
Sem pessoal ocupado	19	-	-
De 1 a 2	7	8	120
De 3 a 4	3	x	x
De 5 a 9	3	20	89
De 10 a 49	4	72	1 334
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	43	880	18 805
Sem pessoal ocupado	22	-	115
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	5	39	1 813
De 10 a 49	5	125	1 584
De 50 a 99	6	467	9 257
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Assistência social	36	2 508	51 292
Sem pessoal ocupado	17	-	34
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	5	32	676
De 10 a 49	11	214	2 754
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Religião	214	381	3 776
Sem pessoal ocupado	137	-	7
De 1 a 2	50	67	560
De 3 a 4	10	36	269
De 5 a 9	10	67	654
De 10 a 49	6	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	272	150	1 335
Sem pessoal ocupado	244	-	13
De 1 a 2	14	18	171
De 3 a 4	7	23	288
De 5 a 9	5	29	449
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	5	-	-
Sem pessoal ocupado	5	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Acre			
Desenvolvimento e defesa de direitos	30	114	1 496
Sem pessoal ocupado	26	-	-
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	82	42	1 063
Sem pessoal ocupado	71	-	-
De 1 a 2	7	10	90
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Amazonas			
	2 360	19 139	437 645
Habituação	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	27	1 524	24 921
Sem pessoal ocupado	12	-	38
De 1 a 2	6	7	779
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	3	210	4 203
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	2	x	x
Cultura e recreação	200	761	20 474
Sem pessoal ocupado	142	-	38
De 1 a 2	17	23	1 000
De 3 a 4	12	42	390
De 5 a 9	14	95	2 139
De 10 a 49	13	255	4 547
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	204	7 807	223 629
Sem pessoal ocupado	113	-	24
De 1 a 2	8	11	471
De 3 a 4	3	10	257
De 5 a 9	10	72	1 217
De 10 a 49	42	940	17 995
De 50 a 99	10	700	13 940
De 100 a 499	15	3 089	92 829
500 e mais	3	2 985	96 897

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Amazonas			
Assistência social	117	1 554	22 048
Sem pessoal ocupado	65	-	18
De 1 a 2	10	12	105
De 3 a 4	7	25	412
De 5 a 9	12	83	1 123
De 10 a 49	16	446	6 030
De 50 a 99	4	273	4 123
De 100 a 499	3	715	10 237
500 e mais	-	-	-
Religião	697	2 484	33 420
Sem pessoal ocupado	471	-	522
De 1 a 2	100	140	1 077
De 3 a 4	43	139	1 273
De 5 a 9	35	224	2 449
De 10 a 49	37	755	9 048
De 50 a 99	5	333	5 018
De 100 a 499	6	893	14 032
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	476	700	10 724
Sem pessoal ocupado	409	-	42
De 1 a 2	29	40	575
De 3 a 4	12	43	825
De 5 a 9	16	103	1 413
De 10 a 49	8	118	2 030
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	23	x	x
Sem pessoal ocupado	11	-	3
De 1 a 2	3	3	80
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	3	23	421
De 10 a 49	3	44	1 470
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	347	845	17 212
Sem pessoal ocupado	323	-	15
De 1 a 2	6	6	258
De 3 a 4	3	10	166
De 5 a 9	7	51	964
De 10 a 49	5	66	902
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	3	712	14 906
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	267	3 136	77 767
Sem pessoal ocupado	223	-	105
De 1 a 2	14	17	216
De 3 a 4	4	13	240
De 5 a 9	7	49	599
De 10 a 49	11	206	4 301
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	5	1 212	40 919
500 e mais	2	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Roraima	332	1 372	24 743
Habituação	-	-	-
Sem pessoal ocupado	-	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	1	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Cultura e recreação	38	25	243
Sem pessoal ocupado	34	-	-
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	21	941	18 426
Sem pessoal ocupado	5	-	-
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	3	18	175
De 10 a 49	5	86	1 276
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	4	750	14 922
500 e mais	-	-	-
Assistência social	18	120	2 376
Sem pessoal ocupado	12	-	10
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Religião	95	145	1 405
Sem pessoal ocupado	68	-	12
De 1 a 2	19	25	183
De 3 a 4	3	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	4	104	1 053
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Roraima			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	84	36	482
Sem pessoal ocupado	69	-	26
De 1 a 2	9	14	164
De 3 a 4	5	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	25	56	1 099
Sem pessoal ocupado	17	-	-
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	3	9	140
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	48	49	712
Sem pessoal ocupado	39	-	46
De 1 a 2	5	5	50
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Pará	6 187	28 659	512 261
Habituação	-	-	-
Sem pessoal ocupado	-	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	67	8 594	157 538
Sem pessoal ocupado	21	-	14
De 1 a 2	6	6	101
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	3	x	x
De 10 a 49	10	300	18 337
De 50 a 99	6	440	9 094
De 100 a 499	15	3 983	66 000
500 e mais	5	3 840	63 453

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pará			
Cultura e recreação	554	2 268	31 585
Sem pessoal ocupado	435	-	27
De 1 a 2	54	75	780
De 3 a 4	17	59	600
De 5 a 9	13	95	1 126
De 10 a 49	25	478	6 290
De 50 a 99	6	460	6 918
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	1	x	x
Educação e pesquisa	329	7 697	159 403
Sem pessoal ocupado	182	-	32
De 1 a 2	22	33	438
De 3 a 4	13	x	x
De 5 a 9	18	137	1 626
De 10 a 49	65	1 770	28 084
De 50 a 99	13	862	14 234
De 100 a 499	14	2 467	53 668
500 e mais	2	x	x
Assistência social	392	2 192	35 588
Sem pessoal ocupado	253	-	39
De 1 a 2	46	61	645
De 3 a 4	21	75	764
De 5 a 9	28	178	1 717
De 10 a 49	32	683	10 163
De 50 a 99	5	293	8 185
De 100 a 499	7	902	14 076
500 e mais	-	-	-
Religião	1 458	3 011	34 495
Sem pessoal ocupado	1 108	-	98
De 1 a 2	177	238	1 905
De 3 a 4	63	215	1 986
De 5 a 9	47	318	3 447
De 10 a 49	50	956	10 970
De 50 a 99	8	566	7 347
De 100 a 499	5	718	8 741
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 678	934	13 117
Sem pessoal ocupado	1 481	-	43
De 1 a 2	109	147	1 494
De 3 a 4	35	122	1 492
De 5 a 9	31	195	2 550
De 10 a 49	21	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	59	217	7 166
Sem pessoal ocupado	41	-	58
De 1 a 2	5	7	83
De 3 a 4	4	x	x
De 5 a 9	4	28	649
De 10 a 49	4	86	3 980
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pará			
Desenvolvimento e defesa de direitos	808	1 093	19 045
Sem pessoal ocupado	722	-	250
De 1 a 2	29	39	421
De 3 a 4	11	35	564
De 5 a 9	20	127	1 946
De 10 a 49	22	487	7 549
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	842	2 653	54 325
Sem pessoal ocupado	747	-	2 537
De 1 a 2	42	52	523
De 3 a 4	14	48	489
De 5 a 9	16	115	2 091
De 10 a 49	12	269	3 894
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	6	1 155	14 982
500 e mais	1	x	x
Amapá	391	3 266	50 655
Habitação	-	-	-
Sem pessoal ocupado	-	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	6	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Cultura e recreação	38	649	10 293
Sem pessoal ocupado	24	-	11
De 1 a 2	6	7	63
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	3	594	9 697
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	32	855	16 632
Sem pessoal ocupado	15	-	174
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	4	30	568
De 10 a 49	6	99	1 066
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	3	576	13 990
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Amapá			
Assistência social	26	124	2 262
Sem pessoal ocupado	15	-	-
De 1 a 2	4	4	60
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	3	21	533
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Religião	143	409	3 891
Sem pessoal ocupado	101	-	8
De 1 a 2	19	32	291
De 3 a 4	11	41	331
De 5 a 9	7	40	362
De 10 a 49	3	57	604
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	54	68	923
Sem pessoal ocupado	35	-	-
De 1 a 2	10	15	160
De 3 a 4	4	x	x
De 5 a 9	4	26	432
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	4	x	x
Sem pessoal ocupado	3	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	30	90	1 043
Sem pessoal ocupado	21	-	192
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	4	27	261
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	58	313	4 014
Sem pessoal ocupado	43	-	4
De 1 a 2	4	5	48
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	6	105	942
De 50 a 99	3	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Tocantins	1 747	5 594	97 434
Habituação	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	10	257	3 437
Sem pessoal ocupado	4	-	1
De 1 a 2	3	4	20
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Cultura e recreação	127	182	1 864
Sem pessoal ocupado	84	-	11
De 1 a 2	20	25	173
De 3 a 4	11	38	275
De 5 a 9	9	62	670
De 10 a 49	3	57	736
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	140	2 144	46 510
Sem pessoal ocupado	87	-	10
De 1 a 2	3	4	69
De 3 a 4	5	15	125
De 5 a 9	6	40	2 766
De 10 a 49	23	568	8 814
De 50 a 99	9	604	15 288
De 100 a 499	7	913	19 439
500 e mais	-	-	-
Assistência social	163	1 444	19 144
Sem pessoal ocupado	113	-	156
De 1 a 2	16	23	482
De 3 a 4	8	29	392
De 5 a 9	14	86	1 194
De 10 a 49	8	135	1 229
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x
Religião	504	567	4 640
Sem pessoal ocupado	327	-	68
De 1 a 2	110	148	997
De 3 a 4	35	113	822
De 5 a 9	25	157	1 493
De 10 a 49	7	149	1 260
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Tocantins			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	414	332	4 028
Sem pessoal ocupado	339	-	26
De 1 a 2	46	61	587
De 3 a 4	12	39	552
De 5 a 9	12	71	959
De 10 a 49	4	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	12	x	x
Sem pessoal ocupado	11	-	4
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	157	583	16 640
Sem pessoal ocupado	137	-	14
De 1 a 2	5	6	94
De 3 a 4	5	18	190
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	6	158	1 302
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	218	81	1 073
Sem pessoal ocupado	197	-	78
De 1 a 2	14	18	303
De 3 a 4	3	x	x
De 5 a 9	3	17	227
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Maranhão	6 648	20 584	412 483
Habituação	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	47	3 555	81 892
Sem pessoal ocupado	29	-	25
De 1 a 2	5	7	63
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	3	246	3 003
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	3	2 702	71 715

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Maranhão			
Cultura e recreação	490	561	6 607
Sem pessoal ocupado	410	-	26
De 1 a 2	31	42	379
De 3 a 4	14	x	x
De 5 a 9	20	133	1 111
De 10 a 49	14	271	3 582
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	282	4 704	105 065
Sem pessoal ocupado	188	-	155
De 1 a 2	17	24	311
De 3 a 4	6	21	234
De 5 a 9	11	81	1 296
De 10 a 49	44	1 080	12 489
De 50 a 99	5	x	x
De 100 a 499	9	1 591	29 348
500 e mais	2	x	x
Assistência social	442	3 435	54 850
Sem pessoal ocupado	363	-	51
De 1 a 2	22	30	316
De 3 a 4	7	25	259
De 5 a 9	17	112	1 589
De 10 a 49	21	441	8 579
De 50 a 99	8	548	7 146
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	1	x	x
Religião	1 079	1 729	18 513
Sem pessoal ocupado	812	-	59
De 1 a 2	137	187	1 402
De 3 a 4	55	192	1 544
De 5 a 9	40	261	2 420
De 10 a 49	30	619	6 139
De 50 a 99	3	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 970	561	8 221
Sem pessoal ocupado	1 854	-	33
De 1 a 2	52	69	606
De 3 a 4	25	85	971
De 5 a 9	27	181	2 429
De 10 a 49	12	226	4 182
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Sem pessoal ocupado	22	-	-
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Maranhão			
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 532	2 822	87 521
Sem pessoal ocupado	1 486	-	83
De 1 a 2	17	20	643
De 3 a 4	5	18	7 751
De 5 a 9	7	50	997
De 10 a 49	12	228	4 340
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	2	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	780	1 329	22 996
Sem pessoal ocupado	713	-	196
De 1 a 2	28	36	543
De 3 a 4	7	23	284
De 5 a 9	11	79	929
De 10 a 49	15	285	2 729
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	4	x	x
500 e mais	-	-	-
Piauí	4 276	11 788	160 049
Habituação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	27	464	6 992
Sem pessoal ocupado	8	-	-
De 1 a 2	4	5	38
De 3 a 4	4	12	146
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	7	147	2 047
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Cultura e recreação	267	502	4 820
Sem pessoal ocupado	210	-	11
De 1 a 2	23	33	257
De 3 a 4	15	52	388
De 5 a 9	7	49	481
De 10 a 49	10	206	2 183
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	163	2 637	40 541
Sem pessoal ocupado	87	-	110
De 1 a 2	8	10	65
De 3 a 4	10	34	452
De 5 a 9	20	134	1 520
De 10 a 49	23	608	8 332
De 50 a 99	7	484	6 256
De 100 a 499	8	1 367	23 806
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Piauí			
Assistência social	193	3 946	48 373
Sem pessoal ocupado	135	-	10
De 1 a 2	13	17	140
De 3 a 4	7	23	223
De 5 a 9	11	71	1 241
De 10 a 49	20	423	4 669
De 50 a 99	3	184	2 929
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	2	x	x
Religião	629	613	5 664
Sem pessoal ocupado	513	-	55
De 1 a 2	67	91	674
De 3 a 4	22	72	715
De 5 a 9	18	115	1 363
De 10 a 49	6	100	980
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 460	290	3 408
Sem pessoal ocupado	1 380	-	62
De 1 a 2	53	72	618
De 3 a 4	10	34	324
De 5 a 9	11	72	573
De 10 a 49	6	112	1 830
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	16	x	x
Sem pessoal ocupado	12	-	75
De 1 a 2	4	4	48
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 099	1 621	20 394
Sem pessoal ocupado	1 061	-	7
De 1 a 2	9	12	165
De 3 a 4	7	21	279
De 5 a 9	5	39	873
De 10 a 49	12	189	6 736
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	3	721	5 607
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	421	1 711	29 734
Sem pessoal ocupado	369	-	2
De 1 a 2	12	15	705
De 3 a 4	5	17	125
De 5 a 9	15	93	2 497
De 10 a 49	13	265	2 274
De 50 a 99	4	348	5 758
De 100 a 499	3	973	18 373
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Ceará	13 002	61 109	902 819
Habitação	26	11	426
Sem pessoal ocupado	23	-	101
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	165	11 202	175 184
Sem pessoal ocupado	73	-	239
De 1 a 2	18	24	286
De 3 a 4	4	13	134
De 5 a 9	12	86	889
De 10 a 49	23	582	8 510
De 50 a 99	11	816	8 145
De 100 a 499	17	3 807	70 319
500 e mais	7	5 874	86 663
Cultura e recreação	907	2 099	28 895
Sem pessoal ocupado	756	-	167
De 1 a 2	62	81	772
De 3 a 4	26	86	827
De 5 a 9	26	181	2 204
De 10 a 49	27	544	4 490
De 50 a 99	7	537	12 365
De 100 a 499	3	670	8 069
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	812	14 365	276 652
Sem pessoal ocupado	539	-	872
De 1 a 2	46	70	707
De 3 a 4	23	x	x
De 5 a 9	39	254	3 060
De 10 a 49	102	2 661	30 050
De 50 a 99	35	2 523	37 728
De 100 a 499	26	5 154	89 511
500 e mais	2	x	x
Assistência social	792	7 316	89 947
Sem pessoal ocupado	559	-	122
De 1 a 2	57	78	1 193
De 3 a 4	27	94	1 114
De 5 a 9	57	392	5 060
De 10 a 49	64	1 441	17 756
De 50 a 99	17	1 132	15 842
De 100 a 499	9	x	x
500 e mais	2	x	x
Religião	1 878	4 439	42 275
Sem pessoal ocupado	1 370	-	101
De 1 a 2	255	355	2 550
De 3 a 4	102	342	2 698
De 5 a 9	66	416	4 104
De 10 a 49	69	1 557	13 042
De 50 a 99	10	685	6 278
De 100 a 499	6	1 084	13 502
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Ceará			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	2 431	2 716	49 118
Sem pessoal ocupado	2 187	-	104
De 1 a 2	144	191	1 733
De 3 a 4	37	119	1 501
De 5 a 9	38	252	3 307
De 10 a 49	14	269	3 735
De 50 a 99	8	514	7 909
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	61	961	3 396
Sem pessoal ocupado	56	-	3
De 1 a 2	3	4	187
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 663	9 023	116 506
Sem pessoal ocupado	4 505	-	1 651
De 1 a 2	39	57	2 364
De 3 a 4	28	95	1 384
De 5 a 9	33	234	3 102
De 10 a 49	47	792	10 402
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	6	1 517	15 949
500 e mais	3	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 267	8 977	120 421
Sem pessoal ocupado	1 098	-	261
De 1 a 2	49	61	4 434
De 3 a 4	34	113	1 356
De 5 a 9	22	155	1 730
De 10 a 49	43	1 026	10 619
De 50 a 99	14	1 005	15 695
De 100 a 499	3	380	5 714
500 e mais	4	6 237	80 611
Rio Grande do Norte			
Habituação	4	x	x
Sem pessoal ocupado	3	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	86	4 549	53 948
Sem pessoal ocupado	26	-	15
De 1 a 2	17	21	171
De 3 a 4	3	x	x
De 5 a 9	10	71	1 651
De 10 a 49	15	276	2 875
De 50 a 99	4	243	2 471
De 100 a 499	10	2 631	32 900
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Norte			
Cultura e recreação	316	606	6 910
Sem pessoal ocupado	227	-	108
De 1 a 2	43	55	408
De 3 a 4	15	50	486
De 5 a 9	14	x	x
De 10 a 49	15	289	3 013
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	173	4 808	96 222
Sem pessoal ocupado	85	-	235
De 1 a 2	10	13	115
De 3 a 4	4	x	x
De 5 a 9	15	98	1 311
De 10 a 49	30	655	11 693
De 50 a 99	13	911	10 955
De 100 a 499	15	2 409	55 293
500 e mais	1	x	x
Assistência social	357	3 313	36 204
Sem pessoal ocupado	261	-	121
De 1 a 2	32	42	401
De 3 a 4	8	31	498
De 5 a 9	16	100	1 614
De 10 a 49	32	721	8 448
De 50 a 99	6	413	6 500
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	1	x	x
Religião	794	1 160	10 150
Sem pessoal ocupado	518	-	34
De 1 a 2	168	229	1 590
De 3 a 4	50	167	1 331
De 5 a 9	39	255	2 107
De 10 a 49	17	x	x
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	900	596	8 963
Sem pessoal ocupado	766	-	178
De 1 a 2	85	110	1 034
De 3 a 4	19	62	584
De 5 a 9	13	79	931
De 10 a 49	17	345	6 237
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	12	x	x
Sem pessoal ocupado	10	x	x
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Norte			
Desenvolvimento e defesa de direitos	940	545	6 634
Sem pessoal ocupado	881	-	356
De 1 a 2	12	x	x
De 3 a 4	14	49	520
De 5 a 9	19	116	1 497
De 10 a 49	12	251	3 102
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	571	1 603	21 622
Sem pessoal ocupado	492	-	6
De 1 a 2	29	38	397
De 3 a 4	12	42	418
De 5 a 9	12	80	1 019
De 10 a 49	17	428	4 218
De 50 a 99	6	471	7 972
De 100 a 499	3	544	7 591
500 e mais	-	-	-
Paraíba	5 628	13 187	210 303
Habituação	3	-	-
Sem pessoal ocupado	3	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	58	2 002	28 347
Sem pessoal ocupado	18	-	115
De 1 a 2	12	18	149
De 3 a 4	5	17	116
De 5 a 9	3	x	x
De 10 a 49	12	264	2 693
De 50 a 99	3	203	2 114
De 100 a 499	4	910	13 754
500 e mais	1	x	x
Cultura e recreação	385	537	5 940
Sem pessoal ocupado	296	-	28
De 1 a 2	48	62	556
De 3 a 4	12	43	359
De 5 a 9	11	x	x
De 10 a 49	17	312	3 686
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	261	4 412	94 041
Sem pessoal ocupado	169	-	4
De 1 a 2	13	18	205
De 3 a 4	7	x	x
De 5 a 9	13	83	1 034
De 10 a 49	33	798	10 720
De 50 a 99	14	1 074	15 970
De 100 a 499	11	1 511	28 331
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Paraíba			
Assistência social	359	2 380	32 102
Sem pessoal ocupado	238	-	9
De 1 a 2	40	55	407
De 3 a 4	15	50	360
De 5 a 9	23	148	1 966
De 10 a 49	33	741	10 143
De 50 a 99	6	390	5 377
De 100 a 499	4	996	13 840
500 e mais	-	-	-
Religião	1 007	1 381	13 002
Sem pessoal ocupado	679	-	111
De 1 a 2	189	274	1 785
De 3 a 4	77	260	1 978
De 5 a 9	36	229	2 071
De 10 a 49	24	425	4 647
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 699	931	12 343
Sem pessoal ocupado	1 571	-	157
De 1 a 2	81	119	1 221
De 3 a 4	20	64	986
De 5 a 9	12	76	795
De 10 a 49	12	203	3 143
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	16	-	-
Sem pessoal ocupado	16	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 227	689	8 277
Sem pessoal ocupado	1 191	-	35
De 1 a 2	7	8	102
De 3 a 4	10	34	565
De 5 a 9	7	47	692
De 10 a 49	9	173	2 048
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	613	855	16 251
Sem pessoal ocupado	549	-	34
De 1 a 2	27	35	333
De 3 a 4	10	31	394
De 5 a 9	11	62	1 000
De 10 a 49	14	243	2 913
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pernambuco	8 933	52 987	939 990
Habitação	3	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	147	16 377	280 707
Sem pessoal ocupado	51	-	48
De 1 a 2	25	39	498
De 3 a 4	10	35	393
De 5 a 9	16	99	1 550
De 10 a 49	15	321	3 192
De 50 a 99	5	336	3 399
De 100 a 499	18	3 818	56 830
500 e mais	7	11 729	214 796
Cultura e recreação	887	2 623	38 016
Sem pessoal ocupado	672	-	310
De 1 a 2	98	128	973
De 3 a 4	27	89	715
De 5 a 9	33	210	2 153
De 10 a 49	47	1 012	11 570
De 50 a 99	5	356	3 677
De 100 a 499	5	828	18 618
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	652	15 818	349 968
Sem pessoal ocupado	371	-	720
De 1 a 2	45	64	794
De 3 a 4	22	79	940
De 5 a 9	35	230	3 628
De 10 a 49	91	2 298	39 441
De 50 a 99	50	3 538	53 256
De 100 a 499	34	7 056	169 727
500 e mais	4	2 553	81 463
Assistência social	701	6 043	88 394
Sem pessoal ocupado	442	-	440
De 1 a 2	67	89	849
De 3 a 4	33	112	2 026
De 5 a 9	56	359	5 016
De 10 a 49	79	1 786	22 605
De 50 a 99	11	x	x
De 100 a 499	11	1 751	28 617
500 e mais	2	x	x
Religião	1 730	4 014	43 789
Sem pessoal ocupado	1 054	-	89
De 1 a 2	413	542	4 047
De 3 a 4	128	430	3 361
De 5 a 9	65	405	3 422
De 10 a 49	62	1 223	15 334
De 50 a 99	5	289	3 575
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Pernambuco			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	2 156	2 868	41 875
Sem pessoal ocupado	1 902	-	48
De 1 a 2	132	179	1 905
De 3 a 4	48	164	1 923
De 5 a 9	35	224	3 621
De 10 a 49	31	519	7 347
De 50 a 99	5	390	6 725
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	40	x	x
Sem pessoal ocupado	29	-	15
De 1 a 2	5	6	38
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	4	32	829
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 660	2 989	51 330
Sem pessoal ocupado	1 545	-	44
De 1 a 2	36	57	979
De 3 a 4	16	55	536
De 5 a 9	22	141	2 216
De 10 a 49	33	672	13 046
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	4	651	10 661
500 e mais	2	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	957	2 164	44 760
Sem pessoal ocupado	799	-	205
De 1 a 2	64	87	1 653
De 3 a 4	26	89	1 004
De 5 a 9	18	122	1 571
De 10 a 49	37	806	13 252
De 50 a 99	9	600	19 759
De 100 a 499	4	460	7 315
500 e mais	-	-	-
Alagoas	2 282	19 211	259 760
Habituação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	38	4 575	61 760
Sem pessoal ocupado	8	-	-
De 1 a 2	4	6	56
De 3 a 4	3	10	102
De 5 a 9	6	43	445
De 10 a 49	3	41	908
De 50 a 99	4	264	2 226
De 100 a 499	8	1 851	22 537
500 e mais	2	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Alagoas			
Cultura e recreação	156	526	5 115
Sem pessoal ocupado	92	-	-
De 1 a 2	22	31	257
De 3 a 4	15	49	440
De 5 a 9	13	x	x
De 10 a 49	13	296	2 987
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	234	4 981	95 940
Sem pessoal ocupado	169	-	101
De 1 a 2	7	x	x
De 3 a 4	8	29	278
De 5 a 9	11	71	667
De 10 a 49	20	564	5 738
De 50 a 99	7	546	6 244
De 100 a 499	10	1 742	32 143
500 e mais	2	x	x
Assistência social	134	2 817	37 470
Sem pessoal ocupado	73	-	3
De 1 a 2	15	18	173
De 3 a 4	8	29	259
De 5 a 9	15	103	1 363
De 10 a 49	13	236	3 131
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	5	881	10 504
500 e mais	1	x	x
Religião	709	1 019	11 578
Sem pessoal ocupado	546	-	47
De 1 a 2	98	131	1 067
De 3 a 4	32	106	816
De 5 a 9	18	121	1 195
De 10 a 49	10	166	1 602
De 50 a 99	3	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	378	1 077	11 383
Sem pessoal ocupado	271	-	33
De 1 a 2	57	75	653
De 3 a 4	22	75	779
De 5 a 9	8	54	601
De 10 a 49	15	300	4 661
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Sem pessoal ocupado	10	-	-
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	1	x	x
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Alagoas			
Desenvolvimento e defesa de direitos	336	1 134	9 190
Sem pessoal ocupado	273	-	57
De 1 a 2	23	35	544
De 3 a 4	10	35	317
De 5 a 9	11	75	875
De 10 a 49	16	327	3 593
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	282	3 071	27 198
Sem pessoal ocupado	223	-	213
De 1 a 2	25	33	336
De 3 a 4	7	27	166
De 5 a 9	5	41	523
De 10 a 49	15	219	1 924
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	3	886	8 032
500 e mais	2	x	x
Sergipe	2 782	16 305	317 663
Habituação	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	47	9 546	214 386
Sem pessoal ocupado	10	-	5
De 1 a 2	11	15	147
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	4	28	241
De 10 a 49	11	262	3 584
De 50 a 99	3	179	2 592
De 100 a 499	5	1 237	22 054
500 e mais	3	7 825	185 762
Cultura e recreação	230	476	5 369
Sem pessoal ocupado	161	-	95
De 1 a 2	34	45	417
De 3 a 4	12	41	377
De 5 a 9	8	47	418
De 10 a 49	15	343	4 063
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	119	2 662	44 742
Sem pessoal ocupado	69	-	177
De 1 a 2	11	13	262
De 3 a 4	4	x	x
De 5 a 9	7	46	672
De 10 a 49	17	391	4 087
De 50 a 99	5	359	6 288
De 100 a 499	5	939	23 189
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Sergipe			
Assistência social	221	924	15 039
Sem pessoal ocupado	146	-	298
De 1 a 2	23	30	237
De 3 a 4	9	31	347
De 5 a 9	21	143	1 745
De 10 a 49	19	466	8 530
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Religião	542	657	6 496
Sem pessoal ocupado	432	-	127
De 1 a 2	67	90	671
De 3 a 4	16	54	398
De 5 a 9	17	123	970
De 10 a 49	8	164	1 873
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	420	378	5 652
Sem pessoal ocupado	331	-	280
De 1 a 2	55	72	753
De 3 a 4	15	47	702
De 5 a 9	11	73	904
De 10 a 49	8	186	3 014
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	14	x	x
Sem pessoal ocupado	9	-	-
De 1 a 2	2	x	x
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	848	437	5 159
Sem pessoal ocupado	812	-	140
De 1 a 2	15	22	364
De 3 a 4	7	24	356
De 5 a 9	7	57	622
De 10 a 49	5	107	938
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	339	994	13 205
Sem pessoal ocupado	294	-	30
De 1 a 2	12	18	162
De 3 a 4	5	x	x
De 5 a 9	8	60	791
De 10 a 49	14	295	3 225
De 50 a 99	5	339	4 031
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Bahia	18 825	83 983	1 589 248
Habitação	12	43	236
Sem pessoal ocupado	9	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	262	26 069	586 275
Sem pessoal ocupado	92	-	10
De 1 a 2	28	37	605
De 3 a 4	15	50	564
De 5 a 9	16	113	1 252
De 10 a 49	43	1 075	12 055
De 50 a 99	30	1 990	23 720
De 100 a 499	28	6 636	108 648
500 e mais	10	16 168	439 420
Cultura e recreação	1 568	3 433	58 600
Sem pessoal ocupado	1 204	-	772
De 1 a 2	179	240	2 260
De 3 a 4	62	204	1 845
De 5 a 9	48	318	2 972
De 10 a 49	64	1 278	15 724
De 50 a 99	8	527	10 137
De 100 a 499	3	866	24 892
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	717	16 663	342 842
Sem pessoal ocupado	439	-	469
De 1 a 2	52	68	883
De 3 a 4	26	92	1 675
De 5 a 9	33	233	4 192
De 10 a 49	102	2 409	33 834
De 50 a 99	33	2 219	33 149
De 100 a 499	26	5 556	121 696
500 e mais	6	6 086	146 944
Assistência social	1 160	16 065	267 158
Sem pessoal ocupado	825	-	745
De 1 a 2	101	142	1 739
De 3 a 4	42	149	1 679
De 5 a 9	49	328	3 332
De 10 a 49	106	2 330	28 823
De 50 a 99	14	958	10 410
De 100 a 499	18	3 662	65 397
500 e mais	5	8 496	155 032
Religião	3 647	6 528	77 860
Sem pessoal ocupado	2 612	-	191
De 1 a 2	588	798	5 925
De 3 a 4	206	697	5 804
De 5 a 9	136	870	8 203
De 10 a 49	85	1 698	20 627
De 50 a 99	9	600	6 989
De 100 a 499	11	1 865	30 121
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Bahia			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	5 133	2 843	43 243
Sem pessoal ocupado	4 672	-	615
De 1 a 2	268	365	4 337
De 3 a 4	72	241	2 826
De 5 a 9	65	422	5 944
De 10 a 49	46	856	12 220
De 50 a 99	6	431	6 654
De 100 a 499	4	528	10 647
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	100	819	21 566
Sem pessoal ocupado	77	-	64
De 1 a 2	4	x	x
De 3 a 4	4	13	210
De 5 a 9	7	51	1 227
De 10 a 49	7	126	2 299
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 060	4 661	70 560
Sem pessoal ocupado	3 821	-	983
De 1 a 2	83	106	1 076
De 3 a 4	32	109	1 325
De 5 a 9	47	319	3 945
De 10 a 49	62	1 299	14 603
De 50 a 99	6	x	x
De 100 a 499	8	1 886	26 601
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 166	6 859	120 907
Sem pessoal ocupado	1 909	-	163
De 1 a 2	96	130	1 794
De 3 a 4	32	112	1 133
De 5 a 9	43	298	4 713
De 10 a 49	61	1 341	20 207
De 50 a 99	9	593	11 480
De 100 a 499	12	2 181	28 537
500 e mais	4	2 204	52 879
Minas Gerais	36 759	242 243	4 351 014
Habituação	46	10	179
Sem pessoal ocupado	42	-	3
De 1 a 2	3	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	864	60 002	920 592
Sem pessoal ocupado	270	-	141
De 1 a 2	72	98	900
De 3 a 4	38	127	1 260
De 5 a 9	58	384	4 009
De 10 a 49	227	5 814	71 256
De 50 a 99	82	5 571	76 491
De 100 a 499	91	20 719	284 495
500 e mais	26	27 289	482 039

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Minas Gerais			
Cultura e recreação	5 048	22 733	609 595
Sem pessoal ocupado	3 640	-	900
De 1 a 2	587	793	7 550
De 3 a 4	224	763	7 101
De 5 a 9	275	1 791	20 201
De 10 a 49	256	5 401	64 353
De 50 a 99	37	2 515	35 005
De 100 a 499	26	5 057	156 321
500 e mais	3	6 413	318 163
Educação e pesquisa	1 957	68 710	1 576 053
Sem pessoal ocupado	773	-	2 345
De 1 a 2	148	200	3 551
De 3 a 4	81	276	3 545
De 5 a 9	182	1 259	19 157
De 10 a 49	489	11 646	183 933
De 50 a 99	156	10 863	212 571
De 100 a 499	108	22 227	645 257
500 e mais	20	22 239	505 694
Assistência social	4 148	39 296	470 390
Sem pessoal ocupado	2 236	-	2 534
De 1 a 2	429	581	7 687
De 3 a 4	227	789	7 456
De 5 a 9	404	2 750	28 391
De 10 a 49	721	14 304	154 384
De 50 a 99	88	5 864	88 144
De 100 a 499	38	8 578	115 354
500 e mais	5	6 430	66 441
Religião	9 610	17 332	256 873
Sem pessoal ocupado	6 963	-	2 373
De 1 a 2	1 507	2 035	14 967
De 3 a 4	546	1 842	15 639
De 5 a 9	348	2 256	20 399
De 10 a 49	204	3 505	38 211
De 50 a 99	19	x	x
De 100 a 499	21	4 813	119 485
500 e mais	2	x	x
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	5 115	13 048	166 477
Sem pessoal ocupado	3 736	-	624
De 1 a 2	751	998	10 846
De 3 a 4	224	756	10 629
De 5 a 9	230	1 525	21 481
De 10 a 49	150	2 826	42 293
De 50 a 99	16	1 090	21 152
De 100 a 499	5	1 101	18 272
500 e mais	3	4 752	41 178
Meio ambiente e proteção animal	285	630	10 331
Sem pessoal ocupado	222	-	26
De 1 a 2	31	40	558
De 3 a 4	7	24	323
De 5 a 9	13	86	1 548
De 10 a 49	9	188	3 604
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Minas Gerais			
Desenvolvimento e defesa de direitos	6 735	9 695	136 043
Sem pessoal ocupado	5 887	-	5 841
De 1 a 2	379	493	5 025
De 3 a 4	115	383	4 484
De 5 a 9	152	1 032	10 614
De 10 a 49	177	3 255	38 850
De 50 a 99	13	937	14 365
De 100 a 499	11	x	x
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 951	10 787	204 482
Sem pessoal ocupado	2 333	-	1 246
De 1 a 2	221	288	3 782
De 3 a 4	83	288	5 496
De 5 a 9	104	704	8 149
De 10 a 49	163	3 123	45 542
De 50 a 99	28	1 986	42 072
De 100 a 499	17	x	x
500 e mais	2	x	x
Espírito Santo	6 393	35 420	733 245
Habitação	2	x	x
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	127	9 718	161 369
Sem pessoal ocupado	35	-	104
De 1 a 2	14	19	412
De 3 a 4	13	43	580
De 5 a 9	10	71	1 296
De 10 a 49	27	658	8 879
De 50 a 99	9	737	10 995
De 100 a 499	14	3 274	54 650
500 e mais	5	4 916	84 451
Cultura e recreação	651	1 381	16 539
Sem pessoal ocupado	444	-	150
De 1 a 2	97	128	1 200
De 3 a 4	33	x	x
De 5 a 9	35	223	2 948
De 10 a 49	40	763	9 518
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	498	10 794	255 600
Sem pessoal ocupado	302	-	628
De 1 a 2	21	28	437
De 3 a 4	13	44	621
De 5 a 9	38	263	5 508
De 10 a 49	66	1 691	29 069
De 50 a 99	29	1 904	44 160
De 100 a 499	25	4 280	106 788
500 e mais	4	2 584	68 389

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Espírito Santo			
Assistência social	466	4 057	75 979
Sem pessoal ocupado	255	-	252
De 1 a 2	54	72	1 499
De 3 a 4	22	77	781
De 5 a 9	47	319	4 273
De 10 a 49	72	1 530	19 241
De 50 a 99	11	734	10 526
De 100 a 499	5	1 325	39 407
500 e mais	-	-	-
Religião	2 427	3 917	47 472
Sem pessoal ocupado	1 644	-	1 387
De 1 a 2	477	630	4 987
De 3 a 4	140	478	4 305
De 5 a 9	114	729	6 791
De 10 a 49	44	769	10 298
De 50 a 99	6	400	3 557
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	1	x	x
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	986	1 546	26 300
Sem pessoal ocupado	752	-	130
De 1 a 2	149	186	2 287
De 3 a 4	33	114	1 227
De 5 a 9	27	181	2 665
De 10 a 49	22	528	9 455
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	52	x	x
Sem pessoal ocupado	40	-	32
De 1 a 2	7	10	117
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	3	19	193
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	582	1 356	20 220
Sem pessoal ocupado	464	-	1 107
De 1 a 2	69	92	1 607
De 3 a 4	16	53	814
De 5 a 9	12	72	1 062
De 10 a 49	12	244	3 593
De 50 a 99	6	419	5 868
De 100 a 499	3	476	6 168
500 e mais	-	-	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	602	2 615	129 080
Sem pessoal ocupado	505	-	203
De 1 a 2	46	62	690
De 3 a 4	16	58	939
De 5 a 9	14	102	2 351
De 10 a 49	13	286	4 501
De 50 a 99	4	252	2 495
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio de Janeiro	25 881	210 688	4 986 562
Habitação	5	76	5 345
Sem pessoal ocupado	3	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	406	33 228	684 067
Sem pessoal ocupado	166	-	345
De 1 a 2	55	79	1 042
De 3 a 4	24	84	1 148
De 5 a 9	22	145	4 037
De 10 a 49	54	1 350	22 034
De 50 a 99	26	1 909	29 056
De 100 a 499	41	10 758	207 674
500 e mais	18	18 903	418 730
Cultura e recreação	2 663	18 862	445 730
Sem pessoal ocupado	1 720	-	1 020
De 1 a 2	306	414	5 420
De 3 a 4	150	511	6 411
De 5 a 9	144	945	12 038
De 10 a 49	259	5 448	81 956
De 50 a 99	41	x	x
De 100 a 499	41	7 479	199 748
500 e mais	2	x	x
Educação e pesquisa	1 911	67 390	1 921 312
Sem pessoal ocupado	954	-	2 274
De 1 a 2	149	213	4 599
De 3 a 4	65	222	3 567
De 5 a 9	116	782	14 278
De 10 a 49	342	8 563	147 938
De 50 a 99	122	8 486	185 765
De 100 a 499	142	27 623	833 797
500 e mais	21	21 501	729 093
Assistência social	2 116	27 581	554 938
Sem pessoal ocupado	1 175	-	3 839
De 1 a 2	228	300	4 861
De 3 a 4	110	370	5 969
De 5 a 9	154	1 055	18 169
De 10 a 49	334	7 505	117 831
De 50 a 99	59	4 261	86 226
De 100 a 499	52	10 479	269 335
500 e mais	4	3 611	48 707
Religião	12 963	18 138	265 090
Sem pessoal ocupado	10 251	-	1 248
De 1 a 2	1 662	2 169	19 208
De 3 a 4	397	1 350	13 493
De 5 a 9	338	2 155	24 904
De 10 a 49	268	5 161	71 642
De 50 a 99	26	1 881	23 959
De 100 a 499	20	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio de Janeiro			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 741	10 852	216 800
Sem pessoal ocupado	845	-	876
De 1 a 2	415	563	7 730
De 3 a 4	179	608	12 042
De 5 a 9	136	871	18 157
De 10 a 49	131	2 564	50 494
De 50 a 99	21	1 474	37 643
De 100 a 499	11	2 177	58 028
500 e mais	3	2 595	31 829
Meio ambiente e proteção animal	213	812	21 546
Sem pessoal ocupado	140	-	84
De 1 a 2	32	49	722
De 3 a 4	10	35	477
De 5 a 9	9	55	1 362
De 10 a 49	20	454	11 211
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 682	17 743	407 349
Sem pessoal ocupado	1 062	-	2 114
De 1 a 2	228	305	4 862
De 3 a 4	97	341	6 456
De 5 a 9	98	649	10 046
De 10 a 49	158	3 353	65 483
De 50 a 99	23	1 551	25 716
De 100 a 499	11	1 941	59 886
500 e mais	5	9 603	232 788
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 181	16 006	464 386
Sem pessoal ocupado	1 669	-	1 365
De 1 a 2	160	211	4 011
De 3 a 4	75	259	4 865
De 5 a 9	83	555	10 328
De 10 a 49	138	3 039	67 234
De 50 a 99	27	1 857	51 681
De 100 a 499	24	4 936	197 661
500 e mais	5	5 149	127 240
São Paulo			
	59 586	748 670	18 673 794
Habituação	80	225	3 253
Sem pessoal ocupado	58	-	60
De 1 a 2	9	12	163
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	4	26	345
De 10 a 49	6	109	1 644
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	1 825	246 234	6 329 283
Sem pessoal ocupado	617	-	34 326
De 1 a 2	182	253	6 031
De 3 a 4	74	259	5 664
De 5 a 9	134	901	14 263
De 10 a 49	323	7 757	139 706
De 50 a 99	124	8 946	148 349
De 100 a 499	245	56 672	1 107 216
500 e mais	126	171 446	4 873 729

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
São Paulo			
Cultura e recreação	7 631	53 292	1 258 537
Sem pessoal ocupado	4 790	-	10 082
De 1 a 2	1 230	1 627	19 612
De 3 a 4	399	1 356	16 860
De 5 a 9	427	2 842	40 862
De 10 a 49	550	12 683	230 993
De 50 a 99	128	9 050	164 772
De 100 a 499	100	19 893	503 628
500 e mais	7	5 841	271 728
Educação e pesquisa	4 149	177 590	5 666 554
Sem pessoal ocupado	1 589	-	3 569
De 1 a 2	379	502	15 792
De 3 a 4	173	609	12 132
De 5 a 9	284	1 899	36 968
De 10 a 49	1 011	24 824	552 032
De 50 a 99	332	23 759	625 078
De 100 a 499	325	64 543	2 019 210
500 e mais	56	61 454	2 401 772
Assistência social	7 764	108 157	1 775 064
Sem pessoal ocupado	3 592	-	4 526
De 1 a 2	833	1 112	16 726
De 3 a 4	338	1 166	18 922
De 5 a 9	727	5 095	74 974
De 10 a 49	1 825	40 081	574 793
De 50 a 99	276	18 894	318 713
De 100 a 499	158	29 130	559 373
500 e mais	15	12 679	207 038
Religião	22 587	39 372	664 614
Sem pessoal ocupado	17 490	-	2 455
De 1 a 2	2 745	3 703	35 853
De 3 a 4	1 019	3 483	36 759
De 5 a 9	709	4 517	56 068
De 10 a 49	519	10 541	170 226
De 50 a 99	58	3 947	71 002
De 100 a 499	42	8 743	215 130
500 e mais	5	4 438	77 122
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	5 155	46 106	1 314 610
Sem pessoal ocupado	2 415	-	1 900
De 1 a 2	1 327	1 791	33 126
De 3 a 4	471	1 592	34 468
De 5 a 9	484	3 157	70 919
De 10 a 49	356	7 049	169 989
De 50 a 99	64	4 232	108 617
De 100 a 499	31	6 760	186 207
500 e mais	7	21 525	709 384
Meio ambiente e proteção animal	574	2 494	49 467
Sem pessoal ocupado	426	-	170
De 1 a 2	64	82	1 170
De 3 a 4	27	92	1 941
De 5 a 9	24	169	2 777
De 10 a 49	23	409	9 088
De 50 a 99	5	342	9 937
De 100 a 499	4	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
São Paulo			
Desenvolvimento e defesa de direitos	4 815	40 585	837 023
Sem pessoal ocupado	3 190	-	1 766
De 1 a 2	612	806	11 969
De 3 a 4	210	725	11 762
De 5 a 9	288	1 937	28 731
De 10 a 49	395	8 599	135 411
De 50 a 99	54	3 755	66 062
De 100 a 499	54	10 959	196 612
500 e mais	12	13 804	384 711
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	5 006	34 615	775 388
Sem pessoal ocupado	3 282	-	3 457
De 1 a 2	542	707	15 946
De 3 a 4	247	864	17 328
De 5 a 9	361	2 449	39 596
De 10 a 49	428	9 014	164 999
De 50 a 99	67	4 592	107 424
De 100 a 499	74	12 638	346 574
500 e mais	5	4 351	80 064
Paraná	20 739	133 580	2 434 360
Habitação	33	57	628
Sem pessoal ocupado	20	-	44
De 1 a 2	4	6	72
De 3 a 4	6	20	194
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	534	30 836	468 340
Sem pessoal ocupado	209	-	531
De 1 a 2	62	83	1 142
De 3 a 4	28	94	1 085
De 5 a 9	32	221	3 323
De 10 a 49	122	3 093	41 435
De 50 a 99	26	1 876	25 350
De 100 a 499	41	9 959	145 557
500 e mais	14	15 510	249 917
Cultura e recreação	2 812	16 878	415 160
Sem pessoal ocupado	1 922	-	795
De 1 a 2	466	619	5 844
De 3 a 4	118	406	4 886
De 5 a 9	111	714	8 501
De 10 a 49	144	2 928	41 787
De 50 a 99	29	2 049	34 936
De 100 a 499	18	3 762	107 963
500 e mais	4	6 400	210 449
Educação e pesquisa	1 080	24 062	513 031
Sem pessoal ocupado	455	-	147
De 1 a 2	108	156	3 401
De 3 a 4	43	152	2 140
De 5 a 9	93	645	10 610
De 10 a 49	259	6 159	102 691
De 50 a 99	67	4 561	80 726
De 100 a 499	49	8 652	223 296
500 e mais	6	3 737	90 020

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Paraná			
Assistência social	2 754	26 828	454 198
Sem pessoal ocupado	1 562	-	1 285
De 1 a 2	235	317	3 637
De 3 a 4	123	432	5 182
De 5 a 9	255	1 758	19 262
De 10 a 49	481	9 875	127 858
De 50 a 99	58	3 848	82 251
De 100 a 499	35	6 292	130 188
500 e mais	5	4 306	84 535
Religião	5 303	12 512	180 394
Sem pessoal ocupado	3 499	-	525
De 1 a 2	842	1 206	10 159
De 3 a 4	414	1 422	13 454
De 5 a 9	329	2 121	20 877
De 10 a 49	179	3 530	47 572
De 50 a 99	23	1 583	25 663
De 100 a 499	17	2 650	62 145
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	3 381	7 843	172 872
Sem pessoal ocupado	2 547	-	976
De 1 a 2	499	652	7 683
De 3 a 4	106	355	6 728
De 5 a 9	122	797	12 244
De 10 a 49	90	1 740	27 657
De 50 a 99	10	629	12 988
De 100 a 499	6	x	x
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	174	309	9 920
Sem pessoal ocupado	134	-	32
De 1 a 2	22	30	1 026
De 3 a 4	6	19	419
De 5 a 9	3	x	x
De 10 a 49	8	172	5 999
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 942	4 113	83 495
Sem pessoal ocupado	2 591	-	398
De 1 a 2	180	226	2 706
De 3 a 4	63	212	3 017
De 5 a 9	53	351	5 318
De 10 a 49	48	942	14 273
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	3	707	28 279
500 e mais	2	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 726	10 142	136 322
Sem pessoal ocupado	1 325	-	2 197
De 1 a 2	169	213	2 895
De 3 a 4	59	203	2 615
De 5 a 9	61	408	4 721
De 10 a 49	93	1 918	25 626
De 50 a 99	8	522	7 641
De 100 a 499	8	2 171	26 540
500 e mais	3	4 707	64 087

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Santa Catarina	16 517	79 487	1 653 563
Habitação	7	-	-
Sem pessoal ocupado	7	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	297	18 625	322 247
Sem pessoal ocupado	106	-	82
De 1 a 2	26	35	793
De 3 a 4	12	40	532
De 5 a 9	15	106	1 761
De 10 a 49	73	1 802	25 744
De 50 a 99	23	1 554	22 365
De 100 a 499	30	6 244	105 914
500 e mais	12	8 844	165 055
Cultura e recreação	3 978	3 975	71 438
Sem pessoal ocupado	3 386	-	857
De 1 a 2	320	428	4 254
De 3 a 4	89	302	3 751
De 5 a 9	82	541	7 090
De 10 a 49	91	1 680	23 293
De 50 a 99	5	338	5 675
De 100 a 499	5	686	26 518
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	881	29 890	764 136
Sem pessoal ocupado	336	-	500
De 1 a 2	82	117	1 535
De 3 a 4	60	206	2 734
De 5 a 9	98	660	9 164
De 10 a 49	174	3 820	56 871
De 50 a 99	63	4 470	82 325
De 100 a 499	60	11 531	263 011
500 e mais	8	9 086	347 997
Assistência social	2 811	9 814	141 711
Sem pessoal ocupado	2 264	-	1 310
De 1 a 2	190	251	2 771
De 3 a 4	75	265	3 451
De 5 a 9	105	714	9 162
De 10 a 49	148	2 907	41 944
De 50 a 99	19	1 282	24 191
De 100 a 499	7	1 322	15 574
500 e mais	3	3 073	43 308
Religião	2 408	4 334	59 337
Sem pessoal ocupado	1 662	-	303
De 1 a 2	377	522	4 657
De 3 a 4	178	601	5 818
De 5 a 9	111	707	7 809
De 10 a 49	70	1 223	15 301
De 50 a 99	7	500	8 152
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Santa Catarina			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	1 999	4 152	78 525
Sem pessoal ocupado	1 308	-	500
De 1 a 2	422	546	6 294
De 3 a 4	101	341	5 134
De 5 a 9	77	477	7 675
De 10 a 49	85	1 731	30 982
De 50 a 99	3	207	3 997
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	150	244	3 273
Sem pessoal ocupado	124	-	176
De 1 a 2	16	19	306
De 3 a 4	3	11	156
De 5 a 9	4	24	339
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 600	3 425	73 259
Sem pessoal ocupado	2 284	-	408
De 1 a 2	153	201	2 412
De 3 a 4	38	130	1 880
De 5 a 9	54	365	6 635
De 10 a 49	62	1 256	22 269
De 50 a 99	7	438	6 218
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 386	5 028	139 639
Sem pessoal ocupado	1 116	-	760
De 1 a 2	124	165	2 773
De 3 a 4	47	160	2 306
De 5 a 9	34	215	3 523
De 10 a 49	50	1 078	20 016
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	9	1 979	47 800
500 e mais	2	x	x
Rio Grande do Sul			
Habitação	43	-	-
Sem pessoal ocupado	43	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	596	62 919	1 267 739
Sem pessoal ocupado	179	-	1 786
De 1 a 2	54	71	1 119
De 3 a 4	20	67	1 626
De 5 a 9	36	248	4 033
De 10 a 49	141	3 584	51 813
De 50 a 99	57	4 003	76 885
De 100 a 499	79	17 330	271 628
500 e mais	30	37 616	858 848

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Sul			
Cultura e recreação	5 811	13 178	305 589
Sem pessoal ocupado	4 810	-	2 132
De 1 a 2	509	692	6 665
De 3 a 4	152	517	5 779
De 5 a 9	150	984	12 282
De 10 a 49	145	2 919	42 504
De 50 a 99	18	1 127	15 804
De 100 a 499	23	4 027	116 538
500 e mais	4	2 912	103 886
Educação e pesquisa	1 573	45 100	1 330 052
Sem pessoal ocupado	717	-	1 055
De 1 a 2	95	132	3 700
De 3 a 4	77	269	4 545
De 5 a 9	111	761	16 879
De 10 a 49	364	9 204	161 705
De 50 a 99	126	8 567	167 415
De 100 a 499	71	12 269	340 157
500 e mais	12	13 898	634 596
Assistência social	3 239	22 704	493 670
Sem pessoal ocupado	2 279	-	662
De 1 a 2	207	281	3 691
De 3 a 4	127	440	6 798
De 5 a 9	205	1 399	17 889
De 10 a 49	346	7 223	98 875
De 50 a 99	46	3 041	54 007
De 100 a 499	25	4 230	79 251
500 e mais	4	6 090	232 498
Religião	5 100	7 706	123 857
Sem pessoal ocupado	3 819	-	3 139
De 1 a 2	719	1 005	8 445
De 3 a 4	258	868	8 354
De 5 a 9	172	1 112	12 656
De 10 a 49	116	2 398	32 884
De 50 a 99	12	841	12 292
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	1	x	x
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	3 208	5 186	105 885
Sem pessoal ocupado	2 329	-	420
De 1 a 2	524	690	10 300
De 3 a 4	131	435	6 618
De 5 a 9	125	777	13 548
De 10 a 49	85	1 524	28 101
De 50 a 99	6	436	9 564
De 100 a 499	8	1 324	37 334
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	199	232	3 571
Sem pessoal ocupado	168	-	150
De 1 a 2	16	20	301
De 3 a 4	4	13	195
De 5 a 9	7	42	622
De 10 a 49	3	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Rio Grande do Sul			
Desenvolvimento e defesa de direitos	3 684	9 310	242 841
Sem pessoal ocupado	3 082	-	839
De 1 a 2	263	340	4 614
De 3 a 4	84	289	5 222
De 5 a 9	106	717	10 332
De 10 a 49	128	2 450	34 079
De 50 a 99	7	x	x
De 100 a 499	12	2 040	64 083
500 e mais	2	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 924	6 558	169 855
Sem pessoal ocupado	1 550	-	840
De 1 a 2	164	214	4 320
De 3 a 4	48	168	2 479
De 5 a 9	45	291	4 765
De 10 a 49	97	2 177	33 386
De 50 a 99	13	821	17 238
De 100 a 499	5	x	x
500 e mais	2	x	x
Mato Grosso do Sul			
	3 733	26 523	403 976
Habitação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	-	-	-
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	99	7 063	102 563
Sem pessoal ocupado	34	-	503
De 1 a 2	12	16	197
De 3 a 4	7	24	218
De 5 a 9	6	x	x
De 10 a 49	18	485	6 120
De 50 a 99	8	558	8 130
De 100 a 499	12	2 660	35 706
500 e mais	2	x	x
Cultura e recreação	501	1 584	26 501
Sem pessoal ocupado	316	-	198
De 1 a 2	104	134	1 226
De 3 a 4	35	118	1 111
De 5 a 9	21	131	1 513
De 10 a 49	19	339	4 067
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	210	6 432	128 293
Sem pessoal ocupado	86	-	312
De 1 a 2	16	28	576
De 3 a 4	5	16	208
De 5 a 9	11	82	1 125
De 10 a 49	61	1 525	26 234
De 50 a 99	23	1 609	29 091
De 100 a 499	5	822	16 465
500 e mais	3	2 350	54 282

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Mato Grosso do Sul			
Assistência social	404	2 671	32 812
Sem pessoal ocupado	191	-	151
De 1 a 2	71	97	902
De 3 a 4	29	100	1 080
De 5 a 9	41	284	2 738
De 10 a 49	64	1 283	14 338
De 50 a 99	4	251	3 106
De 100 a 499	4	656	10 496
500 e mais	-	-	-
Religião	1 420	5 158	69 549
Sem pessoal ocupado	1 068	-	160
De 1 a 2	203	250	2 026
De 3 a 4	69	234	2 250
De 5 a 9	53	346	3 325
De 10 a 49	23	445	5 653
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	2	x	x
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	492	1 445	19 638
Sem pessoal ocupado	321	-	76
De 1 a 2	95	123	1 249
De 3 a 4	30	97	1 242
De 5 a 9	25	156	2 036
De 10 a 49	19	408	5 873
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	1	x	x
Meio ambiente e proteção animal	24	x	x
Sem pessoal ocupado	17	-	1
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	3	16	499
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	289	1 374	12 361
Sem pessoal ocupado	230	-	57
De 1 a 2	31	38	340
De 3 a 4	11	35	610
De 5 a 9	8	50	515
De 10 a 49	6	86	2 121
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	293	744	11 254
Sem pessoal ocupado	216	-	22
De 1 a 2	38	51	774
De 3 a 4	8	25	278
De 5 a 9	13	86	1 336
De 10 a 49	15	323	4 102
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Mato Grosso	4 070	19 107	312 402
Habituação	1	x	x
Sem pessoal ocupado	1	x	x
De 1 a 2	-	-	-
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	-	-	-
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	58	3 767	58 957
Sem pessoal ocupado	17	-	65
De 1 a 2	11	14	147
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	4	x	x
De 10 a 49	11	282	3 739
De 50 a 99	5	366	6 931
De 100 a 499	9	2 324	33 422
500 e mais	1	x	x
Cultura e recreação	381	641	7 528
Sem pessoal ocupado	242	-	343
De 1 a 2	76	107	1 006
De 3 a 4	28	94	1 019
De 5 a 9	18	110	1 091
De 10 a 49	16	x	x
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	293	5 738	112 784
Sem pessoal ocupado	160	-	57
De 1 a 2	20	23	650
De 3 a 4	6	x	x
De 5 a 9	19	128	1 919
De 10 a 49	53	1 315	20 883
De 50 a 99	27	1 803	36 581
De 100 a 499	7	1 610	35 668
500 e mais	1	x	x
Assistência social	417	2 478	30 151
Sem pessoal ocupado	251	-	1 437
De 1 a 2	48	61	610
De 3 a 4	16	57	640
De 5 a 9	46	314	3 277
De 10 a 49	44	856	9 870
De 50 a 99	9	566	8 578
De 100 a 499	3	624	5 739
500 e mais	-	-	-
Religião	1 171	1 826	19 387
Sem pessoal ocupado	807	-	221
De 1 a 2	207	267	2 407
De 3 a 4	61	208	1 842
De 5 a 9	70	481	5 170
De 10 a 49	21	374	4 047
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Mato Grosso			
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	899	1 469	21 554
Sem pessoal ocupado	676	-	225
De 1 a 2	106	139	1 501
De 3 a 4	47	155	1 949
De 5 a 9	38	236	4 028
De 10 a 49	27	510	9 049
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	46	x	x
Sem pessoal ocupado	31	-	14
De 1 a 2	8	9	106
De 3 a 4	2	x	x
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	2	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	314	1 599	28 260
Sem pessoal ocupado	260	-	54
De 1 a 2	22	29	387
De 3 a 4	9	30	274
De 5 a 9	11	63	1 100
De 10 a 49	7	122	1 172
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	2	x	x
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	490	1 407	29 430
Sem pessoal ocupado	405	-	211
De 1 a 2	41	57	667
De 3 a 4	10	32	859
De 5 a 9	14	85	5 139
De 10 a 49	15	368	6 367
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	-	-	-
Goias	6 609	42 317	756 518
Habituação	5	22	188
Sem pessoal ocupado	3	-	-
De 1 a 2	1	x	x
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	-	-	-
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	125	5 955	104 640
Sem pessoal ocupado	60	-	74
De 1 a 2	15	18	180
De 3 a 4	5	18	222
De 5 a 9	7	43	538
De 10 a 49	18	421	6 292
De 50 a 99	8	622	9 049
De 100 a 499	9	2 076	33 397
500 e mais	3	2 757	54 888

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Goiás			
Cultura e recreação	615	4 990	170 856
Sem pessoal ocupado	348	-	199
De 1 a 2	126	164	1 492
De 3 a 4	50	170	1 719
De 5 a 9	39	249	2 386
De 10 a 49	40	695	9 461
De 50 a 99	8	591	12 731
De 100 a 499	3	x	x
500 e mais	1	x	x
Educação e pesquisa	411	14 525	250 729
Sem pessoal ocupado	219	-	109
De 1 a 2	31	41	465
De 3 a 4	14	49	472
De 5 a 9	21	143	1 801
De 10 a 49	78	1 834	25 494
De 50 a 99	28	1 831	31 098
De 100 a 499	13	2 589	64 260
500 e mais	7	8 038	127 030
Assistência social	652	5 237	87 662
Sem pessoal ocupado	368	-	270
De 1 a 2	84	118	1 347
De 3 a 4	47	162	1 899
De 5 a 9	53	359	3 877
De 10 a 49	83	1 487	19 385
De 50 a 99	9	560	10 092
De 100 a 499	5	830	10 528
500 e mais	3	1 721	40 265
Religião	2 661	6 014	63 973
Sem pessoal ocupado	1 776	-	428
De 1 a 2	497	667	5 654
De 3 a 4	168	555	5 279
De 5 a 9	109	732	7 116
De 10 a 49	100	1 850	22 081
De 50 a 99	8	519	5 270
De 100 a 499	1	x	x
500 e mais	2	x	x
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	990	1 701	25 594
Sem pessoal ocupado	651	-	184
De 1 a 2	201	266	3 205
De 3 a 4	62	220	2 455
De 5 a 9	39	259	4 077
De 10 a 49	32	618	8 424
De 50 a 99	5	338	7 250
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	54	77	1 177
Sem pessoal ocupado	42	-	41
De 1 a 2	6	6	150
De 3 a 4	-	-	-
De 5 a 9	3	17	151
De 10 a 49	3	54	834
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(continuação)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Goiás			
Desenvolvimento e defesa de direitos	510	1 959	23 105
Sem pessoal ocupado	395	-	130
De 1 a 2	59	79	881
De 3 a 4	24	85	1 139
De 5 a 9	14	90	927
De 10 a 49	12	245	2 815
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	3	810	12 010
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	586	1 837	28 595
Sem pessoal ocupado	464	-	271
De 1 a 2	53	65	962
De 3 a 4	16	55	778
De 5 a 9	21	146	2 298
De 10 a 49	22	463	6 198
De 50 a 99	7	529	9 359
De 100 a 499	3	579	8 728
500 e mais	-	-	-
Distrito Federal	4 371	49 470	1 479 120
Habituação	9	66	362
Sem pessoal ocupado	2	x	x
De 1 a 2	3	4	68
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	1	x	x
De 50 a 99	-	-	-
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	-	-	-
Saúde	74	5 239	280 168
Sem pessoal ocupado	27	-	20
De 1 a 2	13	21	411
De 3 a 4	7	25	454
De 5 a 9	8	56	1 355
De 10 a 49	10	148	4 245
De 50 a 99	2	x	x
De 100 a 499	4	913	47 342
500 e mais	3	x	x
Cultura e recreação	441	4 469	138 364
Sem pessoal ocupado	271	-	321
De 1 a 2	64	83	1 441
De 3 a 4	22	73	845
De 5 a 9	21	136	4 058
De 10 a 49	37	804	25 715
De 50 a 99	15	1 043	35 011
De 100 a 499	11	2 330	70 974
500 e mais	-	-	-
Educação e pesquisa	398	17 818	547 463
Sem pessoal ocupado	143	-	116
De 1 a 2	48	66	3 477
De 3 a 4	15	49	1 269
De 5 a 9	33	229	7 402
De 10 a 49	82	1 904	52 772
De 50 a 99	39	2 670	73 628
De 100 a 499	32	6 189	169 889
500 e mais	6	6 711	238 910

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as Unidades da Federação, a classificação das entidades sem fins lucrativos e as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2010

(conclusão)

Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado	Unidades locais	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
Distrito Federal			
Assistência social	388	7 467	132 909
Sem pessoal ocupado	198	-	285
De 1 a 2	58	78	1 031
De 3 a 4	23	80	1 032
De 5 a 9	27	174	6 183
De 10 a 49	50	1 366	21 935
De 50 a 99	18	1 272	39 247
De 100 a 499	12	x	x
500 e mais	2	x	x
Religião	1 386	4 505	82 627
Sem pessoal ocupado	859	-	158
De 1 a 2	261	337	3 275
De 3 a 4	87	292	3 429
De 5 a 9	98	620	7 551
De 10 a 49	66	1 288	21 708
De 50 a 99	7	508	7 094
De 100 a 499	8	1 460	39 412
500 e mais	-	-	-
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	623	4 461	107 624
Sem pessoal ocupado	235	-	587
De 1 a 2	194	264	4 928
De 3 a 4	65	227	5 638
De 5 a 9	47	300	9 416
De 10 a 49	66	1 326	29 603
De 50 a 99	5	297	5 673
De 100 a 499	11	2 047	51 780
500 e mais	-	-	-
Meio ambiente e proteção animal	54	735	38 876
Sem pessoal ocupado	37	-	54
De 1 a 2	9	13	468
De 3 a 4	1	x	x
De 5 a 9	2	x	x
De 10 a 49	3	81	4 349
De 50 a 99	1	x	x
De 100 a 499	-	-	-
500 e mais	1	x	x
Desenvolvimento e defesa de direitos	413	1 965	43 375
Sem pessoal ocupado	251	-	224
De 1 a 2	100	126	2 116
De 3 a 4	26	90	1 647
De 5 a 9	12	78	2 088
De 10 a 49	15	336	10 945
De 50 a 99	4	x	x
De 100 a 499	4	510	18 410
500 e mais	1	x	x
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	585	2 745	107 352
Sem pessoal ocupado	380	-	1 318
De 1 a 2	94	124	2 530
De 3 a 4	29	100	1 530
De 5 a 9	27	177	4 577
De 10 a 49	45	1 128	29 411
De 50 a 99	4	307	8 884
De 100 a 499	6	909	59 102
500 e mais	-	-	-

Referências

CLASSIFICATION of the purposes of non-profit institutions serving households - COPNI. New York: United Nations, Statistics Division. 1999. (Statistical papers. Series M, n. 84). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=6>>. Acesso em: nov. 2012.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 182 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastro_empresa/2007/cempre2007.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

AS FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 156 p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 8). Acompanha 1 CD-ROM. Estudo realizado pelo IBGE em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

HANDBOOK on non-profit institutions in the system of national accounts. New York: United Nations, Statistics Division, 2003. 327 p. (Studies in methods. Series F, n. 91). Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

Anexos

1 Relação das tabelas apresentadas no CD-ROM para os anos de 2006 (antiga e nova metodologias), 2008 e 2010

2 Tabela de Natureza Jurídica 2009.1

3 Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias - COPNI

4 Estrutura completa e notas explicativas da "COPNI ampliada"

1 Relação das tabelas apresentadas no CD-ROM para os anos de 2006 (antiga e nova metodologias), 2008 e 2010

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

Tabela 1 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil

Tabela 2 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Tabela 3 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo tipo de entidade e classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Tabela 4 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil

Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação - Brasil

Tabela 6 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

Tabela 7 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por tipo de entidade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

Tabela 8 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Tabela 9 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo Unidades da Federação, classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil

Tabela 10 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo Unidades da Federação e Municípios - Brasil

Tabela 11 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo municípios selecionados e grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Entidades sem Fins Lucrativos

Tabela 12 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Tabela 13 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil

Tabela 14 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação - Brasil

Tabela 15 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil

Tabela 16 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo Unidades da Federação e classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil

Tabela 17 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo Unidades da Federação, grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil

Tabela 18 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, segundo Unidades da Federação e Municípios - Brasil

Anexo 2 - Tabela da natureza jurídica 2009.1

(continua)

Código	Descrição
1. Administração Pública	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Federal
114-7	Fundação Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público
121-0	Associação Pública
2. Entidades Empresariais	
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
206-2	Sociedade Empresária Limitada
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento

Anexo 2 - Tabela da natureza jurídica 2009.1

(conclusão)

Código	Descrição
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
3. Entidades sem Fins Lucrativos	
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edifício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
312-3	Partido Político
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
399-9	Associação Privada
4. Pessoas Físicas	
Nota: O detalhamento da categoria 4 Pessoas Físicas é voltado ao atendimento de necessidades específicas dos órgãos usuários da Tabela de Natureza Jurídica, com o cuidado de serem definidos códigos numéricos diferentes para cada caso. Os códigos abaixo especificados referem-se a segmentos da categoria jurídica Pessoas Físicas definidos para uso na SRF (código 401-4), de acordo com a legislação tributária, e para uso do INSS (códigos 402-2 e 408-1), de acordo com a legislação previdenciária. Fica em aberto a definição de novos códigos para necessidades específicas de outros órgãos usuários da tabela.	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
402-2	Segurado Especial
408-1	Contribuinte individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
411-1	Leiloeiro
5. Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais

Nota: Organizada no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, através da Resolução CONCLA nº 2, de 21.12.2011, publicada no Diário Oficial da União em 30.12.2011, no endereço: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica/tabela-de-natureza-juridica>>.

3 Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias - COPNI

01 Habitação

01.0 Habitação

02 Saúde

02.1 Medicamentos, produtos e equipamentos médicos

02.2 Serviços para pacientes em ambulatório

02.3 Serviços hospitalares

02.4 Serviços de saúde pública

02.5 Estudos e pesquisas na área de saúde

02.6 Outros serviços de saúde

03 Lazer, recreação e cultura

03.1 Serviços desportivos e recreativos

03.2 Serviços culturais

04 Educação

04.1 Educação infantil e ensino básico

04.2 Ensino secundário

04.3 Ensino pós-secundário não superior

04.4 Educação superior

04.5 Ensino não definível por níveis

04.6 Estudos e pesquisas na área de educação

04.7 Outros serviços de educação/ensino

05 Proteção social

05.1 Serviços de proteção social

05.2 Estudos e pesquisas na área de proteção social

06 Religião

06.0 Religião

07 Partidos políticos, organizações laborais e profissionais

07.1 Serviços de partidos políticos

07.2 Serviços de organizações laborais

07.3 Serviços de organizações profissionais

08 Meio ambiente

08.1 Serviços de proteção ao meio ambiente

08.2 Estudos e pesquisas na área de meio ambiente

09 Serviços não especificados

09.1 Serviços não especificados.

09.2 Estudos e pesquisas em áreas não especificadas

4 Estrutura completa e notas explicativas da "COPNI ampliada"

Grupo 01: Habitação

01.0 Habitação

Este subgrupo compreende:

- As associações responsáveis pelo desenvolvimento, construção, gestão, arrendamento, financiamento, renovação e reabilitação de habitações; e
- As sociedades e cooperativas habitacionais.

Grupo 02: Saúde

02.1 Hospitais

Este subgrupo compreende:

- Os hospitais, as casas de saúde; e
- Os serviços de hospitalização prestados a pacientes internos, realizados em hospitais gerais e especializados, sanatórios, centros de medicina preventiva e outras instituições de saúde com internação.

Este subgrupo compreende também:

- Os serviços prestados pelas unidades mistas de saúde, que são compostas por um centro de saúde e uma unidade de internação com características de hospital local de pequeno porte, sob administração única.

02.2 Outros serviços de saúde

Este subgrupo compreende:

- Os centros de atenção à saúde e os agentes comunitários de saúde;
- As atividades de atendimento a urgências e emergências;
- As atividades de atenção ambulatorial;
- As atividades de serviços de complementação diagnóstica ou terapêutica;
- As atividades de outros profissionais da área de saúde;
- As associações, centros ou institutos de terapias alternativas; e
- Outras atividades relacionadas com atenção à saúde.

Grupo 03: Cultura e recreação

03.1 Cultura e arte

Este subgrupo compreende:

- As associações culturais, as associações de artesãos, as escolas de samba, os grupos carnavalescos, as academias de letras, os teatros, as bandas, os corais, os grupos folclóricos, os museus, as bibliotecas, as rádios, as filarmônicas e os centros de tradições gaúchas.

Este subgrupo compreende também:

- A edição, impressão e reprodução de gravações;
- As atividades cinematográficas e de vídeo;
- As atividades de rádio e de televisão; e
- Outras atividades artísticas e de espetáculos.

03.2 Esporte e recreação

Este subgrupo compreende:

- Os grupos escoteiros, os guardas-mirins;
- As associações recreativas, esportivas e atléticas;
- As associações de funcionários voltadas para o esporte, lazer e recreação;
- Os clubes diversos, tais como: de futebol, esportivos, *kart*, moto, *camping*, *jockey*, *jeep*, *aero*, entre outros; e
- As associações de turismo em geral.

Este subgrupo compreende também:

- As associações de intercâmbios;
- As associações de Yoga;
- As atividades desportivas; e
- Outras atividades relacionadas ao lazer.

Grupo 04: Educação e pesquisa

04.1 Educação infantil

Este subgrupo compreende:

- As atividades de creches, ensino pré-escolar em escolas maternas e jardins de infância;
- As atividades de instituições de ensino que se destinam ao desenvolvimento integral da criança, em geral, de até 3 anos de idade; e
- As atividades de ensino pré-escolar em escolas maternas e jardins de infância, preferencialmente, para crianças de 4 a 6 anos de idade.

Este subgrupo compreende também:

- As instituições assistenciais que abrigam crianças cujas mães são necessitadas ou trabalham fora do lar;
- As atividades do 1º ano do ensino fundamental, quando prestadas por escolas maternas e jardins de infância; e
- As escolas de educação especial que desenvolvem atividades educacionais regulares de educação infantil.

04.2 Ensino fundamental

Este subgrupo compreende:

- As atividades de ensino fundamental;
- As instituições que oferecem cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino fundamental, da modalidade de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino fundamental; e
- Os serviços educacionais de educação especial no ensino fundamental oferecidos em escola exclusivamente especializada.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades dos cursos de alfabetização de adultos;
- As atividades de ensino a distância no ensino fundamental; e
- As atividades de ensino especial do ensino fundamental.

04.3 Ensino médio

Este subgrupo compreende:

- As atividades de ensino médio de formação geral (ensino médio regular);
- Os serviços educacionais de educação especial no ensino médio;
- As instituições que oferecem os cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino médio da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino médio.
- O ensino médio profissionalizante, programa em extinção que está sendo substituído, gradativamente, pelos cursos de educação profissional; e
- As instituições que oferecem cursos normais de nível médio.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades de ensino a distância do ensino médio; e
- As atividades de ensino especial do ensino médio.

04.4 Educação superior

Este subgrupo compreende:

- O ensino superior geral, profissional, técnico ou científico em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em universidades, faculdades e escolas superiores isoladas;
- As instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, podendo ou não oferecer cursos de extensão universitária;
- As instituições de educação superior que oferecem cursos de graduação e com programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, podendo ainda oferecer cursos de especialização, aperfeiçoamento, dentre outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de educação superior; e
- As instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de pós-graduação e/ou cursos de extensão abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Este subgrupo compreende também:

- As instituições de educação superior que oferecem cursos sequenciais, cursos por campo de saber (áreas de conhecimento) de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

04.5 Caixas escolares e similares

Este subgrupo compreende:

- As unidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: caixas escolares, caixa de custeio, conselhos escolares, conselhos deliberativos, associações de pais e mestres, círculo de mestres e similares.

04.6 Estudos e pesquisas

Este subgrupo compreende:

- Os centros de estudos e pesquisa em educação;
- As atividades de pesquisas básicas, trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidas com o objetivo de obtenção de novos conhecimentos sobre causas de fenômenos ou efeitos observáveis, sem a previsão de sua aplicação ou uso determinado;
- As atividades de pesquisa aplicada, de natureza original, com o objetivo de adquirir novos conhecimentos para uma determinada finalidade; e
- As atividades de pesquisa experimental, envolvendo pesquisas ou experiências com objetivo de criar ou aperfeiçoar materiais, produtos, dispositivos, processos, sistemas e serviços.

04.7 Educação profissional

Este subgrupo compreende:

- As instituições que oferecem cursos destinados a proporcionar habilitação profissional, com organização curricular própria, a alunos matriculados no ensino médio ou egressos do ensino médio, por via regular ou supletiva, organizados por áreas profissionais, proporcionando aos alunos habilitação de ensino médio;
- As atividades de escolas técnicas, agrotécnicas, industriais, comerciais e de serviços terciários;
- As atividades das escolas de cursos técnicos, em geral; e
- As instituições que oferecem cursos de nível superior, destinados a alunos egressos do ensino médio e técnico, estruturados em áreas especializadas para atender aos diversos setores da economia (regulamentados pela própria educação superior).

Este subgrupo compreende também:

- As instituições que oferecem cursos normais em nível superior, que são cursos para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental.

04.8 Outras formas de educação/ensino

Este subgrupo compreende:

- As instituições que desenvolvem trabalhos no campo da educação para a cidadania;
- As instituições que oferecem cursos de educação profissional de nível básico, de duração variável, destinados a qualificar e requalificar os trabalhadores independentemente da escolaridade prévia, não estando sujeitos à regulamentação curricular;
- As atividades de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- As atividades de cursos de condutores (autoescolas), pilotagem de barcos e aeronaves;
- As atividades de cursos de informática, datilografia, taquigrafia, balé, música, artes, corte e costura, idiomas, preparatórios para concursos em geral, etc.; e
- As atividades de professores independentes, exceto de esportes; aulas particulares.

Grupo 05: Assistência social**05.0 Assistência social**

Este subgrupo compreende:

- A assistência social a crianças, idosos, pessoas em situação de exclusão social e categorias especiais de pessoas com algum impedimento para valerem-se por si mesmas, quando o tratamento médico e a educação não constituem o elemento central deste atendimento, podendo estas atividades serem realizadas em: orfanatos, albergues infantis, centros correccionais para jovens, asilos para idosos, instituições para pessoas incapacitadas física e mentalmente, centros de reabilitação para pessoas com tendência ao consumo de álcool e outras drogas;
- As atividades sociais de informação, assessoria, orientação e outras similares prestadas a indivíduos ou famílias em seu domicílio ou em instituições privadas ou oficiais; e
- Os centros de orientação: familiar, a detentos, a refugiados, a imigrantes, a pessoas com tendência ao consumo de álcool e outras drogas etc.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades dos conselhos tutelares para a criança e o adolescente; e
- Os fundos e caixas de assistência e previdência.

Grupo 06: Religião**06.0 Religião**

Este subgrupo compreende:

- As atividades de igrejas, paróquias, sinagogas, templos, tendas, mesquitas, santuários, mosteiros, conventos, lojas maçônicas, capítulos Rosa Cruz, centros espíritas, evangélico; e
- As dioceses, bispados, seminários ou organizações similares que promovem crenças religiosas e administram serviços religiosos e rituais.

Este subgrupo compreende também:

- As associações e auxiliares de congregações religiosas e organizações que promovem e dão apoio a crenças, serviços e rituais religiosos.

Grupo 07: Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais**07.1 Partidos políticos**

Este subgrupo compreende:

- Os partidos políticos, bem como seus diretórios; e
- As coligações de demais partidos políticos.

07.2 Sindicatos, federações e confederações

Este subgrupo compreende:

- Os sindicatos, as federações, as confederações e centrais sindicais, de trabalhadores ou patronais.

Este subgrupo não compreende:

- As entidades de fiscalização do exercício profissional e as associações profissionais ou de classe.

07.3 Associações empresariais e patronais

Este subgrupo compreende:

- As atividades das organizações, federações e confederações empresariais e patronais nos níveis nacional, estadual ou municipal, centradas na representação (diante de órgãos da administração pública e em negociações trabalhistas) e na comunicação (difusão de informações);
- As atividades das câmaras de comércio e das corporações e organismos similares; e
- O clube de dirigentes lojistas, as associações comerciais e industriais.

07.4 Associações profissionais

Este subgrupo compreende:

- As atividades de organizações e associações constituídas em relação a uma profissão, técnica ou área de saber, centradas em: difusão de informação, estabelecimento e fiscalização do cumprimento de normas profissionais e representação perante órgãos da administração pública; e
- Colônias de pescadores e grupos de pesca.

07.5 Associações de produtores rurais

Este subgrupo compreende:

- As associações de produtores rurais, de criadores de animais, de cultores e de pescadores.

Grupo 08: Meio ambiente e proteção animal**08.1 Meio ambiente e proteção animal**

Este subgrupo compreende:

- As associações de defesa do meio ambiente, ecológicas, e de proteção da natureza;
- As atividades dos hospitais veterinários para tratamentos cirúrgico e odontológico;
- A assistência veterinária em estabelecimentos agropecuários, domicílios e consultórios;
- O diagnóstico clínico-patológico em animais;
- Os serviços de vacinação em animais;
- Os serviços de esterilização em animais; e
- As atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas.

Este subgrupo compreende também:

- Atividades de ambulâncias para animais.

Grupo 09: Desenvolvimento e defesa de direitos**09.1 Associações de moradores**

Este subgrupo compreende:

- As associações de moradores, de bairros e das habitações populares.

09.2 Centros e associações comunitárias

Este subgrupo compreende:

- As associações e centros comunitários e as associações de desenvolvimento comunitário; e
- As sociedades de abastecimento de água.

09.3 Desenvolvimento rural

Este subgrupo compreende:

- Os assentamentos rurais e os distritos de irrigação; e
- As associações de desenvolvimento/apoio rural e agrícola.

09.4 Emprego e treinamento

Este subgrupo compreende:

- As empresas júniores e as entidades de integração profissional.

09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias

Este subgrupo compreende:

- As associações de defesa de direitos das mulheres, de crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, pessoa portadora do vírus HIV, negros, população indígena, GLBT(gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros);
- As associações de donas de casa;
- As associações de estudantes e os diretórios acadêmicos;
- As associações de veteranos e de aposentados; e
- As associações de anistiados.

09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos

Este subgrupo compreende:

- As instituições de crédito ou microcrédito, como Banco do Povo, Banco do Empreendedor etc; e
- As demais formas de desenvolvimento e defesa de direitos não alocadas anteriormente.

Grupo 10: Outras instituições privadas sem fins lucrativos**10.1 Condomínios**

Este subgrupo compreende:

- Os condomínios em edifícios, horizontais ou verticais, residenciais, comerciais ou mistos, regulados pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964; e
- As associações de condomínio.

10.2 Cartórios

Este subgrupo compreende:

- Os serviços notariais e registrais (cartórios), públicos ou privatizados.

10.3 Sistema S

Este subgrupo compreende:

- As entidades pertencentes aos serviços sociais autônomos (Sistema "S"), a saber: SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAT, SEST, SENAR, SEBRAE, SESCOOP etc.

10.4 Entidade de mediação e arbitragem

Este subgrupo compreende:

- As entidades de mediação e arbitragem (juízos arbitrais) previstas na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

10.5 Comissão de conciliação prévia

Este subgrupo compreende:

- As comissões de conciliação prévia de que trata o Art. 1º da Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000.

10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais

Este subgrupo compreende:

- Os conselhos municipais, conselhos de segurança, consórcios municipais; e
- As câmaras e tribunais de conciliação.

10.7 Cemitérios e funerárias

- Os cemitérios e as funerárias.

10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente

Este subgrupo compreende:

- As comissões de formatura; e
- E os não classificados propriamente ditos, isto é, que possuem natureza jurídica 3 e não foram alocados em nenhum dos grupos/subgrupos descritos anteriormente.

Glossário

ano de fundação Ano de fundação da empresa ou unidade legal consoante a sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

empregado *Ver* pessoal ocupado assalariado

pessoal ocupado assalariado Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES, incluindo pessoas com vínculo empregatício formal, assim como aquelas sem vínculo formal, como membros da família e cooperativados com atividade na unidade.

salário médio mensal Razão entre o total de salários e outras remunerações do ano de referência e o número médio de pessoas assalariadas em atividade no ano, dividida por 13 meses.

salário mínimo mensal médio Valor médio do salário mínimo no ano, calculado a partir da soma dos valores do salário mínimo no ano dividida por 13. Em 2010, o valor médio do salário mínimo mensal foi de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

salários e outras remunerações Importâncias pagas no ano a título de salários fixos, honorários, comissões, ajuda de custo, 13º salário, abono financeiro de 1/3 das férias, participações nos lucros, entre outras, às pessoas assalariadas com vínculo empregatício, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência e assistência social (IAPAS/INSS) ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, conta de cooperativa etc.).

unidade local Endereço de atuação da empresa que ocupa, geralmente, uma área contínua na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades econômicas, identificado pelo número de ordem (sufixo) da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. São consideradas as unidades locais estabelecidas no País.

Equipe técnica

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação das Estatísticas Econômicas

Sidnéia Reis Cardoso

Gerência do Cadastro Central de Empresas

Ana Rosa Pais Ribeiro

Bruno Erbisti Garcia (Gerente)

Denise Guichard Freire

Gabriel Dias da Silva (estagiário)

Gustavo Alexandre Nogueira da Costa

Juarez Silva Filho

Katia Cilene Medeiros de Carvalho

Luiz Alberto Reis Pinto

Mauro Eduardo Pereira de Mattos

Neimar Rodrigues Guimarães

Pedro Paulo Medeiros e Albuquerque Filho

Telma Tompson

Vinícius Luiz Arthur Marques (consultor)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Diretoria de Estudos Sociais

Anna Maria Tibúrcio Medeiros Peliano

Luis Fernando de Lara Resende

Marco Antônio de Sousa

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE

André Degenszajn

Fernando Rossetti

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG

Tatiana Dahmer Pereira

Vera Masagão Ribeiro

Secretaria-Geral da Presidência da República

Evânio Antônio de Araújo Junior
Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

Projeto Editorial**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE****Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual e tabular**

Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins
Neuza Damásio
Sônia Rocha

Diagramação tabular

Neuza Damásio
Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Carlos Amaro F. da Silva
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Lgonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Elizabeth de Carvalho Faria
Lioara Mandoju
Maria da Penha Ribeiro Uchôa

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Série Estudos e Pesquisas

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil n. 25, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.

Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.

Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.

O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, 2003-2006, n.11, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.

Demografia das empresas 2008, n. 14, 2010.

Estatísticas de empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.

Demografia das empresas 2009, n. 16, 2011.

Demografia das empresas 2010, n. 17, 2012.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n.18, 2012.

Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.

ABONG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS

ABONG
PANORAMA DAS ASSOCIADAS

A stylized white graphic in the bottom right corner depicts three human figures in a circle, rendered in a minimalist, abstract style with curved lines and circular heads.

São Paulo, março de 2010

ABONG

PANORAMA DAS ASSOCIADAS

por Taciana Gouveia e Marcelo Daniliauskas

Taciana Gouveia, sócióloga, integra a coordenação colegiada do SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia e a diretoria executiva colegiada da ABONG.

Marcelo Daniliauskas, sociólogo, realizou trabalhos junto ao Escritório Executivo do Fórum Social Mundial, entre eles o de assistente de coordenação e foi assistente de relações internacionais da ABONG.

APRESENTAÇÃO

O que verdadeiramente somos é aquilo que o impossível cria em nós. – Clarice Lispector

Apresentamos a vocês o Panorama das Organizações da Associação Brasileira de ONGs - ABONG. Esse material é resultado de uma pesquisa realizada pela ABONG sobre seu campo associativo, e permite alimentar em cada uma (um) o desafio de conhecer melhor parte de um universo bastante complexo, diverso, dinâmico e desigual.

Desafio, pois tratamos de formas de organização que não são estanques: nascem à luz da utopia e vivem, apesar das adversidades que esse modelo de desenvolvimento e que a dinâmica capitalista impingem. São organizações que florescem, antes de tudo, regadas por muitas mãos, por crenças na capacidade de transformação da realidade, por projetos de justiça e de igualdade social. São entidades que acreditam que sozinhas não farão verão, por isso dão as mãos a movimentos sociais e a todas/os aquelas/es que não se apequenam frente ao impossível.

A ABONG, fundada em 1991, aglutina organizações cuja diversidade só possui, talvez, um fio articulador em comum: a certeza de que o inconformismo nos move, de que a luta contra a reprodução de todas as formas de injustiça e de discriminação é nossa seiva.

Dentro dos resultados finais desse Panorama, você encontrará informações que não objetivam fornecer respostas para que se compreenda o que é ser não-governamental. Essa concepção não está pronta nem encerrada, faz parte da disputa em relação ao mundo que queremos.

Pretendemos, sim, abrir horizontes sobre as possibilidades de organização, sobre o direito de existir de diferentes formas e jeitos – demonstrando como a sociedade civil deve se organizar não apenas para se limitar “a fazer a sua parte”, mas para construir, coletiva e democraticamente, outras possibilidades de vida, em que seja assegurado, principalmente, o direito à felicidade, à vida e à libertação de todas as formas de opressão.

Inseridas no universo mais amplo e polêmico das fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, o qual agregava em 2005 cerca de 338 mil entidades (FASFIL, IBGE/2005), as associadas da ABONG articulam-se coletivamente em uma associação, por reconhecerem a relevância de, na diversidade, constituir-se como sujeito político que faz história e possui identidade. Reconhecendo a importância de assegurar transparência e visibilidade ao seu campo, de fazer-se conhecer mais através de seu corpo associativo, publicamos sistematicamente o que denominamos de perfil das associadas.

Neste ano, optamos por denominar esse rico material que chega até você de Panorama. Esperamos, que, de fato, você se surpreenda e se apaixone por nossas lutas.

Boa leitura!

DIRETORIA EXECUTIVA COLEGIADA DA ABONG

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz algumas mudanças em relação às publicações semelhantes que a ABONG vêm produzindo desde 1993, e que buscaram divulgar informações sobre o universo associativo. Tais publicações, conhecidas como Perfis, se caracterizavam por apresentar uma grande quantidade de dados sobre as ONGs associadas, bem como um catálogo com informações de cada uma delas.

Apesar de basearmos nossas análises em dados colhidos por meio de uma pesquisa muito semelhante àquelas dos “perfis”, optamos por trabalhar com um formato diferente, organizando as informações em dois blocos temáticos. O primeiro analisa as lutas das associadas, enquanto o segundo trabalha a dimensão da sustentabilidade político-financeira. Excluímos a seção catálogo e anexamos apenas as tabelas a que nos referimos no texto. O conjunto de todas as tabelas produzidas a partir da pesquisa, assim como as informações que integravam o catálogo, serão disponibilizadas no site da ABONG.

Esta mudança, ainda que dê continuidade ao objetivo de divulgar informações sobre as associadas à ABONG, se deu em função de uma escolha político-metodológica que pode ser sintetizada na troca da palavra “perfil” por “panorama”.

Uma das acepções para a palavra perfil é “linha de contorno de qualquer coisa apreendida numa visão de conjunto” (Dicionário Houaiss). Já panorama pode ser entendido como “um amplo quadro circular que permite ao espectador, colocado em um ponto central, observar, como se estivesse no alto, objetos representados” (Dicionário Houaiss). Tanto perfil como panorama nos remetem, em certa medida, à arte e à estética. São palavras que nos falam de um modo de expressar e do olhar que capta essa expressão, representação. Com isto, não estamos querendo dizer que as análises que aqui fazemos são algo da ordem da arte ou da estética, mas sim ressaltar a dimensão de representação contida em todo texto, já que o que se expressa não é a experiência, mas um recorte dela, um dizer sobre ela, e evidentemente, uma proposta de determinado olhar, uma possibilidade de posicionar o sujeito leitor/a.

Em uma análise sobre estética e política, Jacques Rancière¹

¹ Rancière, Jacques – *A Partilha do Sensível. Estética e Política*, Editora 34, São Paulo, 2ª edição, 2009.

afirma que na política há uma base estética que se define “como o sistema das formas a priori do que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define, ao mesmo tempo, o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”.

Assim, ao construirmos nossas análises como um panorama e não um perfil estamos partindo do princípio de que o momento político que vivemos, como organizações de defesa de direitos e movimentos sociais, requer de nós mais que um traçar de contornos, requer uma posição que nos permita olhar e refletir, não do lugar de cada uma, mas de um lugar onde possamos perceber e entender o todo, sendo tanto espectadoras/es quanto criadoras/es da experiência vivida.

Um panorama nos pede, portanto, um deslocamento constante entre as duas posições possíveis, dado que a pura imersão na experiência não nos fornece a distância necessária para entender “as propriedades do espaço e os possíveis do tempo”. Enquanto que apenas o observar não nos dá a “competência para ver e a qualidade para dizer”.

Em decorrência disso, nossa proposta neste Panorama é que sua leitura propicie o surgimento de novas questões, de pontos a partir dos quais outros olhares possam se estabelecer, outras palavras possam ser ditas, novas perspectivas encontradas.

Pensamos ainda que as análises aqui contidas podem contribuir para que a ABONG, na sua posição de sujeito político, se fortaleça, sendo ponto de encontro das lutas e questões de suas associadas, reflexo de suas ações e impulsionadora de novas lutas e ações.

Para construir esse Panorama partimos de uma amostra de 189 associadas (70% do universo associativo) que responderam durante o ano de 2009 a um questionário online. A elas agradecemos o interesse e o compromisso.

Utilizamos o Coeficiente de Pearson para efetuar as correlações que aqui apresentamos. Este coeficiente mede o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas.

Por fim, essa publicação não seria possível sem o trabalho, a

solidariedade e o compromisso das pessoas que fazem o escritório da ABONG – em especial Helda Oliveira Abumanssur, Isabel Pato e Isabel Junqueira – de Verônica Ferreira (SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia), Romano Venturini e de Tadzio Saraiva (Amatraca). A elas e eles, o nosso agradecimento.

I. LUTAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS

Neste capítulo apresentaremos inicialmente os dados que dizem respeito às lutas políticas¹ das associadas à ABONG, os sujeitos para quem se dirigem as ações, as perspectivas de seus trabalhos, assim como os principais tipos de intervenção.

Na sequência, abordaremos os resultados das associadas em relação à sua participação em articulações com outras redes e movimentos, bem como em conselhos de políticas públicas.

Com relação ao conjunto dos primeiros dados acima mencionados, esclarecemos que algumas questões são de múltipla escolha e pudemos notar que nas opções “outras respostas” presentes no questionário, no geral não foram apontadas novidades, mas sim uma correlação entre as alternativas oferecidas. Logo, nos pareceu interessante trabalhar nossas análises a partir das seguintes indagações: as associadas trabalham com um tema específico ou com um grupo de temas/lutas? Os sujeitos para quem se destinam as ações são específicos ou eles se combinam e articulam? Qual a correlação entre as lutas políticas, o tipo de público e a perspectiva do trabalho realizado?

A ideia de cruzar esses dados qualitativos e apresentá-los extensivamente tem por objetivo nos dar um panorama das lutas políticas e da ação das associadas à ABONG, oferecer um mapa para que as organizações possam refletir e orientar seus trabalhos e articulações e também para que possam levantar novas questões a partir desses dados. Não nos propomos a analisar todas as correlações possíveis, mas aprofundar o entendimento das respostas dadas. Para além da descrição dos resultados, traçaremos algumas inferências sobre tais correlações.²

No que diz respeito às respostas das associadas à ABONG sobre os principais *temas políticos* que são trabalhados, foram apresentados os seguintes resultados por ordem de importância: a educação (48,9%), organização popular / participação popular (33,8%), relações de gênero (27,1%), justiça e promoção de direitos (23,3%), meio-ambiente (21,8%), fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares (20,3%), saúde (20,3%), trabalho e renda (18%), agricul-

¹ Neste Panorama usamos o termo lutas políticas para nos referir às áreas temáticas. As/os beneficiárias/os são aqui nomeados de sujeitos para quem se destinam as ações.

² Quando um sujeito ou luta não constar nos quadros de correlações é porque não apresentam correlações significativas.

tura (15%), economia solidária (12,8%), arte e cultura (11,3%), questões agrárias (8,3%), DST/AIDS (6,8%), orçamento público (6,8%), segurança alimentar (6%), assistência social (6%), questões urbanas (6%), segurança pública (4,5%), discriminação racial (3,8%), discriminação sexual (3,8%), relações de consumo (3,8%), comunicação (3,8%), esporte (0,8%) e comércio (VER TABELA 01).

CORRELAÇÃO ENTRE OS TEMAS

Educação	<i>organização popular / participação popular, discriminação racial, arte e cultura</i>
Saúde	<i>relações de gênero, arte e cultura, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares, DST/AIDS, discriminação sexual e esporte</i>
Questões agrárias	<i>meio-ambiente, discriminação racial, questões urbanas, segurança pública, fortalecimento de outras ONGs e movimentos populares</i>
Agricultura	<i>meio-ambiente, economia solidária, trabalho e renda, relações de consumo e segurança alimentar</i>
Meio-ambiente	<i>questões agrárias, agricultura, organização popular / participação popular, relações de consumo e segurança alimentar</i>
Economia solidária	<i>agricultura, relações de gênero e comércio</i>
Organização popular / participação política	<i>educação, meio-ambiente, relações de gênero e questões urbanas</i>
Discriminação racial	<i>educação, questões agrárias e discriminação sexual</i>
Relações de gênero	<i>saúde, economia solidária, organização popular / participação popular, justiça e promoção de direitos, fortalecimento de ONGs / movimentos populares, segurança alimentar e discriminação sexual</i>
Arte e cultura	<i>educação e saúde</i>
Trabalho e renda	<i>agricultura, questões urbanas e esporte</i>
Questões urbanas	<i>questões agrárias, organização popular / participação popular e trabalho e renda</i>
Segurança pública	<i>questões agrárias e justiça e promoção de direitos</i>
Orçamento público	<i>assistência social</i>
Justiça e promoção de direitos	<i>agricultura, segurança pública e relações de gênero</i>

Fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares	<i>saúde, questões agrárias e relações de gênero</i>
Assistência social	<i>orçamento público</i>
DST/AIDS	<i>saúde</i>
Relações de consumo	<i>agricultura, meio-ambiente e segurança alimentar</i>
Comércio	<i>economia solidária</i>
Segurança alimentar	<i>agricultura, meio-ambiente, relações de gênero e relações de consumo</i>
Discriminação sexual	<i>saúde, discriminação racial e relações de gênero</i>
Esporte	<i>saúde e trabalho e renda</i>

Em relação aos sujeitos a quem essas lutas e ações se destinam, obtivemos como respostas: organizações populares / movimentos sociais com 54,8%, mulheres (36,3%), crianças e adolescentes (32,9%), jovens³ (28,8%), trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais (21,9%), população em geral (21,2%), professoras/es (13,7%), outras ONGs (11%), comunidades tradicionais (6,8%), estudantes (4,8%), negras/os (4,8%), povos indígenas (4,1%), gays/lésbicas/transsexuais/travestis (3,4%), portadoras/es de HIV (2,7%), moradoras/es de áreas de ocupação (2,1%), portadoras/es de necessidades especiais (2,1%), trabalhadoras/es urbanos / sindicatos urbanos (1,4%), população carcerária (1,4%) e terceira idade (0,7%) (VER TABELA 03).

CORRELAÇÃO ENTRE OS PÚBLICOS

Crianças e adolescentes	<i>jovens</i>
Organizações populares / movimentos sociais	<i>trabalhadores/as rurais / sindicatos rurais</i>
Trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais	<i>organizações populares / movimentos sociais e mulheres</i>
Professoras/es	<i>negras/os e estudantes</i>
Mulheres	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais</i>
Negras/os	<i>professoras/es, estudantes e portadoras/es de HIV</i>

³ Nas pesquisas anteriores não havia a categoria “jovens”.

Estudantes	<i>professoras/es, negras/os e portadoras/es de HIV</i>
Povos indígenas	<i>comunidades tradicionais</i>
Portadoras/es de HIV	<i>negras/os, estudantes e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i>
Gays/lésbicas/transsexuais/travestis	<i>portadoras/es de HIV</i>
População em geral	<i>população carcerária</i>
Jovens	<i>crianças e adolescentes</i>
Comunidades tradicionais	<i>povos indígenas</i>
População carcerária	<i>população em geral</i>

No que diz respeito às *perspectivas das lutas e trabalhos* realizados, os dados obtidos foram: desenvolver a consciência crítica / cidadania (82%), transformar ações em políticas públicas (57%), fortalecer as entidades e coletivos organizados (53,1%) e solucionar problemas imediatos (9,4%) (VER TABELA 02).

Com relação ao *tipo de intervenção* encontramos as seguintes respostas: articulação política / advocacy (71,1%), capacitação técnica / política (61,2%), assessoria (55,4%), pesquisa (24,8%) e prestação de serviços (23,1%) (VER TABELA 04).

CORRELAÇÃO ENTRE OS TEMAS E PÚBLICOS

Educação	<i>crianças e adolescentes, jovens e professoras/es</i>
Saúde	<i>crianças e adolescentes, trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, portadoras/es de HIV, gays/lésbicas/transsexuais e travestis e população em geral</i>
Questões agrárias	<i>crianças e adolescentes, trabalhadoras/es urbanas/os e moradoras/es de áreas ocupadas</i>
Agricultura	<i>trabalhadoras/es rurais</i>
Meio-ambiente	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, negras/os, estudantes e povos indígenas</i>
Economia solidária	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e mulheres</i>
Organização popular / participação popular	<i>organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es rurais e jovens</i>
Discriminação racial	<i>trabalhadoras/es urbanas/os / sindicatos urbanos, povos indígenas, comunidades tradicionais e moradoras/es de áreas ocupadas</i>

Relações de gênero	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, mulheres e gays/lésbicas/transsexuais e travestis</i>
Arte e cultura	<i>crianças e adolescentes, professoras/es, negras/os, estudantes, terceira idade e jovens</i>
Comunicação	<i>jovens</i>
Questões urbanas	<i>organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es urbanas/os e sindicatos urbanos e moradoras/es de áreas ocupadas</i>
Segurança pública	<i>população carcerária</i>
Orçamento público	<i>moradoras/es de áreas ocupadas</i>
Justiça e promoção de direitos	<i>mulheres, portadoras/es de necessidades especiais e terceira idade</i>
Fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares	<i>organizações populares / movimentos sociais e outras ONGs</i>
Assistência social	<i>crianças e adolescentes</i>
DST/AIDS	<i>crianças e adolescentes, portadoras/es de HIV e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i>
Relações de consumo	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais</i>
Comércio	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e outras ONGs</i>
Segurança alimentar	<i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e portadoras/es de deficiência</i>
Discriminação sexual	<i>povos indígenas, portadoras/es de HIV e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i>

CORRELAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS E TEMAS

Solucionar problemas imediatos	<i>agricultura, meio-ambiente, segurança pública, relações de consumo, segurança alimentar e esporte</i>
Transformar essas ações em políticas públicas	<i>agricultura, meio-ambiente, economia solidária, relações de gênero, trabalho e renda, justiça e promoção de direitos e assistência social</i>
Fortalecer as entidades e coletivos organizados	<i>educação, questões agrárias, agricultura, meio-ambiente, economia solidária, organização popular / participação popular, relações de gênero e fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares</i>

Desenvolver a consciência crítica / cidadania

educação, agricultura, meio-ambiente, economia solidária, organização popular / participação popular, relações de gênero, arte e cultura, trabalho e renda, comunicação, justiça e promoção de direitos, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares e segurança alimentar

Aprofundando as primeiras respostas sobre as lutas políticas realizadas pelas associadas à ABONG, constatamos que a *educação* teve um grande destaque, pois foi assinalada por praticamente metade das organizações (48,9%). Quando relacionamos essa luta à principal perspectiva de trabalho - desenvolvimento da consciência crítica e da cidadania - e somando-se a isso os temas com os quais a educação se correlaciona - organização popular / participação popular, discriminação racial e arte e cultura – o fato de a educação ser uma prioridade não pode ser entendido como uma luta somente pela educação formal e pelas políticas educacionais, dado que transformar as lutas em políticas públicas no geral obteve 57% das respostas. Ou seja, há também um forte componente de educação informal e/ou popular, assim como de conscientização, participação política, combate à discriminação e expressões artísticas e culturais.

A segunda luta eleita foi *organização e participação popular*. Podemos inferir que além da educação para conscientização e cidadania, há uma necessidade de organização das/dos cidadãs/ãos para a atuação política e que se relaciona sobretudo com os seguintes públicos: organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e jovens.

*Relações de gênero*⁴ ocupa o terceiro lugar dentre as lutas prioritárias. Cabe ressaltar que diferentemente do Perfil anterior (ABONG, 2006), nesta edição do Panorama das Associadas ABONG, este tema e o da discriminação sexual foram desmembrados. Mesmo com essa modificação, relações de gênero acaba por ganhar duas posições em relação à pesquisa anterior. Esse tema também obteve um pequeno aumento percentual: em 2006 era 26,24% e atualmente foi eleita por 27,1% das associadas. Podemos dizer também que essa é uma luta bastante transversal e que se correlaciona com um maior número de outras lutas.

⁴ Aqui entendida como defesa dos direitos das mulheres.

No caminho inverso ao do aumento das associadas que afirmam trabalhar com questões de gênero, *discriminação sexual* apresenta somente 3,8%. Apesar do desmembramento em duas alternativas de lutas na presente pesquisa, existe uma correlação entre relações de gênero e luta contra a discriminação sexual, assim como também em relação ao público de gays, lésbicas, transexuais e travestis. Ou seja, as informações obtidas nesta pesquisa nos levam a inferir que trabalhar com as questões de gênero não é condição suficiente para lutar contra a discriminação sexual. Por sua vez, esta temática entre as associadas ABONG ainda é trabalhada por meio das organizações que atuam na área de HIV/AIDS. Vale ressaltar que existem poucas organizações voltadas diretamente a gays/lésbicas/transexuais e travestis no campo ABONG.

A quarta posição dentre as lutas é *justiça e promoção de direitos*, seguida de *meio-ambiente, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares, saúde, trabalho e renda, agricultura, economia solidária, arte e cultura*. Neste bloco encontramos as opções que ultrapassaram 10% de respostas válidas.

Meio-ambiente é a quinta luta mais citada e apresenta um incremento em relação à pesquisa anterior. Este tema, assim como as questões de gênero, apresenta um alto grau de transversalidade com outras bandeiras políticas. Podemos inferir que essa luta vem sendo incorporada por associadas para além daquelas do campo ambiental, dado o agravamento das condições ambientais nos últimos anos. Não é à toa que este é um dos temas que apresenta correlação com a perspectiva de trabalho relacionada à solução de problemas imediatos.

A sexta luta política prioritária é *saúde*, um tema que se relaciona com uma diversidade de outras bandeiras, assim como com uma pluralidade de públicos. Também apresenta um incremento em relação ao perfil anterior, em 2006 ocupava a sétima posição.

A próxima bandeira política apresentada é *trabalho e renda*. Vale ressaltar que na pesquisa do Panorama das Associadas ABONG foi incorporada a opção economia solidária, que não existia nos perfis anteriores. É possível que tenha havido uma distribuição do resultado anterior entre essas duas lutas, que ocupam inclusive posições próximas.

Agricultura também é uma luta que se correlaciona com uma

série de outras temáticas, e apresenta um incremento desde a pesquisa anterior.

Fechando o bloco de lutas que perfizeram mais de 10% das respostas, encontramos *arte e cultura* que apresentou uma queda de duas posições.

Com menos de 10% de respostas das associadas encontramos as seguintes lutas: *questões agrárias, DST/Aids, orçamento público, segurança alimentar, assistência social, questões urbanas, segurança pública, discriminação racial, discriminação sexual, relações de consumo, comunicação e finalmente esporte e comércio.*

É interessante observar que as associadas não são unitemáticas, articulando em suas ações várias lutas. Por outro lado, há uma delimitação dos sujeitos para quem as ações são dirigidas. Ou seja, as lutas são trabalhadas conjuntamente e dirigidas a sujeitos mais focalizados.

No que se refere à *participação em conselhos de políticas públicas*, 36,5% das Associadas à ABONG afirmam fazer parte de algum conselho, sendo: 13,8% no nível municipal, 16,4% no estadual e 5,3% no federal. E ainda 29,6% afirmam ter participação tanto em alguma conferência nacional, como em sua mobilização.

No que diz respeito à *participação em redes, fóruns e plataformas da sociedade civil organizada*, entre as associadas que responderam a esta questão 46,6% dizem fazer parte de algum desses espaços, e divididos nos seguintes âmbitos: 4,8% municipal, 11,6% estadual, 18% federal e 6,9% internacional.

Além das formas de participação e controle social acima mencionadas, destacamos a intervenção das associadas por meio de articulação política / advocacy.

Resgatando alguns dados por nós já analisados, é interessante notar a forte articulação e proximidade como prioridade das ações das associadas entre o que poderíamos chamar de lutas difusas, como são os casos de justiça e promoção de direitos, organização e participação popular e fortalecimento de outras ONGs. A isto se soma o fato de que os principais sujeitos para quem as ações são direcionadas são as organizações populares / movimentos sociais. Ou seja, as associadas à ABONG efetivamente se caracterizam como organizações de defesa de direitos.

Não podemos esquecer também que dentre as perspectivas

de trabalho, mais da metade das associadas apontou para a importância de transformar ações em políticas públicas, assim como fortalecer as entidades e coletivos organizados. Em contraponto a este quadro apresentado, a perspectiva de lutar para solucionar problemas imediatos foi respondida por apenas 9,4% das organizações. Dessa forma, podemos inferir que além da educação como instrumento de formação política, são necessárias estruturas institucionais que garantam e viabilizem as lutas por direitos a longo prazo. Este é o tema que trataremos no próximo capítulo.

II. SUSTENTABILIDADE

Desde os anos de 1990, circula no discurso das ONGs e movimentos sociais o termo sustentabilidade. Este, apesar de ser derivado das discussões ambientais, assume aqui outra conotação: quais as condições/estruturas necessárias para que a luta por defesa de direitos consiga se perpetuar de forma sustentável em meio às mudanças nas conjunturas política, social e econômica? A questão central é: como se manter ao longo do tempo, garantindo a continuidade dessas lutas, que têm uma atuação por meio de ações imediatas, mas também coexistem com planos e projetos de longo prazo?

Em alguns discursos, sustentabilidade refere-se quase que exclusivamente a questões materiais. No caso da ABONG e suas associadas, sustentabilidade é também pensar em termos político-financeiros, o que significa refletir não só sobre o que necessitamos, como qual o sentido de nossa existência.

Apesar de partilharmos desta concepção, optamos por trabalhar neste Panorama sobretudo com os temas de ordem estrutural, tendo como premissa a ideia de que toda e qualquer estrutura é resultante e resultado de decisões e contingências políticas várias, funcionando tanto como constrangimentos, quanto como possibilidades para o fazer político. Além disso, consideramos que é fundamental construir análises políticas das nossas condições materiais de existência, o que é distinto, mas também complementar às análises que articulam a ação política com as questões materiais.

Não temos a pretensão de dar respostas, nem mesmo de apresentar todos os elementos que compõem esse processo bastante complexo - que é o impacto da atual conjuntura e suas repercussões para a sustentabilidade político-financeira - apenas com as informações contidas nesta pesquisa. Sabemos que este processo é fruto de uma série de dinâmicas que se alteram com muita rapidez, impedindo que informações referentes a um determinado tempo (no caso desse *Panorama*, as informações vão até 2008) possam ser tomadas de modo fixo, sem levar em consideração as mudanças processadas no último ano. Desse modo, as análises aqui realizadas têm o sentido de inferências, tendências e também o de levantar novas questões a partir de outras possibilidades - com certeza mais coletivas -, de entender e atuar nesse processo.

Antes de focarmos nossas análises na questão da sustentabilidade propriamente dita, apresentaremos um conjunto de infor-

mações sobre as condições estruturais e a localização das ONGs associadas à ABONG.

A grande maioria das associadas da ABONG foram fundadas nos últimos 28 anos, com um pequeno destaque para o período que vai de 1981 a 1990, que representa 38,6% da amostra, enquanto aquelas fundadas entre 1991 e 2000 representam 36%. É interessante observar que 4,2% das associadas à ABONG foram criadas depois de 2001, o que pode nos indicar que, ainda que pese a importância das organizações chamadas históricas, a ABONG atrai também organizações fundadas mais recentemente e que, em geral, têm um perfil diverso das demais, trazendo a marca das condições políticas, econômicas e sociais dos anos 1980 e 1990.

No que diz respeito à distribuição das associadas por região, esta é semelhante à distribuição das ONGs no território brasileiro, ou seja, cerca de 80% delas estão no Sudeste (40,2%) e Nordeste brasileiro (39,2%). Não houve alterações significativas nas respostas da pesquisa de 2004 para esta de 2008, as variações encontradas podem ser atribuídas à composição das duas amostras. Assim sendo, 9% das associadas que responderam à pesquisa atual situam-se na região Sul, 6,9% na região Norte e 4,2% na região Centro-oeste.

Quase metade das organizações que responderam a esta pesquisa possuem sede própria - 48,7%. Procuramos verificar se havia alguma relação direta entre o fato de a organização possuir sede e seu orçamento, e não encontramos nenhuma correspondência relevante.

Uma imagem bastante comum é a de que as organizações não governamentais brasileiras empregam um contingente alto de trabalhadoras/es, contudo os dados da pesquisa demonstram que 71,5% das associadas que responderam a pergunta sobre o número de trabalhadoras/es empregam até vinte pessoas, sendo que destas 38,5% empregam até cinco pessoas.

Na pesquisa realizada em 2004,¹ o percentual de organizações que empregava até vinte pessoas era de 69%, ou seja, parece haver uma tendência de diminuição do quadro de pessoal empregado nas organizações associadas à ABONG, ainda que seja uma característica dessas organizações trabalhar com equipes relativa-

mente pequenas, quando se pensa no conjunto das atividades que realizam. Esta tendência também é captada quando analisamos os dados referentes às organizações com um número maior de trabalhadoras/es. Se em 2004 havia 6,8% de associadas com quadro de pessoal composto por 51 a 100 pessoas e 4,1% com mais de 100 pessoas, a pesquisa atual demonstra que esses valores caíram para 1,6% e 1,1% respectivamente.

Aqui surge o primeiro elemento que nos possibilita levantar alguns pontos do que consideramos ser uma possível dimensão da crise de sustentabilidade das organizações associadas da ABONG: a tendência de diminuição de seu quadro de trabalhadoras/es fixas/os.

Como veremos a seguir, tal diminuição não se dá em função de uma redução real do volume de recursos acessados, mas pelo fato de que as modalidades de financiamento acabam restringindo as condições institucionais para manter ou aumentar gastos com pessoal fixo, seja em função da temporalidade dos projetos financiados, seja em função das condicionalidades impostas. A isso se alia a diminuição da participação dos recursos da Cooperação e Solidariedade Internacional nos orçamentos das organizações.

Associada à imagem de que as organizações de defesa de direitos têm um contingente alto de trabalhadoras/es está a ideia de que tais organizações lidam com volumes de recursos muito altos. A primeira questão que surge é a própria definição dos parâmetros para auferir que tal ou qual quantia é alta ou baixa, suficiente ou insuficiente. Antes de ser uma questão de valor monetário, tal definição passa por uma valoração política e social do trabalho desenvolvido por estas organizações, uma posição ideológica que afirma e reafirma que tudo aquilo que é denominado como sendo da esfera do social (e do político não partidário) deve ser de baixo custo, dado que não é da ordem do produtivo, não gera lucro ou bens “materiais”.

Além disso, as ações das ONGs são destinadas às pessoas exploradas e oprimidas e em sociedades desiguais. Essas pessoas são consideradas “pessoas de outra categoria,” acostumadas - ou “merecedoras” - apenas daquilo que excede, que sobra na vida das minorias que exploram e oprimem.

A lógica capitalista que mercantiliza a vida se choca com a lógica das organizações de defesa de direitos, pois é uma impossi-

¹ Alguns ajustes tiveram que ser feitos em relação aos dados obtidos na pesquisa de 2004 para podermos realizar esta comparação neste Panorama.

bilidade política - e diríamos que também lógica - monetarizar o desenvolvimento de consciência crítica e de cidadania, a principal perspectiva que as associadas da ABONG têm nas suas ações, como foi apresentado no capítulo anterior.

Contudo, essa lógica dos custos financeiros tem sido a tônica em todos os debates sobre a sustentabilidade das associadas da ABONG. Mais do que isso, essa lógica marca, de modo ainda que sutil, muitos dos discursos do próprio campo, na medida em que nós mesmas/os terminamos por operar com um vocabulário impreciso de “grandes”, “médias” e “pequenas” ONGs, sem nos darmos conta de que métricas assim terminam por fraturar um campo político que tem suas desigualdades internas, advindas das desigualdades todas que estruturam a nossa sociedade, criando hierarquias e uma espécie de “lugares de chegada”. Lugares estes que funcionam como “modelos” de como uma organização de defesa de direitos deveria ser “quando crescer”. Pensamos que o desfazer dessas imagens e desses discursos deveria ser um dos pontos centrais do nosso debate sobre sustentabilidade, buscando reverter qualquer lógica que seja comparativa e que valore os nossos projetos políticos a partir de métricas externas e radicalmente opostas às nossas. Tal deslocamento evita o risco da prevalência de uma lógica concorrencial entre as organizações do campo em um momento de escassez de recursos de um certo tipo. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Ao analisarmos as faixas orçamentárias anuais verificamos que em 2008, 60,2% das associadas que responderam a pesquisa encontram-se na faixa de até 1 milhão de reais por ano. Em seguida, estão aquelas cujo orçamento anual está entre 1 milhão e 3 milhões com 30,6% dos casos. As demais faixas têm as seguintes distribuições percentuais: 8,4% com mais de 3 milhões até 6 milhões, 3,7% com mais de 6 milhões até 15 milhões e 1,9% com mais de 15 milhões anuais.

Quando comparamos esses dados com os de anos anteriores, ou seja, 2004 a 2007 (VER TABELA 05) encontramos pequenas variações, dado que o período é relativamente curto para mudanças substantivas, entretanto, nos chama a atenção o crescimento da faixa de até 1 milhão de reais por ano, que aumentou em quatro anos em torno de 25,9%. Ainda que este não tenha sido um cres-

cimento linear, podemos considerá-lo como um indicador significativo das faixas orçamentárias onde a chamada crise de sustentabilidade parece ser sentida com mais força. Além disso, as faixas orçamentárias seguintes - de mais de 1 milhão a 3 milhões - também crescem um pouco, enquanto as demais decrescem, excetuando-se a última, de mais de 15 milhões.

A análise das faixas orçamentárias também traz à tona a diversidade entre as organizações associadas à ABONG, na medida em que encontramos tanto organizações que têm recursos da ordem de mais de 15 milhões anuais, quanto organizações que têm recursos da ordem de menos de 10 mil reais anuais, ao mesmo tempo em que aponta para um traço forte que caracteriza as associadas da ABONG a partir daquelas que responderam a esta pesquisa. Este traço é a presença forte de organizações cujos orçamentos anuais estão nas faixas de 200 mil a 500 mil (18,5%), entre 500 mil reais e um milhão (23,1%) e entre 1 milhão e 2 milhões de reais (17,6%).

Compreender não apenas o que poderíamos chamar de grupo prevalente na ABONG, como também as organizações que se encontram mais afastadas deste grupo é fundamental para a criação de estratégias coletivas de superação da crise, reconhecendo as desigualdades internas que também nos caracterizam e assim fazendo esforços para que tais estratégias não ampliem essas desigualdades.

Quando cruzamos a região geográfica em que se localizam as associadas que responderam a esta pesquisa com as faixas orçamentárias, vamos encontrar alguma correlação apenas para as faixas orçamentárias que estão nas duas “pontas”, ou seja, nas faixas que vão de menos de 10 mil reais a 50 mil reais há uma prevalência das organizações do Nordeste, com 50% delas. Já nas faixas que vão de mais de 6 milhões a mais de 15 milhões, 66,7% estão localizadas no Sudeste.

Por outro lado, quando analisamos as organizações que afirmaram ter isenção da cota patronal - elemento muito significativo nos custos de uma organização - vemos que 61,7% se localizam na região Sudeste. E ao cruzarmos a isenção da cota patronal com as faixas orçamentárias percebemos que há uma relação entre ambas, já que nas faixas de até 1 milhão de reais/ano o percentual de quem tem isenção é de 33,4%. É importante salientar que apenas 18% das associadas que responderam a esta pesquisa tem esta isenção.

Se a leitura da evolução orçamentária em quatro anos não revela uma situação de crise financeira em termos dos volumes acessados, já que as variações já analisadas não são de grande porte, a leitura da composição do orçamento oferece pistas importantes para pensarmos os elementos que estruturam este momento.²

Para facilitar a construção da análise, iremos apresentar inicialmente as dinâmicas de composição do orçamento de 2007 por tipo de fontes, dado que esta análise requer uma comparação com os dados de 2003.³ Seu eixo está nas mudanças com relação ao percentual de cada fonte na composição dos orçamentos das associadas, já que este movimento nos ajuda a compreender como mudanças importantes se processam e ainda que possam não representar uma perda direta de recursos, apontam para tendências fortes que têm impacto direto no modo como as organizações estruturaram seus cotidianos e suas lutas políticas. Esta análise se sustenta também na constatação histórica de que o modelo de gestão das organizações associadas à ABONG é reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de Cooperação e Solidariedade Internacional e parece ser este o modelo que efetivamente passa por uma crise.

Dessa forma, começaremos apresentando os dados relativos à Cooperação e Solidariedade Internacional. Em 2003, estes recursos se concentravam nas faixas percentuais mais altas, ou seja, havia 22,5% que tinham entre 61% a 80% dos seus orçamentos daí advindos e 35,2% que tinham de 81% a 100% do orçamento coberto pela Cooperação. Esta situação apresenta uma mudança muito significativa em quatro anos, pois nos orçamentos de 2007 a distribuição entre as várias faixas fica bastante equilibrada. Vejamos: 20,6% das associadas têm até 20% dos seus recursos vindos da Cooperação (em 2003 esse percentual era de 7%); 20,6% têm de 21% a 40% de seus orçamentos cobertos pela Cooperação; 18,5% têm de 41% a 60% dos seus recursos vindos desta fonte; 21,7% têm de 61% a 80% e 18,5% têm de 81% a 100% de recursos orçamentários originários da Cooperação e Solidariedade Internacional (VER TABELA 09).

2 Nesse caso particular utilizaremos os dados referentes a 2007, ao passo que nos outros casos, os dados utilizados são do orçamento de 2008.

3 Os dados do Perfil 2006 para esta questão tomam por base as informações referentes a 2003.

É bastante significativa, sob todos os pontos de vista, a movimentação que ocorreu em relação às duas faixas das pontas, o aumento na faixa menos de 20% e a diminuição na faixa que vai de 81% a 100%. Se, por um lado, essa mudança aponta para uma possível diminuição da chamada “dependência” dos recursos da Cooperação, por outro mostra que ela se deu num prazo muito curto. Isso provavelmente ocorreu sem que houvesse condições para um rearranjo das dinâmicas de gestão institucional, de modo a não comprometer a estabilidade das ações estruturais das organizações associadas.

Um outro aspecto que precisa ser melhor analisado é o fato de que essa mudança nos percentuais cobertos pela Cooperação e Solidariedade Internacional se deu sem grandes quedas no volume dos recursos acessados pelas associadas no mesmo período, como já apontamos. Ora, se assim o foi é porque as organizações passaram a captar mais recursos de outras fontes, de modo a, no mínimo, manter-se nos mesmos patamares. Entretanto, de acordo com os dados da pesquisa, a recomposição dos recursos para manutenção do mesmo patamar provavelmente se deu a partir de várias fontes e não através de substituições diretas. Destacamos a tendência dos recursos públicos federais a aumentar sua participação na composição dos orçamentos das associadas. Se nos orçamentos de 2003, 16,7% das associadas tinham de 41% a 100% de seus orçamentos vindos dos recursos públicos federais, em 2007 esse percentual sobe para 37,4%.

Ainda que as diferenças entre as amostras da pesquisa de 2004 e desta possam se refletir nos dados, não podemos deixar de destacar que o percentual de associadas que tinham de 81 a 100% dos seus orçamentos oriundos da Cooperação e Solidariedade Internacional e dos recursos públicos federais têm uma alteração muito significativa quando se compara os dois períodos. A participação das agências de Cooperação cai em 66%, enquanto a participação dos recursos públicos federais cresce 71%.

Um movimento semelhante, ainda que com números menores, parece acontecer com os recursos públicos estaduais, pois se em 2003 apenas 2,4% tinham de 41% a 100% dos seus orçamentos originários dos recursos públicos estaduais, em 2007 esse percentual é de 14,5%.

Outra fonte que apresenta uma tendência discreta de cresci-

mento é a das empresas, institutos e fundações empresariais. Aqui o movimento se dá especialmente na faixa que vai de 21% a 41% do orçamento, pois se em 2003 apenas 8,3% das associadas tinham a participação dessas fontes nesse patamar, em 2007 esse valor cresce para 21,3%. É interessante observar que esse crescimento se dá em paralelo à diminuição na faixa de menor participação, ou seja, até 20%, faixa que em 2003 comportava 78% dos casos e em 2007 passa a comportar 54,4%.

As demais fontes (Agências Multilaterais e Bilaterais; Comercialização de Produtos e Serviços; Contribuições Associativas; Recursos públicos municipais e doações individuais) mantêm seus patamares semelhantes no intervalo de tempo que analisamos.

Outras informações que corroboram tanto para a tendência à diversificação de fontes, quanto para uma alteração significativa no modo de relação com estas fontes é a análise comparativa entre os dados da pesquisa de 2004 e a atual no que se refere às novas fontes acessadas e às fontes com que a organização não conta mais.

Em 2008 há um crescimento no acesso de quase todas as fontes, com exceção da Cooperação e Solidariedade Internacional (que mantém os mesmos percentuais nos dois períodos analisados), das Agências Multilaterais e Bilaterais (que apresenta decréscimo bastante significativo de 9 pontos percentuais) e Comercialização de produtos e serviços que também permanece em patamares muito próximos àqueles do período anterior. Já as novas fontes acessadas que tiveram crescimento o fizeram em percentuais muito próximos (VER TABELA 07).

Com relação às fontes perdidas, em 2008 crescem os percentuais de perdas para todas elas. É importante esclarecer que todos os percentuais de acesso são maiores que o de perdas, à exceção das Agências Multilaterais e Bilaterais (VER TABELA 08).

Os dados sobre as fontes de financiamento das organizações associadas à ABONG em 2007, quando comparados com os dados das duas pesquisas anteriores – ampliando o período coberto por esta análise para sete anos – nos possibilita novos elementos para compreender a complexidade do que hoje temos nomeado como crise (VER TABELA 06).

O primeiro aspecto que chama a nossa atenção é a estabilidade da presença da Cooperação e Solidariedade Internacional como

fonte de financiamento das organizações. Os dados de 2000, 2003 e 2007 demonstram que 78% das associadas vêm contando com a Cooperação nesses sete anos. Ou seja, ainda que pese o movimento de saída de agências de Cooperação e Solidariedade Internacional que ocorreu nesse período, elas continuam sendo a base a partir da qual as associadas à ABONG se estruturam ainda que, como vimos acima, venha diminuindo o volume de recursos aportados. Um movimento de queda está presente apenas na Comercialização de Produtos e Serviços (uma das fontes dos chamados recursos próprios das organizações), pois se em 2000 ela estava presente em 46,4% das organizações, em 2007 esse percentual é de 38,7%.

Há um conjunto de fontes que apresenta movimentos instáveis, seja de crescimento ou de diminuição no período analisado. Aqui se localizam as Agências Multilaterais e Bilaterais, os Recursos Públicos Estaduais e as Contribuições Associativas. Ainda que os dados disponíveis não nos possibilitem condições para afirmações muito precisas, consideramos que a instabilidade das fontes é um elemento importante para o entendimento da crise de sustentabilidade e, conseqüentemente, para a construção de estratégias de superação da mesma, dado que fontes de financiamento instáveis representam riscos para as organizações. Além disso, as três fontes citadas têm dinâmicas muito distintas, portanto, não é possível uma estratégia única para diminuir os possíveis riscos.

Os Recursos Públicos Federais também apresentam um movimento instável. Vejamos: em 2000 45,4% acessaram essa fonte. Em 2003 o percentual cai para 36,6%; já em 2007 há um crescimento muito significativo que o aproxima da Cooperação e Solidariedade Internacional, pois 60,4% das associadas informam contar com esse tipo de recurso. Fizemos um destaque para essa fonte porque, diferentemente das acima mencionadas, sua presença como elemento de sustentabilidade das organizações é crescente tanto no que se refere ao número de associadas que a ela recorrem, quanto no que se refere ao volume de recursos envolvidos. Tais fatos acentuam os riscos para as organizações, reafirmando a necessidade urgente de modificações na legislação de acesso aos fundos públicos, de modo a deixá-los menos vulneráveis às políticas de governos e tornando-os efetivamente uma política de Estado.

As fontes que nos últimos sete anos têm apresentado uma

tendência crescente no financiamento das organizações associadas à ABONG são as Empresas, Institutos e Fundações Empresariais, os Recursos Públicos Municipais e as Doações de Indivíduos.

Com relação às duas primeiras, houve um aumento de quase 9 pontos percentuais em sete anos, sendo o crescimento maior no período 2003 - 2007, passando de 35,1% para 41,5%. É importante destacar que se tomarmos como referência a primeira pesquisa realizada pela ABONG com suas associadas, os dados referentes a 1993 indicam que apenas 3% delas acessavam recursos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais, quadro que se modifica bastante em quatorze anos. Tal modificação tem implicações muito importantes que não são possíveis de serem aqui analisadas, pois se referem a mudanças de percepções e posições nos dois sujeitos envolvidos na relação. Contudo, em que pese o aumento da participação de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais na sustentabilidade das organizações de defesa de direitos, ela é direcionada a determinados tipos de ação e de sujeitos. Em relação a estes últimos, só encontramos correlações entre o acesso a esse tipo de financiamento nas organizações que dirigem suas ações para crianças, adolescentes e jovens e para professoras/es. E, conseqüentemente, as correlações com temas se fazem na educação, arte e cultura, comunicação e trabalho e renda.

Os recursos públicos municipais vêm mantendo um crescimento bastante estável. Em 2000, 22% das associadas acessavam esses recursos e em 2007 esse percentual sobe para 30,2%. Uma questão importante aqui se refere às possíveis causas das diferenças entre as dinâmicas do conjunto dos chamados recursos públicos, pois quais são os processos que fazem com que o acesso a recursos públicos municipais seja crescente e estável, enquanto o acesso a recursos estaduais e federais sofram oscilações? Não é possível, no escopo deste texto, aprofundar tal análise, mas levantamos três hipóteses: a) o volume de recursos municipais são, geralmente, menores que os estaduais e federais; b) a descentralização das políticas públicas faz com que haja mais oportunidades no âmbito municipal; c) as ações realizadas no nível local possibilitam relações mais articuladas entre os vários sujeitos envolvidos.

Por fim, as Doações de Indivíduos apresentam um crescimento bastante significativo, pois se em 2000 apenas 12,2% fazem menção

a esta fonte, em 2007 o percentual sobe para 42,2%. É possível inferir que, com o passar dos anos, as ações desenvolvidas pelas organizações de defesa de direitos tenham ganhado visibilidade e legitimidade na sociedade, o que é um aspecto muito positivo, parecendo indicar que há possibilidade de ações coletivas que potencializem esse crescimento. Mas vale a pena destacar que nessa pesquisa só encontramos correlação estatística entre doações de indivíduos e os temas educação, justiça e promoção de direitos e trabalho e renda, sendo que nos dois primeiros casos a correlação é mais forte. Desse modo, parece haver restrições ou direcionamentos muito determinados para esses recursos. Restrições e direcionamentos estes que são muito semelhantes àqueles encontrados nos recursos oriundos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais.

É importante atentar para o fato de que as três fontes acima mencionadas, que apresentaram crescimento estável nesses últimos sete anos, localizam-se majoritariamente na faixa de até 20% do orçamento. No caso da Doação de Indivíduos, 90% dos casos se encontram nessa faixa. Ora, se por um lado a diversificação de fontes é um processo bastante positivo, não é possível pensar que apenas isso garantirá condições materiais de existência necessárias e suficientes para as organizações de defesa de direitos. Consideramos que análises mais acuradas sobre a relação custo benefício desse tipo de fonte são importantes para a sua compreensão na dinâmica da sustentabilidade das associadas à ABONG.

Trabalhamos também com uma sub-amostra composta por 24 organizações, que tiveram grandes perdas no orçamento no período de 2004 a 2008. Apesar de ser um percentual relativamente baixo do universo da nossa pesquisa, 22,2%, as informações trazidas por esta análise corroboram para o quadro das tendências e fatos de como a crise de sustentabilidade se dá no campo das associadas ABONG, já que as perdas são bastante significativas. 8,3% das organizações perderam até 30% de seus orçamentos entre 2004 e 2008; 50% perderam de mais de 30% a 50%; 29,2% perderam de mais 50% a 70% e 12,5% perderam de mais de 70% a 90% no mesmo período.

Buscamos várias possibilidades de recorrência que pudessem nos dar um perfil deste grupo que o distinguísse do conjunto maior das associadas. Não encontramos diferenciações significativas com relação a acesso ou perda de fontes, nem com a predomi-

nância de uma ou outra fonte na composição orçamentária. Tampouco encontramos alguma correlação com lutas, sujeitos a quem as ações são dirigidas ou mesmo com o tipo de perspectiva de trabalho. As únicas variáveis que apresentaram significados importantes foram a região onde se localiza a organização e a faixa orçamentária das mesmas.

Com relação à região, metade das organizações que compõem a amostra e que tiveram evolução negativa do orçamento se encontram na região Nordeste, 29,2% no Sudeste, 16,6% no Sul e 4,2% na região Centro-oeste.

Sobre as faixas orçamentárias, encontramos os mais altos percentuais de perda naquelas que vão até 1 milhão de reais ao ano, sendo 100% dos casos de perda de mais de 70% a 90%; 71,4% nos casos de perdas entre mais de 50% a 70% e 58,3% nos casos de perda de mais de 30% a 50% e 50% dos casos de menos de 30% de perdas.

Ou seja, ainda que a amostra não seja fortemente significativa, ela nos aponta indícios de que a crise de sustentabilidade no seu aspecto de perda de recursos atinge com mais força as associadas do Nordeste e aquelas com orçamentos de até 1 milhão de reais, organizações estas que pelo próprio volume de recursos com que trabalham têm, muito provavelmente, uma margem de ajuste de suas contas bem menor do que as organizações que operam com montantes maiores. Portanto, se formos analisar em termos de tendências de riscos, podemos inferir que as associadas que têm esse perfil são as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Olhando para os dados desse Panorama, constatamos a centralidade ocupada pela Cooperação e Solidariedade Internacional na configuração não só desse momento, mas também da própria estruturação das organizações de defesa de direitos.

A relação que criamos e que em muitos sentidos foi instituinte de nós mesmas/os - e em alguma medida das agências de Cooperação e Solidariedade Internacional - se pauta muito mais em uma parceria política do que em uma dependência de recursos. Parcerias políticas implicam não apenas compartilhar projetos de sociedade, mas também criação de modelos e estruturas institucionais e organizativas, em metodologias de trabalho, em perspectivas de intervenção. Compartilhar projetos políticos de transformação da sociedade traz também uma compreensão mútua sobre

o tempo que tais transformações requerem e tais tempos nunca são curtos, dado que as mudanças necessárias são profundas.

As associadas à ABONG tiveram - e ainda têm - seu lastro de sustentação na Cooperação e Solidariedade Internacional e assim sendo, seus modelos organizativos tendem a ser dinamizados de modo a responder aos requerimentos dessa relação que em geral são mais simples, flexíveis, com temporalidades maiores e com cobertura de um conjunto mais amplo de gastos institucionais. Podemos afirmar que a lógica da Cooperação e Solidariedade Internacional no Brasil foi marcada muito mais por um compromisso com as organizações do que com a execução de uma determinada ação.

Tal modelo funcionou bem durante um certo período, ainda que em termos históricos a velocidade das mudanças nessa relação seja de tal monta e com tantas variações que não permite nem uma mínima periodização. Dizemos que funcionou por um “certo período” porque há uma coincidência temporal, também política, entre a introdução do conceito e/ou dimensão de sustentabilidade na prática e discurso das organizações de defesa de direitos e a introdução, via agências de Cooperação e Solidariedade Internacional, de lógicas organizativas distintas daquelas com as quais as organizações operavam. Ou seja, o debate sobre sustentabilidade vem articulado, entre outras coisas, à construção de indicadores, medições de impacto, o PMA (planejamento, monitoramento e avaliação), além da tríade dos “Es”: eficácia, eficiência e efetividade. No mesmo movimento e para torná-lo prático são desenvolvidos incontáveis processos de capacitação para as áreas gerenciais das ONGs, junto com a aplicação de um sem número de instrumentos.

Na mesma sequência, os projetos elaborados pelas organizações passaram a incluir o chamado item sustentabilidade que sinteticamente trata do modo como uma dada ação poderá ser continuada caso os recursos que a financiam não mais estejam disponíveis.

É evidente que tais processos não se deram de modo abrupto, eles foram se constituindo e consolidando num jogo complexo de forças políticas que estavam para além do controle das agências de Cooperação e Solidariedade Internacional. Podemos, inclusive, afirmar que foi o campo político formado pelas agências e seus parceiros que foi afetado por mudanças nas sociedades e governos do Norte.

Ou seja, foram as estruturas e os projetos políticos institucionais que apostavam em processos de largo prazo e de transformações profundas, e não resultados imediatos, que passam a ser questionados a partir dos anos 2000.

Sabemos que não é tarefa simples ajustar estruturas - ainda mais quando as consideramos boas e coerentes com a nossa visão de mundo - e manter a ação sociopolítica funcionando. Como o compromisso forte das organizações de defesa de direitos é com os sujeitos com os quais trabalha e com a luta por criar consciência crítica e cidadania, a busca por recursos para manter as ações tem sido mais importante do que o debruçar-se sobre a gestão institucional de modo profundo. Desse modo, a captação de recursos terminou por ocupar um lugar central tanto na ação das ONGs, quanto da Cooperação e Solidariedade Internacional que a partir dos anos 2000 começa a oferecer um sem número de cursos e processos diversos com o objetivo de tornar as primeiras mais capacitadas para obter seus próprios meios de sustentação. Ocorre que um dos requerimentos para se fazer, dentro dos modelos propostos, uma boa captação, é ter uma equipe administrativa que possa se dedicar tanto à busca de novas oportunidades, quanto à gestão financeira de uma organização com fontes muito diversificadas. Ora, uma das orientações fortes do período em que o foco estava nas estratégias gerenciais foi exatamente a diminuição das equipes administrativas. Como resolver essa equação, ainda mais se pensarmos que no geral, as associadas à ABONG já têm equipes muito reduzidas?

A situação agrava-se mais ainda quando sabemos que a maior parte das fontes que podem ser acessadas têm lógicas de funcionamento muito diferentes daquelas da Cooperação e Solidariedade Internacional. Destacamos aqui duas delas: o tempo de duração dos projetos financiados (que na maioria dos casos é de um ano) e as imensas restrições dos recursos públicos, em todos os níveis, com relação a pagamento de pessoal e custos trabalhistas.

Há também a instabilidade e limites de certos tipos de fontes, como é o caso da venda de produtos e serviços. A maioria das organizações de defesa de direitos não geram “produtos vendáveis”, dado que suas perspectivas principais de trabalho são a formação de consciência crítica e cidadania e a promoção de justiça e direitos. As possibilidades daí advindas são pequenas e agrega-se a isto

o fato de que não há escala que possibilite a estas organizações investirem nesse tipo de ação, seja para baratear seus custos, no caso dos produtos, seja para manter as ações financiadas nos projetos e criar condições de vender serviços com uma equipe de até cinco pessoas, como é o caso de grande parte das associadas da ABONG.

Por outro lado, quando constatamos que os Recursos Públicos Federais tendem a ser uma das principais fontes para as organizações de defesa de direitos, não podemos deixar de marcar o traço de forte vulnerabilidade que esse processo traz, caso não sejam feitas mudanças substantivas nas modalidades de acesso a tais recursos. A duração dos projetos, as restrições aos gastos com pessoal fixo e gastos institucionais gerais, aliados à ênfase na execução de políticas públicas governamentais são, em muitos pontos, incompatíveis não só com os modelos institucionais que temos, mas principalmente com o que compreendemos como sendo organizações sustentáveis em suas dimensões financeira e política.

Talvez a questão que deveríamos nos colocar é: como, ou com que custos institucionais e políticos, temos conseguido manter os recursos captados nos mesmos patamares em quatro anos, com tantas fragilidades e equações improváveis. Uma resposta pode ser que a presença ainda forte da Cooperação e Solidariedade Internacional nos possibilita um lastro para que consigamos manter um mínimo de estrutura de pessoal, o coração do trabalho das organizações de defesa de direitos. Imaginando uma situação limite em que nos próximos dois anos toda a Cooperação e Solidariedade Internacional concluísse suas parcerias com as organizações brasileiras, poderíamos afirmar que a quase totalidade dos demais projetos que são financiados por outras fontes não se realizaria. Com isso, não estamos reforçando uma ideia recorrente de que as associadas à ABONG sejam dependentes dos recursos da Cooperação. Os recursos são necessários, mas não insubstituíveis. O cerne da questão está na estrutura e no modo de gestão da mesma, que reflete, como já dissemos anteriormente, uma concepção política do sentido de existência dessas organizações.

Desse modo, a crise de sustentabilidade experimentada pelas organizações de defesa de direitos se caracteriza menos pela escassez de recursos monetários e mais pela revelação da vulnerabilidade da própria estrutura institucional, ou ainda, do modo

de conceber e articular a nossa existência e a nossa ação para o mundo. O que precisamos pensar coletivamente são os formatos institucionais compatíveis com a tendência de diminuir nossas relações com a Cooperação, a relação que em grande medida nos possibilitou existir nos formatos atuais.

Que lógicas organizativas são necessárias para seguirmos tendo o que nos marca e distingue como organizações que lutam por transformações radicais na sociedade em contextos de fontes de financiamento diversificadas? Quais são as lutas políticas que deveremos fazer para criar condições mais igualitárias e justas de acesso aos recursos públicos? Que campo de luta devemos criar para incidir nos modos de acesso aos recursos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais? Como podemos, coletivamente, criar estratégias para diminuir os riscos das organizações que vêm tendo perdas de recursos financeiros mais que as outras?

Estas e outras questões talvez possam ser melhor respondidas com o deslocamento da lógica de entendimento da crise de sustentabilidade da escassez de recursos para a vulnerabilidade das estruturas organizacionais – que contém em si a dimensão da escassez de recursos financeiros – possibilitando não apenas enxergar a crise de uma perspectiva mais múltipla e complexa, como principalmente construir modos coletivos de superação que perdurem para além do momento atual, constituindo-se em um processo de fortalecimento político da nossa existência e do sentido da nossa ação.

ANEXOS - TABELAS

TABELA 01 PRINCIPAIS LUTAS POLÍTICAS

Educação	48,9%	
Organização popular / Participação popular	33,8%	
Relações de gênero	27,1%	
Justiça e promoção de direitos	23,3%	
Meio-ambiente	21,8%	
Saúde	20,3%	
Fortalecimento de outras ONGs / Movimentos populares	20,3%	
Trabalho e renda	18,0%	
Agricultura	15,0%	
Economia solidária	12,8%	
Arte e cultura	11,3%	
Questões agrárias	8,3%	
Orçamento público	6,8%	
DST Aids	6,8%	
Segurança alimentar	6,0%	
Questões urbanas	6,0%	
Assistência social	6,0%	
Segurança pública	4,5%	
Discriminação sexual	3,8%	
Relações de consumo	3,8%	
Discriminação racial	3,8%	
Comunicação	3,8%	
Esporte	0,8%	
Comércio	0,8%	

TABELA 02 PRINCIPAL PERSPECTIVA DE TRABALHO

Desenvolver a consciência crítica / Cidadania	82,0%	
Transformar essas ações em políticas públicas	57,0%	
Fortalecer as entidades e coletivos organizados	53,1%	
Solucionar problemas imediatos	9,4%	

TABELA 03 SUJEITOS A QUEM AS AÇÕES SÃO DIRIGIDAS

Organizações populares / Movimentos sociais	54,8%	
Mulheres	36,3%	
Crianças e adolescentes	32,9%	
Jovens	28,8%	
Trabalhadores rurais / Sindicatos rurais	21,9%	
População em geral	21,2%	
Professores	13,7%	
Outras ONGs	11,0%	
Comunidades tradicionais	6,8%	
Negros	4,8%	
Estudantes	4,8%	
Povos indígenas	4,1%	
Gays lésbicas transexuais travestis	3,4%	
Portadores HIV	2,7%	
Portadores de necessidades especiais	2,1%	
Moradores de áreas de ocupação	2,1%	
Trabalhadores urbanos / Sindicatos urbanos	1,4%	
População carcerária	1,4%	
Terceira idade	0,7%	

TABELA 04 TIPOS DE INTERVENÇÃO

Articulação política / Advocacy	71,1%	
Capacitação técnica/política	61,2%	
Assessoria	55,4%	
Pesquisa	24,8%	
Prestação de serviços	23,1%	

TABELA 05 ASSOCIADAS SEGUNDO O VALOR DO ORÇAMENTO POR FAIXA E ANOS (%)

	2004	2005	2006	2007	2008
Até 10 mil reais	2,10	1,00	2,00	1,90	2,80
Mais de 10 mil a 50 mil	6,20	5,10	5,00	3,80	3,70
Mais de 50 mil a 100 mil reais	9,30	8,20	4,00	7,50	6,50
Mais de 100 mil a 150 mil	2,10	2,00	3,00	1,90	1,90
Mais de 150 mil a 200 mil	1,00	2,00	2,00	0,90	3,70
Mais de 200 mil a 500 mil	11,30	15,30	17,80	17,90	18,50
Mais de 500 mil a 1 milhão	23,70	24,50	18,80	21,70	23,10
Mais de 1 a 2 milhões	18,60	20,40	24,80	20,80	17,60
Mais de 2 a 3 milhões	9,30	6,10	6,90	8,50	6,50
Mais de 3 a 4 milhões	4,10	4,10	3,00	3,80	6,50
Mais de 4 a 6 milhões	5,20	3,10	5,00	3,80	1,90
Mais de 6 a 9 milhões	1,00	4,10	2,00	2,80	2,80
Mais de 9 a 15 milhões	3,10	1,00	3,00	1,90	0,90
Mais de 15 milhões	1,00	1,00	1,00	0,90	1,90
Sem orçamento (0,00)	2,10	2,00	2,00	1,90	1,90

TABELA 06 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2000, 2003 E 2007 (%)

	2000	2003	2007
Cooperação e solidariedade internacional	78,57	78,71	78,30
Recursos públicos federais	45,41	36,63	60,40
Doações de indivíduos	12,24	38,61	42,40
Empresas, institutos e fundações empresariais	32,65	35,15	41,50
Comercialização de produtos e serviços	46,43	42,57	38,70
Recursos públicos municipais	22,45	27,23	30,20
Contribuições associativas	26,02	20,79	29,20
Recursos públicos estaduais	32,65	22,28	28,30
Agências multilaterais e bilaterais	6,12	10,40	3,80

TABELA 07 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO ACESSADAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 (%)

	2001-2004	2004-2008
Cooperação e solidariedade internacional	50,50	50,00
Empresas, institutos e fundações empresariais	37,13	43,00
Agências multilaterais e bilaterais	10,89	1,80
Comercialização de produtos e serviços	27,72	25,90
Contribuições associativas	11,39	30,50
Recursos públicos federais	37,13	17,50
Recursos públicos estaduais	26,73	41,70
Recursos públicos municipais	25,74	32,40
Doações de indivíduos	26,24	29,60

TABELA 08 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO PERDIDAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 (%)

	2001-2004	2004-2008
Cooperação e solidariedade internacional	17,24	24,10
Empresas, institutos e fundações empresariais	7,88	8,30
Agências multilaterais e bilaterais	2,96	4,60
Comercialização de produtos e serviços	1,48	2,80
Contribuições associativas	1,97	1,80
Recursos públicos federais	5,42	9,80
Recursos públicos estaduais	7,39	14,80
Recursos públicos municipais	6,90	10,20
Doações de indivíduos	2,46	3,70

TABELA 09 FAIXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO NO ORÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES (%)

	até 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
Cooperação e solidariedade internacional	20,60	20,60	18,50	21,70	18,50
Empresas, institutos e fundações empresariais	57,40	21,30	12,80	4,30	4,30
Agências multilaterais e bilaterais	83,40	16,60	0,00	0,00	0,00
Contribuições associativas	94,10	5,90	0,00	0,00	0,00
Recursos públicos federais	80,0	5,70	8,60	2,90	9,80
Recursos públicos estaduais	80,0	5,70	8,60	2,90	2,90
Recursos públicos municipais	71,40	14,30	11,40	0,00	2,80
Doações de indivíduos	90,90	0,0	2,30	2,30	4,50
Comercialização de produtos e serviços	79,20	14,60	2,10	4,20	0,00

CONSELHO DIRETOR (2006 a mar/2010)

DIRETORIA EXECUTIVA

Aldalice Moura da Cruz Otterloo
Instituto Universidade Popular (Unipop)
José Antonio Moroni
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Magnólia Said
Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar)

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
Tatiana Dahmer Pereira
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

DIRETORIAS REGIONAIS

AMAZÔNIA

AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO
Romeu Aloísio Feix
Centro de Direitos Humanos de Palmas (Cdhp)
Roseane Gomes Dias
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (Smdh)

CENTRO-OESTE DF, GO, MS, MT
Sem diretoria

NORDESTE I AL, PB, PE

Ana Cristina Lima
Coletivo Feminista (Cunhã)
Célia Dantas Gentile Rique
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
Raimundo Augusto de Oliveira
Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

NORDESTE II BA, SE

Damien Hazard
Vida Brasil-BA
Hemilson de Castro Rodrigues
Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese (CJP-BA)
Maria de Fátima Pereira do Nascimento
ELO Ligação e Organização
Rosa Marinho
Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-Bahia)

NORDESTE III CE, PI, RN

Ilena Felipe Barros
Centro de Educação e Assessoria “Herbert de Souza” (Ceahs)
Lúcia Albuquerque do Carmo
Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (Cdvhs)
Narcizo de Souza Chagas
Centro Dialogo (Dialogo)

SÃO PAULO

Antonio Eleilson Leite
Ação Educativa
Beloyanis Bueno Monteiro
SOS Mata Atlântica
Luana Vilutis
Instituto Paulo Freire (IPF)

SUDESTE ES, MG, RJ

Adriana Valle Mota
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação (Nova)
Eleutéria Amora da Silva
Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

SUL PR, RS, SC

José Edmilson Schnelo
Centro de Estudos Bíblicos (Cebi)
Mauri José Vieira Cruz
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)



EQUIPE ABONG

Assistente de Diretoria
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabeth Vieira
Wanderley Figliolo

Secretaria
Kelly Cristina Vieira dos Santos

Comunicação
Ana Maria Straube de Assis Moura
Sálua de Paula Oliveira

Programa de Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais
Isabel Mattos Porto Pato
Isabel Junqueira

Escritório Brasília
Lisandra Carvalho

PARTICIPARAM DESTA PUBLICAÇÃO

Coordenação Editorial
Taciana Gouveia

Elaboração do texto
Taciana Gouveia
Marcelo Daniliauskas

Tabulação dos dados
Marcelo Daniliauskas
Taciana Gouveia
Verônica Ferreira (SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia)

Apoio
Helda Oliveira Abumanssur
Isabel Junqueira
Isabel Mattos Porto Pato
Jenifer Souza

Revisão final
Isabel Junqueira

Construção do banco de dados
Romano Venturini

Projeto Gráfico
amatraca

Impressão
Maxprint Editora e Gráfica Ltda

A Abong conta com os apoios de

- Evangelischer Entwicklungsdienst (EED)
- Fundação Ford
- Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco)
- Oxfam GB



ABONG ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS

Rua General Jardim, 660 . 7º
Vila Buarque . São Paulo . SP
Cep: 01223-010
fone/fax: (55 11) 3237.2122
e-mail: abong@abong.org.br
www.abong.org.br

Perfil das ONG consultadas

- O perfil das ONG as quais presta consultoria
- Os pedidos mais frequentes
- Os segmentos de gestão mais desenvolvidas nas ONG
- Os segmentos de gestão que precisam de maior desenvolvimento
- Estrutura organizacional mais comum nas ONG

O processo de consultoria

- Dificuldades enfrentadas no processo de consultoria (visão do consultor)
- Dificuldades enfrentadas no processo de consultoria (visão das ONG)
- Os segmentos mais difíceis de se assessorar
- Metodologia, ferramentas e modelos de consultoria?
- A questão da apropriação
- Políticas de pós-venda
- Sustentabilidade da empresa de consultoria

A geração de receita pelas ONG

- Relevância do tema
- Influências no cumprimento da missão
- Métodos de geração de receita

Sustentabilidade

- Relevância do tema para as ONG
- Metodologias utilizadas
- Influências no cumprimento da missão

Questionário

Qual a configuração jurídica desta ONG?

- Associação
- Fundação ligada a empresas
- Fundação não ligada a empresas

Qual o limite geográfico de atuação?

- Local
- Estadual
- Nacional (dois estados ou mais)
- Internacional

Quantos departamentos esta ONG tem?

Quantos trabalhadores efetivos trabalham nesta ONG?

Quantos trabalhadores voluntários trabalham nesta ONG?

Qual a média de projetos assumidos por ano?

Qual a média de beneficiários atendidos por ano?

A sua ONG já solicitou algum tipo de consultoria?

- Sim.
- Não

Caso tenha respondido "sim" a questão anterior, aponte qual o tipo de consultoria solicitada.

É possível assinalar mais de uma opção.

- Criação e/ou execução projetos.
- Gestão e planejamento
- Arrecadação de recursos (fundraising)
- Comunicação e Marketing.
- Avaliação e Monitoriamento
- Avaliação de Impacto Social
- Execução do Diagnóstico Social
- Other:

O consultor, ou empresa de consultoria que lhes prestou o serviço, ofereceu algum tipo de acompanhamento pós-consultoria?

- Sim.
- Não

Assinale abaixo a importância de cada departamento para o bom funcionamento de uma ONG.

Por favor, assinale de acordo com a escala de 1 a 5, onde 1 é pouco importante e 5 é muito importante.

	1	2	3	4	5
Coordenação Geral (Diretoria, Presidência...)	<input type="radio"/>				
Recursos Humanos	<input type="radio"/>				
Financeiro	<input type="radio"/>				
Administrativo	<input type="radio"/>				
Captação de Recursos	<input type="radio"/>				
Melhoria Contínua	<input type="radio"/>				
Comunicação e Marketing	<input type="radio"/>				

Existe a preocupação/discussão do tema sustentabilidade em sua ONG?

- Sim
- Não

Qual dos processos listados abaixo sofrem influência do debate sobre a sustentabilidade em sua ONG?

Por favor, considera a escala de 1 a 5, onde 1 é muita influência e 5 é pouca influência. Caso o processo listado não seja executado por sua ONG, por favor, marque 0.

	0	1	2	3	4	5
Avaliação do Impacto Social	<input type="radio"/>					
Geração de Receitas Próprias	<input type="radio"/>					
Análise da Missão Institucional	<input type="radio"/>					
Avaliação e Monitoramento das atividades e projetos	<input type="radio"/>					
Planejamento e Gestão Estratégica	<input type="radio"/>					
Delineamento dos Objetivos e das Metas	<input type="radio"/>					

Qual dos processos abaixo é mais difícil de gerir em sua ONG?

- Administração Financeira
- Impacto Social
- Impacto Ambiental

Qual das descrições abaixo assemelha-se mais àquilo que espera de uma consultoria?

- Processo participativo e apropriativo que nos empodere e nos torne melhores naquilo que fazemos.
- Ser vista de a partir de um olhar externo que nos auxilie a perceber quais são nossos pontos fortes e àqueles nos quais precisamos trabalhar um pouco mais.
- Auxílio para realizar atividades e processos que nos são muito complicados ou inviáveis, seja por falta de experiência/conhecimento ou por falta de recursos para realizar a atividade exigida.

Já houve caso de precisarem de auxílio para a execução de determinada atividade e não encontrarem profissionais capacitados para prestar tal auxílio?

- Sim.
- Não.

Caso tenha respondido "sim" a questão anterior, por favor, informe qual foi o serviço procurado.

Caso fosse requerer uma consultoria hoje, qual seria o tema?

Existe alguma informação acerca do tema ou do questionário que queria compartilhar conosco?

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

100%: You made it.

Powered by



This content is neither created nor endorsed by Google.

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)